Abril
ed.24 | 2ºS 2016

ELEIÇÃO NOS EUA
O LEGADO DE OBAMA E A DURA DISPUTA HILLARY X TRUMP

LUTA ESTUDANTIL
ESCOLAS OCUPADAS EXPÕEM OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NO PAÍS

E MAIS:
- IMPACTO DO "BREXIT"
- TERROR EM ORLANDO
- EMPREGOS EM BAIXA
- PANAMA PAPERS
- RACISMO
- A ONU E AS DROGAS

Guia do Estudante

ATUALIDADES VESTIBULAR+ENEM

2º SEMESTRE 2016

CRISE POLÍTICA

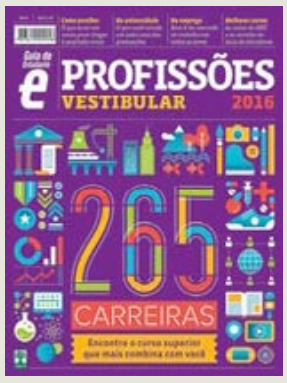
O Brasil enfrenta outro processo de impeachment em meio a sérias dificuldades econômicas e com os grandes partidos atingidos pela Operação Lava Jato

A presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, em março de 2016

UM PLANO PARA OS SEUS ESTUDOS

Este **GUIA DO ESTUDANTE ATUALIDADES** oferece uma ajuda e tanto para as provas, mas é claro que um único guia não abrange toda a preparação necessária para o Enem e os demais vestibulares.

É por isso que o GUIA DO ESTUDANTE tem uma série de publicações que, juntas, fornecem um material completo para um ótimo plano de estudos. O roteiro a seguir é uma sugestão de como você pode tirar melhor proveito de nossos guias, seguindo uma trilha segura para o sucesso nas provas.



1 DECIDA O QUE VAI PRESTAR

O primeiro passo para todo vestibulando é escolher com clareza a carreira e a universidade onde pretende estudar. Conhecendo o grau de dificuldade do processo seletivo e as matérias que têm peso maior na hora da prova, fica bem mais fácil planejar os seus estudos para obter bons resultados.

➔ **COMO O GE PODE AJUDAR VOCÊ** O **GE PROFISSÕES** traz todos os cursos superiores existentes no Brasil, explica em detalhes as características de mais de 260 carreiras e ainda indica as instituições que oferecem os cursos de melhor qualidade, de acordo com o ranking de estrelas do GUIA DO ESTUDANTE e com a avaliação oficial do MEC.

2 REVISE AS MATÉRIAS-CHAVE

Para começar os estudos, nada melhor do que revisar os pontos mais importantes das principais matérias vistas no Ensino Médio. Você pode repassar todas as matérias ou focar apenas em algumas delas. Além de rever os conteúdos, é fundamental fazer muito exercício para praticar.

➔ **COMO O GE PODE AJUDAR VOCÊ** Nós produzimos um guia para cada matéria do Ensino Médio: **GE REDAÇÃO**, **História**, **Geografia**, **Português**, **Biologia**, **Química, Matemática** e **Física**. Todos reúnem os temas que mais caem nas provas, trazem muitas questões de vestibulares para fazer e têm uma linguagem fácil de entender, permitindo que você estude sozinho.

3 MANTENHA-SE ATUALIZADO

O passo final é continuar estudando atualidades, pois as provas exigem alunos cada vez mais antenados com os principais fatos que ocorrem no Brasil e no mundo. Além disso, é preciso conhecer em detalhes o seu processo seletivo – o Enem, por exemplo, é bem diferente dos demais vestibulares.

➔ **COMO O GE PODE AJUDAR VOCÊ** O **GE ENEM** e o **GE Fuvest** são dois verdadeiros "manuais de instrução", que mantêm você atualizado sobre todos os segredos dos dois maiores vestibulares do país. Se você seguir participando de processos seletivos em 2017, também não dá para perder a próxima edição do GE Atualidades, que será lançada em março, trazendo novos fatos do noticiário que podem cair nas provas.

FOTO: **ADRIANO MACHADO/REUTERS**

CALENDÁRIO GE 2016

Veja quando são lançadas as nossas publicações

MÊS	PUBLICAÇÃO
Janeiro	
Fevereiro	**GE HISTÓRIA**
Março	**GE ATUALIDADES 1**
Abril	**GE GEOGRAFIA** **GE QUÍMICA**
Maio	**GE PORTUGUÊS** **GE BIOLOGIA**
Junho	**GE ENEM** **GE FUVEST**
Julho	**GE REDAÇÃO**
Agosto	**GE ATUALIDADES 2**
Setembro	**GE MATEMÁTICA** **GE FÍSICA**
Outubro	**GE PROFISSÕES**
Novembro	
Dezembro	

Os guias ficam um ano nas bancas – com exceção do ATUALIDADES, que é semestral. **Você pode comprá-los também nas lojas on-line das livrarias Saraiva e Cultura.**

FALE COM A GENTE:
Av. das Nações Unidas, 7221, 18º andar, CEP 05425-902, São Paulo/SP, ou email para:
guiadoestudante.abril@atleitor.com.br

DESPEDIDA
O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, deixará o cargo em 20 de janeiro de 2017

PETE SOUZA/CASA BRANCA

ESPERANÇAS E DIFICULDADES

Na edição do 1º semestre de 2009 do GE ATUALIDADES, a reportagem "Esperanças e dificuldades" destacava a posse de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos. A "esperança" do título refletia o entusiasmo com a eleição do primeiro presidente negro da história norte-americana. Já as "dificuldades" faziam referência à crise econômica que eclodiu em 2008 e se espalhou pelo planeta.

Passados quase oito anos, Obama está prestes a deixar a Casa Branca. Neste período, o mundo vivenciou algumas profundas transformações. Cuba e Estados Unidos, rivais históricos, reataram relações. Esse gesto de aproximação, no entanto, contrasta com o aumento da intolerância racial, política e religiosa em todo o mundo. No Brasil, alguns retrocessos de 2008 para cá são notáveis. Saímos de um período de crescimento econômico e importantes conquistas sociais para mergulhar em uma grave crise, com Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente do país, passando por um processo de impeachment.

Em contrapartida, notamos poucas mudanças em situações como a escassez hídrica, que continua afetando diversos pontos do planeta e chegou com força nas metrópoles brasileiras nos anos recentes. O conflito entre israelenses e palestinos, a violência urbana e as disputas agrárias no Brasil são outros problemas que, infelizmente, permanecem ganhando as manchetes dos noticiários.

Estes são alguns assuntos abordados no GE ATUALIDADES, que traz um apanhado das principais transformações recentes na sociedade e da persistência de alguns desafios crônicos no Brasil e no mundo. As reportagens desta edição compõem um amplo panorama contemporâneo, essencial na sua preparação para os exames que vêm pela frente – um período de dificuldades, mas, sobretudo, esperanças.

➲ **Fábio Sasaki**, editor – fabio.sasaki@abril.com.br

Nota da redação: esta edição foi fechada em 12 de julho de 2016

SUMÁRIO

ATUALIDADES VESTIBULAR + ENEM / Ed.24 / 2º SEMESTRE 2016

ESTANTE

8 **Dicas culturais** Sugestões de filmes, histórias em quadrinhos e fotografias que complementam reportagens desta edição

PONTO DE VISTA

16 **Governo interino** Veja como as principais revistas semanais noticiaram as articulações e planos de Michel Temer na semana em maio que antecedeu a aprovação do processo de impeachment pelo Senado

18 **Impeachment** Veja como os principais jornais noticiaram a aprovação pela Câmara do início desse processo em abril

DESTRINCHANDO

22 **Comércio mundial e o Brasil** Um painel dos principais blocos econômicos no mundo, Mercosul e parceiros do Brasil

I INTERNACIONAL

28 **Eleições nos EUA** A batalha pré-eleitoral dos prováveis candidatos à eleição do novo presidente e o legado de Barack Obama

40 **Cuba** O presidente norte-americano visita a ilha comunista e consolida a reaproximação do país caribenho com os Estados Unidos

44 **União Europeia** O Reino Unido decide deixar o bloco e gera preocupações entre os antigos países parceiros

46 **Nigéria** Um panorama econômico e social do país mais populoso do continente africano

48 **China** A desaceleração da economia do gigante asiático

54 **Revolução cultural** Há 50 anos, Mao Tsé-tung radicalizava o ideário comunista da ditadura chinesa e a perseguição a opositores

56 **Israel e Palestina** Um novo surto de violência agrava o conflito

62 **Nações Unidas** A Organização adia o fim da missão militar no Haiti

66 **Corrida nuclear** A Coreia do Norte testa com sucesso uma bomba H

70 **O Fim da URSS** Há 25 anos, a União Soviética se desmembrava e a Guerra Fria chegava ao fim

D DOSSIÊ O BRASIL EM CRISE

72 **Governo interrompido** Uma crise desencadeia o processo de impeachment da presidente da República

74 **Radiografia** Os marcos do processo de afastamento da presidente

80 **Fissuras políticas** Veja como o governo perdeu sua base de apoio no Congresso Nacional

86 **A economia fora dos trilhos** Entenda os motivos da mais grave crise dos últimos anos no país

B BRASIL

92 **Educação** Estudantes secundaristas ocupam escolas no país

98 **Questão agrária** O governo reduz o ritmo de novos assentamentos

102 **Índios** Os desafios dos indígenas pela regularização de suas terras

106 **Habitação** Cresce o déficit, um dos males crônicos do país

110 **Operação Lava Jato** Denúncias atingem os grandes caciques do Congresso Nacional

114 **A Era JK** Há 60 anos, Juscelino Kubitschek iniciava seu programa para acelerar o desenvolvimento econômico do país

E ECONOMIA

116 **Indústria** O preocupante encolhimento de setores industriais

122 **Trabalho** O desemprego cresce no mundo e no Brasil

126 **Desigualdade social** Disparidade recorde entre ricos e pobres

130 **Lavagem de dinheiro** O escândalo *Panama Papers* revela como os ricos e poderosos escondem ilegalmente sua riqueza

134 **Matriz de transporte** Os gargalos da infraestrutura brasileira

S QUESTÕES SOCIAIS

138 **Intolerância** Preconceitos geram violência no país e no exterior

144 **Violência** O país se destaca no mundo pelo número de homicídios

150 **Desigualdade racial** O racismo revelado nas redes sociais

154 **Migrações** Cresce a fuga de refugiados de guerras e pobreza

160 **Drogas** As políticas atuais de combate em discussão

164 **Direitos Humanos** Sua evolução e a situação global

C CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE

168 **Internet** Privacidade, segurança e direitos em debate

174 **Água** O fantasma da escassez no Brasil e no mundo

178 **Desmatamento** A ameaça à Amazônia se mantém

182 **Biotecnologia** O país é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e o segundo maior de produtos transgênicos

184 **Terremoto** Abalos sísmicos no Japão e Equador mostram como os tremores afetam de forma diferente países ricos e pobres

SIMULADO

188 **Teste** 38 questões dos vestibulares sobre temas desta edição

PENSADORES

202 **Umberto Eco** Um intelectual reconhecido por suas contribuições

AINDA PRESIDENTE
Dilma Rousseff, no Planalto, entre bandeiras do Brasil, dias antes da votação do processo de impeachment na Câmara, em abril

ERALDO PERES/AP

ESTANTE

FILMES E QUADRINHOS NOS FALAM DO MUNDO ATUAL E SEUS DRAMAS CONTEMPORÂNEOS

DIVULGAÇÃO

FILMES

Repórteres em ação

Uma equipe de jornalistas investiga casos de abusos sexuais da Igreja em *Spotlight*

O Oscar 2016 ficou marcado pelo engajamento de boa parte dos concorrentes, com muitos vencedores deixando em seus discursos de agradecimento mensagens em prol de causas como igualdade racial, diversidade sexual e defesa do meio ambiente. O fato de o filme *Spotlight: Segredos Revelados* levar os prêmios de roteiro original e melhor filme também acabou refletindo esse tom abertamente político da cerimônia.

Isso porque o filme aborda com bastante propriedade duas importantes questões contemporâneas: o papel do jornalismo em nossa sociedade e os abusos sexuais contra menores cometidos por padres da Igreja Católica.

Dirigido por Tom McCarthy, *Spotlight* apresenta uma história verídica. No começo dos anos 2000, uma equipe de jornalistas investigativos do jornal *The Boston Globe* decidiu apurar as suspeitas de que a cúpula da Igreja de Boston estaria acobertando casos de pedofilia envolvendo sacerdotes católicos.

É a partir dessa trama que o espectador é convidado a conhecer os bastidores da redação de um dos jornais mais influentes dos Estados Unidos. Com o *Boston Globe* em crise financeira e sob o comando de um novo diretor, o clima entre os jornalistas é tenso. O diário mantém uma unidade especial – chamada justamente Spotlight – para trabalhar em pautas investigativas, que deman-

dam um enorme trabalho de apuração e tempo para checar todas as informações. A partir de uma notícia que mencionava um padre acusado de molestar sexualmente uma criança, o novo diretor pede à equipe de Spotlight para verificar se eles estavam diante de um caso isolado ou uma prática disseminada.

A investigação jornalística vai, pacientemente, desvendando como os líderes da Igreja de Boston protegeram dezenas de padres das acusações de abusos sexuais contra menores ao longo de décadas. Como Boston é uma cidade com um grande número de católicos, a Igreja tem enorme poder e mantém relações estreitas com políticos e autoridades policiais e judiciais. Essa influência ajudou a criar uma rede de proteção aos sacerdotes que cometiam abusos, evitando que os casos fossem investigados judicialmente ou vazassem para a opinião pública.

O grande mérito do filme é construir uma atmosfera atraente para levantar a discussão de um tema tão barra-pesada. A narrativa é de tirar o fôlego, mostrando em detalhes os bastidores do jornal, os desentendimentos entre os repórteres e o intrincado processo de investigação.

Apesar de o filme se passar no começo dos anos 2000, o tema, infelizmente, ainda permanece bastante atual. Quando assumiu o poder no Vaticano, em 2013, o papa Francisco formou uma comissão especial para tratar das acusações de abuso sexual cometidas por sacerdotes e autorizou o julgamento de bispos que acobertam os padres acusados de pedofilia.

Também merece destaque a forma como a obra aborda o trabalho jornalístico, mostrando como uma imprensa livre e atuante é um dos instrumentos fundamentais das sociedades democráticas.

SPOTLIGHT: SEGREDOS REVELADOS
Direção | Tom McCarthy **Ano |** 2015

A ruína econômica

A Grande Aposta aborda os eventos que levaram à crise de 2008, com boa dose de humor

A tarefa à qual o diretor Adam McKay se propôs não era das mais simples: transformar os eventos que antecederam a eclosão da crise econômica de 2008 em uma comédia de humor negro. Pois o resultado de *A Grande Aposta* surpreende não apenas pelo fato de o filme ser bem-sucedido em sua proposta cinematográfica como ainda conseguir ser didático a partir de um tema tão complexo.

A origem da crise está ligada aos empréstimos que os bancos norte-americanos concederam a milhões de clientes para comprar suas casas. Mesmo sabendo que muitas dessas pessoas não tinham capacidade financeira para pagar a dívida, os bancos autorizaram a liberação desses créditos, em operações pouco transparentes.

Algumas pessoas que atuavam no mercado financeiro perceberam que a situação logo se tornaria insustentável. Havia a intuição de que, em determinado momento, esses devedores não conseguiriam pagar as hipotecas, o que provocaria uma reação em cadeia que quebraria o sistema bancário.

É aí que entram os protagonistas de *A Grande Aposta*. No filme, acompanhamos alguns personagens que ganharam fortunas prevendo a ruína da economia norte-americana. Michael Burry, vivido por Christian Bale, por exemplo, trabalha em um fundo de investimento e decidiu apostar milhões na aquisição de um seguro contra a quebradeira do mercado. Mesmo sendo taxado de louco, a história provou quem estava certo.

Além de personagens carismáticos e da narrativa envolvente, *A Grande Aposta* lança mão de algumas sacadas que conferem ainda mais graça à trama. Quando conceitos mais complicados entram em cena, o filme faz uma pausa na narrativa e introduz celebridades, como a atriz Selena Gomez, que explicam metaforicamente as situações de forma direta para o espectador.

Ainda que essas intervenções não sejam suficientes para que a audiência saia do filme preparada para dar uma aula sobre o mercado financeiro, o recurso é muito útil no entendimento da trama. E, a partir dessa compreensão geral, é possível perceber como as engrenagens da maior economia mundial são movidas por investidores inescrupulosos e especulações, em uma estrutura que pouco difere de um grande cassino. O problema é que, quando a banca perde, o resultado é recessão, desemprego e aumento da miséria.

A GRANDE APOSTA
Direção | Adam McKay **Ano |** 2015

DIVULGAÇÃO

QUADRINHOS

China em transe

Saga de garoto chinês acompanha as transformações no país desde Mao Tsé-tung

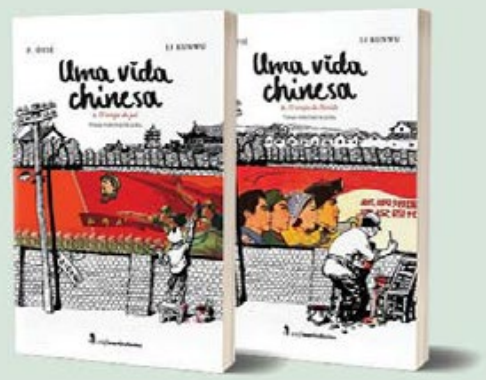
REPRODUÇÃO

Poucas histórias são tão fascinantes quanto as transformações políticas, culturais e sociais pelas quais a China passou durante o século XX. A vitória do líder comunista Mao Tsé-tung e a proclamação da República Popular da China, em 1949, mergulharam o país em um período de esperanças e turbulências, cujos reflexos moldaram a China que conhecemos hoje.

É justamente esse rico momento da história contemporânea o foco de *Uma Vida Chinesa*, trilogia em quadrinhos baseada na vida do desenhista chinês Li Kunwu, com a colaboração do diplomata francês P. Ôtié. No Brasil, estão disponíveis os dois primeiros volumes desta coleção.

No primeiro livro, a narrativa acompanha o crescimento do garoto Xiao Li, cuja saga se confunde com a própria história da China maoísta. Nascido em 1955, o herói dessa epopeia cresce imerso no idealismo comunista do pai e ao culto à figura de Mao Tsé-tung. Sob a ótica de Xiao Li, vivenciamos toda a mobilização coletiva por trás de dois momentos-chave da China no século XX.

A euforia do Grande Salto Para Frente, um projeto que modificou a organização da zona rural para impulsionar a produção agrícola, logo vira frustração com a falta de alimentos que afeta toda a comunidade. Mas é a descrição da Revolução Cultural o grande destaque do primeiro volume. A campanha de perseguições políticas e humilhações públicas é narrada de forma sensível e ao mesmo tempo didática. A abordagem dos autores consegue envolver o leitor, que vê a estrutura familiar de Xiao Li ruir, e ensinar a partir de alguns exemplos dos excessos provocados por tais humilhações contra cidadãos considerados reacionários.



UMA VIDA CHINESA
Autores P. Ôtié e Li Kunwu
Editora WMF Martins Fontes

O segundo livro aborda o período imediatamente posterior à morte de Mao Tsé-tung, quando uma nova onda de euforia toma conta do país diante da ascensão dos reformistas liderados por Deng Xiaoping. Os personagens tentam deixar os abusos da Revolução Cultural para trás e vislumbram a modernização da China. Neste volume, a trajetória pessoal de Xiao Li no Exército ganha mais destaque, com sua tentativa de entrar no Partido Comunista Chinês.

Nos dois volumes, em meio às transformações da China, a narrativa tem como fio condutor a evolução do personagem principal como desenhista – dos primeiros traços da infância até a produção de cartazes enaltecendo o regime durante a liderança de Deng Xiaoping.

Aliás, vale ressaltar que, além de apresentar um ótimo retrato da China maoísta, *Uma Vida Chinesa* brinda o leitor com os belos traços em nanquim de Li Kunwu. As expressões dos personagens e a precisão dos detalhes de cada quadro saltam aos olhos e transformam a leitura em uma experiência ainda mais agradável.

QUADRINHOS

Viagem ao mundo

Quadrinhos de desenhista canadense mostram países pouco conhecidos

REPRODUÇÃO

Uma boa oportunidade de aprender mais sobre o cotidiano de países pouco conhecidos é mergulhar na obra de Guy Delisle. O canadense ganhou notoriedade por fazer histórias em quadrinhos muito originais, nas quais traça retratos de países nos quais morou, como Coreia do Norte, China, Mianmar (antiga Birmânia) e Israel. Com um traço simples, apresenta suas histórias com muito bom humor e um olhar franco sobre a realidade.

Profissional de desenhos de animação, morou alguns meses em Shenzhen, cidade chinesa, no final dos anos 1990, para supervisionar um trabalho em sua área. Isolado pelas dificuldades de comunicação, teve a grande ideia de transformar sua experiência numa narrativa em quadrinhos, com a qual conduz o leitor a uma realidade pouco conhecida.

O mesmo se repetiu quando passou uma temporada em Pyongyang, capital da Coreia do Norte, um dos países mais fechados do mundo. Sua narrativa direta mostra os absurdos de um país onde os estrangeiros vivem em vigilância constante. Já casado e com um filho, Delisle acompanhou sua mulher, Nadège, integrante da organização Médicos Sem Fronteiras, durante um período em Mianmar, outro país onde a repressão era ostensiva quando lá viveram, entre 2006 e 2007.

Em 2008, a família, então com duas crianças, morou um ano em Israel, enquanto Nadège realizava seu trabalho médico nos territórios palestinos. Nessa situação, a vida de Delisle era, como ele diz, bancar a dona de casa: cuidar dos filhos e, no resto do tempo, fazer desenhos e conhecer o país. Esporadicamente, dava palestras e oficinas para estudantes.

CRÔNICAS DE JERUSALÉM 335 páginas
CRÔNICAS BIRMANESAS 272 páginas
PYONGYANG 192 páginas
SHENZHEN 160 páginas
EDITORA Zarabatana Books

A narrativa sobre Israel é rica e marcada pela convivência intensa do autor com judeus e palestinos. Jerusalém tem milhares de anos de história. A religiosidade, que inclui também o cristianismo em várias manifestações (ortodoxos, católicos), está fortemente presente no calendário e nas edificações.

Próximo à sua casa, há comunidades de judeus ortodoxos. Não muito longe, começa a Cisjordânia, território palestino recortado por um gigantesco muro, construído por Israel para separar as populações, quase onipresente na paisagem. Um estado de guerra entre israelenses e palestinos está presente de forma permanente: sua babá palestina sofre com o irmão assassinado por um judeu. Já Delisle, no zoológico com os filhos, vê passar ao lado uma família cujo pai carrega um fuzil com a naturalidade de quem leva uma bolsa.

Sua história, contada de forma humanista e com um olhar atento para as pessoas, traz muita informação sobre a realidade israelense. Diferentemente do norte-americano Joe Sacco, ao qual Delisle se refere em passagem engraçada, o canadense não faz reportagem em quadrinhos, mas narra sua experiência pessoal. Por isso, o nome Crônicas.

FOTOGRAFIA

A tragédia dos refugiados que chegam à Europa

Fotorreportagem com colaboração do brasileiro Mauricio Lima vence o Prêmio Pulitzer ao retratar a trágica crise dos refugiados das guerras e da fome que fogem para a Europa

MAURICIO LIMA/THE NEW YORK TIMES

A cor laranja fluorescente dos coletes salva-vidas ganha ainda mais destaque ante o fim de tarde nublado da costa de Lesbos, ilha grega a nordeste do Mar Egeu. Junto a centenas de boias e restos de botes, os objetos formam uma gigantesca pilha, que toma a maior porção da fotografia abaixo. De cima dela, um único homem vislumbra sua extensão, recriando um cenário quase apocalíptico.

Os materiais descartados são os equipamentos básicos utilizados por refugiados que concluíram a recorrente travessia da Turquia rumo à Grécia. O país tornou-se a principal rota de chegada de migrantes, que se lançam em grandes viagens em busca de melhores condições de vida nas nações europeias. A Agência Nacional da ONU para Refugiados (Acnur) estima que mais de 1 milhão de refugiados tenham entrado na Grécia, pelo mar e por terra, entre janeiro do ano passado e março deste ano.

RESTOS DE FUGAS Um homem observa o amontoado de botes infláveis vazios e coletes salva-vidas, em novembro de 2015, na praia de Lesbos, ilha do litoral da Grécia, testemunhos dos milhares de migrantes que chegam à Europa fugindo de guerras e procurando uma vida melhor

Responsável por acompanhar a chegada de imigrantes do Oriente Médio ao país, o documentarista e fotojornalista brasileiro Mauricio Lima foi premiado com o Prêmio Pulitzer 2016, na categoria Fotografia de Notícias. Fruto de um trabalho conjunto com Sergey Ponomarev, Tyler Hicks e Daniel Etter para o jornal norte-americano *The New York Times*, em 2015, a série Exodus traz um olhar bastante sensível para aqueles que fogem da fome e da guerra em seus países, no maior movimento de migração humana desde a II Guerra Mundial. As fotos foram feitas no segundo semestre, principalmente com grupos da Síria, Iraque e Afeganistão.

Semelhantemente à história da fuga do povo hebreu do Egito, contada no livro bíblico *Êxodo*, a saga dos refugiados é contada em uma narrativa visual. A chegada pelo mar é representada com as embarcações precárias, nos semblantes desgastados pela travessia à deriva e no grande número de objetos deixados, às pressas, para trás. A emoção dos que conseguem chegar à terra firme contrasta-se com a dureza das imagens de corpos levados pelas ondas, que morreram sem alcançar "a terra prometida". A narrativa continua, registrando o clima de ajuda mútua entre eles, as viagens em ônibus abarrotados, as barracas instaladas em praças. Chamam a atenção o grande número de crianças e as filas para receber agasalhos, água, alimentos. A repressão das autoridades locais traduz-se nas cenas de conflito com a polícia, decorrentes das grandes aglomerações. As grades altas, sentinelas e cercas pontiagudas evidenciam: apesar de tolerados, os que chegam não são bem-vindos ali.

A série de fotos pode ser vista no site oficial do Prêmio Pulitzer: **http://www.pulitzer.org/winners/mauricio-lima-sergey-ponomarev-tyler-hicks-and-daniel-etter**. ☒

PONTO DE VISTA

UM MESMO FATO PODE SER NOTICIADO DE MANEIRAS VARIADAS POR DIFERENTES VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

VEJA

A revista semanal de informações da Editora Abril optou por uma capa *clean*, de fundo neutro, com a foto de Michel Temer no centro. Ele não está exatamente sorrindo, mas aparece com uma expressão amistosa e, ao mesmo tempo, firme, como se estivesse pronto para receber um desafio – no caso, o seu governo interino.

A assertividade transmitida pela imagem é reforçada pela chamada principal – As apostas de Temer – que vem em letras pretas e espessas sob fundo branco e emolduradas por um retângulo vermelho. A escolha da palavra "aposta" sugere risco e ousadia, características que podem ser desejáveis e necessárias para o então provável presidente interino que almejaria tirar o país da crise.

Ladeando a figura de Temer há outras cinco chamadas complementares, que usam letras de diferentes tamanhos para sugerir a hierarquia de temas. Elas trazem exemplos das suas "apostas", como "a demissão imediata de todos os ministros". Vale notar o uso de expressões como "plano radical" e "dupla de ataque", que conferem coragem e firmeza ao anúncio das medidas.

Completa a capa uma denúncia contra o ex-presidente Lula, que ocupa a parte superior da página e faz contraponto (entre o velho e o novo modo de governar o país) com Temer.

ÉPOCA

O perfil do rosto de Michel Temer, a grande imagem em preto e branco, que ocupa toda a capa do semanário da Editora Globo, sugere a ideia de um estadista. Ele está sério, compenetrado e parece mirar o futuro para encontrar o melhor caminho para conduzir e salvar o Brasil. Ao contrário da foto de *Veja*, que procura destacar as virtudes de um homem, aqui vemos quase uma estátua, um busto.

Acompanha a fotografia uma chamada grafada em grandes letras amarelas para contrastar com os tons de cinza do fundo: "A hora e vez de Michel Temer". A frase recupera o título de um conto de Guimarães Rosa, *A Hora e Vez de Augusto Matraga*, no qual o personagem principal percebe que chegou o momento mais importante de sua vida, crucial para a definição de seu destino. No caso de Temer, a sua grande missão seria "(...) consertar o que Dilma quebrou: a economia do Brasil".

O uso de alguns termos merece destaque, como "apoio no congresso", que tem a intenção de marcar uma diferença em relação à presidente afastada, que viu sua base de sustentação ruir. E "consertar o que Dilma quebrou", que traz a ideia de algo difícil de ser revertido ("quebrou"), além de criticar sua gestão e a colocar como a única responsável pela crise ("Dilma quebrou").

Temer articula seu governo interino

Após aprovação do pedido de impeachment de Dilma na Câmara, vice anuncia suas propostas para o país

O FATO

Mesmo antes de assumir interinamente a Presidência da República, já contando com o provável afastamento da presidente Dilma Rousseff – o que se confirmou oficialmente em 12 de maio, com a votação favorável ao impeachment no Senado Federal –, Michel Temer começou a tornar públicas quais seriam suas principais medidas e decisões como chefe do Executivo. Anunciou que reduziria o número de ministérios, apontou os prováveis nomes dos futuros ministros – como Henrique Meirelles e José Serra – e expôs seus planos para o país. Entre eles, acelerar as reformas trabalhistas e da Previdência, vender parte das estatais e impulsionar os programas de privatizações para reequilibrar as contas públicas e recuperar a economia.

CARTA CAPITAL

Mais uma grande imagem de Michel Temer estampa a capa de uma revista da semana. Desta vez, de uma "edição especial da crise". Mas, ao contrário de *Veja* e *Época* – abertamente favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff –, Carta Capital, que se posiciona de forma contrária ao impeachment, traz um retrato um tanto melancólico do então futuro presidente interino.

Ele está cabisbaixo, tem o semblante apreensivo, como se estivesse antevendo problemas. Abaixo da imagem, e ocupando um espaço importante da parte inferior da capa, vemos a chamada "Surfista do golpe" – em letras amarelas e brancas que ganharam destaque sob o fundo preto. O termo "surfista" traz a ideia de aproveitador, o que não condiz muito com a fotografia escolhida – ou sugere que "surfar" não será fácil.

A palavra "golpe" mais uma vez deixa claro a posição da revista, reforçada ainda pelo texto que segue abaixo da chamada principal: "Temer prepara-se a comandar um governo ilegítimo (...)".

***Carta Capital* também chama a atenção para a repercussão internacional da crise política ("o país oferece ao mundo um espetáculo ao mesmo tempo trágico e ridículo") ao destacar ainda na parte inferior da capa uma entrevista com um jornalista e político italiano (D'Alema) e um artigo de Celso Amorim.**

ISTOÉ

Com uma linha editorial mais explícita (do que *Veja* e *Época*) de apoio ao impeachment de Dilma Rousseff, *IstoÉ* trouxe uma capa diferente dos outros três semanários. Em vez de Temer em primeiro plano, surgem as imagens do ex-presidente Lula; de João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e da presidente afastada. Eles aparecem com expressões inflamadas, sob a chamada "Sabotadores do Brasil". No fundo, figuras de militantes e bandeiras remetem ao MST e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, segundo o texto que acompanha a chamada principal, são "movimentos bancados pelo governo".

As cores vermelha e amarela, que predominam na capa, fazem referência ao Partido dos Trabalhadores (PT) e dão a ideia de urgência. Há uma certa agressividade, tanto na forma (traços e cores) como no conteúdo, que se mostra na utilização de expressões como "sabotadores", "infernizam" e "tocam fogo".

A referência à montagem do governo interino de Temer aparece em uma das chamadas no alto da página: "Meirelles na Fazenda". Vale notar que o nome do então futuro ministro foi mencionado na capa das três revistas – *IstoÉ*, *Veja* e *Época*. Como diz o próprio texto, é o nome que entusiasma o mercado e a sociedade.

Deputados deflagram impeachment

Veja como os jornais da segunda-feira, 18 de abril de 2016, noticiaram o resultado da votação na Câmara

O FATO

Na manhã do domingo, 17 de abril, após dois dias de discussões, a Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), autorizando a abertura do processo de impedimento (impeachment) da presidente Dilma Rousseff. Foram 367 votos favoráveis à abertura do processo e 137 contrários. Eram necessários 342 votos favoráveis (dois terços mais um dos deputados). A sessão foi conduzida pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que aceitara o pedido de abertura do processo solicitado por juristas apoiados pelo PSDB. A sessão extraordinária da votação foi transmitida ao vivo pela televisão e acompanhada em telões colocados em praças públicas nas capitais. Transformados em atração dominical, muitos deputados se destacaram por dedicar seus votos a familiares, sua religião, suas igrejas e seus fiéis, entre outras declarações, como se estivessem em um programa de auditório das emissoras de TV.

O GLOBO

BATALHA NO CONGRESSO

Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma

PERTO DO FIM

Dilma Rousseff começou ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil. Pouco mais de um ano depois de reeleita e de 13 anos de PT no poder, a Câmara autorizou o processo de impeachment da petista por crime de responsabilidade. Isolada, sem apoio da grande maioria dos partidos de sua ampla coalizão eleitoral, Dilma dificilmente terá forças para impedir que o Senado abra o processo e a afaste do cargo, numa votação por maioria simples, nas próximas semanas. Em guerra declarada com o PMDB de seu vice Michel Temer, maior partido do Congresso, a presidente teve menos votos do que esperava o Planalto. Foi o que se viu também nas ruas por todo o país, onde as manifestações pró-impeachment reuniram mais público do que as de apoio ao governo. Não surtiu efeito sequer o esforço do ex-presidente Lula, cuja nomeação como ministro para escapar do juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, ajudou a agravar a crise. Temer assumirá por 180 dias assim que o Senado abrir o processo

EDITORIAL
"Um passo para o impeachment"

TCHAU QUERIDA!

Temer já prepara governo

Voto 342 é dado por tucano

O GLOBO

O diário das organizações Globo não se preocupou em esconder sua opinião e, em vez de noticiar o início do processo de impeachment da presidente, noticiou seu afastamento como um fato quase consumado. Com o "chapéu" Batalha no Congresso, e sobre a manchete "Perto do fim", destacou que sobraram votos para o resultado ("25 votos a mais que o necessário"). A primeira linha de apoio à manchete dizia "Dilma Rousseff começou ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil". O texto, analítico, expunha a perda de apoio da presidente no Congresso como a razão provável de seu próximo afastamento no Senado, e citava a comemoração nas ruas. Encaixado no texto, um destaque em quadro chamava para a opinião do veículo: Editorial – "Um passo para o impeachment. Falta o julgamento propriamento dito, no Senado, e Temer precisa agir". No centro da área ao pé da capa, Temer é caricaturado com uma cauda de raposa, animal considerado astuto e perigoso.

A foto escolhida reafirmava a escolha do jornal, mostrando a celebração de vitória dos oposicionistas, carregando o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que acabara de dar o voto 342 pelo "sim", que autorizava a abertura do processo no Senado.

Abaixo desse conjunto, o jornal procurou dar densidade à edição, com oito colunas trazendo 27 chamadas de seus articulistas, todos convocados a abordar algum aspecto do resultado. Uma chamada de reportagem, na lateral direita, situava o papel do vice-presidente: "Temer já prepara governo. Em clima de festa, Temer fez planos de governo no Jaburu", explicava a caricatura.

O ESTADO DE S. PAULO

EDIÇÃO ESPECIAL

IMPEACHMENT AVANÇA

367 deputados votaram a favor e 146, contra ● Dilma promete 'lutar até o fim', mas Planalto vê situação dramática ● Oposição tenta antecipar decisão do Senado, prevista para dia 11 ● Milhares vão às ruas em 23 Estados do País

O ESTADO DE S. PAULO

Com um selo de Edição Especial, o jornal optou por radicalizar graficamente a edição, com uma foto dominando toda a capa, que se abria para a última página do caderno formando um pôster gigante. Toda a apresentação acompanhava a manchete, que exprimia neutralidade: "Impeachment avança". Ao pé da página, quatro pequenas chamadas procuraram sintetizar o que ocorreu e os desdobramentos:

- **"367 deputados votaram a favor e 146, contra."**
- **"Dilma promete "lutar até o fim", mas Planalto vê situação dramática" – colocando o lado governamental.**
- **"Oposição tenta antecipar decisão do Senado, prevista para dia 11."**
- **"Milhares vão às ruas em 23 estados do país" – novamente em tom neutro, já que houve manifestações contra a presidente e de apoio a ela.**

A foto escolhida pelo jornal é de grande riqueza visual, registra o clima de euforia e quase tumulto que tomou conta da Câmara nos momentos que se seguiram ao final da votação. Atrás do deputado e então presidente da casa, Eduardo Cunha, veem-se membros da bancada evangélica, e o pastor Silas Malafaia de olhos fechados e mão espalmada, orando ou abençoando a plateia. Há braços erguidos em todas as direções sob uma chuva de papel picado, a bandeira do país no centro da imagem e cartazes encomendados pela oposição. Em primeiro plano, um deputado faz selfie, enquanto dezenas de outros estão filmando ou fotografando o plenário da sessão.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SIM 367 x 137 NÃO

IMPEACHMENT!

Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em 'grande responsabilidade'

ÍNDICE

VINICIUS MOTA
Impeachment é punição exemplar para fraude fiscal A2

VALDO CRUZ
Petista colheu o que plantou; clima era de vingança A2

PAINEL
Temer começa a definir eventual ministério A6

BERNARDO MELLO FRANCO
Durante semanas, país terá governo pela metade A7

CELSO ROCHA DE BARROS
Vice é presa frágil por estar mais perto da Lava Jato A8

MARIO SERGIO CONTI
Collor e Dilma diferiram no quesito corrupção A8

VINICIUS TORRES FREIRE
Vencerros na votação pedem reformas já A19

ENTREVISTA DA 2ª
Deputados votam por Israel, maçons, netos, corretores e... A20

MATIAS SPEKTOR
Não ter defensores no exterior é culpa do próprio governo A22

EDITORIAIS A2

RODEIO

ATMOSFERA

Deputados comemoram voto decisivo a favor do impeachment da presidente Dilma

O vice Michel Temer (PMDB) e aliados acompanham a votação no Palácio do Jaburu

A Câmara dos Deputados autorizou neste domingo (17) a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Vana Rousseff (PT), 68, acusada de fraudar o Orçamento da União. Foram 367 votos a favor (71%) —eram necessários 342— e 137 contra (27%). É a segunda vez que a Casa analisa pedido de afastamento desde a redemocratização do país, em 1985.

A denúncia será agora remetida ao Senado, e a maioria simples dos 81 senadores decidirá em breve se instaura o processo e a afasta por até 180 dias. Nesse caso, o vice, Michel Temer (PMDB), assume interinamente. A **Folha** 47 já declaravam ser favoráveis ao impeachment.

O governo deve recorrer mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal para tentar barrar a tramitação. Lideranças do PT defendem a convocação de eleições presidenciais. Dilma "não se curvará" e vai lutar até o fim, disse José Eduardo Cardozo, advogado-geral da União.

Se o processo for instalado, os senadores se transformarão de julgar a presidente. São necessários 54 votos para a deposição, a suspensão por cinco anos dos direitos políticos da petista e a efetivação de Temer no cargo, com mandato até 31 de dezembro de 2018. Ele seria o terceiro vice a governar o país em três décadas. José Sarney e Itamar Franco substituíram, respectivamente, Tancredo Neves, morto, e Fernando Collor, cassado.

A votação começou às 17h46, após 57 horas de sessão. Os 342 votos foram alcançados às 23h07, com Bruno Araújo (PSDB-PE), Gil Mauro Lopes (PMDB-MG) mudando de posição e votos a favor do pedido. O último dos 509 dias foi marcado por altercações, críticas ao PT e ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), após à Operação Lava Jato e homenagens a familiares.

Nas ruas, a maior manifestação anti-Dilma reuniu 250 mil pessoas na avenida Paulista, segundo o Datafolha. Os simpatizantes da petista permaneceram em cerca de 42 mil na sede do Anhangabaú, no centro de SP. O voto definidor foi saudado com gaseteiço e buzinaço.

Abandonada por aliados, a presidente atuou diretamente nas negociações para evitar o impeachment, com ajuda do ex-presidente Lula (PT). A ofensiva deu pernadas fabulosas, porém, surtiu mais efeito.

Primeira mulher a ocupar o cargo, Dilma foi eleita em 26 de outubro de 2014 com 54,5 milhões de votos, 51,6% dos válidos, na vitória mais apertada desde 1989. Em agosto passado, já tinha a maior taxa de reprovação (71%) de um presidente em 30 anos.

A economia se deteriorou após a reeleição. O desemprego (8,3% em 2014) saltou para 9,3% neste ano. Em 2015, o PIB teve a maior queda entre as 20 maiores economias do mundo. Neste ano, estima-se retração similar, de 3,8%. A inflação atingiu 10,7% em dezembro.

Nascido em Tietê (SP), Michel Miguel Elias Temer Lulia, 75, poderá tornar-se 6º presidente. Foi professor de Direito Constitucional da PUC-SP, procurador-geral e secretário de Segurança de São Paulo e deputado federal por seis mandatos. Articulou o apoio do PMDB a Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Em 2006, negociou a aliança com o PT. Tem cinco filhos e a mulher, Marcela Temer, 32, está grávida do segundo do casal.

Chamado de golpista pela presidente, Temer passou as últimas semanas articulando a viabilidade política de seu governo. Aliados já discutem o eventual ministério. Entre os cotados para a Fazenda estão Henrique Meirelles e Armínio Fraga, ex-presidentes do Banco Central, e Paulo Hartung (PMDB), ex-governador do Espírito Santo. "O que nos espera é uma grande responsabilidade. Agora vem a parte mais difícil", afirmou Temer à **Folha**.

Tramitam no Tribunal Superior Eleitoral ações que podem resultar na cassação do presidente. **Poder**

FOLHA DE S.PAULO

Com um "chapéu" que trouxe o resultado da votação, inclusive as sete abstenções e duas ausências, o jornal apenas manchetou a palavra impeachment. Um sinal de exclamação fez o entendimento ultrapassar os limites do início do processo parlamentar e sugeriu sua conclusão, definindo uma cobertura dúbia. O "olho" explicativo abaixo adota um tom neutro, ao explicitar a autorização para o processo e colocar o lado do governo Dilma. Na sequência, novamente um tom de duplo sentido, pois "Temer fala em grande responsabilidade" sugere como inevitável o afastamento e a posse do vice-presidente.

O jornal também destacou foto do momento em que o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) dá o voto definidor do resultado, mas agregou uma foto exclusiva, em que vemos o vice-presidente Michel Temer com um sorriso largo. O leitor que apenas vê a imagem pode interpretá-la como alegria de Temer, articulador do processo no Congresso, pelo resultado. A legenda diz que ele "e aliados acompanham a votação no Palácio Jaburu" e o vice-presidente poderia estar rindo das declarações dos parlamentares oposicionistas no momento em que votavam.

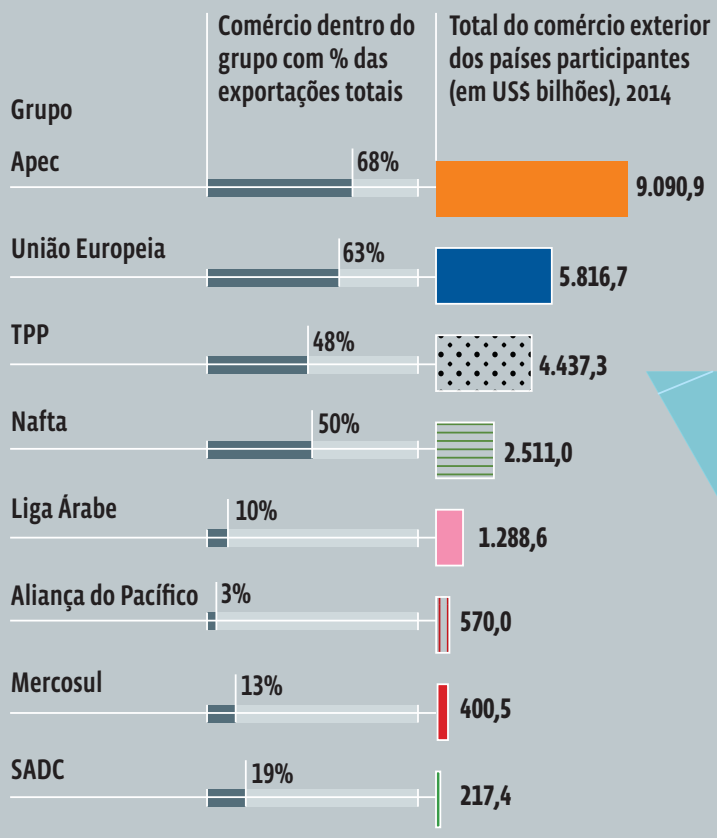
Um extenso texto à direita detalha o que ocorreu dentro e fora da Câmara, e faz um resumo da conjuntura que levou ao fato e do currículo de Temer. Como *O Globo*, a *Folha de S.Paulo* também procurou dar densidade à cobertura, com chamadas de sete articulistas, para o editorial "O país tem pressa" e para as infelizes declarações dos parlamentares ao votar.

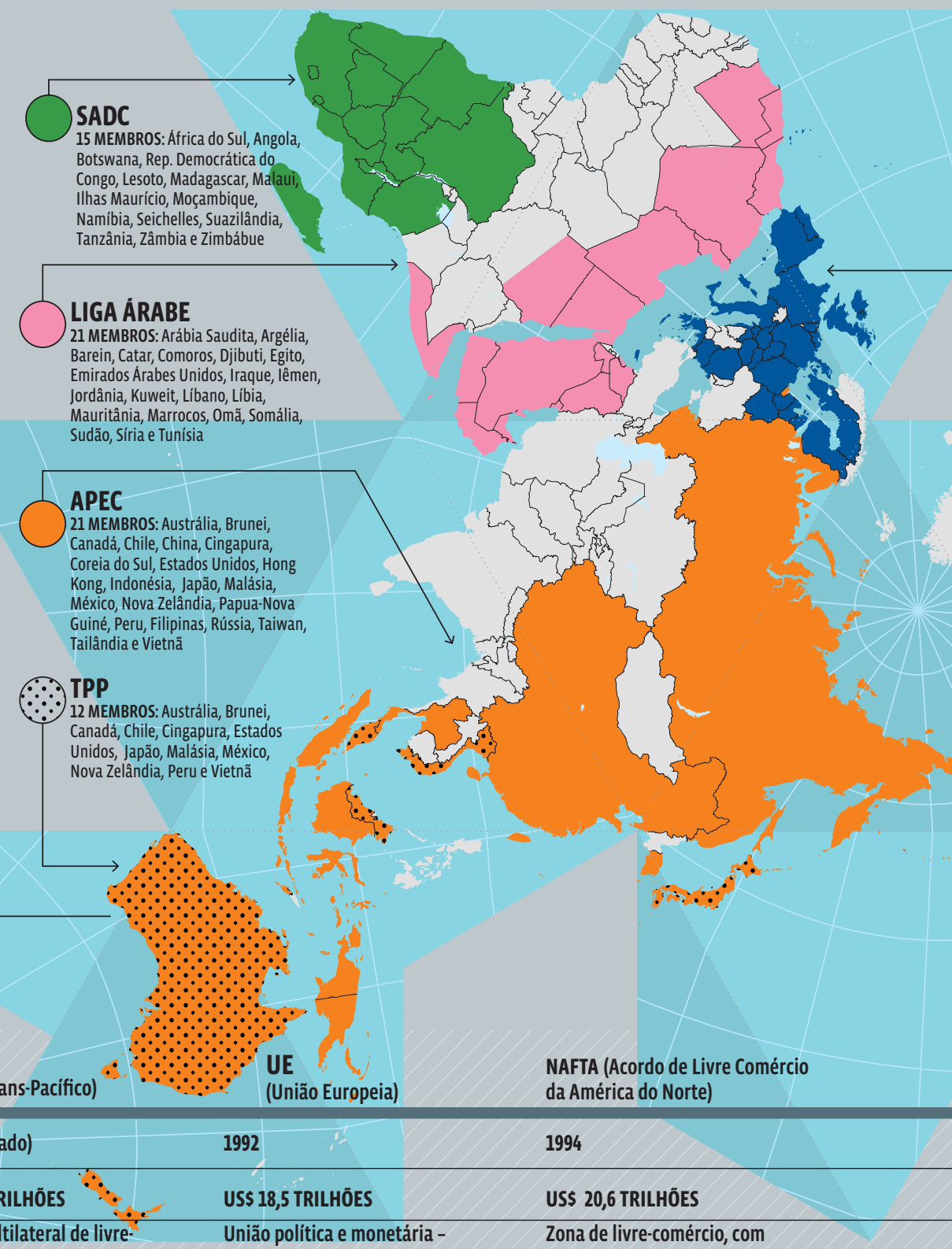
DESTRINCHANDO

NO ESTUDO E NO DIA A DIA, GRÁFICOS, MAPAS E TABELAS TRAZEM MUITAS INFORMAÇÕES

MAPA-MÚNDI DOS BLOCOS ECONÔMICOS

Conheça a seguir as características de alguns dos principais blocos econômicos do mundo





PESOS PESADOS

Assinado em 4 de fevereiro de 2016, o TPP ainda não está em vigor, pois depende da aprovação dos Legislativos dos países-membros. Seus 12 signatários também são membros da Apec

	APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico)	TPP (Tratado Trans-Pacífico)	UE (União Europeia)	NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte)
Ativo desde	1989	2016 (assinado)	1992	1994
PIB total (2015)	US$ 43,6 TRILHÕES	US$ 28,7 TRILHÕES	US$ 18,5 TRILHÕES	US$ 20,6 TRILHÕES
Tipo	Fórum econômico para promover a integração comercial e estimular os investimentos entre os países-membros, com redução de tarifas e barreiras alfandegárias	Acordo multilateral de livre-comércio, com redução e eliminação de tarifas alfandegárias de comércio, serviços e patentes e unificação de leis trabalhistas	União política e monetária – integração de parte da legislação e da moeda, com livre circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas	Zona de livre-comércio, com redução ou eliminação de tarifas alfandegárias entre membros
COMÉRCIO INTRABLOCO (US$ TRILHÕES)	4,9 (2010) ▶ 6,2 (2014)	1,7 (2010) ▶ 2,1 (2014)	3,4 (2010) ▶ 3,8 (2014)	0,95 (2010) ▶ 1,25 (2014)

Fontes: *Aliança do Pacífico, Apec, União Europeia, Nafta, TPP, Mercosul, SADC, Liga Árabe, FMI, Unctad*

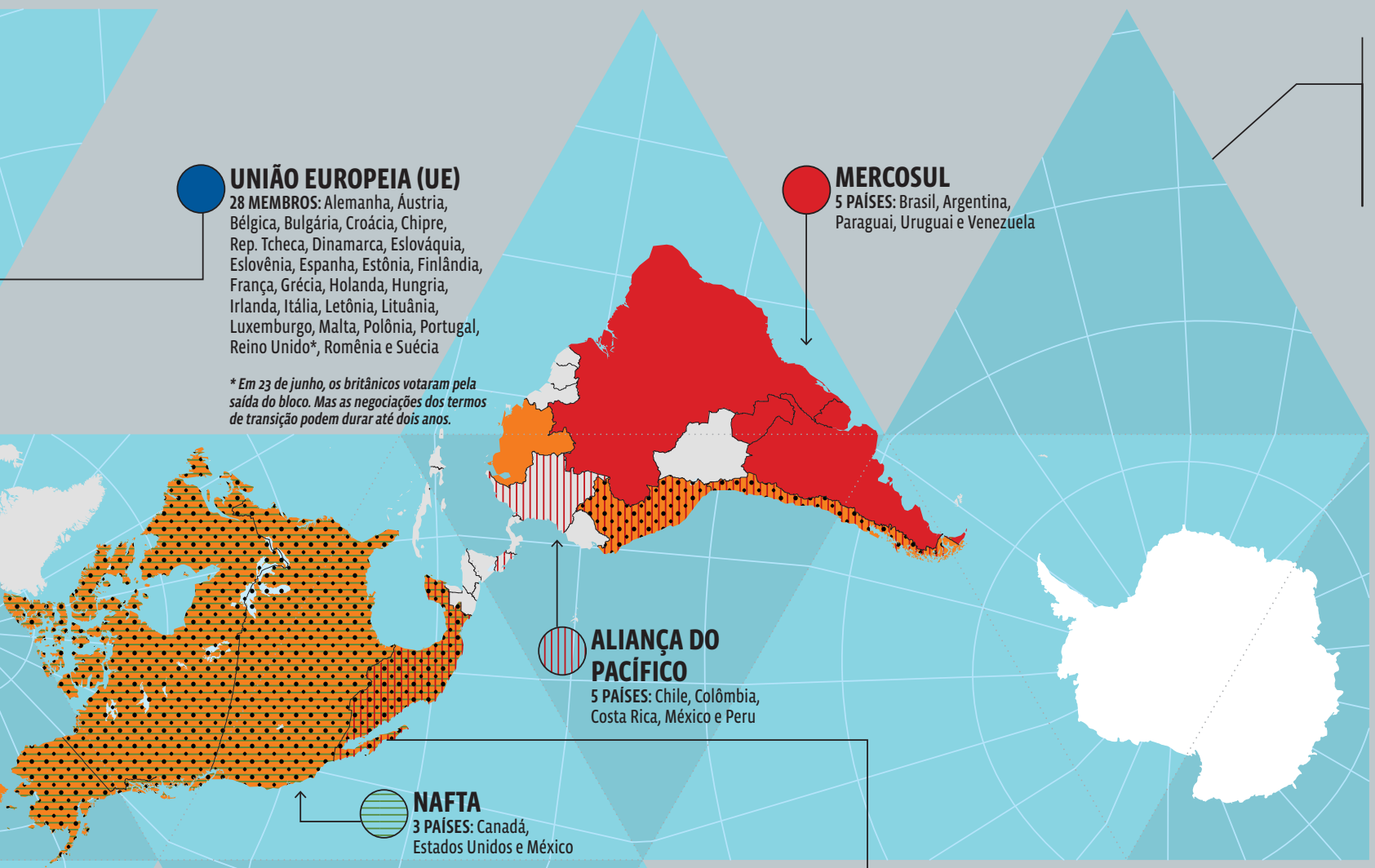
A integração do comércio mundial

Com o apoio dos blocos econômicos, as exportações são importantes fontes de receitas para os países

Por **Marcelo Soares** e **Mario Kanno/MultiSP**

Em 2014, os países somados exportaram quase 19 trilhões de dólares. Boa parte desse comércio é impulsionada pelos blocos econômicos, ou clubes de países que compartilham regras para facilitar transações multilaterais. Essas regras podem incluir desde a ausência de taxas alfandegárias e exigência de passaporte dentro do bloco, como ocorre no Mercosul, até a união das políticas econômicas dos países-membros, como ocorre na União Europeia (UE).

Mas participar de blocos econômicos pode criar desvantagens para negociar com outros países. A facilitação das importações, por exemplo, pode prejudicar setores vitais da indústria ou da agricultura local ao abrir o mercado à concorrência externa. Como se viu nos últimos anos no caso da UE, a unificação das políticas econômicas também faz com que turbulências em alguns países do bloco afetem todos. Conheça a seguir as características de alguns dos principais blocos econômicos do mundo.



SOBRE A PROJEÇÃO DESTE MAPA

A projeção deste mapa é diferente dos planisférios, utilizados com mais frequência. O mapa Dymaxion, ou projeção de Fuller, é projetado na superfície de um poliedro. Note que, se você cortar a superfície delimitada pela cor azul, é possível formar um mapa tridimensional, que retém boa parte da integridade proporcional relativa do mapa-múndi. A projeção foi criada por Buckminster Fuller, que a patenteou em 1946.

MULTIBLOCOS

O México é membro de quatro dos principais blocos econômicos do mundo: TPP, Apec, Nafta e Aliança do Pacífico. Isso se deve muito à sua localização privilegiada, com o forte mercado dos EUA ao norte, os países latinos ao sul, e a costa voltada para o Pacífico

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)	ALIANÇA DO PACÍFICO	SADC (Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento)	LIGA ÁRABE
1991	2012	1992	1945
US$ 3,4 TRILHÕES	US$ 2,2 TRILHÕES	US$ 1,2 TRILHÕES	US$ 2,1 TRILHÕES
União aduaneira – além de reduzir ou eliminar tarifas alfandegárias, define regras para o comércio com nações de fora do bloco, como o estabelecimento de uma tarifa	Pacto intergovernamental – inclui área de livre-comércio, tráfego sem visto, integração de mercados financeiros e representações comerciais conjuntas	Pacto intergovernamental – inclui área de livre-comércio, com redução e eliminação de tarifas alfandegárias, e união aduaneira com uma tarifa externa comum	Pacto intergovernamental – inclui área de livre-comércio, com redução e eliminação de tarifas alfandegárias, e tráfego sem visto
0,051 (2010) ◀ 0,051 (2014)	0,018 (2010) ◀ 0,021 (2014)	0,031 (2010) ◀ 0,039 (2014)	0,097 (2010) ◀ 0,133 (2014)

Mercosul: hermanos, apesar das crises

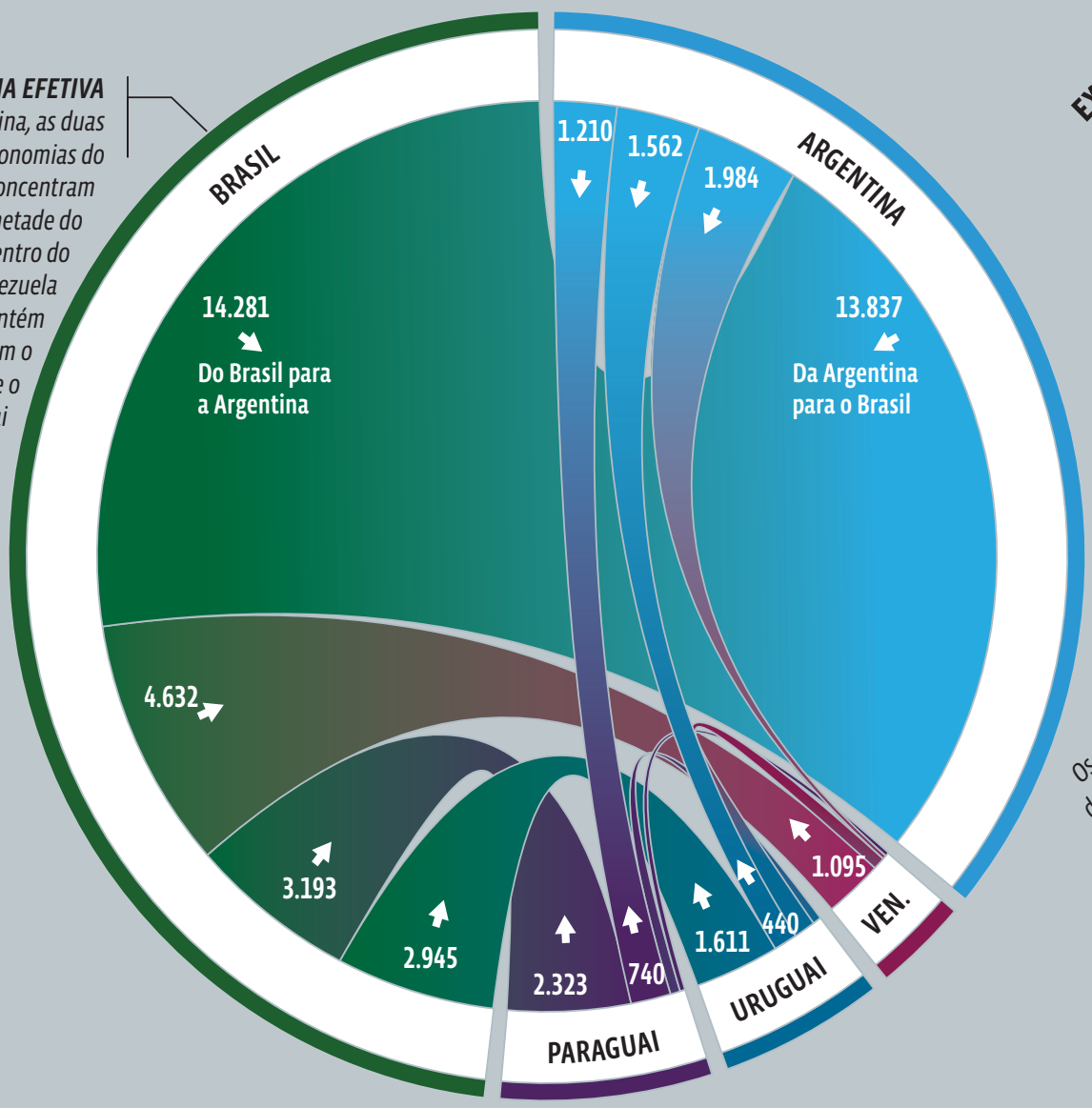
O Mercado Comum do Sul completa 25 anos, promovendo maior integração entre os países-membros, mas o comércio pode evoluir mais

Há 25 anos, o leite e o vinho argentinos ficaram comuns nos supermercados brasileiros. Sem carimbo no passaporte para visitar o Brasil, as placas pretas dos carros argentinos invadiam as praias catarinenses. Parte desses carros vinha do Brasil, sob um acordo que estimulou a instalação de montadoras nos dois países. Eram os efeitos mais visíveis da criação do

O COMÉRCIO DENTRO DO MERCOSUL

Fluxo de comércio entre os países, em US$ milhões, 2014

PARCERIA EFETIVA
Brasil e Argentina, as duas maiores economias do Mercosul, concentram mais da metade do comércio dentro do bloco. Já a Venezuela quase não mantém comércio com o Paraguai e o Uruguai



EXPORTAÇÕES NO MERCOSUL

Em US$ bilhões, 2014

Os 25,1 bilhões de dólares que o Brasil arrecadou com as exportações ao Mercosul em 2014 respondem por 58,4% das vendas externas do país

LINHA DO TEMPO

Os fatos mais marcantes da história do Mercosul

1979 – Assinado o primeiro acordo entre Brasil, Argentina e Paraguai

1984 – Inauguração da usina de Itaipu, localizada na tríplice fronteira entre os países

1986 – Os presidentes José Sarney (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina) assinam acordo de cooperação econômica

1991 – Tratado de Assunção estabelece a criação do Mercosul, determinando um mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

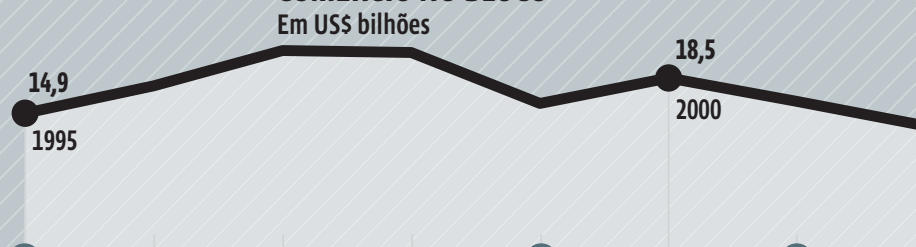
1994 – Protocolo de Ouro Preto transforma a área de livre-comércio em união aduaneira a partir do início de 1995

1995-1999 – Regime automotivo torna atraente a instalação de montadoras no Brasil e na Argentina, com incentivos fiscais. Os carros se tornaram os principais produtos da pauta de exportação dos dois países no Mercosul

2001 – Em dezembro, a Argentina tem cinco presidentes em 12 dias, devido à crise econômica

COMÉRCIO NO BLOCO

Em US$ bilhões



Mercado Comum do Sul (Mercosul), inaugurado em 26 de março de 1991.

O Mercosul é filho da necessidade com a política de boa vizinhança. Em 1985, recém-saídos de ditaduras militares e com o nome sujo no FMI, Brasil e Argentina assinaram um acordo para aumentar o comércio bilateral. Isso evoluiu para a criação de uma zona de livre-comércio englobando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O bloco cortou restrições à circulação de mercadorias, serviços e pessoas, além de unificar as condições comerciais com outros países.

Vaivéns da política e da economia sempre afetam o bloco. Em 2001, a crise pegou a Argentina em cheio. Depois, a proximidade entre os governos Lula e Kirchner impulsionou o Mercosul. Aí, a crise global de 2008-2010 diminuiu as transações. Em 2012, com o Paraguai suspenso, a Venezuela entrou no bloco para comprar mais barato de países para onde vende petróleo. Em 2015, a Bolívia iniciou processo para se juntar ao grupo.

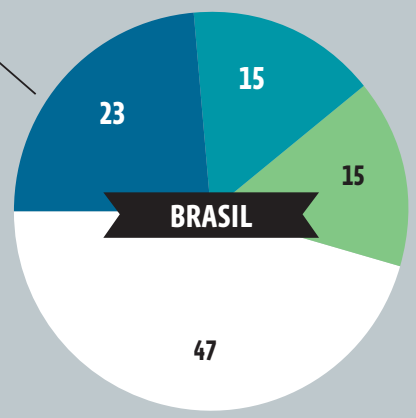
Até hoje, porém, o comércio dentro do Mercosul não chega a 14% do que importam e exportam seus países. Dois terços desse volume ainda se concentram entre Brasil e Argentina.

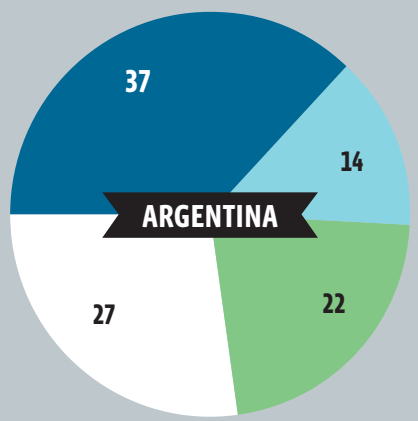
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO NO MERCOSUL

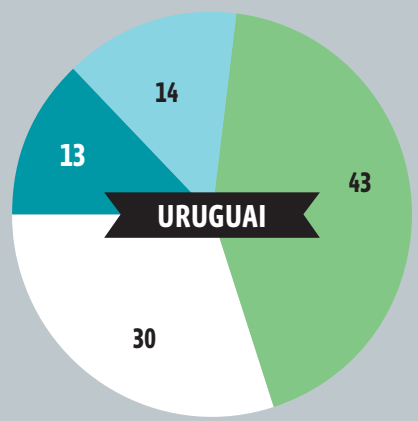
Em % do total, em 2014

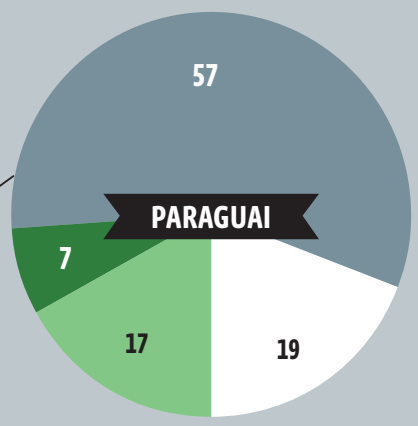
Quanto menor a porcentagem do produto mais exportado por um país, mais variada tende a ser sua pauta de exportação e mais complexa tende a ser sua economia

Veículos
Manufaturas simples (borracha, couro, papel, têxteis)
Produtos químicos (exceto orgânicos)
Alimentos e animais vivos
Oleaginosas
Petróleo e correlatos
Eletricidade
Outros

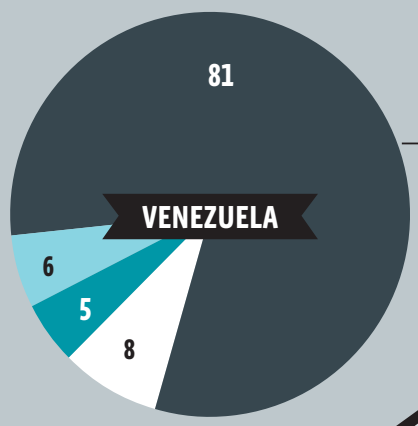




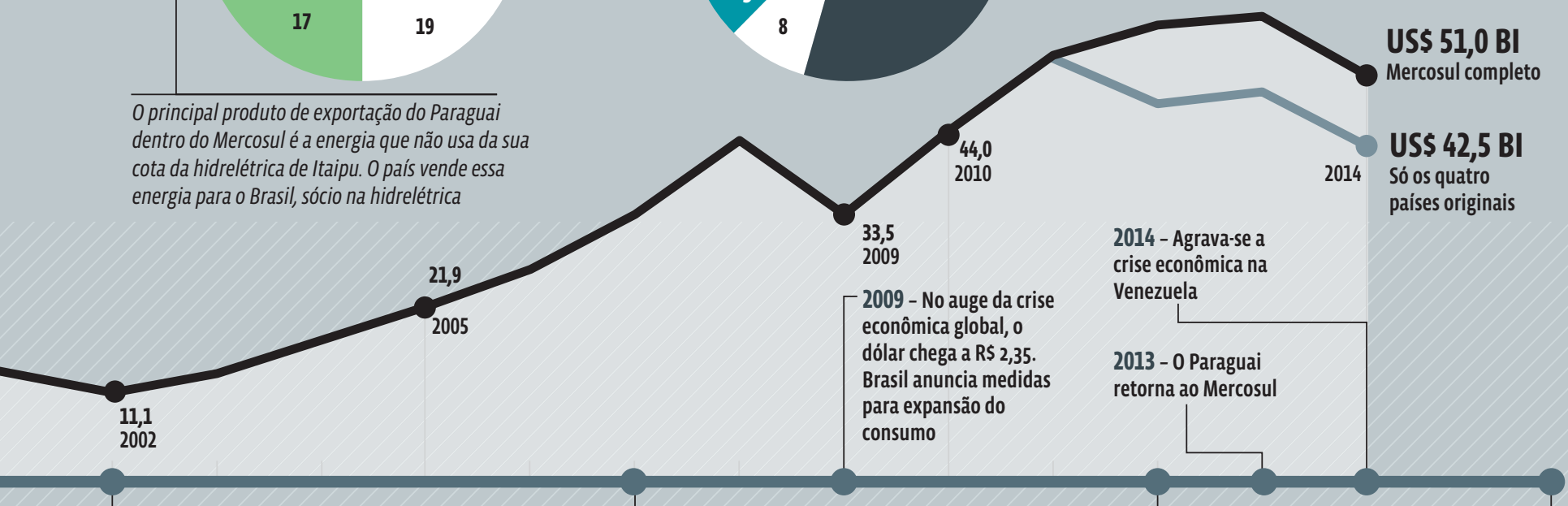




O principal produto de exportação do Paraguai dentro do Mercosul é a energia que não usa da sua cota da hidrelétrica de Itaipu. O país vende essa energia para o Brasil, sócio na hidrelétrica



A dependência da Venezuela em relação às exportações do petróleo está na raiz dos seus problemas políticos e econômicos.



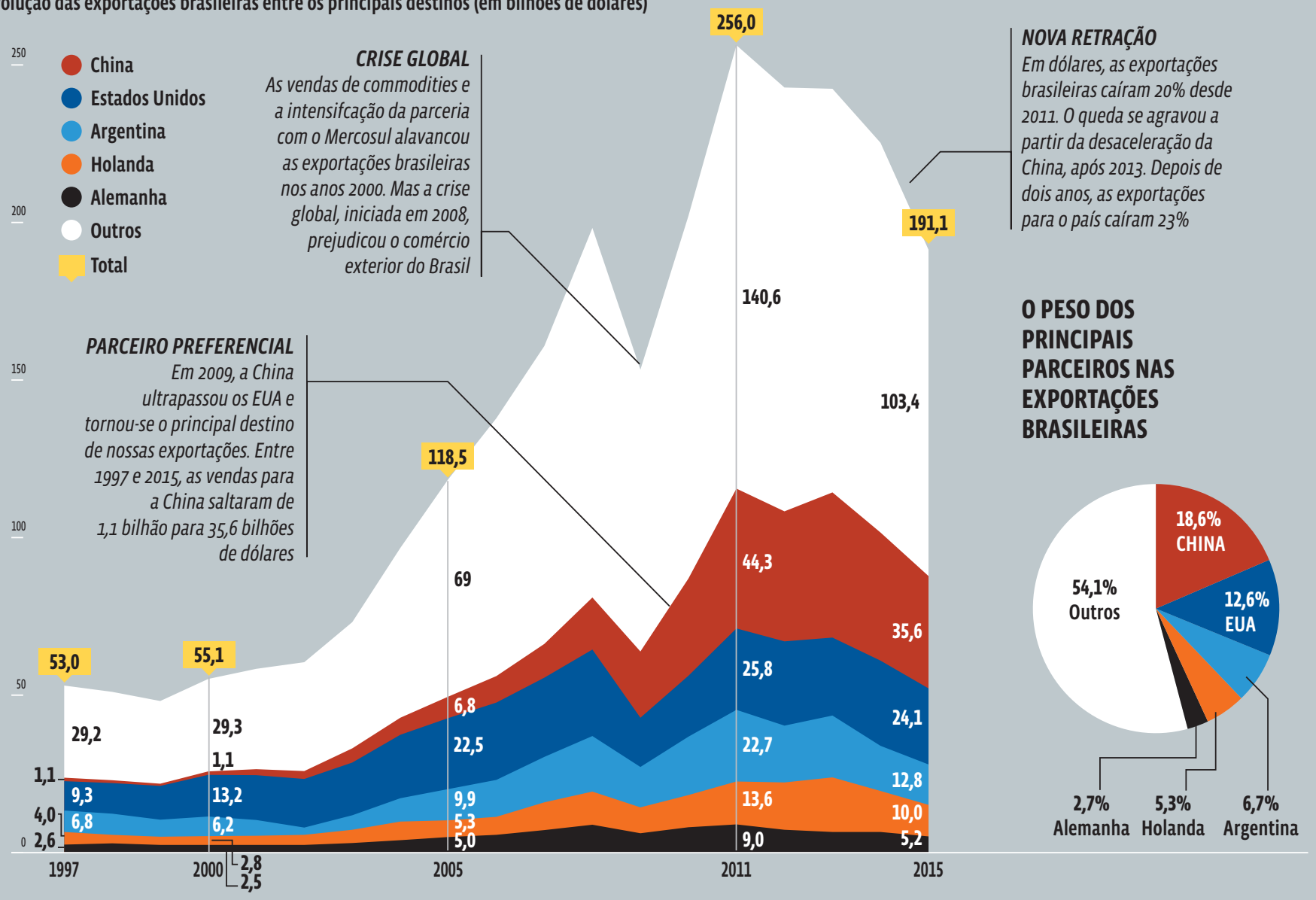
O Brasil e a dependência das commodities

Os produtos primários representam 68% das exportações brasileiras, sobretudo devido ao apetite chinês por minério de ferro e soja

A alquimia do comércio exterior transforma minério de ferro em automóveis, café em medicamentos e derivados do plástico em smartphones. Na última década, o Brasil aumentou sua dependência das commodities em sua pauta de exportação e passou a comprar cada vez mais itens tecnológicos. Atualmente, os produtos de baixo valor agregado e com preços

NEGÓCIO DA CHINA

Evolução das exportações brasileiras entre os principais destinos (em bilhões de dólares)



O PESO DOS PRINCIPAIS PARCEIROS NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

O PROBLEMA DA COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA

O economista Sanjaya Lall (1940-2005), professor de Oxford, classificou a pauta comercial de países em desenvolvimento com base no grau de complexidade tecnológica dos produtos. Quanto mais primária a pauta, maior a dependência de outros países. Veja uma escala adaptada desse índice, comparando Brasil, Rússia, China e México:

Produtos primários
Grãos, minérios, petróleo, madeira, e recursos naturais processados, como sucos, óleos vegetais, metais básicos, cimento e vidro

Baixa tecnologia
Tecidos, roupas, calçados, estruturas simples de metais, móveis, joias, brinquedos

Média tecnologia
Automóveis e autopeças, fibras sintéticas, produtos químicos, tintas, fertilizantes, plástico, aço, relógios, navios, maquinário

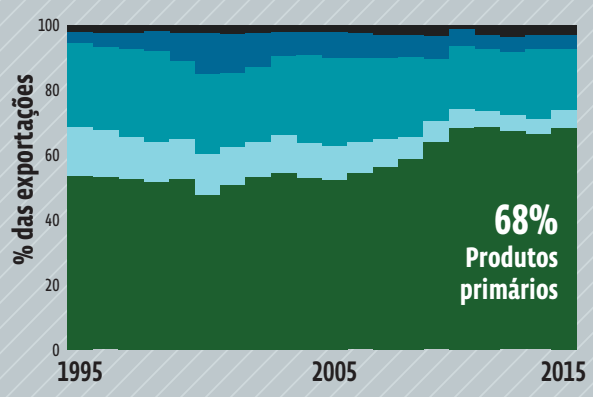
Alta tecnologia
Computadores, TVs, transistores, turbinas, geradores de energia, produtos farmacêuticos, aeronaves, câmeras, smartphones

Não classificados
Eletricidade, filme para cinema, material impresso, ouro, obras de arte, animais domésticos

Fonte: *Unctad*

BRASIL

Cresce a dependência de grãos e minério na década de 2000

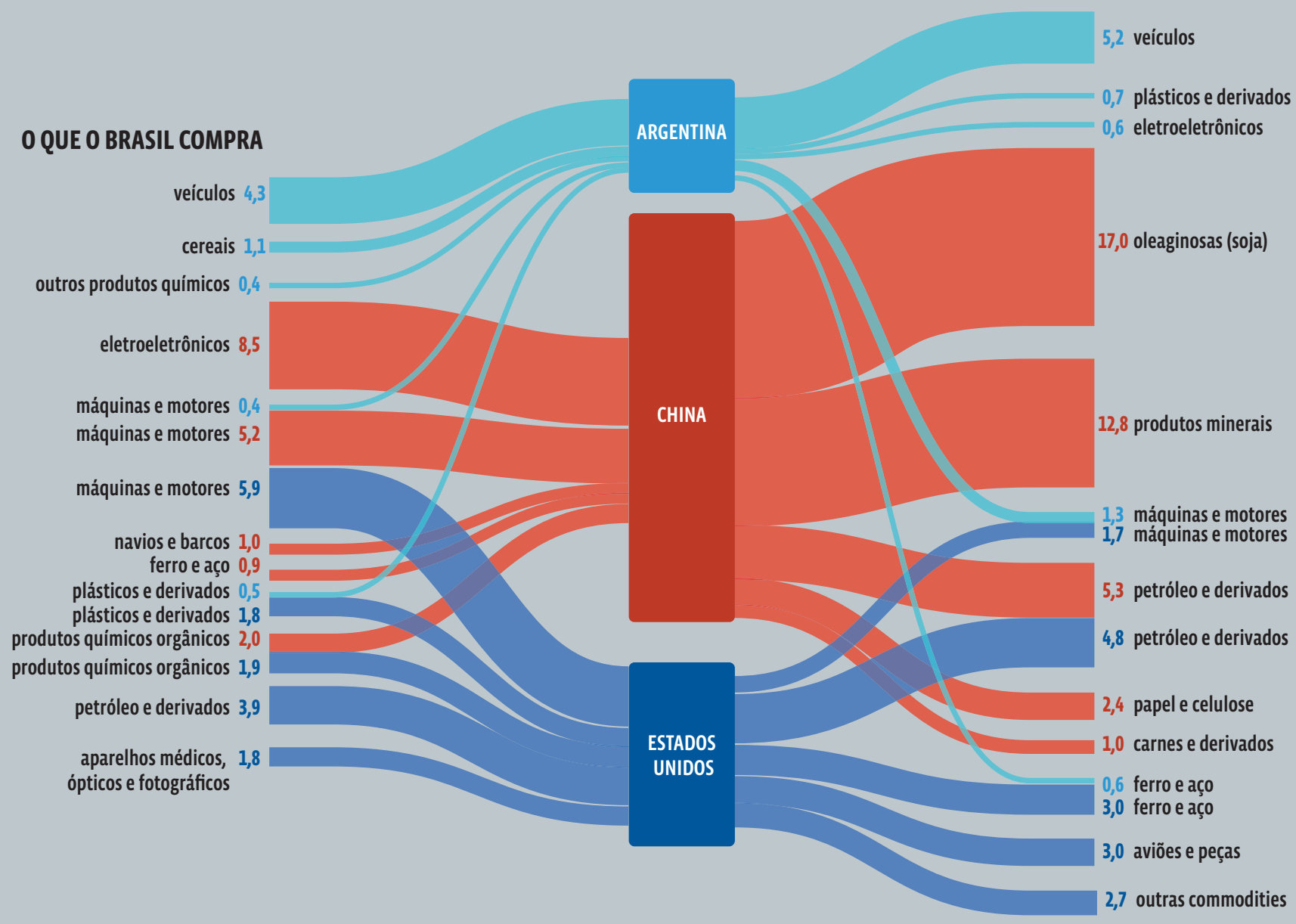


instáveis, determinados pelos mercados internacionais, representam 68% do cardápio de vendas do Brasil.

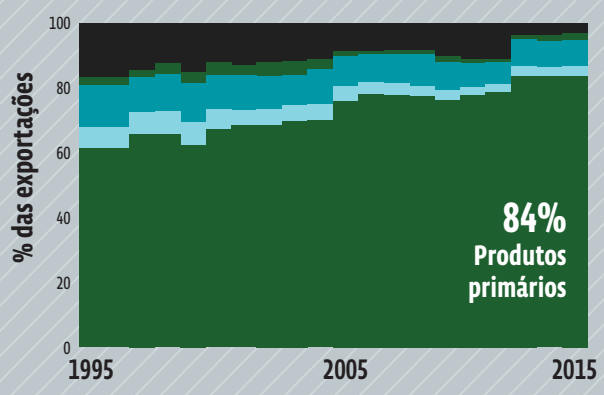
Boa parte das vendas de produtos minerais, como o minério de ferro, vai para a China. Em 1997, os chineses compravam menos do que o Paraguai. Hoje, o país mais populoso do mundo virou o maior parceiro comercial do Brasil, levando 18% de tudo o que o Brasil exporta, especialmente commodities. Por sua vez, nós compramos dos chineses produtos de média e alta tecnologia – muitos deles fabricados com o minério de ferro que vendemos à China.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, o Brasil vendeu para mais de 200 parceiros em 2015, da Argentina ao Zimbábue. Ao final daquele ano, porém, as exportações do país haviam regredido a um nível inferior ao de 2008, antes da crise mundial. A retração das vendas externas também tem influência da desaceleração da economia chinesa, a partir de 2013. O peso ganho no comércio brasileiro pelo parceiro oriental faminto por commodities, aliado à desvalorização do real e a outras instabilidades internas, agravou a situação da economia nacional. ☒

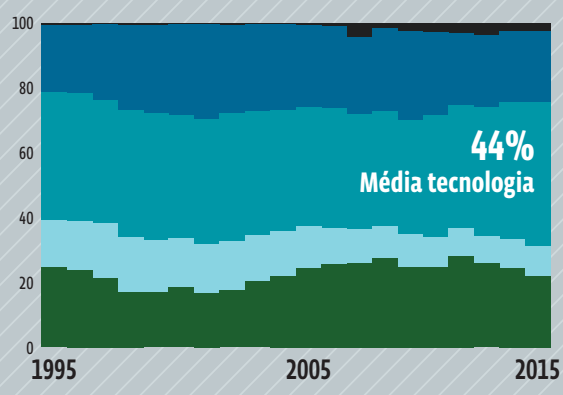
O QUE ENTRA E O QUE SAI DOS CONTÊINERES BRASILEIROS (EM BILHOES DE DÓLARES)



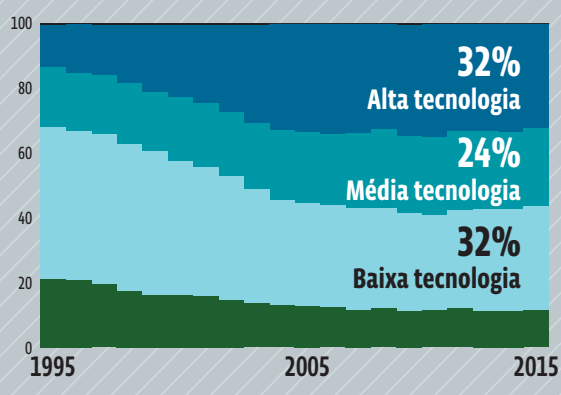
RÚSSIA
Cada vez mais, o petróleo domina a pauta de exportação



MÉXICO
Automóveis puxam as vendas de manufaturados



CHINA
Roupas e tênis dos anos 90 perdem importância para smartphones



AOS OLHOS DA LEI
Manifestante protesta contra o pré-candidato republicano Donald Trump, em dezembro de 2015

TIMOTHY A. CLARY/AFP

ELEIÇÃO IMPREVISÍVEL

Em um cenário de incertezas, a democrata Hillary Clinton e o republicano Donald Trump disputam a presidência da nação mais poderosa do planeta

Por **Claudio Soares**

KENA BETANCUR/AFP

A DEMOCRATA
A pré-candidata Hillary Clinton discursa para a comunidade latina em Nova York, em abril de 2016

A poucos meses das eleições que irão definir o próximo presidente dos Estados Unidos (EUA), em novembro, o quadro é de incertezas como poucas vezes se viu no país. Os dois partidos que dominam amplamente a vida política norte-americana, o Democrata – do atual presidente Barack Obama – e o Republicano, apresentam divisões internas que podem ter influência decisiva no resultado eleitoral.

As divergências fratricidas nos dois principais partidos dos EUA têm a ver com a acirrada disputa ocorrida no primeiro semestre durante as primárias – eleições prévias nas quais os partidos escolhem os seus candidatos ao pleito presidencial (*veja boxe na pág. 33*).

Entre os democratas, a ex-senadora e ex-secretária de Estado Hillary Clinton teve de superar uma dura disputa contra o senador Bernie Sanders para conquistar a maioria dos delegados que indicarão o candidato do partido. Essa batalha prévia, além de atrasar o início efetivo de sua campanha, pode lhe trazer mais dificuldades, já que muitos apoiadores de Sanders continuam contestando Hillary.

Do lado republicano, o caráter de imprevisibilidade foi ainda maior, porque o empresário Donald Trump, que nunca havia concorrido a nenhum cargo eletivo, suplantou, na votação interna, os principais nomes do partido que se candidataram, entre os quais os senadores Ted Cruz e Marco Rubio e o ex-governador Jeb Bush, irmão de George W. Bush e filho de George Bush, ambos ex-presidentes. Com isso, derrotou não apenas seus rivais diretos, mas a própria cúpula republicana, que pretendia ter um nome mais vinculado organicamente ao partido. Republicanos influentes já anunciaram que não pretendem votar em Trump.

A rigor, não está assegurado nem mesmo que a disputa seja entre os dois, porque a decisão oficial a respeito sairia somente na segunda quinzena de julho (após o fechamento desta edição), quando ocorrerão as convenções de ambos os partidos. Em tese, Trump poderia ser rejeitado pelos delegados republicanos. Embora essa possibilidade seja remota, não é inteiramente desprezível, num quadro de instabilidade como o atual.

Surpresa na campanha

Democratas e republicanos enfrentam-se de modo duro há muitas décadas, procurando marcar diferenças e estreitar laços com seus respectivos eleitores. Se o Partido Republicano costuma ser associado a posições conservadoras, o Democrata é considerado mais progressista, porque recebe o apoio de parcelas importantes do sindicalismo e de entidades defensoras dos direitos das minorias. Já nas questões decisivas de política externa ou contra o terrorismo, as posições são menos diferenciadas.

Mas, durante as primárias, o democrata Sanders e, principalmente, o republicano Trump trouxeram à cena política dos EUA algumas mudanças nos temas e procedimentos que marcam as campanhas presidenciais. Sanders, que já tem de incomum o fato de se apresentar como socialista no país que é o centro do capitalismo mundial, propôs políticas em defesa dos trabalhadores e da classe média, como o aumento do salário mínimo e a adoção de um sistema de saúde público e universal. Outro de seus temas foi a crítica a ações policiais contra os negros.

ROBYN BECK/AFP

O REPUBLICANO
Donald Trump discursa sobre segurança nacional, em San Pedro (Califórnia), em setembro de 2015

Posições semelhantes já foram defendidas nos EUA por candidatos de partidos pequenos, sem força eleitoral, mas não por um democrata que chegou à sua posição. O apoio recebido da ala esquerda do partido e de jovens ativistas independentes foi significativo, a ponto de inquietar Hillary, que esperava inicialmente obter de modo fácil a indicação como candidata do partido.

As atitudes de Trump, de outro lado, contrariam tudo o que se diz sobre como um candidato pode se tornar competitivo. Ele faz comentários ofensivos sobre oponentes (chama a candidata democrata de "Hillary Trapaceira"), ataca imigrantes e adeptos do islamismo, utiliza linguajar racista e homofóbico e critica os políticos de forma geral, entre os quais os do seu partido, enquanto exalta a si próprio como aquele que criará empregos e retomará o poderio dos EUA.

Embora Trump e Sanders estejam situados ideologicamente em campos opostos, eles conseguiram captar parte da insatisfação do homem comum da chamada "América profunda". Por exemplo, as regiões industriais isoladas, atingidas pela perda de postos de trabalho decorrente da crise econômica, e nas quais os empregos foram apenas parcialmente recuperados nos últimos anos. Isso explicaria o impacto que as pregações de ambos causaram nos últimos meses.

Para Hillary Clinton, que tem como grande qualificativo o fato de ser apresentada como experiente e preparada para o desafio de presidir os EUA, sobra o ônus de representar o continuísmo e os políticos tradicionais, que, para muitos cidadãos comuns, são os responsáveis pela situação difícil em que vivem.

Trump pauta o debate

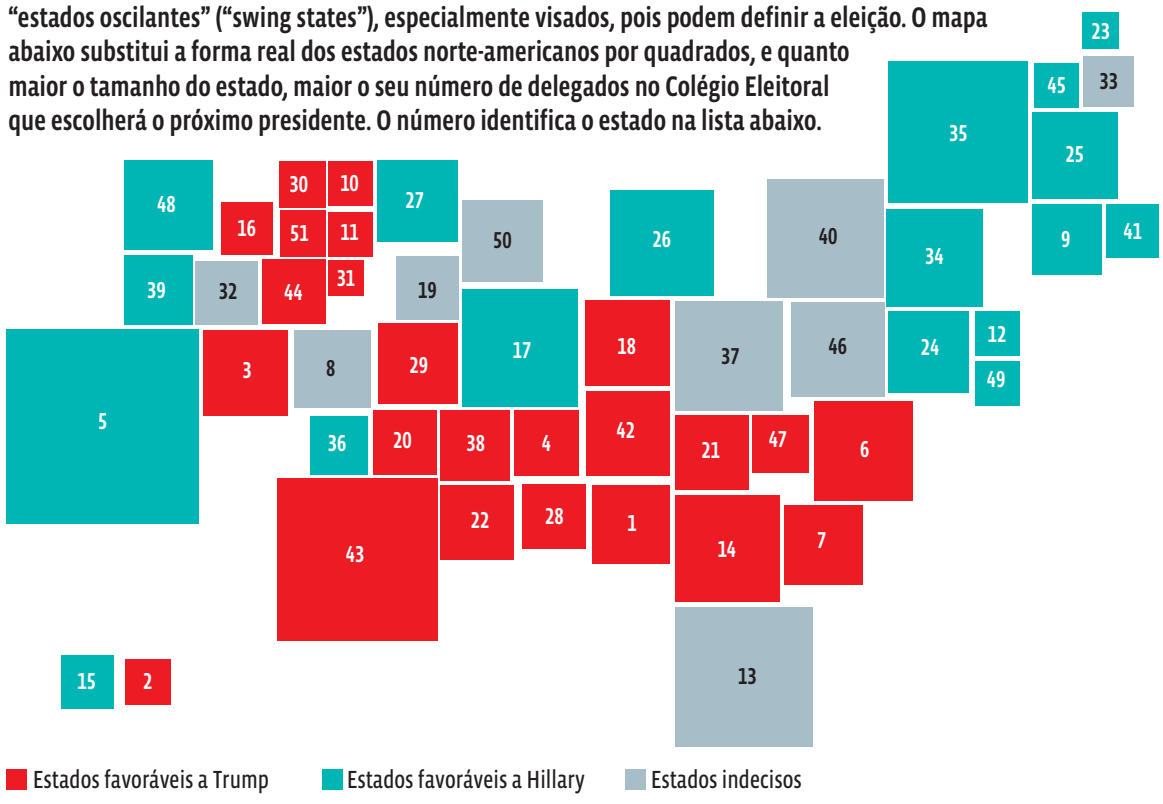
Trump irrompeu na campanha eleitoral como uma avalanche. Prometeu erguer um muro ao longo de toda a fronteira com o México, para impedir a entrada de imigrantes ilegais nos EUA, e enviar a conta de sua construção ao governo mexicano. A proposta veio acompanhada de ofensas, pois disse que entre os que entram no país há "traficantes, assassinos, estupradores". Essa posição tem levado à realização de várias manifestações de protesto de latinos em seus comícios.

Para barrar o terrorismo, que ele identifica com o islamismo, defendeu a proibição temporária da entrada de muçulmanos nos EUA, sem explicar como se concretizaria tal proposta. Em junho de 2016, quando um atirador cometeu o maior ataque armado da história do país, na boate gay Pulse, em Orlando, matando 49 pessoas antes de ser morto pela polícia, Trump acusou mais uma vez o governo de ser fraco e disse que já havia alertado para o perigo do "terrorismo radical islâmico". Tudo porque o matador citara um suposto vínculo, não confirmado, com o grupo Estado Islâmico.

Um dos lemas que sua campanha levantou é "América primeiro", simbolizando a ênfase de seu eventual governo na resolução de problemas internos e na recuperação da grandeza do país. Trump disse que pretende intimar os executivos das empresas norte-americanas a abrir vagas no país, em vez de levar a produção para outras nações – sua oponente Hillary rebateu dizendo que essa é uma prática do próprio Trump como empresário. O republicano prometeu também rever

A GEOGRAFIA DO VOTO PRESIDENCIAL

Nas eleições norte-americanas, os democratas contam tradicionalmente com os votos das costas oeste e nordeste, e os republicanos, com os do sul e meio-oeste. Existe ainda um grupo conhecido como "estados oscilantes" ("swing states"), especialmente visados, pois podem definir a eleição. O mapa abaixo substitui a forma real dos estados norte-americanos por quadrados, e quanto maior o tamanho do estado, maior o seu número de delegados no Colégio Eleitoral que escolherá o próximo presidente. O número identifica o estado na lista abaixo.



Estados norte-americanos: 1 - Alabama, 2 - Alasca, 3 - Arizona, 4 - Arkansas, 5 - Califórnia, 6 - Carolina do Norte, 7 - Carolina do Sul, 8 - Colorado, 9 - Connecticut, 10 - Dakota do Norte, 11 - Dakota do Sul, 12 - Delaware, 13 - Flórida, 14 - Geórgia, 15 - Havaí, 16 - Idaho, 17 - Illinois, 18 - Indiana, 19 - Iowa, 20 - Kansas, 21 - Kentucky, 22 - Louisiana, 23 - Maine, 24 - Maryland, 25 - Massachusetts, 26 - Michigan, 27 - Minnesota, 28 - Mississippi, 29 - Missouri, 30 - Montana, 31 - Nebraska, 32 - Nevada, 33 - New Hampshire, 34 - Nova Jersey, 35 - Nova York, 36 - Novo México, 37 - Ohio, 38 - Oklahoma, 39 - Oregon, 40 - Pensilvânia, 41 - Rhode Island, 42 - Tennessee, 43 - Texas, 44 - Utah, 45 - Vermont, 46 - Virgínia, 47 - Virgínia Ocidental, 48 - Washington, 49 - Washington Capital, 50 - Wisconsin, 51 - Wyoming

Fonte: *The New York Times*

OS CANDIDATOS

HILLARY CLINTON | Partido Democrata

Foi senadora pelo estado de Nova York (2001-2009) e secretária de Estado no primeiro mandato do presidente Barack Obama (2009-2013). É casada com o ex-presidente Bill Clinton (1993-2001). Sua experiência política é apontada como um dos principais trunfos da candidata, apesar da falta de carisma. Apoiada pela cúpula do Partido Democrata e por Obama, tem entre seus pontos fracos o fato de ter apoiado a invasão do Iraque em 2003, posição que hoje rejeita. É criticada também por ter utilizado uma conta privada de e-mail para enviar mensagens oficiais, quando era secretária de Estado. Se for eleita, será a primeira presidente mulher dos Estados Unidos. Tem 68 anos.

DONALD TRUMP | Partido Republicano

Com um discurso agressivo contra imigrantes ilegais, muçulmanos e o governo de Barack Obama, é um dos homens mais ricos do país e tem presença constante na mídia. Fez muito dinheiro investindo em negócios variados, que abrangem o setor imobiliário, de cassinos, alimentação, hotéis e educação, mas críticos dizem que tem uma grande lista de fiascos empresariais. Foi também apresentador do reality show *O Aprendiz*, de competição entre executivos. Nunca disputou cargos públicos eletivos, e faz disso um elemento de campanha, investindo contra os políticos tradicionais, mas enfrenta alto índice de rejeição entre o eleitorado. Tem 70 anos.

os acordos de livre-comércio firmados pelos EUA, vistos como prejudiciais à criação de empregos internos.

Além disso, ataca de forma contundente o governo Obama, e declarou a intenção de rever a reforma do sistema de saúde, conhecida como Obamacare, que o presidente instituiu (*leia mais na pág. 36*). Com essas colocações, Trump tem pautado o debate eleitoral, ainda mais em uma situação na qual Hillary teve de se dedicar por mais tempo à disputa interna com Sanders.

Hillary sobe o tom

Já Hillary Clinton encarna as políticas tradicionalmente defendidas pelos democratas, como o aumento de impostos para os mais ricos e maior atenção a políticas sociais, como as destinadas a imigrantes e à população negra. Apresenta-se como a continuidade de Obama e de suas iniciativas, como a reforma da saúde, as tentativas de reformar a lei de imigração e a aproximação com Cuba.

O fato de ser vista como a representante destacada do poder político estabelecido traz vantagens, mas também fragiliza

Hillary e Trump enfrentam obstáculos em seus partidos e rejeição de ampla parcela do eleitorado

a sua campanha em vários pontos, porque a expõe a críticas pelo que já fez no governo. O uso de sua conta privada de e-mail para envio de milhares de mensagens oficiais, quando era secretária de Estado, ainda reforçou a má imagem junto à população e deu origem a um inquérito – como são informações sobre o Estado, o uso do e-mail pessoal poderia colocar em risco a segurança do país.

Outro problema potencial é o fato de participar ativamente da fundação de Bill Clinton, seu marido e ex-presidente dos EUA, que recebe milhões de dólares de governos estrangeiros e de empresários. Isso pode ser visto como algo eticamente incompatível com a potencial governante máxima do país.

Reagindo ao republicano, Hillary subiu o tom e passou a atacá-lo de forma mais contundente. A candidata diz que Trump, ao contrário do que faz crer seu discurso, mostrou-se um péssimo administrador, pois fez falir vários negócios, e é ignorante a respeito dos temas que um presidente norte-americano precisa dominar. Afirma também que seria um "erro histórico" deixar nas mãos do empresário o controle da economia e das armas nucleares dos EUA.

Trump, além de insultar Hillary, acusa-a de ter falhado como secretária de Estado, citando o episódio no qual três funcionários e o embaixador norte-americano na Líbia morreram após a invasão da missão diplomática de Benghazi por manifestantes, em 2012.

O republicano diz ainda que Hillary não defende de fato os direitos das mulheres, como afirma. Para isso, recorre a escândalos sexuais nos quais se envolveu Bill Clinton, quando era presidente. De acordo com Trump, a democrata acobertou as ações do marido e ajudou a causar sofrimento às mulheres das quais ele teria abusado.

Disputa acirrada

A campanha se desenvolve com os dois candidatos, Hillary e Trump, sofrendo rejeição de ampla parcela do eleitorado, segundo as pesquisas. Até o final de junho, a democrata mantinha-se à frente nas pesquisas de intenções de voto, mas enfrentava o descontentamento de parte do eleitorado de seu partido, que apoiava Sanders.

Trump enfrenta oposição muito mais forte entre os republicanos, pelo menos os vinculados ao aparato partidário. Vários dirigentes e personalidades de peso declararam que não farão campanha por ele. Alguns vão mais longe e anunciam o voto em Hillary.

Analistas avaliam, contudo, que ele dá passos para um acordo com o Partido Republicano. Sem isso, corre o risco de ter sua candidatura inviabilizada, até mesmo em termos materiais. Muitos republicanos recusam-se a contribuir para a campanha de Trump. Sua eleição interna foi financiada basicamente com recursos próprios, o que ajudava a dar credibilidade a seu discurso de que não é igual aos demais políticos, mas se torna inviável na campanha eleitoral propriamente dita, muito cara.

Pesquisa realizada por uma instituição ligada à Universidade de Chicago, divulgada em maio, indica que a população tem pouca confiança no sistema político dos EUA. A disputa entre Hillary e Trump leva sete em cada dez norte-americanos a sentirem-se "frustrados". Num país em que o voto é indireto e não é obrigatório, especialistas dizem que esse sentimento negativo pode diminuir o interesse pela participação eleitoral, o que torna o resultado do pleito presidencial imprevisível.

PARA IR ALÉM A série *House of Cards*, de Beau Willimon, mostra a ascensão de um político norte-americano ao poder. Na quarta temporada, os episódios são focados na disputa presidencial.

5 PERGUNTAS SOBRE A DISPUTA PELA CASA BRANCA

O próximo presidente dos EUA será eleito em 8 de novembro de 2016. O atual titular do cargo, Barack Obama, do Partido Democrata, não pode concorrer, porque está em seu segundo mandato, e a Constituição norte-americana só prevê a possibilidade de uma reeleição.

1 COMO OS CANDIDATOS A PRESIDENTE SÃO ESCOLHIDOS PELOS PARTIDOS? Os cidadãos com registro nos partidos Democrata e Republicano participam das primárias de seus partidos – votações nos 50 estados e no distrito federal para escolher os candidatos à eleição presidencial. A votação é indireta e funciona assim: ao votar em um dos pré-candidatos, o eleitor, na verdade, está definindo os delegados de seu estado que irão participar da convenção nacional do partido, em julho. São essas reuniões que definem o candidato oficial do partido nas eleições presidenciais.

2 DE QUE FORMA A POPULAÇÃO ELEGE O PRESIDENTE? Diferentemente do que ocorre no Brasil, nos EUA a eleição presidencial é indireta. Os eleitores não votam nos candidatos, e sim em delegados que se reunirão num Colégio Eleitoral encarregado de definir o presidente. O cidadão, ao votar, está escolhendo delegados comprometidos com o seu candidato presidencial. Cada estado, além de Washington D.C. (capital norte-americana), é representado por certo número de delegados (pelo menos três), proporcional à sua população. Em 2016, o Colégio Eleitoral será composto de 538 delegados. Para ser eleito presidente, o candidato deverá obter os votos de pelo menos 270 deles.

3 POR QUE UM CANDIDATO PODE SER ELEITO MESMO SEM TER A MAIORIA DOS VOTOS POPULARES? Em quase todos os estados, quem vence no voto popular leva todos os delegados ao Colégio Eleitoral, mesmo que a sua vitória tenha sido por poucos votos de diferença. Apenas no Maine e no Nebraska os delegados são eleitos proporcionalmente, de acordo com a votação dos eleitores. Por causa dessas regras, é possível que um candidato tenha mais votos populares, em nível nacional, mas perca a eleição no Colégio Eleitoral. Isso já ocorreu pelo menos três vezes. A última foi em 2000, quando Al Gore, do Partido Democrata, foi mais votado pelos eleitores do que George W. Bush, do Partido Republicano, mas perdeu no Colégio Eleitoral.

4 COMO SÃO FINANCIADAS AS CAMPANHAS ELEITORAIS? Os recursos para as campanhas vêm de doadores individuais, grupos cívicos e os chamados comitês de ação política (PAC, da sigla em inglês), além do autofinanciamento dos próprios candidatos. Os PACs, formalmente independentes dos partidos, existem para defender propostas ou candidatos, e podem receber dinheiro de empresas e de sindicatos, diferentemente de candidatos e partidos políticos. A legislação dos EUA estabelece que as doações individuais aos candidatos têm um teto de 2.700 dólares. Os partidos costumam driblar essa limitação utilizando os Super PACs, tipos especiais de comitês autorizados a arrecadar, sem limites, contribuições de pessoas, empresas ou sindicatos. Os Super PACs têm liberdade para fazer propaganda favorável ou contrária a candidatos ou propostas, desde que isso não esteja ligado diretamente às campanhas.

5 ALÉM DE PRESIDENTE, QUE OUTROS CARGOS OS ELEITORES ESCOLHERÃO? No mesmo dia do pleito presidencial, ocorrerão também eleições para a renovação de todos os 435 membros da Casa dos Representantes, de 34 dos 100 senadores e de 12 dos 50 governadores de estados. As eleições parlamentares costumam receber menos atenção da mídia, mas são decisivas, já que o presidente é obrigado a negociar com o Poder Legislativo seus projetos e iniciativas. O governo Obama, por exemplo, está em minoria tanto na Casa dos Representantes (os democratas têm 188 cadeiras, contra 247 dos republicanos) quanto no Senado (46 a 54), o que dificultou ou impediu a aprovação de várias de suas propostas.

BARACK OBAMA FAZ HISTÓRIA

Primeiro presidente negro dos Estados Unidos deixa importantes legados, como a reforma da saúde no país e a reaproximação com Irã e Cuba

Ao tomar posse para seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos (EUA), em janeiro de 2009, Barack Obama sabia que, independentemente do que fizesse daí em diante, seu governo já seria considerado histórico. Primeiro negro a presidir a mais poderosa nação do mundo, Obama chegou ao governo cercado de expectativas. Seu discurso falava da necessidade de amplas mudanças no país.

Membro do Partido Democrata, ele sucedeu George W. Bush, do Partido Republicano, que fez um governo conservador e marcado pelo combate ao terrorismo, durante o qual duas guerras foram iniciadas pelos EUA, no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003). Para piorar a situação, ao final do governo Bush, em outubro de 2008, eclodia no país a mais grave crise econômica desde a grande depressão de 1929.

A eleição de Obama aparecia como um sopro de renovação e de fim dos tempos bélicos promovidos pelo impopular Bush. Essa esperança foi a responsável por uma mobilização sem precedentes durante a campanha eleitoral, em torno do slogan "Yes, we can" ("Sim, nós podemos"). E quando, com menos de um ano de governo, Obama foi anunciado como o ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2009, isso também ecoava o fato de que, mesmo fora dos EUA, havia a expectativa de que seu governo representasse o fortalecimento da diplomacia e da cooperação entre os povos.

Oito anos depois de pisar na Casa Branca, Obama realizou pelo menos uma grande conquista interna, ao aprovar seu programa de saúde (conhecido como Obamacare). Na economia, o resultado é controverso, com a retomada do crescimento e do nível de emprego, mas sem conseguir recuperar a renda. Obama teve realizações externas de peso, como a reaproximação com Cuba e a assinatura do acordo nuclear com o Irã, mas é muito criticado pelos encaminhamentos que deu à luta contra o terrorismo. De todo modo, Obama chega ao fim de seu segundo mandato ostentando um índice de popularidade acima de 50% – o que é considerado um feito e tanto para presidentes em final de mandato.

POPULARIDADE
O presidente dos EUA, Barack Obama, realiza marcha em homenagem à luta pelos direitos civis, em março de 2015

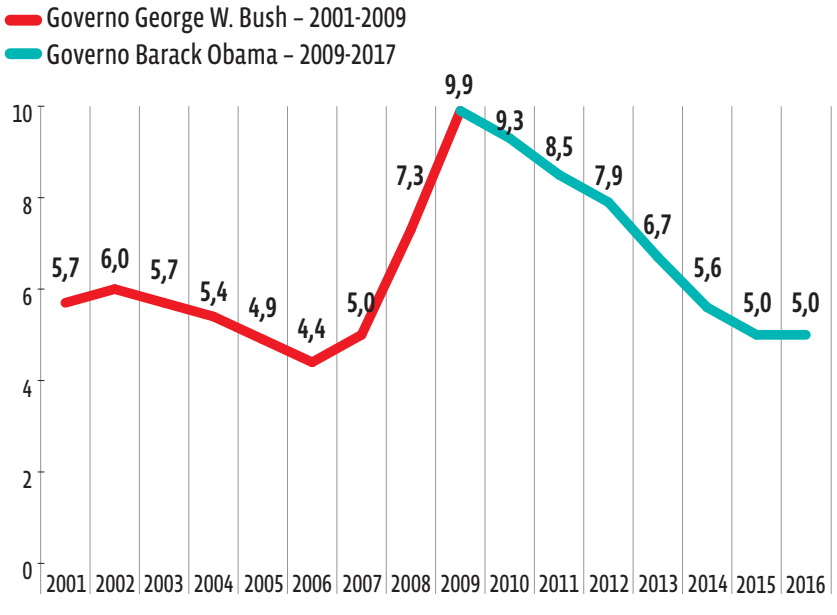
Crise e desemprego

O início do governo Obama foi marcado pelos primeiros momentos da mais grave crise econômica em oito décadas. Em 2008, ainda na administração Bush, o país já enfrentava uma situação de grande déficit orçamentário (quando o governo gasta mais do que arrecada), principalmente em decorrência dos pesados gastos militares nas guerras do Afeganistão e do Iraque (*veja gráfico na pág. ao lado*). A isso se juntou uma forte turbulência na economia norte-americana, que se iniciou em 2007 e eclodiu no ano seguinte com o estouro da chamada "bolha imobiliária" – quando muitos compradores de imóveis não conseguiram manter o pagamento das prestações de suas casas.

A crise teve repercussão mundial e seus efeitos são sentidos ainda hoje nas economias de diversos países. A situação obrigou a iniciativas sem precedentes de injeção de dinheiro público norte-americano nas instituições financeiras, tanto por parte de Bush quanto de Obama. Os gastos, superiores a 5 trilhões de dólares, agravaram o déficit orçamentário, sem conseguir estancar a crise.

DESEMPREGO DIMINUI NOS ÚLTIMOS ANOS...

População dos EUA com 16 anos ou mais que está desempregada (em %)*

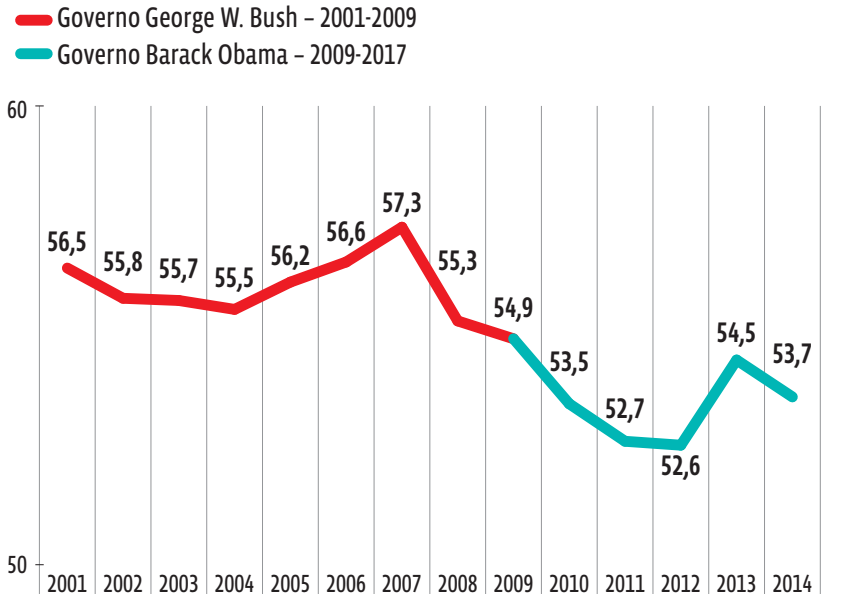


** dados de dezembro de cada ano, exceto 2016, que se refere a abril*

Fonte: *Escritório de Estatísticas do Trabalho dos EUA*

... MAS RENDA TAMBÉM CAI APÓS A CRISE DE 2008

Renda média anual das famílias dos EUA, em milhares de dólares*



** valores ajustados para dólares de 2014*

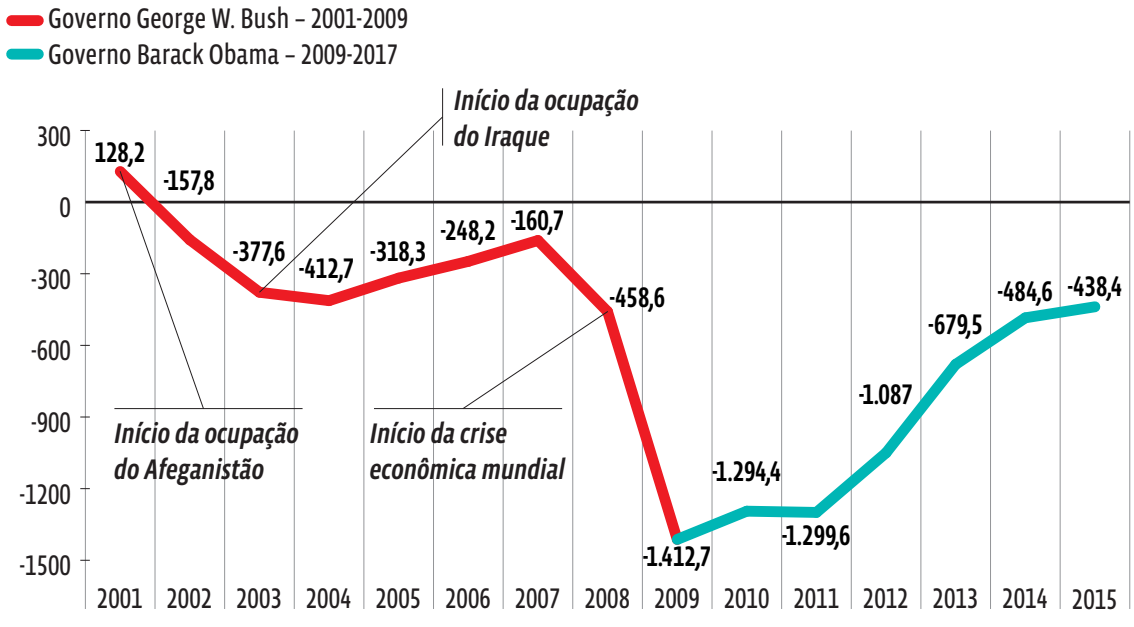
Fonte: *Escritório do Censo dos EUA*

LAWRENCE JACKSON/CASA BRANCA

Oficialmente, os EUA ficaram em recessão por 18 meses, entre dezembro de 2007 e junho de 2009. Durante o período, o desemprego aumentou e, em seu auge, ficou próximo do índice de 10%. O mérito da política econômica de Obama foi recuperar o crescimento econômico, diminuir o déficit orçamentário e combater a taxa de desemprego, que voltou a ficar abaixo de 5%. No entanto, durante a presidência de Obama, o rendimento médio das famílias norte-americanas sofreu queda – passou a ser 4 mil dólares por ano menor do que o período antes da crise (*veja gráficos na pág. ao lado*).

GUERRAS E CRISE ELEVAM DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Resultado da execução do orçamento dos EUA – receitas menos despesas (em bilhões de dólares)



Fonte: *Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA*

Relações com o Congresso

As dificuldades no relacionamento com o Congresso marcaram a gestão de Obama. Nas eleições de 2008, os democratas conquistaram maioria no Senado e na Casa dos Representantes (Câmara dos Deputados). Dois anos depois, porém, numa situação de grande desemprego, os republicanos tornaram-se majoritários entre os deputados, invertendo a situação anterior, e cresceram também no Senado. No interior do Partido Republicano, destacou-se um movimento ultraconservador, chamado Tea Party, que percorreu o país numa ruidosa campanha contra Obama e os democratas.

Nesse quadro, os projetos presidenciais passaram a ter crescentes dificuldades para serem aprovados. A oposição republicana agiu de forma permanente para barrar as iniciativas de Obama. A situação se complicou ainda mais para Obama após as eleições de 2014, já em seu segundo mandato, quando os republicanos obtiveram maioria tanto na Casa dos Representantes quanto no Senado e ampliaram

A reforma no sistema de saúde ampliou o acesso da população aos planos de cobertura médica

PETE SOUZA/CASA BRANCA

DIPLOMACIA
Obama e o papa Francisco na Casa Branca, em setembro de 2015: estreitando laços com as lideranças mundiais

a obstrução às iniciativas do Executivo. A estratégia do presidente passou a ser, então, a de tentar governar por meio de decretos – instrumentos controversos do Executivo que não dependem de aprovação dos parlamentares.

Reforma da saúde

Apesar dessas dificuldades, Obama obteve realizações importantes. No plano interno, elegeu como iniciativa central a reforma do sistema de saúde, com a proposta do Obamacare.

Os EUA são o único grande país desenvolvido que não mantém um sistema público universal de saúde. Os trabalhadores sindicalizados dispõem de convênios médicos negociados nos contratos coletivos com as empresas. Há também dois serviços médicos públicos, o Medicaid e o Medicare, que atendem respectivamente as famílias de baixa renda e os idosos. Restava, entretanto, uma faixa da população, estimada em 46 milhões de pessoas, que não tinha acesso a qualquer cobertura médica pública.

A proposta do governo para eliminar essa lacuna enfrentou ferrenha oposição dos republicanos e mesmo de muitos democratas. A questão polarizou o país. A intenção inicial do governo era oferecer à população a chamada "opção pública", um plano de saúde federal, com valores mais baixos que os da iniciativa privada, o que estimularia a competitividade e provocaria uma redução geral dos preços das prestações. As companhias de seguro opuseram-se fortemente à proposta, e setores de extrema direita organizaram manifestações contra a reforma, alegando ingerência excessiva do Estado. Sob pressão, o presidente recuou, retirando da proposta a formação da agência estatal de saúde.

Em março de 2010, o Congresso aprovou a lei que reformou o sistema de saúde, sancionada no mesmo mês por Obama. Estima-se que 32 milhões de pessoas (quase 10% da população) que não tinham cobertura médica passarão a tê-la até 2019. Com a nova lei, todos os cidadãos são obrigados a contratar um plano de saúde, sob pena de serem multados. O governo deve fornecer subsídios para as famílias mais pobres, além de gerenciar um novo mercado de venda de seguros de saúde, no qual os planos poderão ser contratados. Os republicanos tentaram por diversas vezes derrubar a lei no Congresso, mas não tiveram êxito.

Imigrantes ilegais

Na polêmica questão dos imigrantes ilegais nos EUA, Obama viveu um paradoxo. Ao mesmo tempo que tem a sua imagem vinculada à legalização da situação dessas pessoas, terminou o primeiro mandato como o presidente que mais deportou imigrantes desde os anos 1950 – 1,5 milhão de pessoas de 2009 a 2012.

No Congresso, a oposição republicana impediu a aprovação de um projeto mais amplo do governo sobre o assunto. Logo após as eleições de 2014, Obama editou um decreto que favorecia mais de 4 milhões de imigrantes ilegais, dentre os 11 milhões que vivem no país. A decisão presidencial beneficiava principalmente pais de cidadãos norte-americanos, que passariam a ter permissão de trabalho e ficariam livres da deportação.

O decreto gerou fortes protestos entre os republicanos, historicamente contrários à entrada de imigrantes, que questionaram a legalidade da medida unilateral. Em fevereiro de 2015, um juiz federal do Texas concedeu liminar suspendendo a aplicação do decreto, dois dias antes de sua parcial entrada em vigor. O governo recorreu então à Suprema Corte, que manteve o bloqueio, impondo uma grande derrota a Obama.

Direitos civis

A eleição do primeiro presidente negro dos EUA gerou expectativas quanto aos avanços em questões como igualdade racial e combate ao racismo. No entanto, foi justamente durante a gestão de Obama que o país enfrentou os piores confrontos raciais em duas décadas. Em 2014, a violência tomou conta das ruas de Ferguson (no estado do Missouri) depois que a Justiça inocentou o policial branco Darren Wilson, que matara com seis tiros Michael Brown, um homem negro e desarmado. Nova onda de protestos ocorreu em abril de 2015, quando Freddie Gray, um rapaz negro de 25 anos, morreu após ser agredido por policiais. Esses episódios de convulsão racial explicitaram a

PETE SOUZA/CASA BRANCA

CAÇADA HUMANA
Obama e a equipe de segurança acompanham a operação que matou Osama bin Laden, em maio de 2011

realidade de intolerância e discriminação nos EUA, na qual os negros ainda são as principais vítimas da violência e vivem em situação de desvantagem econômica em relação aos brancos.

Se os avanços na questão racial foram decepcionantes, ao menos Obama conseguiu ver sua posição prevalecer ao obter uma importante conquista de gênero: a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Em junho de 2015, a Suprema Corte declarou de forma cabal que casais formados por pessoas do mesmo sexo têm o direito garantido pela Constituição de se casar – até então, cada estado tinha autonomia para legislar sobre o tema. A decisão é uma das mais relevantes no campo dos direitos civis da história norte-americana.

Obama também se engajou na controvertida questão da liberdade para a venda de armas nos EUA. Em janeiro de 2013, ele apresentou ao Congresso a proposta de proibir o comércio de armas de assalto e aumentar o rigor na checagem dos antecedentes criminais dos compradores. A indústria de armas, que se opõe às medidas, investiu pesadamente em campanhas contrárias. Os republicanos colocaram-se também contra medidas de controle, por entender que os cidadãos têm o direito de se armar para sua defesa. O projeto presidencial não foi aprovado. A questão voltou ao centro do debate em junho de 2016, quando um atirador matou 49 pessoas em uma boate frequentada pela comunidade LGBT, em Orlando (*veja mais na pág. 138*).

Guerras e drones

No âmbito da política externa, Obama tentou logo reverter algumas medidas adotadas por seu antecessor. Sob impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001, Bush instituíra uma diretriz de segurança, que viria a ser conhecida como "doutrina Bush", segundo a qual os EUA utilizariam a força de modo unilateral (ou seja, sem necessidade de consulta aos organismos multilaterais, como a ONU) e de forma preventiva (antes de um ataque inimigo) contra qualquer país que fosse considerado uma ameaça. Com base em sua política de guerra ao terror, Bush deu início aos combates no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), com o envio de tropas dos EUA para a linha de frente. No total, foram deslocados para esses países mais de 300 mil soldados norte-americanos.

Já Obama tratou de encerrar a ampla presença de tropas norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, ainda que em prazos mais longos do que os que havia proposto quando era candidato. Mas, para um presidente que obteve seu primeiro mandato com um discurso pelo fim da guerra, o governo de Obama esteve em combate por mais tempo que o de Bush, ainda que o engajamento de um e de outro difiram radicalmente.

A ofensiva contra o terrorismo de Obama dirige-se menos para o campo de batalha e mais para os trabalhos de espionagem, as ações de forças especiais em operações pontuais e o uso de

ESCÂNDALOS DE ESPIONAGEM

A revelação de que o Serviço de Inteligência dos EUA mantém amplo programa de espionagem provocou um grave escândalo em 2013. Em junho, o jornal britânico *The Guardian* e o norte-americano *Washington Post* informaram que a Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA espiona a vida de cidadãos comuns e as ações de governos de vários países. A NSA obtinha acesso a milhões de informações confidenciais que circulam na rede. Chamadas telefônicas também eram rastreadas.

A denúncia partiu de Edward Snowden, um ex-técnico terceirizado da Agência Central de Inteligência (CIA). O presidente Barack Obama admitiu a existência do programa de vigilância e defendeu sua existência como a melhor forma de identificar ameaças terroristas contra o país. Mas novas denúncias indicaram que também foram vítimas de espionagem alguns governos de nações aliadas, como Alemanha, França e até o Brasil, onde o monitoramento se deu com a presidente Dilma Rousseff e a Petrobras.

Em junho de 2015, o Congresso dos EUA aprovou nova lei que introduz mudanças nos dispositivos de vigilância do país. A legislação restringe os poderes da NSA e limita a possibilidade de coleta em massa, sem autorização judicial, de informações dos cidadãos norte-americanos.

PABLO MARTINEZ MONSIVAIS/AP

RETIRADA
Obama e seu vice, Joe Biden, deixam o Jardim Rosa da Casa Branca: saída definitiva será em 20 de janeiro de 2017

drones (aviões não tripulados). Essa estratégia, embora faça cair o número de baixas norte-americanas, provoca milhares de vítimas civis. Estima-se que o governo Obama autorizou pelo menos 450 ataques com drones, que causaram a morte de 2,8 mil pessoas.

O maior triunfo da administração na luta contra o terrorismo ocorreu em maio de 2011, quando uma operação de forças especiais dos EUA matou, no Paquistão, Osama bin Laden, líder da rede terrorista Al Qaeda e responsável pelos ataques de 11 de setembro. A ação de captura gerou grande repercussão mundial e contribuiu para elevar a popularidade de Obama.

Diretriz geopolítica

De modo geral, a diretriz para a atuação dos EUA no cenário geopolítico vislumbrada por Obama privilegiou em seu governo a diplomacia e a mobilização coletiva dos países aliados e de organismos multilaterais para resolver crises. Ela enfatizou a utilização da força como último recurso – quando existir uma ameaça direta ao país ou quando todos os mecanismos diplomáticos forem esgotados.

Uma aplicação prática dessa diretriz pode ser vista na forma como o país lidou com a ameaça do grupo terrorista Estado Islâmico (EI). Os EUA lideraram uma coalizão de dezenas de países contra o EI, bombardeando áreas sob controle da milícia, mas sem enviar tropas para combates terrestres. Da mesma forma, desde o início da guerra na Síria, em 2011, o governo norte-americano evitou assumir um protagonismo mais bélico diante da escalada dos conflitos. Ainda assim, os EUA se mantêm como a grande potência no terreno militar. Em 2015, o país respondeu, sozinho, por mais de 35% dos gastos com armamentos no mundo.

Talvez seja por essa precaução nas ações militares que Obama considere o maior erro de sua gestão a intervenção na Líbia. Ocorrida em 2011, a ação sob o comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a aliança militar composta pelos EUA e pelas potências europeias, aproveitou a convulsão social no país para bombardear posições do governo líbio e ajudar na destituição do ditador Muammar Kadafi. No entanto, segundo o próprio Obama, faltou um plano para reerguer o Estado líbio. O resultado dessa omissão foi que, na ausência de um governo forte e centralizado, diversas milícias passaram a disputar o poder, abrindo caminho para a instalação do EI na Líbia.

De modo geral, considerando-se a política externa para o Oriente Médio, Obama buscou reduzir a ação direta dos EUA na região. Isso ocorreu até mesmo no conflito entre Israel e os palestinos, em que o governo norte-americano desempenha historicamente papel central no esforço de mediação. Apesar de apoiar a política de dois Estados (um israelense e um palestino), Obama não obteve avanços nessa iniciativa e retirou-se das negociações quando elas mostraram-se infrutíferas (*veja mais na pág. 56*).

SAIU NA IMPRENSA

ELEGANTE E "COOL", OBAMA SE DESPEDE DA CASA BRANCA

O que será da Casa Branca a partir de 20 de janeiro de 2017, quando Barack Hussein Obama 2º, 54, 44º presidente do país, deixar "cair o microfone" e sair da residência oficial após oito anos, levando a mulher, Michelle, e as filhas adolescentes, Malia e Sasha? (...)

A maioria dos entrevistados *[ouvidos pela Folha]* elogia a reforma na saúde (apelidada de Obamacare) e a agenda pró-minorias do presidente, citando como exemplo seu apoio à decisão da Suprema Corte que legalizou o casamento gay. Na política externa, os especialistas são unânimes em apontar o acordo nuclear com o arqui-inimigo Irã e a reaproximação de Cuba, após 53 anos de ruptura, como pontos altos (...).

Os pontos fracos da administração do democrata também são, em geral, objeto de concordância. As ações erráticas dos EUA em países como o Egito e a Líbia durante a Primavera Árabe, que eclodiu em 2011, são um deles. Além disso, foi durante o governo de Obama que o Estado Islâmico cresceu, decretou um califado na Síria e no Iraque e passou a ser uma das principais ameaças aos americanos e a seus aliados no Ocidente. (...)

***Folha de S.Paulo*, 15/5/2016**

Acordos internacionais

Por meio da diplomacia, Obama obteve aqueles que são considerados os principais marcos de seu governo na política externa: a reaproximação com Cuba e a retomada do diálogo com o Irã.

A partir da Revolução Islâmica de 1979, o Irã substituiu um regime alinhado com os EUA por uma teocracia hostil aos norte-americanos. Nos últimos anos, os iranianos vinham sendo pressionados pelas potências ocidentais a interromper seu programa nuclear. Suspeitava-se de que o país pretendia desenvolver tecnologia para construir armas atômicas, ainda que o regime iraniano negasse essa intenção. A adoção de sanções internacionais contra

Até o final do mandato, Obama tentará cumprir a promessa de fechar a prisão de Guantánamo

o Irã e a possibilidade cada vez mais concreta de o país obter a tecnologia para fabricar a bomba levaram os dois lados a negociar. Em julho de 2015, chegou-se a um acordo, pelo qual o Irã limitou sua atividade nuclear, em troca do fim das penalidades, e retornou à comunidade internacional.

Com Cuba, a ruptura era mais antiga ainda, datando de 1961. Obama, utilizando mais uma vez as prerrogativas de seu cargo, anunciou em dezembro de 2014 a retomada de relações diplomáticas com o país caribenho. O mesmo anúncio foi feito pelo presidente cubano, Raúl Castro. O fim do embargo econômico imposto a Cuba, porém, depende de aprovação no Congresso dos EUA. A reaproximação prossegue com a reabertura das embaixadas em julho de 2015 e a visita de Obama a Cuba, em março de 2016, a primeira de um presidente norte-americano à ilha em quase 90 anos (*veja mais na pág. 40*).

Contenção à China

Na estratégia de segurança nacional que Obama anunciou em janeiro de 2012, a prioridade da política externa se deslocou para o Oceano Pacífico. Um dos elementos dessa política foi o reposicionamento das forças navais dos EUA no mundo, com um reforço crescente das embarcações estacionadas no Pacífico até 2020.

O objetivo do chamado "pivô asiático" é contrabalançar, em especial no Sudeste Asiático, o crescimento da importância geopolítica da China, que se tornou o maior parceiro comercial dos países da região e reforçou seu poderio militar. O maior foco de tensão diz respeito às tentativas chinesas de ressuscitar antigas questões de limites territoriais nas águas do Pacífico. O governo norte-americano faz alertas contra o que considera uma "militarização" da região por parte da China (*veja mais na pág. 48*).

A ação mais ambiciosa dos EUA para contrabalancear o poderio da China no Pacífico veio em outubro de 2015. EUA, Japão e outras dez nações aprovaram a Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), maior acordo comercial regional já constituído. O tratado elimina milhares de barreiras de importação entre seus participantes – e estrategicamente não inclui a China. Mas sua efetivação ainda precisa ser ratificada pelo Congresso dos EUA, onde muitos parlamentares se opõem à iniciativa.

Guantánamo

A cinco meses do fim de seu governo, uma das promessas mais objetivas de Obama ainda não havia sido cumprida: o fechamento da prisão da base militar norte-americana de Guantánamo – ilha situada em Cuba que está em poder dos EUA desde 1903. O governo Bush transferiu para lá, a partir de 2002, mais de 700 suspeitos de terrorismo. Muitos nem foram acusados formalmente de crimes, e há denúncias de maus-tratos e torturas em Guantánamo.

Uma das primeiras medidas anunciadas por Obama foi o fechamento da prisão no prazo de um ano. Depois, mudou de planos, dando continuidade à política de seu antecessor nessa área. Atualmente, Guantánamo abriga menos de cem presos. A principal dificuldade para concretizar o fechamento é saber para onde irão esses detidos, já que a proposta de transferência para o interior do território norte-americano enfrenta forte resistência, tanto da opinião pública quanto de parlamentares.

Em fevereiro de 2016, Obama enviou ao Congresso um plano que prevê o fim da prisão e indica 13 locais nos EUA para onde os detidos seriam transferidos. A tentativa de cumprir essa promessa pode ser a última cartada de Obama e deve se estender até o final de seu mandato, em 20 de janeiro de 2017. ☒

RESUMO

Estados Unidos

ELEIÇÕES As eleições para o próximo presidente dos Estados Unidos (EUA), em novembro, estão marcadas por divisões existentes no Partido Democrata, do presidente Barack Obama, e também no Republicano, de oposição. No primeiro, a ex-senadora Hillary Clinton, candidata apoiada pela cúpula partidária, enfrentou inesperada disputa interna com o senador Bernie Sanders. Entre os republicanos, o empresário Donald Trump conquistou a maioria dos delegados à convenção, derrotando a direção do partido e os principais nomes que estavam na disputa, como os senadores Ted Cruz e Marco Rubio e o ex-governador Jeb Bush.

PROPOSTAS Trump, que faz duras críticas a Obama, desenvolve campanha eleitoral agressiva, defendendo a construção de um muro na fronteira com o México, para impedir a entrada de imigrantes ilegais, e a proibição temporária de ingresso de muçulmanos nos EUA, que identifica como potenciais terroristas. Na economia, diz que retomará a grandeza do país. Hillary apresenta-se como portadora das políticas dos democratas, como o aumento de impostos para os mais ricos e maior atenção a políticas sociais. Pretende dar continuidade ao governo de Obama. Nas pesquisas, a democrata está à frente do republicano, mas ambos têm também altos índices de rejeição.

GOVERNO OBAMA Primeiro presidente negro da história dos EUA, Obama chega ao fim de dois mandatos com algumas realizações, mas também criticado por não ter correspondido a todas as expectativas que sua eleição criou. Seus principais legados na política interna foram a reforma do sistema de saúde do país e a recuperação do crescimento econômico. No entanto, Obama é criticado por não conseguir retomar o crescimento da renda dos norte-americanos. No campo externo destacam-se a reaproximação com Irã e Cuba e a adoção de uma política que privilegia a diplomacia. A dura oposição exercida pelos republicanos no Congresso inviabilizou vários de seus projetos, como a reforma da legislação sobre imigrantes e o controle de armas.

CHIP SOMODEVILLA/GETTY IMAGES

CADA VEZ MAIS PRÓXIMOS

Apesar das divergências, a visita histórica do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a Cuba consolida a retomada das relações diplomáticas entre os dois países

por **Fábio Sasaki**

Quando Barack Obama desembarcou no aeroporto de Havana, capital de Cuba, em 20 de março de 2016, ele sabia que estava fazendo história. Era a primeira vez que um presidente dos Estados Unidos (EUA) pisava em solo cubano em 88 anos. A visita de Obama durou três dias e teve como ponto alto o encontro com o presidente cubano Raúl Castro. Durante a reunião, os líderes enalteceram os progressos obtidos com a reaproximação, mas não evitaram a discussão de questões delicadas nas relações entre os dois países – em especial, a falta de liberdades civis em Cuba e as sanções econômicas que os EUA impõem à ilha. Apesar das diferenças, Obama e Raúl

TACADA POLÍTICA
Os presidentes dos EUA *(Barack Obama, à esq.)* e de Cuba *(Raúl Castro, à dir.)* assistem a jogo de beisebol em Havana

CUBA: POSIÇÃO ESTRATÉGICA NO CORAÇÃO DO CARIBE

DADOS GERAIS
República de Cuba
Capital: Havana
Área: 109.884 km²
População: 11,3 milhões (2015)
Moeda: peso cubano
PIB: US$ 77,1 bilhões (2013)
Renda per capita: US$ 5.880 (2011)
Analfabetismo: 0,2%
IDH: 0,769 – 67º lugar

saíram do encontro com a certeza de terem dado mais um enorme passo para consolidar a reaproximação bilateral.

Os EUA são a principal potência econômica, política e militar do planeta. Cuba, seu pequeno vizinho, é o único país comunista das Américas. O rompimento das relações diplomáticas em 1961, no auge da Guerra Fria, iniciou um longo período de hostilidades entre as duas nações. O gelo só começou a ser quebrado mais de cinco décadas depois, em dezembro de 2014, quando Raúl e Obama anunciaram a retomada das relações diplomáticas.

Desde então, seguiram-se vários gestos de reconciliação. Medidas bilaterais foram tomadas para acabar progressivamente com as restrições a viagens e remessas de dinheiro, além da assinatura de um acordo para restabelecer os voos comerciais diretos entre os dois países. A normalização das relações diplomáticas foi oficializada em 20 de julho de 2015, quando as embaixadas dos EUA em Havana e de Cuba em Washington foram reabertas.

Divergências persistentes

A visita de Obama a Cuba e a reabertura das embaixadas consolidaram uma nova etapa para reconstruir o relacionamento entre as duas nações. No entanto, ainda são necessários muitos progressos para estancar definitivamente as feridas decorrentes de cinco décadas de hostilidades. As atuais divergências entre Cuba e EUA dizem respeito principalmente a dois temas bastante sensíveis.

Para Cuba, os norte-americanos ainda são responsáveis pela medida que mais impacta o seu desenvolvimento: o **embargo econômico** que os EUA impõem à ilha desde 1962. Basicamente, o bloqueio proíbe empresas norte-americanas de estabelecerem relações comerciais com Cuba – apenas itens de primeira necessidade, como alguns alimentos e remédios podem chegar dos EUA a Cuba, sob certas restrições. Além disso, o embargo também tem mecanismos para restringir as relações entre empresas e instituições financeiras de outros países com Cuba. Condenado formalmente pela ONU, o bloqueio já causou um prejuízo de mais de 100 bilhões de dólares, de acordo com o governo cubano.

Obama já se manifestou publicamente em favor da suspensão do embargo e vem adotando algumas medidas executivas para flexibilizar as sanções. Além disso, diversas empresas, especialmente do setor agrícola, estão ávidas por voltar a fazer negócios com a ilha. No entanto, a revogação do bloqueio depende de aprovação no Congresso dos EUA, onde Obama não tem maioria.

Um dos fatores alegados pelos congressistas norte-americanos para a manutenção do embargo tem a ver com a forma como o regime cubano lida com questões referentes a **direitos humanos e liberdades civis**. Não há democracia nem imprensa livre em Cuba, e dissidentes são perseguidos – durante a visita de Obama, mais de 100 mulheres, mães e esposas de presos políticos conhecidas como "Damas de Branco", foram detidas por algumas horas por realizarem protestos.

No encontro com Obama, Raúl reconheceu que Cuba, assim como outros países, cometem falhas na aplicação dos direitos humanos. Mas criticou os EUA por usarem "dois pesos e duas medidas" na abordagem da questão. Implicitamente, Raúl se refere ao fato de os norte-americanos desenvolverem estreita relação comercial com países como China e Arábia Saudita, que também são criticados pela forma como lidam com os direitos humanos.

"Vim para enterrar o resto da Guerra Fria nas Américas", disse Obama durante discurso em Havana

JOE RAEDLE/GETTY IMAGES

ROCK IN HAVANA
Apresentação dos Rolling Stones na capital cubana, em março: o lento processo da abertura cubana chega à cultura

Revolução Cubana

Durante a histórica visita a Cuba, Obama disse ter vindo a Havana "para enterrar o resto da Guerra Fria nas Américas". Para compreender melhor o forte simbolismo que a frase do presidente norte-americano carrega, é preciso retroceder algumas décadas.

A ilha de Cuba foi colônia da Espanha por quatro séculos e tem localização estratégica no Caribe, na entrada do Golfo do México. Os EUA eram o principal comprador do açúcar cubano e, aproveitando-se dos interesses econômicos e estratégicos, entraram em guerra com os espanhóis pela independência de Cuba. Derrotada em 1898, a Espanha cedeu aos Estados Unidos o domínio da ilha. Em 1902, os EUA concederam aos cubanos uma independência formal, mas mantiveram o país sob tutela até 1934. Ainda assim, a elite cubana continuou subordinada aos vizinhos do norte.

Na década de 1950, Cuba tinha uma economia baseada na produção de tabaco e açúcar. No entanto, a população era pobre e o país vivia sob uma violenta ditadura militar, comandada pelo ex-sargento Fulgencio Batista, aliado dos EUA. Esse cenário insuflou a oposição e deu origem à formação de um movimento revolucionário, liderado pelo advogado Fidel Castro e pelo médico argentino Ernesto "Che" Guevara. Em 1º de janeiro de 1959, os guerrilheiros entraram em Havana e depuseram Fulgencio Batista – era o início da Revolução Cubana.

Afastamento dos EUA

O novo regime implementado a partir da Revolução Cubana estatizou as empresas estrangeiras, desapropriou as grandes fazendas de monocultura e realizou uma reforma agrária, o que provocou vários conflitos de interesses com os norte-americanos, que eram donos de empresas e de grandes extensões de terra em Cuba.

As relações entre Cuba e EUA só se agravaram a partir daí. Em janeiro de 1961, Cuba e EUA romperam relações diplomáticas e, em abril, Washington decidiu jogar uma cartada decisiva, conhecida como "desembarque na Baía dos Porcos". Os EUA apoiaram e treinaram exilados cubanos para desembarcar na ilha e tentar derrubar o novo regime. A ação foi um fracasso e mais de mil revoltosos foram presos. Esses episódios aprofundaram o fosso nas relações bilaterais e levaram os EUA a decretar um embargo comercial contra Cuba, em 1962.

Era o auge da Guerra Fria, período no qual o mundo ficou dividido em duas esferas de influência: o mundo capitalista era liderado pelos EUA, enquanto os comunistas estavam sob comando da União Soviética (URSS). Com as relações rompidas com os norte-americanos e sofrendo forte pressão política e econômica, o governo cubano avançou para um alinhamento definitivo com a URSS, adotando seu regime ditatorial de partido único e coletivizando as grandes empresas e fazendas.

Essa relação conturbada entre EUA e Cuba foi responsável por um dos episódios mais dramáticos da Guerra Fria. Uma grave crise internacional ocorreu em 1962 quando os EUA descobriram que os soviéticos estavam colocando mísseis atômicos na ilha, que poderiam alcançar facilmente o território norte-americano. A situação foi superada com o recuo soviético e a retirada dos mísseis norte-americanos da Turquia, vizinha da URSS.

Fim da URSS e crise

Fidel Castro, principal líder do grupo revolucionário, firmou-se como o dirigente absoluto de Cuba por mais de quatro décadas. Neste período, Cuba se destacou por ter elevado o nível de vida da população. No entanto, funcionando em um sistema de partido único, a ditadura proíbe a livre organização política e a manifestação de oposição ou opinião divergente, vetando a existência de outros partidos e suprimindo qualquer imprensa não oficial.

Durante todo o restante da Guerra Fria, Cuba recebeu o apoio soviético e de outros países comunistas do Leste Europeu, com vantagens na venda de açúcar acima do preço de mercado e na compra de petróleo. O colapso da URSS, em 1991, agravou a situação econômica imposta pelo embargo, que provocou desemprego, racionamento de alimentos e itens básicos. A renda dos cidadãos cubanos caiu significativamente nesse período.

SAIU NA IMPRENSA

EUA APROVAM PRIMEIRA FÁBRICA EM CUBA DESDE A REVOLUÇÃO DE 1959

O governo Barack Obama aprovou a instalação da primeira fábrica norte-americana em Cuba em mais de meio século. Uma pequena empresa do Alabama vai construir uma linha para montar até mil pequenos tratores por ano para vendê-los a agricultores privados na ilha. (...)

Permitir que uma fábrica de tratores norte-americana opere dentro de uma zona econômica controlada pelo governo cubano teria sido inimaginável antes que os presidentes Barack Obama e Raúl Castro declarassem, em 17 de dezembro de 2014, sua intenção de restaurar as relações diplomáticas e normalizar o comércio, viagens e outros aspectos do relacionamento bilateral, há muito rompido.

Desde então, Obama vem estabelecendo exceções ao embargo por meio de uma série de ações executivas, e seu governo agora diz que permitirá produção industrial por meio de companhias norte-americanas no porto e na zona econômica especial de Mariel, cerca de 50 quilômetros a oeste de Havana. (...)

Folha de S.Paulo, 16/2/2016

A chegada de Hugo Chávez à Presidência da Venezuela, em 1998, foi um alento para Cuba, que passou a contar com as vantagens de participar da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), iniciativa da Venezuela. Pelo acordo, Cuba recebe petróleo venezuelano em condições vantajosas e paga com mercadorias e serviços médicos.

Abertura econômica

Em 2006, com a piora de seu estado de saúde, Fidel Castro cede o poder para seu irmão, Raúl. Desde então, Cuba começa a adotar mudanças gradativas em seu regime fechado, especialmente a partir de 2011, com o agravamento da crise econômica mundial, que se refletiu em queda das exportações e do turismo.

De modo geral, Cuba tem promovido um conjunto de reformas que abre a ilha aos mecanismos capitalistas de mercado e ao capital privado. O governo adotou um plano para cortar mais de 1 milhão de empregos no setor público, reduzindo a participação direta do Estado em áreas como agricultura, pequeno comércio, transporte e construção. Ao mesmo tempo, liberou mais de 200 atividades para a iniciativa privada, autorizada a contratar trabalhadores e, recentemente autorizou a legalização de pequenas e médias empresas privadas. Para atrair capitais estrangeiros, o principal mecanismo é a zona econômica especial de Mariel, inaugurada em 2014, que tem um porto construído pela brasileira Odebrecht e financiado pelo BNDES.

Com seu principal parceiro comercial, a Venezuela, em grave crise, Cuba começa a ampliar os laços econômicos com China e Rússia. Além disso, o regime estreita as relações com a União Europeia, que em 2008 afrouxou as sanções a Cuba, abrindo a possibilidade de investimentos europeus – em fevereiro de 2016, o presidente francês François Hollande recebeu Raúl Castro em Paris para assinar um acordo que destinará mais de 230 milhões de dólares em investimentos na ilha.

Mas a situação econômica do país ainda não é das melhores, em parte devido à queda no preço das commodities, que afetou suas exportações e limitou a capacidade de importação. Além disso, a abertura é lenta devido à excessiva burocratização e à resistência de parte das lideranças do regime.

No 7º Congresso do Partido Comunista, realizado em abril de 2016, a cautela deu o tom dos debates. Apesar de as medidas de abertura contarem com o respaldo da cúpula do partido, há sinais claros de que as reformas devem avançar de forma gradual. De todo modo, os próximos anos reservam grandes desafios a Cuba, seja pelo avanço nas relações com os EUA, seja pelas medidas que serão adotadas para dinamizar sua economia. ☒

PARA IR ALÉM A HQ *Castro* (de Kleist Reinhard, 2011) apresenta a biografia do ex-presidente cubano Fidel Castro. A obra narra o período que vai da Revolução de 1959 até o afastamento de Fidel do poder.

RESUMO

Cuba

HISTÓRIA País da América Central, com pouco mais de 11 milhões de habitantes, Cuba foi um dos últimos países latino-americanos a conquistar independência. Antiga colônia espanhola, livrou-se do domínio europeu em 1898, com ajuda dos Estados Unidos, que a ocuparam até 1902 e mantiveram um protetorado até 1934.

REVOLUÇÃO A insatisfação com a pobreza e a ditadura de Fulgencio Batista levou à Revolução de 1959. O grupo revolucionário dirigido por Fidel Castro assumiu o poder. Nas últimas décadas, Cuba se destaca por ter elevado o nível de vida de sua população, particularmente nas áreas de educação e saúde, e diminuído as desigualdades sociais.

DITADURA O antagonismo com os EUA levou a uma aproximação com a URSS. Os líderes cubanos moldaram uma ditadura à semelhança da URSS, com o poder político monopolizado pelo Partido Comunista. No caso cubano, Fidel tornou-se o chefe do regime. Em 2006, seu irmão Raúl Castro assumiu a liderança.

CRISE ECONÔMICA Desde 1962, Cuba sofre um embargo econômico decretado pelos EUA. Enquanto teve o apoio da URSS, a ilha manteve seu desenvolvimento. Com sua dissolução, em 1991, entrou em forte crise econômica. A aproximação com a Venezuela, com a China e, mais recentemente, com a União Europeia, dá algum fôlego à economia de Cuba.

EUA Em dezembro de 2014, os governos de EUA e Cuba anunciam a retomada de relações diplomáticas após quase 54 anos. Adotam medidas que iniciam uma aproximação, como a redução de restrições a viagens e envio de dinheiro. A reaproximação foi consolidada com a reabertura das embaixadas, em julho de 2015, e com a visita do presidente norte-americano Barack Obama a Cuba, em março de 2016. Mas ainda há divergências na relação bilateral – em especial, a falta de liberdades civis em Cuba e as sanções econômicas que os EUA impõem à ilha.

LEON NEAL/AFP

ESTAMOS FORA
Diário britânico destaca o plebiscito que abriu o processo para a saída do Reino Unido da UE

REINO UNIDO PEDE PARA SAIR

Em plebiscito histórico, os britânicos decidem deixar a União Europeia, abrindo um período de incertezas para o país e o bloco econômico

A União Europeia (UE) está prestes a perder seu primeiro membro desde que surgiu, em 1951. Em plebiscito realizado no dia 23 de junho, os eleitores do Reino Unido decidiram deixar o maior bloco econômico do planeta. O resultado final foi apertado, com uma diferença de menos de 4% em favor do chamado **Brexit** – uma contração das palavras "Britain" e "exit", algo como "saída britânica", em inglês.

A realização do plebiscito foi uma promessa do primeiro-ministro conservador David Cameron durante a campanha eleitoral de 2015 – seu interesse imediato era angariar os votos de setores da direita insatisfeita com a UE. Após negociações com o bloco, em março deste ano, Cameron decidiu convocar o plebiscito, mas fez campanha pela permanência na UE. Sua cartada política falhou, e com ela abriu-se uma crise com consequências imprevisíveis para o país, o bloco econômico e as economias mundiais.

Assim que a vitória do Brexit foi confirmada, com o respaldo de 17,4 milhões de britânicos, Cameron anunciou sua renúncia. Ele foi substituído em julho pela ex-ministra do Interior, Theresa May, que será responsável por encaminhar a retirada do bloco. De acordo com as regras da UE, o processo deve durar até dois anos, mas as principais lideranças do bloco querem que a transição seja rápida, para minimizar os efeitos negativos nesse período de incertezas.

O funcionamento da UE

A UE surgiu em 1992, com o Tratado de Maastricht, mas o seu embrião data de 1951, quando foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. O Reino Unido aderiu ao bloco em 1973, em um movimento seguido por diversas nações europeias, totalizando os 28 países-membros atuais (*veja mapa ao lado*).

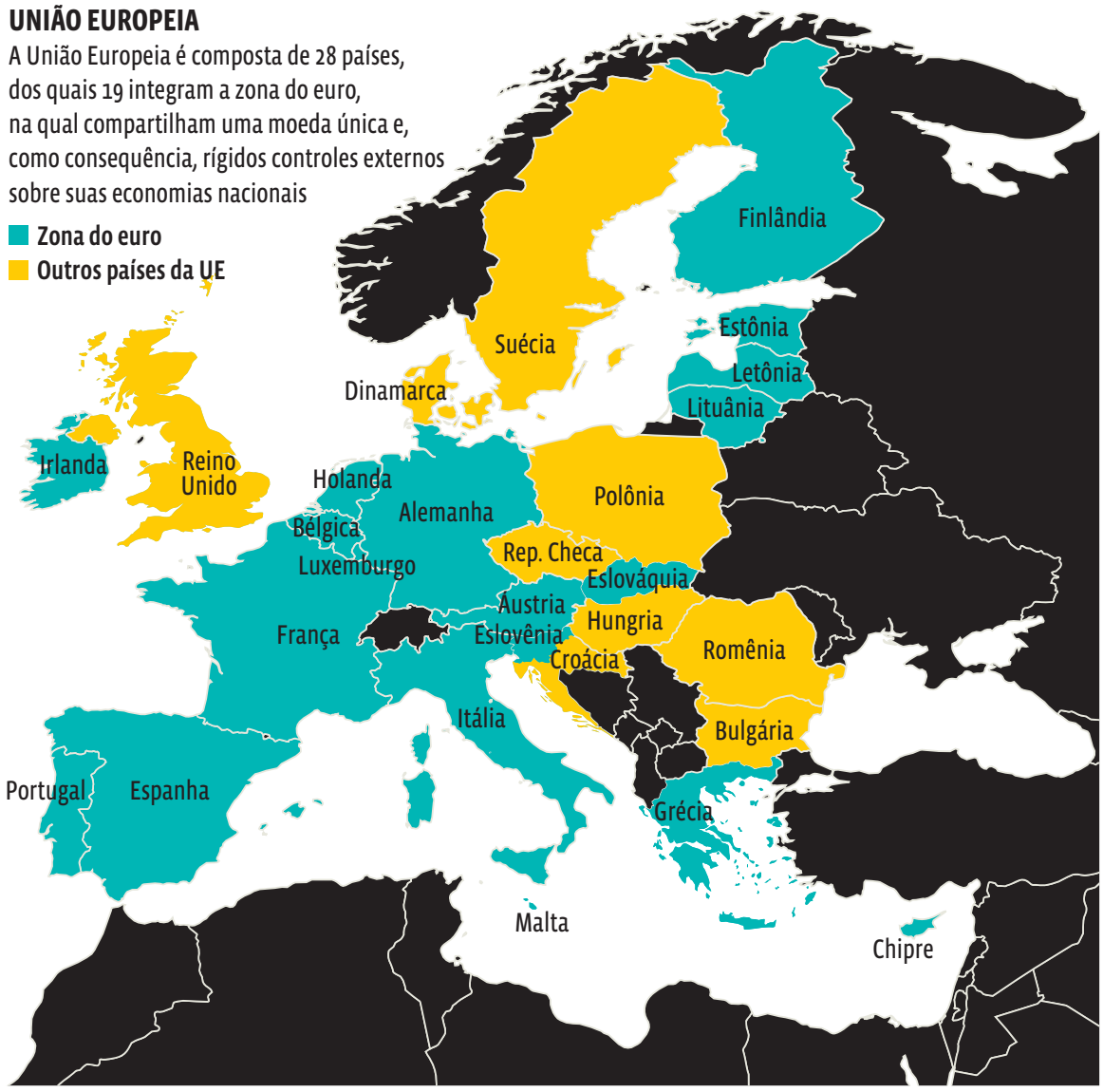
Ao longo dos anos, a UE criou mecanismos que aprofundaram a integração entre os membros. No plano econômico, estabeleceu-se um mercado comum, com a eliminação das tarifas alfandegárias. Em 2001, foi adotada uma moeda única – o **euro** –, embora nem todos os países-membros a adotem, como é o caso do Reino Unido.

A livre circulação de pessoas é garantida pelo **Espaço Schengen**. Composto de 26 nações europeias, ele permite aos habitantes cruzarem livremente as fronteiras – o Reino Unido não participa, mas adota algumas políticas comuns de imigração.

O bloco ainda prevê instrumentos de integração política. O **Tratado de Lisboa**, que entrou em vigor no fim de 2009, é uma espécie de Constituição Europeia. Ela define a atuação das instituições, como o **Banco Central Europeu**, que estabelece a política monetária para os países da zona do euro, e o **Parlamento Europeu**, que tem poder de decisão em alguns assuntos internos de Justiça.

A saída britânica

Por trás da decisão dos britânicos de deixar a UE está a insatisfação com esses mecanismos de integração, que, segundo seus críticos, impõem restrições à autonomia e ferem a soberania das nações. Esse sentimento ganhou força após a eclosão da crise econômica a partir de 2008, quando as vantagens do bloco passaram a ser questionadas, principalmente por correntes de extrema direita, que se espalharam pelos países da UE.



O Brexit nada mais é que o reflexo desse movimento. Os eurocéticos britânicos são contra a imigração por achar que os estrangeiros representam uma concorrência em um mercado de trabalho saturado, além de sobrecarregarem os serviços públicos. Também questionam os repasses financeiros que os membros destinam à UE. A campanha pelo Brexit alegava que o dinheiro poderia ser gasto para melhorar o sistema público de saúde em vez de ajudar economias enfraquecidas do bloco, como a Grécia. As amarras institucionais e a cessão de parte da autonomia para o Parlamento Europeu também incomodam boa parcela da classe política do país.

Mas nada garante que o Brexit impulsionará a economia britânica. As perspectivas são pessimistas, principalmente em função do fim dos acordos de livre-comércio com o bloco. As restrições a produtos e serviços britânicos nos mercados europeus devem afetar as receitas com exportações e a geração de empregos no Reino Unido. Até a concretização do Brexit, Reino Unido e UE devem realizar diversas negociações na tentativa de firmar acordos bilaterais tanto na esfera comercial quanto no trânsito de pessoas.

O Brexit reforçou ainda mais as pressões por reformas na UE, que conciliem os interesses dos países por maior autonomia e poder de decisão, sem ferir o projeto de integração regional que fundamentou a criação do bloco. ☒

RESUMO

União Europeia

UNIÃO EUROPEIA É o maior bloco econômico do mundo, que agrupa 28 países em uma zona de livre-comércio. Dezenove deles compõem a zona do euro, que compartilha moeda única. Há ainda o Espaço Schengen, incluindo 26 países (quatro de fora da UE), que permite a livre circulação de pessoas pelos países que fazem parte do acordo.

BREXIT Em plebiscito realizado em junho de 2016, os britânicos escolheram deixar a União Europeia. É a primeira vez que um país-membro decide sair da UE. De acordo com as regras do bloco, o processo de ruptura deve durar até dois anos.

RAZÕES PARA A SAÍDA O Brexit faz parte de um movimento antieuropeu que ganha força nos países da UE. Os partidários da saída do Reino Unido são contra a imigração por achar que os estrangeiros representam uma concorrência em um mercado de trabalho saturado. Também questionam os repasses financeiros que os membros destinam à UE. A cessão de parte da autonomia para o Parlamento Europeu também incomoda os eurocéticos.

EFEITOS DO BREXIT Inicialmente, a maior consequência é o fim dos acordos comerciais do Reino Unido com a UE, o que irá afetar as exportações e os empregos gerados pela cadeia de produção.

SAIU NA IMPRENSA

EUROCÉTICOS FESTEJAM BREXIT E PEDEM MAIS REFERENDOS NA UE

Políticos eurocéticos celebraram nesta sexta-feira (24/6) o resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (UE). Os partidários da saída, ou Brexit, venceram com 51,9% dos votos, lançando temores de que movimentos similares se espalhem por outros países do bloco.

"Vitória da liberdade! Como eu tenho pedido há anos, é preciso que seja realizado o mesmo referendo na França e nos demais países da UE", declarou Marine Le Pen, presidente do partido de extrema direita francês Frente Nacional (FN), em sua conta no Twitter.

Já o deputado holandês Geert Wilders disse que "a elite eurófila foi derrotada, os britânicos mostram à Europa o caminho para o futuro e a libertação". Ele também pediu um "referendo sobre um 'Nexit', uma saída holandesa da UE". (...)

Na Itália, Matteo Salvini, líder do partido eurocético e anti-imigração Liga do Norte, festejou o resultado e disse "obrigado, Reino Unido, agora é a nossa vez". (...)

Deutsche Welle, 24/6/2016

NIGÉRIA, UM PAÍS DIVIDIDO

Maior economia da África, o país enfrenta forte tensão religiosa entre cristãos e muçulmanos e sofre com a ameaça terrorista do grupo Boko Haram

Infográfico **Alex Argozino**

Com 182 milhões de habitantes, a Nigéria é a nação mais populosa da África e a sétima do mundo. Há quatro anos, o país tornou-se a principal economia do continente, superando a África do Sul. Maior exportador de petróleo africano, a Nigéria também possui reservas minerais expressivas.

Apesar do recente crescimento econômico, o país enfrenta grandes desafios. O principal deles é melhorar a qualidade de vida da população. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida usada para avaliar o progresso econômico e social de um povo, é baixo – o país ocupa a 152ª posição entre 166 países.

Outro desafio é lidar com as tensões étnico-religiosas e as ameaças do grupo fundamentalista islâmico Boko Haram, com forte presença no norte do país. Os estados dessa região, de maioria muçulmana, são menos prósperos e desenvolvidos do que os do sul, onde se concentra a população cristã. Em 2009, o Boko Haram declarou uma "guerra santa" contra o governo nigeriano e tem realizado uma campanha de violência, baseada em sequestros, assassinatos e atentados terroristas, com o objetivo de instaurar um regime islâmico radical no país. Entre 2011 e 2016, o grupo matou 15,5 mil pessoas e forçou o deslocamento de 2,1 milhões de pessoas.

REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA
Área: 923.769 km²
Capital: Abuja
População: 182 milhões (2015)
Governo: República presidencialista
Presidente: Muhammadu Buhari (desde 2015)
Religião: cristianismo (46,1%), islamismo (46%), crenças tradicionais (7,5%) (2015)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
A Nigéria é formada por 36 estados e o Território da Capital Federal, Abuja, localizado no centro do país. A bacia do Rio Níger abrange quase todo o território, favorecendo a atividade agrícola. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem a 14ª maior extensão territorial da África.

CIDADES MAIS POPULOSAS (2015)

Fonte: *Naija Voice*
*Território da Capital Federal

MEGALÓPOLE AFRICANA
Capital do país até 1991, quando foi substituída por Abuja, **Lagos** é a cidade mais populosa da Nigéria e da África. No último censo demográfico, de 2006, ela tinha 7,9 milhões de habitantes, mas estimativas oficiais apontam que hoje sua região metropolitana agrupa mais de **21 milhões** de pessoas.

CORRUPÇÃO EM ALTA
Antiga colônia britânica, a Nigéria só alcançou sua independência em 1960. Após um período de guerra civil, governos democráticos e regimes autoritários se revezaram no poder. Segundo a Transparência Internacional, o país é um dos mais corruptos do mundo, ocupando a 136ª posição no ranking de percepção de corrupção da organização

NÍGER
CHADE
BENIN
CAMARÕES
Lago Chade
Golfo da Guiné
Sokoto
Zamfara
Kaduna
Niger
Benue
Hadejia
Gondola
Montanhas Mandra
Lago Kainji
Planalto Jos
Monte Dimlang 2.042 m
SOKOTO
Sokoto
Birnin Kebbi
KEBBI
ZAMFARA
Gusau
KATSINA
Katsina
3.626.068 Kano
KANO
JIGAWA
Dutse
YOBE
Damaturu
BORNO
Maiduguri
BAUCHI
Bauchi
GOMBE
Gombe
ADAMAWA
Yola
Jalingo
TARABA
Jos
PLATEAU
KADUNA
Kaduna
Minna
NIGER
KWARA
Ilorin
3.000.000 Abuja
ABUJA*
NASSARAWA
Lafia
Lokoja
Makurdi
BENUE
KOGI
OYO
3.500.000 Ibadan
Osogbo
EKITI
Ado-Ekiti
Abeokuta
OSUN
Akure
OGUN
Ikeja
LAGOS
21.642.797 Lagos
ONDO
EDO
Benin City
DELTA
Yenagoa
BAYELSA
ENUGU
Enugu
Awka
ANAMBRA
Asaba
EBONYI
Abakaliki
IMO
Umuahia
Owerri
ABIA
Uyo
CROSS RIVER
Calabar
RIVERS
1.974.000 Port Harcourt
AKWA IBOM
0 50 100 km
(1 cm= 100 km)

POPULAÇÃO

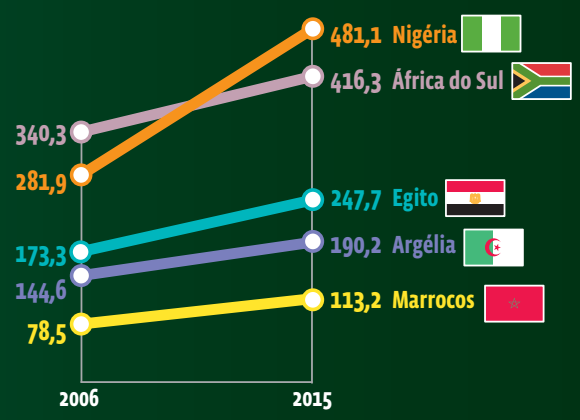
Em milhões de habitantes (1950-2014)

Em função da alta fertilidade, em torno de seis filhos por mulher, a Nigéria tem experimentado um rápido crescimento demográfico desde meados do século 20. Até 2050, a população deve mais do que duplicar.

Worldodometers
*Data do último censo oficial
Fonte: *Site Worldometers citando a Divisão de População da ONU*

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Evolução do PIB das cinco maiores economias africanas, em bilhões de dólares (2006-2015)



Impulsionado pelo petróleo, o PIB da Nigéria quase dobrou na última década, com uma evolução média em torno de 6% ao ano. Em 2012, o país ultrapassou a África do Sul como a maior economia do continente.

Fonte: *Banco Mundial*

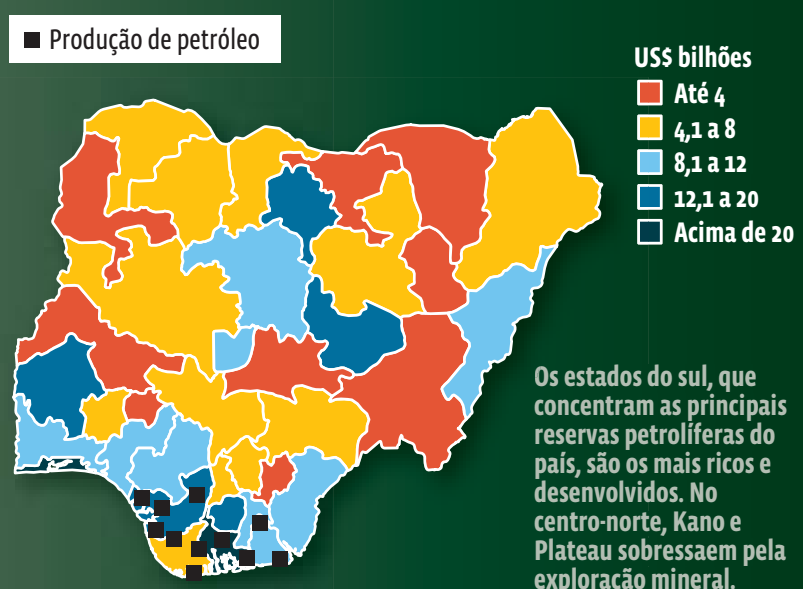
COMÉRCIO EXTERIOR

Principais destinos das exportações e países de origem das importações, em % do total (2014)

Fonte: *Ministério das Relações Exteriores do Brasil*

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

PIB por unidade administrativa, em US$ bilhões (2010)

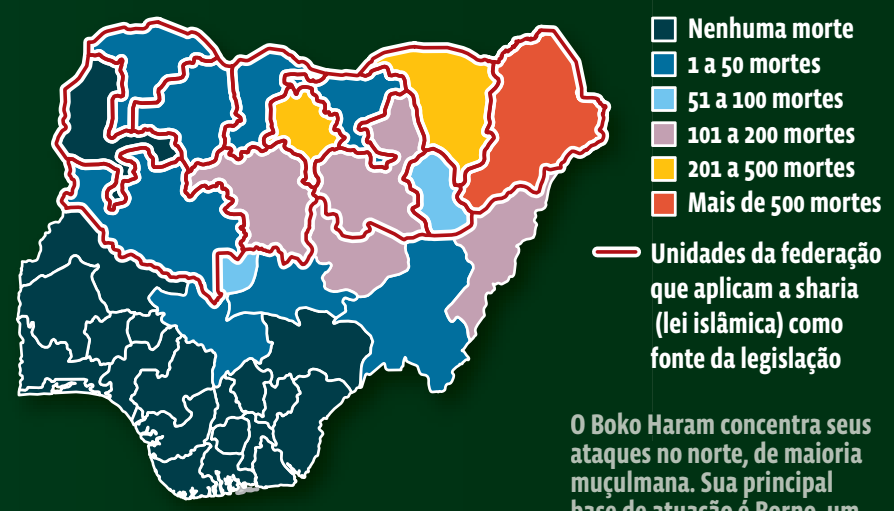


Os estados do sul, que concentram as principais reservas petrolíferas do país, são os mais ricos e desenvolvidos. No centro-norte, Kano e Plateau sobressaem pela exploração mineral.

Fonte: *Ministério Federal da Comunicação Tecnológica (http://services.gov.ng/states)*

BOKO HARAM

Número de pessoas mortas em ataques atribuídos à milícia islâmica Boko Haram, por unidade administrativa (2009-2013)

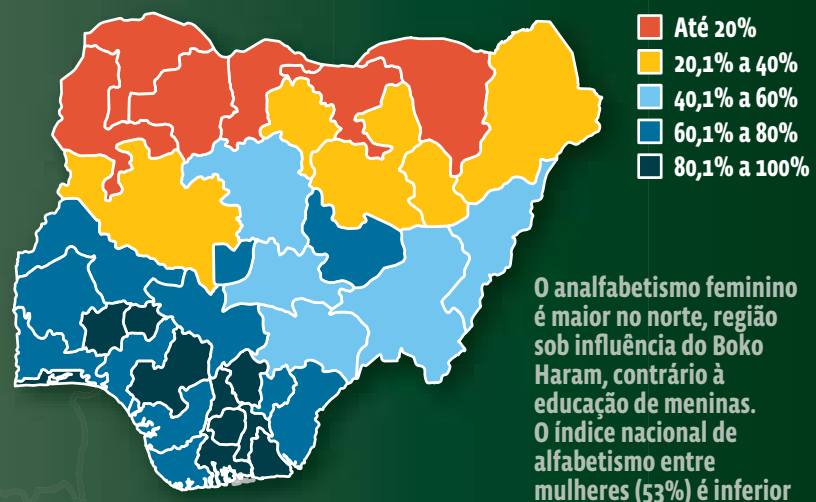


O Boko Haram concentra seus ataques no norte, de maioria muçulmana. Sua principal base de atuação é Borno, um dos estados mais pobres.

Fonte: *Site VOX*

ALFABETIZAÇÃO

Percentual de mulheres entre 15 e 49 anos alfabetizadas, por unidade de federação (2008)

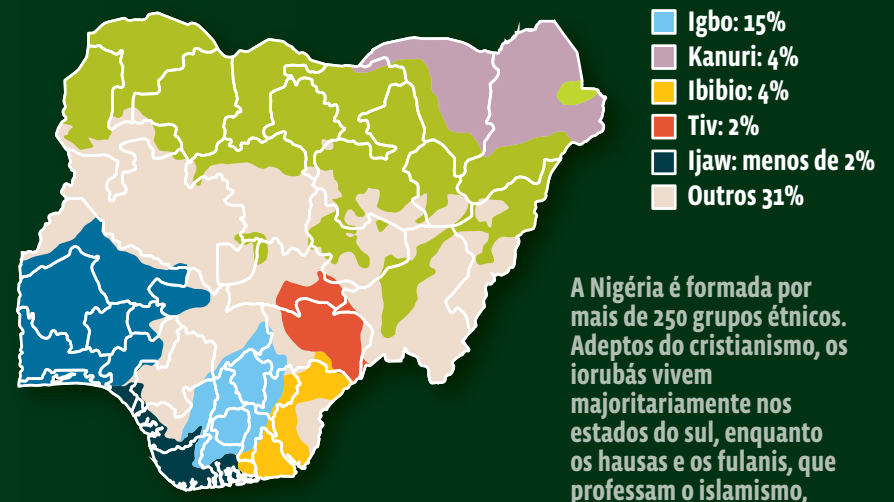


O analfabetismo feminino é maior no norte, região sob influência do Boko Haram, contrário à educação de meninas. O índice nacional de alfabetismo entre mulheres (53%) é inferior ao dos homens (75%).

Fonte: *Nigeria Demographic and Health Survey*

DIVERSIDADE ÉTNICA

Distribuição do principais grupos étnicos do país



A Nigéria é formada por mais de 250 grupos étnicos. Adeptos do cristianismo, os iorubás vivem majoritariamente nos estados do sul, enquanto os hausas e os fulanis, que professam o islamismo, concentram-se no norte.

Fonte: *Stratfor*

UMA POTÊNCIA EM TRANSIÇÃO

O mundo olha com atenção para a desaceleração no ritmo de crescimento econômico da China, que pode afetar as economias de diversos países – inclusive o Brasil

Por **Giovana Moraes Suzin**

Ao falar em China, geralmente pensamos em sua grandeza: a maior população do mundo, o terceiro maior território em área, uma das maiores construções já realizadas pela humanidade: a Grande Muralha da China. Nas últimas três décadas, a China também se notabilizou pelas imponentes taxas de crescimento, acima dos 10% ao ano, o que alavancou o país ao posto de segunda maior economia do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA).

Mas o dragão chinês começa a dar sinais de que está perdendo fôlego. Em 2015, o Produto Interno Bruto cresceu 6,9%, o que seria considerado um resultado excepcional em qualquer outro lugar do mundo. O problema é que, desde 2010, a economia chinesa vem crescendo menos que no ano anterior. Uma consequência direta dessa desaceleração é que o resultado é insuficiente para gerar os cerca de

NAS ALTURAS Limpador de janelas se equilibra em prédio da capital, Pequim: país passa por processo de intensa urbanização

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Capital: Pequim

Principais cidades: Xangai, Guangzou (Cantão), Shenzhen, Wuhan, Tianjin

Área: 9.572.900 km² – terceiro maior território mundial

População: 1,394 bilhão* (2014) – maior população mundial

Moeda: iuan

PIB: US$ 10,3 trilhões* (2014)

Renda per capita: US$ 7.590 (2014)

Analfabetismo: 4,9%*

IDH (2013): 0,727 – 90º lugar

**exclui Hong Kong e Macau*

REINHARD KRAUSE/REUTERS

10 milhões de empregos anuais de que o país precisa. Este é o número de pessoas que deixam as áreas rurais em busca de emprego nas cidades a cada ano.

Além disso, pelo fato de a China ser uma potência global, integrada às cadeias mundiais de produção e comércio, seu desempenho tem impacto em diversas economias do planeta. Atualmente, o país é o segundo maior importador de produtos e serviços do mundo, sendo o terceiro maior mercado para a União Europeia (que reúne 28 países) e o quarto principal destino das vendas dos Estados Unidos e Reino Unido. É também o principal parceiro econômico do Brasil, que pode ter suas exportações prejudicadas com a desaceleração chinesa.

Um reflexo da desconfiança mundial com os rumos da economia da China foi sentido em janeiro de 2016, quando a bolsa de valores de Xangai registrou perdas superiores a 20%. De modo geral, esse movimento sinaliza que os investidores internacionais resolveram retirar seus recursos do mercado acionário chinês por não acreditar que terá o retorno esperado com suas aplicações. Durante o ano, a bolsa continua oscilando significativamente, com quedas pontuais.

Mudança de rumo

Mas essa desaceleração da economia chinesa não foi súbita. Ela faz parte de um pouso lento, iniciado a partir da crise econômica internacional, que teve início em 2008. Como União Europeia e EUA tiveram de reduzir suas importações, a atividade industrial e as exportações chinesas foram diretamente afetadas. Por sua vez, com a desaceleração, a China passou a importar menos matéria-prima e commodities (produtos como o petróleo, minério de ferro, carnes e grãos que têm preço determinado internacionalmente), impactando diretamente as economias de países emergentes, como o Brasil e a Venezuela.

Esses solavancos sinalizaram para a necessidade de uma correção de rumo, para que o país pudesse se adaptar a uma nova dinâmica econômica. Em 2013, o Partido Comunista Chinês (PCCh) substituiu o então presidente

AN XIN/IMAGINECHINA/AFP

EM BAIXA Queda na Bolsa de Valores de Xangai reflete as incertezas sobre a economia chinesa

O governo aposta no crescimento do consumo interno para reduzir a dependência das exportações

Hu Jintao, no poder havia dez anos, por Xi Jinping. O novo mandatário assumiu uma dura missão: mudar o modelo de desenvolvimento da China.

A nova fórmula aposta na inovação e no fortalecimento do consumo interno como antídoto para diminuir a dependência das exportações, que deixaram o gigante asiático vulnerável às crises mundiais e regionais. Com sua liderança centralizadora e pragmática, Xi Jinping articulou um amplo pacote de reformas, que foram recebidas como as mais profundas mudanças desde a abertura promovida por Deng Xiaoping, em 1978. Seu governo entende que o modelo baseado em maciças exportações, somado aos grandes investimentos em obras de infraestrutura para movimentar a economia interna, está esgotado, e se faz necessário um redirecionamento da economia.

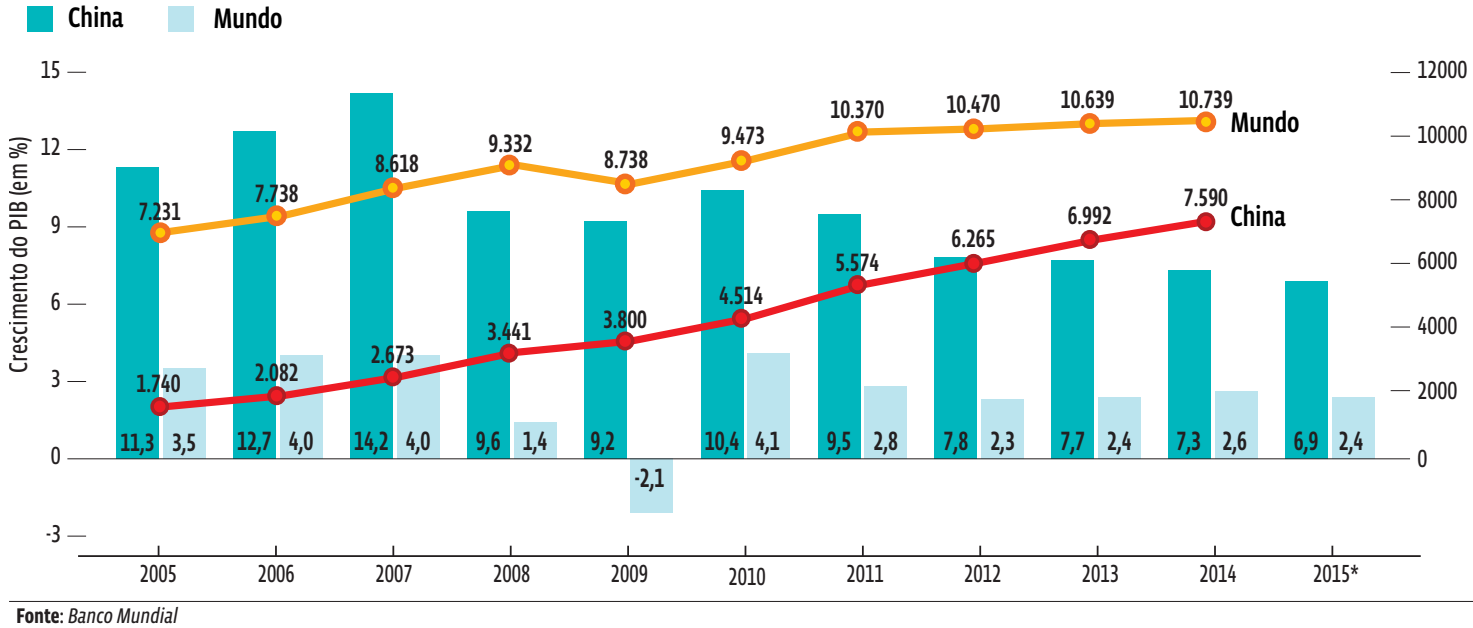
Papel do Estado

O plano desenvolvido implica uma drástica redução do papel do Estado no controle econômico a médio e longo prazo. Embora o governo ainda mantenha controle sobre aspectos centrais da economia, o novo modelo permite um protagonismo cada vez maior das empresas privadas, que ganhariam a permissão para investir nas empresas públicas. O objetivo é atrair o capital estrangeiro, mas a medida tira do governo o controle absoluto sobre as estatais. Somado a isso, para estimular o consumo interno sem a necessidade de grandes obras, o governo está facilitando a obtenção de crédito e de benefícios sociais para os trabalhadores. A mais importante medida tomada nesse sentido é o aumento dos salários, que subiram 7,4% em 2015, e estão elevando o poder de compra dos chineses.

Outra meta é reduzir os altos níveis de desigualdade social. Apesar de a renda *per capita* do país estar em crescimento e ter alcançado 7,5 mil dólares, o valor ainda é baixo se comparado à média mundial. Para efeito de comparação, a renda *per capita* no Brasil é de 15,5 mil dólares, enquanto a dos Estados Unidos chega a 55,9 mil

PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA PER CAPITA

Gráfico de linha: evolução da renda *per capita* da China e do mundo (em dólares)
Gráfico de barra: evolução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da China e do mundo (em %)



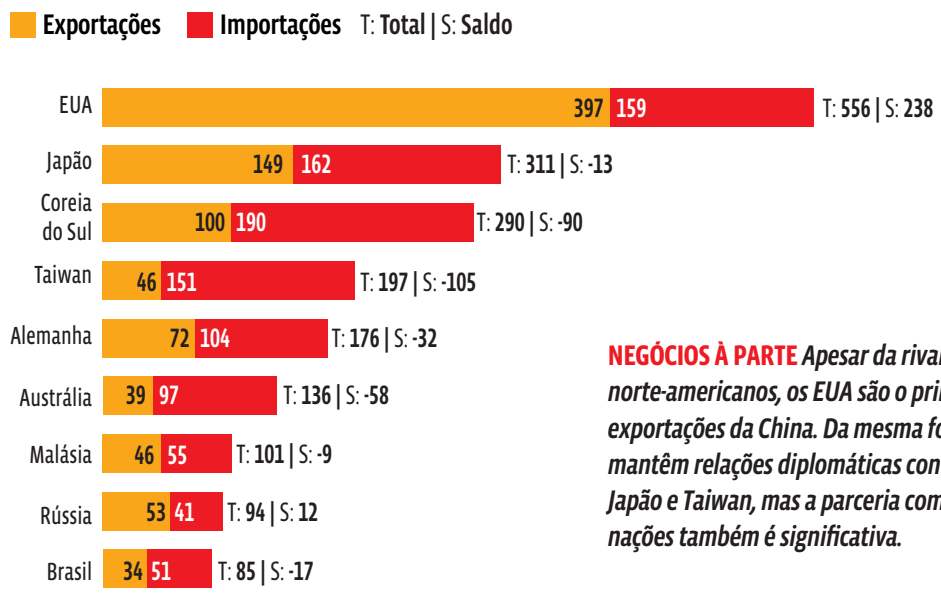
O FÔLEGO DO DRAGÃO *Apesar da desaceleração econômica, o PIB chinês continua crescendo a taxas acima da média mundial. Já a renda* per capita *da China apresentou forte aumento nos últimos dez anos, mas permanece abaixo dos valores mundiais.*

* expectativa de crescimento

Fonte: *Banco Mundial*

PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA CHINA EM 2014

Exportações, importações e saldo da balança comercial (em bilhões de dólares)



NEGÓCIOS À PARTE *Apesar da rivalidade com os norte-americanos, os EUA são o principal destino das exportações da China. Da mesma forma, os chineses mantêm relações diplomáticas conturbadas com Japão e Taiwan, mas a parceria comercial com essas nações também é significativa.*

Fonte: *: Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC)*

dólares. Segundo dados do governo chinês, desde os anos 1980 mais de 600 milhões de pessoas saíram da pobreza no país, mas ainda há mais de 70 milhões nessa situação. O problema é maior na área rural. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas da China, um morador da cidade ganha três vezes mais que um morador do campo. Por isso, em 2014 o PCCh aprovou um pacote de investimentos em saúde, educação e habitação direcionado principalmente para as províncias menos urbanizadas, onde se encontra a população mais pobre.

Revolução Chinesa

A preocupação mundial com os rumos da economia chinesa revela o status que a nação alcançou no cenário global. Nos últimos 30 anos, a China deixou de ser um país periférico para se tornar protagonista. A história recente do país é marcada pela Revolução Chinesa. Ao final da II Guerra Mundial (1939-1945), a república foi palco de uma guerra civil entre as duas forças dominantes: o Partido Nacionalista (Kuomintang) e o Partido Comunista Chinês (PCCh). Em 1949, os vitoriosos proclamaram a República Popular da China. Seu principal dirigente, Mao Tsé-tung, tornou-se o governante supremo da China comunista, enquanto Chiang Kai-chek e os demais líderes do Kuomintang fugiram para Taiwan (Ilha Formosa), a China nacionalista – até hoje, os governantes da ilha formam um Estado à parte da China.

A China continental foi reorganizada nos moldes comunistas, com a coletivização das terras, dos bancos e das companhias estrangeiras, além da expropriação das fábricas e do controle estatal da economia. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma ditadura de partido único, o PCCh, que se mantém até hoje. Em 1958, o governo lançou o Grande Salto para Frente, com o objetivo de acelerar vigorosamente a industrialização. O resultado foi um caos econômico, que causou a fome e a morte de milhões de camponeses. Nesse cenário, o PCCh afastou Mao do comando. Contudo, em 1966, o líder comunista lançou a Grande Revolução Cultural Proletária, que lhe devolveu a liderança do Estado chinês (*veja mais na pág. 54*).

Socialismo de mercado

A morte de Mao, em 1976, abriu caminho para a ascensão do reformista Deng Xiaoping, que iniciou o processo de abertura econômica do país ao mercado mundial. A principal decisão foi a criação das Zonas Econômicas Especiais, onde empresas multinacionais poderiam instalar-se e produzir artigos para exportação. Atraídas por incentivos fiscais e pela numerosa e barata mão de obra chinesa, as empresas estrangeiras invadiram o país, valendo-se da vantagem competitiva de produzir por um valor menor. Esse modelo de desenvolvimento é chamado pelos dirigentes chineses de "socialismo de mercado". O governo passou a preservar o controle estatal das

AS RESTRIÇÕES POLÍTICAS

Apesar da abertura econômica, a China continua sendo uma ditadura de partido único, que reprime as oposições, restringe o trabalho da imprensa e viola os direitos humanos. Na maior onda de protestos que o país enfrentou, em 1989, milhares de estudantes que pediam democracia e melhores condições de vida foram mortos pelas forças do governo em Pequim, no episódio que ficou conhecido como o massacre da Praça da Paz Celestial.

A repressão e as conquistas provenientes do crescimento econômico aplacaram os ânimos dos opositores do regime nos anos seguintes. Mas à medida que a China fomenta o crescimento de uma classe operária organizada, e de uma classe média politizada, a pressão por reformas democráticas e maior liberdade de expressão tende a aumentar. Nos últimos anos, diversos dissidentes passaram a desafiar abertamente o regime. Entre as lideranças mais proeminentes estão o preso político Liu Xiaobo, que conquistou o Prêmio Nobel da Paz em 2010, e o artista Ai Weiwei.

Em 2014, o PCCh enfrentou seu maior desafio político desde os episódios da Praça da Paz Celestial, com a explosão das manifestações em Hong Kong. Cedida pela China ao Reino Unido em 1842, após a derrota na primeira Guerra do Ópio, Hong Kong foi devolvida em 1997. A região mantém a economia de mercado e relativa autonomia administrativa, mas não há democracia. A China chegou a autorizar eleições diretas para governador em 2017, mas o PCCh decidiu que os candidatos deveriam ser indicados pelo governo, o que desencadeou amplas manifestações no segundo semestre de 2014. O governo chinês não cedeu à pressão e conseguiu encerrar os protestos sem incidentes graves.

JANEK SKARZYNSKI/AFP

COLHENDO FRUTOS
Os presidentes da China, Xi Jinping (*à esq.*), e da Polônia, Andrzej Duda (*à dir.*), em Varsóvia, em junho de 2016

Com a "Nova Rota da Seda", a China pretende criar um projeto de integração com a África e a Europa

fábricas e da terra, mas autorizou a propriedade privada em situações especiais e abriu determinadas regiões do país ao mercado internacional.

O modelo impulsionou as exportações e inundou o mundo com os produtos "made in China". Paralelamente, como o país exige uma contrapartida das empresas estrangeiras na forma de transferência de tecnologia, os chineses foram aperfeiçoando sua indústria. Com essa estratégia, associada a grandes investimentos em ciência e tecnologia, a China vem alterando o perfil de suas exportações. Antes conhecida apenas como fabricante de produtos de baixa qualidade, o país passou a vender eletroeletrônicos de maior valor agregado.

Essas transformações impulsionaram as finanças do país e o transformaram na segunda maior economia do mundo, cujo PIB, em 2014, alcançou os 10 trilhões de dólares. A urbanização acelerada também contribuiu para mudar o perfil demográfico do país. Em torno de 270 milhões de pessoas já abandonaram o campo desde os anos 1980, quando o país começou a abrir suas fronteiras econômicas para o mundo. Em 2012, a população urbana da China superou a rural pela primeira vez na história. E essa tendência deve persistir: no fim de 2015, o país apresentou o projeto de união dos três principais centros urbanos do norte – Pequim, Tianjin e a província de Hebei – numa única região, chamada Jing-Jin-Ji, que terá em torno de 130 milhões de habitantes e servirá como novo modelo de urbanização.

Projeção global

Parte importante da ampliação da influência global exercida pela China passa pelos acordos comerciais que firmou com mercados emergentes, particularmente a América Latina, África e Oriente Médio.

De acordo com o relatório Perspectivas Econômicas da América Latina 2016, as relações comerciais entre China e América Latina cresceram 22 vezes nos últimos 15 anos. A China investe também em obras estratégicas na região, como o canal interoceânico que está construindo na Nicarágua, com previsão de inauguração para 2020. O objetivo do projeto é facilitar o comércio da China com os países latino-americanos e reduzir sua dependência do Canal do Panamá, que funciona sob forte influência dos EUA. A China tornou-se, ainda, um importante aliado financeiro da região. Entre 2010 e 2015, os empréstimos alcançaram a cifra de 94 bilhões de dólares, a maioria deles concedido em troca de petróleo. Os principais beneficiários são Venezuela, Brasil, Argentina e Equador.

O continente africano, com suas vastas reservas minerais, é outro mercado de interesse para a China. Em troca da matéria-prima, empresas chinesas empreendem gigantescas obras de infraestrutura, necessárias para o desenvolvimento dos países da região. De acordo com dados do governo chinês, entre 2002 e 2012 o comércio entre a China e os africanos cresceu 20 vezes, ultrapassando os 200 bilhões de dólares.

As aspirações globais da China estendem-se também para o Oriente Médio. Seu projeto mais ambicioso na região responde pelo insinuante nome de "Nova Rota da Seda" – uma referência à antiga rede comercial que conectou a Ásia ao Ocidente entre os séculos II a.C. e XV d.C. O objetivo é criar um corredor econômico, composto de estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver esse projeto de integração eurasiana, a China criou um fundo de 40 bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos.

Ao fortalecer a integração com países da África à América Latina, passando por Ásia Central e Oriente Médio, a China tenta converter sua força econômica em poder político, ampliando sua esfera de influência global. Não à toa, os EUA veem a ofensiva diplomática e econômica de Pequim como um desafio à sua hegemonia mundial.

SAIU NA IMPRENSA

PRESIDENTE DA CHINA CHEGA AO ORIENTE MÉDIO PARA ABRIR UMA NOVA "ROTA DA SEDA"

O presidente da China, Xi Jinping, começou nesta terça-feira em Riad uma viagem pelo Oriente Médio, que lhe levará também a Egito e Irã, com o objetivo de abrir uma nova rota comercial entre Ásia e Europa, além de mediar nos conflitos regionais.

Esta viagem ao Oriente Médio, que terminará no próximo domingo, é a primeira ao exterior do presidente da China em 2016 e também a primeira que faz à região desde que assumiu o cargo há três anos.

Além disso, acontece no meio da recente escalada de tensão no Oriente Médio, após a crise diplomática surgida entre Arábia Saudita e Irã depois que as autoridades de Riad executaram o clérigo xiita Nimr al Nimr no início do mês, o que motivou o ataque à embaixada saudita em Teerã. (...)

Nesse contexto, o presidente da China tentará usar sua diplomacia para acalmar os ânimos na região, já que Pequim considera a segurança e a estabilidade na região de vital importância.

Agência EFE, 19/1/2016

Briga de gigantes

China e EUA mantêm uma relação de intensa cooperação econômica. O país asiático é o quarto maior importador de produtos norte-americanos, enquanto os EUA são o principal destino das exportações chinesas. O gigante asiático é um dos mais importantes financiadores da dívida dos EUA e o país que mais detém títulos do Tesouro norte-americano.

Por outro lado, a ascensão econômica chinesa nas últimas três décadas levou os EUA a redirecionar sua política externa para o sudeste asiático e a região do Pacífico, numa tentativa de contrabalancear a influência chinesa. Parte dessa diretriz diz respeito à criação da Parceria Transpacífico (TPP), um pacto comercial que engloba 40% da economia mundial e inclui países como Malásia, Cingapura e Vietnã, mas exclui os chineses. Como resposta, em outubro de 2014, a China aliou-se a 20 nações para lançar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

No plano de defesa, a preocupação da China é com as bases militares norte-americanas na Coreia do Sul e no Japão, e a venda de armas dos EUA para Taiwan. Em contrapartida, os EUA afirmam publicamente seu compromisso em defender os aliados da região contra investidas chinesas pela soberania de territórios marítimos. A China reivindica vastas áreas no Mar do Sul da China e disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku/Diaoyu.

Mares revoltos

As duas maiores economias asiáticas, China e Japão, possuem um longo histórico de hostilidades derivado de guerras e ocupações lançadas pelos japoneses nos séculos XIX e XX. Atualmente, o principal ponto de atrito é a disputa pela soberania de ilhas no Mar da China Oriental. Elas são chamadas pelos chineses de Diaoyu e de Senkaku pelos japoneses.

Já as reivindicações de Pequim no Mar do Sul da China a colocam em rota de colisão com seus vizinhos no Sudeste Asiático – além da China, Vietnã, Filipinas, Brunei, Taiwan e Malásia disputam a soberania nessa região. O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo.

Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático. Mas em julho deste ano, atendendo a uma reclamação das Filipinas, a Corte Permanente de Arbitragem decidiu que a China não têm "direitos históricos" sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim disse que não irá acatar a decisão. ☒

PARA IR ALÉM O filme *As Montanhas se Separam* (de Jia Zhang-ke, 2015) mostra as transformações econômicas na China e o surgimento de uma nova elite econômica no início deste século.

RESUMO

China

DESACELERAÇÃO Após quase três décadas crescendo acima dos 10% ao ano, a economia chinesa dá sinais de desaceleração. Afetada pela crise econômica mundial, que fez com que importantes parceiros econômicos diminuíssem as importações dos produtos chineses, a China substituiu o presidente e está mudando seu modelo de desenvolvimento, até então baseado em exportações e grandes obras internas de infraestrutura.

REFORMAS O novo presidente, Xi Jinping, ascendeu ao poder em 2013 e anunciou profundas reformas. Seu governo aposta na inovação, no fortalecimento do consumo interno e no aumento dos salários para diminuir a dependência das exportações, que deixam a China vulnerável às crises mundiais e regionais. Outra mudança é a ampliação do papel da iniciativa privada, que poderá investir nas empresas estatais.

SOCIALISMO DE MERCADO Uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PC-Ch), de Mao Tsé-tung, fez nascer a República Popular da China em 1949. Com a morte de Mao, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping, o país iniciou reformas que deram início ao "socialismo de mercado", por meio do qual o governo mantém o controle estatal da economia e, ao mesmo tempo, incentiva a instalação de multinacionais no país. As empresas beneficiaram-se das isenções fiscais e da mão de obra barata da China para fabricar produtos de exportação. O modelo levou a China a tornar-se a segunda maior economia do planeta.

RELAÇÕES EXTERNAS Parte importante da ampliação da influência global exercida pela China passa pelos acordos comerciais que firmou com mercados emergentes, particularmente a América Latina, África e mais recentemente o Oriente Médio. Apesar da forte relação econômica entre China e EUA, os norte-americanos veem com apreensão a ascensão chinesa. China e Japão disputam a soberania de ilhas no Mar da China Oriental. Já as reivindicações chinesas por vastas áreas no Mar do Sul da China a colocam em rota de colisão com outros vizinhos no Sudeste Asiático – Vietnã, Filipinas, Brunei, Taiwan e Malásia.

Culto à personalidade

Há 50 anos, a Revolução Cultural mobilizava milhões de estudantes chineses em uma campanha de perseguições políticas e exaltação a Mao Tsé-tung

Um abatido senhor chinês de meia-idade é cercado por dezenas de jovens trajando jaqueta e boina. Com o cabelo grosseiramente raspado e em posição de reverência, o homem carrega no pescoço uma placa com frases depreciativas, que o apontam como inimigo do governo chinês. O grupo realiza sessões de ofensas e agressões físicas à vítima, que, amarrada, tem de ficar imóvel por várias horas.

As cenas de humilhação pública eram recorrentes durante a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), como forma de punição a quaisquer representações contrárias ao regime comunista e, principalmente, à figura de Mao Tsé-tung. Durante os três primeiros anos da revolução, a população viveu em um cenário de intensa adoração à figura do líder e de feroz repressão, que, embora iniciada no campo cultural, reverberava no âmbito político e condicionava a vida do cidadão chinês.

CHINA OUT XINHUA/ AFP

A Grande Fome

Ainda se recuperando dos efeitos da II Guerra Mundial (1939-1945), a China chegava ao fim de uma intensa guerra civil, que instaurou a República Popular da China, em 1949. Sob o comando de Mao Tsé-tung, o país era reorganizado nos moldes comunistas, com regime de partido único, coletivização de terras e controle estatal da economia.

Empréstimos de grandes quantias, junto ao governo soviético, ajudaram na implementação de reformas de base e no aumento da produção agrícola. Aproveitando-se de uma população bastante numerosa e submissa, Mao passou a concentrar os esforços do governo no objetivo de tornar a China uma potência industrial, colocando em prática um projeto desenvolvimentista ambicioso. Para estruturar a produção agrária em um sistema corporativo, milhões de chineses foram obrigados a abandonar a agricultura familiar para trabalhar em fazendas coletivas e indústrias do Estado.

EXALTAÇÃO
Membros da Guarda Vermelha reverenciam a figura do líder chinês Mao Tsé-tung durante a Revolução Cultural

As Guardas Vermelhas humilhavam publicamente aqueles que consideravam dissidentes políticos

Com os jovens, adiante

Com sua autoridade questionada por conta de medidas impopulares e começando a sofrer com dissidências internas ao partido, Mao arquiteta sua volta ao poder, lançando formalmente o projeto de Revolução Cultural – ou Grande Revolução Cultural Proletária –, em abril de 1966. Com a justificativa de promover o ataque às instituições burguesas e burocráticas, apontadas como causas do enfraquecimento do país, o líder convocou um levante popular de estudantes. Devia-se perseguir o que representasse qualquer um dos "quatro velhos": velhas ideias, velha cultura, velhos costumes, velhos hábitos. Fascinados pela oportunidade de participação política, que não era muito estimulada pelo regime, os jovens começam a formar grupos, endossando o movimento pró-governo que ficou conhecido como **Guardas Vermelhas**.

A China, que historicamente sempre prezara pela hierarquia, erudição e manutenção das tradições, tinha, agora, tais instituições não somente questionadas, mas repudiadas. Universidades eram interditadas e intelectuais foram perseguidos e presos, acusados de traidores e simpatizantes do capitalismo. Altos oficiais eram obrigados a participar dos "programas de reeducação no campo", sendo exilados em fazendas e fábricas para aprender a prática revolucionária com as camadas mais populares.

Empunhando um exemplar do **Pequeno Livro Vermelho**, publicação governista que trazia citações e pequenos discursos de Mao Tsé-tung, os jovens perseguiam traidores e expunham publicamente dissidentes políticos. O ódio era voltado a tudo que representasse a antiga ordem. Queimavam livros, cortavam pinturas, pisoteavam discos. Promoviam a invasão de casas e destruíam tudo que se relacionasse com a cultura popular. Apenas obras e canções propagandísticas a Mao tinham autorização para circular. Passou a ser comum a desapropriação de famílias inteiras e o confisco de bens valiosos, como ouro, joias e dinheiro. O objetivo era tirar as riquezas das mãos particulares.

A globalização bate à porta

Movidas pelo fanatismo ideológico, as Guardas Vermelhas se dividiram em facções, intensificando os conflitos internos. Em 1969, diante do perigo real de uma guerra civil, Mao resolveu dissolver oficialmente as Guardas Vermelhas, reorganizando os organismos estatais para estimular o setor produtivo, que fora bastante prejudicado durante os anos de radicalismo ideológico. A Revolução Cultural só foi oficialmente encerrada após a morte de Mao, em 1976, mas o fim das Guardas Vermelhas marca o término do período mais radical do processo.

A morte do líder chinês também deu início a uma briga pelo poder no Partido Comunista. Deng Xiaoping, líder do setor reformista, assumiu o comando, colocando em prática diretrizes que puseram a China em um processo de transição para uma economia de mercado. As reformas no sistema produtivo são apontadas como responsáveis pelo vertiginoso crescimento econômico do país dos últimos anos, que conduziram a China à posição de segunda economia mais importante do mundo. Apesar de hoje possuir uma economia globalizada, o país mantém o sistema de partido único, com restrições a direitos políticos e liberdade de expressão. ☒

PAZ DISTANTE ENTRE ISRAEL E PALESTINOS

Novo surto de violência agrava o conflito que, há quase 70 anos, é um dos principais focos de instabilidade no Oriente Médio

AHMAD GHARABLI/AFP

Jerusalém, cidade que abriga alguns dos locais sagrados mais importantes de três religiões (judaísmo, cristianismo e islamismo), vive desde 2015 uma nova onda de confrontos entre palestinos e israelenses. No longo conflito que se estende há quase 70 anos, esse surto recente de violência tem como estopim a situação da Esplanada das Mesquitas, situada na Cidade Velha de Jerusalém.

A **Esplanada das Mesquitas** é chamada de **Monte do Templo** pelo judaísmo. Nessa área ficam a **mesquita Al Aqsa** e o **Domo da Rocha**, locais sagrados para os islâmicos (ou muçulmanos). O local também abriga o Muro das Lamentações, reverenciado pelos judeus. Desde 1967, apenas os muçulmanos podem orar no interior da Esplanada, segundo acordo fechado entre Israel e a monarquia da Jordânia, que administra o complexo. Os não muçulmanos podem visitar o local duas vezes por dia, sem orar nem portar símbolos religiosos.

Os choques atuais foram desencadeados pelo rumor de que o governo de Israel pretendia modificar as regras de funcionamento da Esplanada das Mesquitas. Isso porque a extrema direita israelense vem realizando campanha aberta pelo direito de os judeus também rezarem no complexo. Com esse objetivo, representantes do grupo político passaram a visitar constantemente o local, acompanhados por forças de segurança de Israel. O temor de que houvesse alterações no local motivou atos de hostilidade de palestinos contra israelenses e provocou choques já em 2014.

Em setembro de 2015, a violência se ampliou, com novos enfrentamentos entre palestinos e a polícia. O governo de Israel, que tem à frente o primeiro-ministro Benyamin Netanyahu, anunciou medidas de repressão contra os manifestantes, mas os choques não cessaram. Israel negou a intenção de fazer as mudanças e acusou os dirigentes palestinos de insuflar seus liderados.

Nova Intifada?

A situação tem levado muitos analistas a discutir se essa nova onda de protestos não se trataria de uma terceira Intifada. Intifada em árabe significa "levante". É o nome pelo qual ficaram conhecidos dois grandes movimentos de resistência contra a ocupação militar israelense, iniciados por jovens palestinos. O primeiro foi na Cisjordânia em 1987, e o segundo em 2000, na Esplanada das Mesquitas.

Em 2015 foram também adolescentes e jovens palestinos que enfrentaram os soldados de Israel, atirando coquetéis molotov e pedras. Alguns, armados de facas, tesouras e chaves de fenda, feriram ou mataram cidadãos israelenses. Por isso, comentaristas chamaram o movimento de "Intifada das facas".

Centenas de soldados israelenses foram enviados para aumentar a segurança de Jerusalém, e novos postos de controle foram instalados em vários bairros, o que contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos. Casas de palestinos que atacaram israelenses foram demolidas. Familiares dos suspeitos perderam o direito de viver na cidade.

Além de ações individuais de agressão por parte de palestinos, houve também massivos protestos políticos contra Israel, tanto na Cisjordânia e na Faixa de Gaza – que estão destinadas a compor o futuro Estado palestino – quanto em áreas estritamente israelenses, como os arredores de Telaviv e as cidades de Nazaré e Haifa.

Essa situação é apontada como a consequência de décadas de negociações infrutíferas para pôr fim ao conflito na região. Os jovens, que já nasceram sob um ambiente de repressão, com a circulação

EM NOME DA FÉ
Palestinas mostram o *Alcorão* para policiais israelenses em frente à mesquita Al Aqsa, sagrada para os muçulmanos

dificultada por barreiras policiais e postos de checagem israelenses, tenderiam a expressar sua revolta de forma radical, não acreditando nas promessas de Israel e dos dirigentes palestinos.

Criação de Israel

O surto recente de violência é mais um capítulo deste longo conflito, cujo marco inicial é a criação do Estado de Israel, em 1948. O novo país, ao ocupar o território histórico da Palestina, desalojando milhares de árabes palestinos que ali viviam, criou uma situação de disputas com as várias nações árabes vizinhas.

Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX, com objetivo de criar uma pátria para o povo judeu. Colonos judeus da Europa Central e Oriental, onde o antissemitismo (discriminação contra os judeus) era mais intenso, instalaram-se na Palestina, que tinha então população majoritariamente árabe.

O apoio internacional à criação de um Estado judaico aumentou, depois da II Guerra Mundial, ao ser revelado o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, o Holocausto. Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo de Estados Unidos (EUA) e União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos. Esses acontecimentos são lembrados até hoje por eles como a *nakba*, palavra árabe que significa "catástrofe".

Os assentamentos israelenses na Cisjordânia são um dos obstáculos à criação do Estado palestino

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou então a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

Acordos de Oslo

Uma nova esperança para a resolução do conflito só viria nos anos 1990, com os Acordos de Oslo (1993-1995). Assinado pelo líder palestino Yasser Arafat e pelo primeiro-ministro israelense Ytzhak Rabin, a partir de mediação dos EUA, o tratado tinha como objetivo final o estabelecimento de dois Estados na região: um judeu (Israel) e um palestino, que seria formado por duas extensões de terras descontínuas – a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Os acordos garantiram aos palestinos relativa autonomia na maioria da Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia, sob administração da recém-criada Autoridade Nacional Palestina (ANP), encarregada também de dar os passos rumo à organização do futuro Estado. Pela primeira vez, a direção palestina aceitava a existência de Israel, e passava a defender a constituição de um Estado seu em um território que abrange a menor parte da Palestina. Mas o processo é boicotado por grupos ultranacionalistas israelenses, que se opõem à devolução dos territórios aos palestinos.

Entraves nas negociações

Nos últimos 20 anos, essa perspectiva geral dos "dois Estados" é a que tem guiado as negociações de paz. Desde a assinatura dos Acordos de Oslo houve alguns avanços e muitos retrocessos. As conversações mais recentes, mediadas pelo secretário de estado norte-americano John Kerry, entraram em colapso em abril de 2014. Os obstáculos mais difíceis de serem superados diziam respeito aos seguintes temas:

ASSENTAMENTOS NA CISJORDÂNIA Desde 1967, Israel passou a criar colônias judaicas na Cisjordânia, onde hoje vivem cerca de 400 mil judeus em mais de cem assentamentos, em meio a 2,9 milhões de palestinos. Israel instalou também colônias judaicas no setor oriental de Jerusalém, para justificar a soberania sobre a área.

Dessa forma, o governo israelense mantém a política de criar assentamentos nos territórios destinados ao futuro Estado palestino. Colonos israelenses instalam-se, expulsam os palestinos e formam povoações. Em 2005, Israel

Evolução territorial

Área histórica da Palestina · Estado árabe · Estado judeu

1921
Domínio britânico

Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947
Proposta da ONU

Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948
Fundação de Israel

Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967
Após a Guerra dos Seis Dias

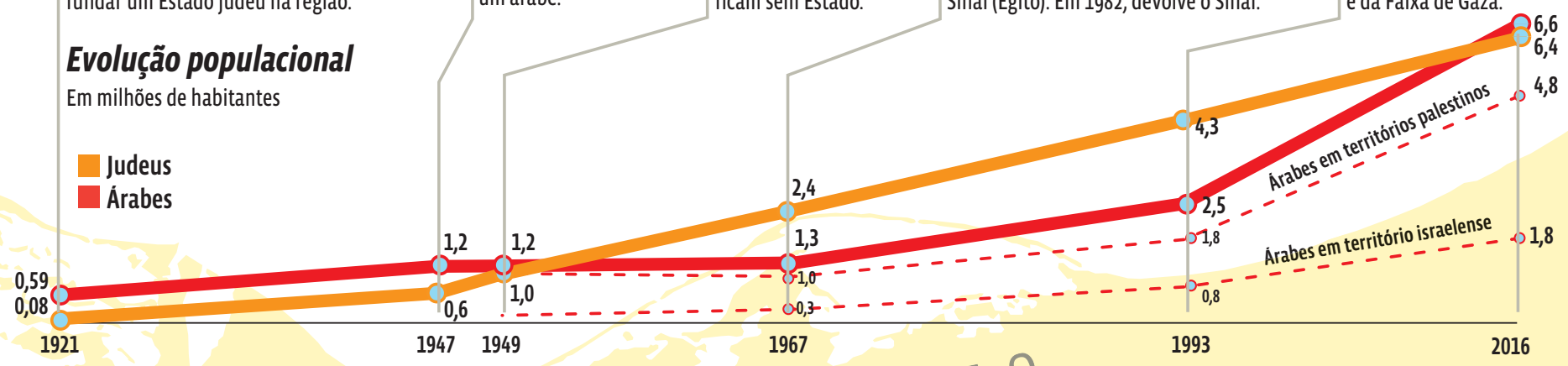
Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993
Tratado de Oslo

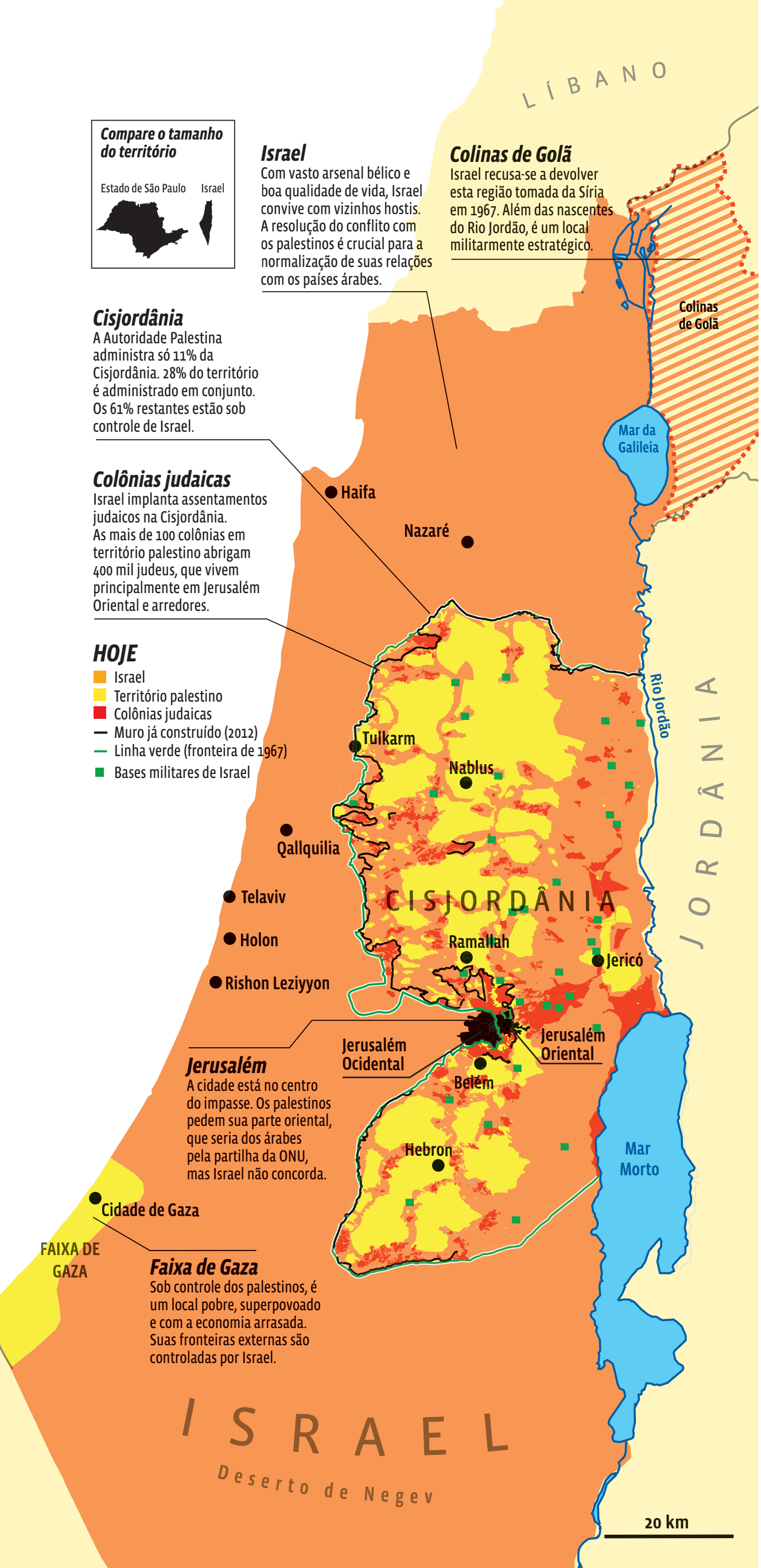
Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Evolução populacional

Em milhões de habitantes



EGITO



A POLÍTICA EXTERNA DE ISRAEL

As relações entre Israel e os seus vizinhos do Oriente Médio são conturbadas desde a criação do Estado judeu. Mas a convivência com pelo menos dois deles, Egito e Jordânia, mudou muito. Com o Egito, Israel assinou os acordos de Camp David (1978-1979), que estabeleceram a paz entre as duas nações e deram estabilidade à fronteira sul israelense. O Egito passou a reconhecer Israel – motivo de fortes críticas por parte de outros países árabes – e recebeu de volta, em 1982, a Península do Sinai, ocupada pelos israelenses em 1967.

Com a Jordânia, foi assinado em 1994 um acordo que encerrou o "estado de beligerância" então vigente. Foram fixadas as fronteiras entre os dois países e ficou definido que a Jordânia passaria a administrar os locais santos muçulmanos de Jerusalém. Já com a Arábia Saudita e outras monarquias do Golfo Pérsico, como Barein e Emirados Árabes Unidos, as relações mantêm-se numa neutralidade cômoda para as partes.

A situação muda de figura quando falamos de Síria e Irã, que, juntos com a organização libanesa Hezbollah, formam um eixo de oposição a Israel. Desde a Guerra dos Seis Dias, Israel controla as Colinas de Golã, tomadas da Síria. Já as hostilidades entre Israel e Irã quase levaram a um conflito armado recentemente, devido ao avanço do programa nuclear dos persas.

Fora da região, o principal aliado israelense são os EUA. As relações, contudo, têm sofrido abalos por causa da política do primeiro-ministro Benyamin Netanyahu, que dificulta o entendimento com os palestinos. Para o governo norte-americano, a obtenção de um acordo de paz seria um importante fator de estabilidade do Oriente Médio. As relações com os EUA na esfera militar, porém, continuam sólidas. Os norte-americanos concederam nos últimos dez anos mais de 3,3 bilhões de dólares de ajuda para equipar o sistema de defesa de Israel.

As divergências entre o Fatah e o Hamas, os dois principais grupos palestinos, dificultam o processo de paz

SUHAIB SALEM/REUTERS

decidiu de forma unilateral retirar todos os 21 assentamentos existentes na Faixa de Gaza. Mas a presença judaica na Cisjordânia só tem aumentado.

A partir de 2002, Israel passou a isolar os assentamentos das populações palestinas da Cisjordânia, separando vilas e bairros uns dos outros por meio da construção de um enorme muro de concreto. A justificativa inicial era impedir a entrada de terroristas em Israel. Na prática, essa barreira física permitiu a Israel anexar áreas palestinas e controlar a circulação de pessoas pelo território.

Os assentamentos e o muro na Cisjordânia são considerados ilegais pela lei internacional, e resoluções da ONU determinaram a devolução das áreas ocupadas, mas não foram obedecidas por Israel. Pela última proposta negociada entre os dois lados, os principais assentamentos ficariam com Israel, que, em troca, destinaria outras terras aos palestinos – mas as conversas não avançaram.

RETORNO DOS REFUGIADOS Com a criação de Israel, mais de 700 mil palestinos tornaram-se refugiados. Outra grande onda de expulsões ocorreu após a Guerra dos Seis Dias, de 1967, quando 500 mil palestinos tiveram de deixar suas casas e vilas. Os refugiados, mais seus filhos e netos, somam mais de 5 milhões de pessoas, segundo a ONU, o maior contingente de refugiados do mundo.

Essa enorme população vive de forma precária, em campos de refugiados superpovoados. Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses. Mas Israel resiste em aceitar a ideia. A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses (*veja gráfico na pág. 58*).

STATUS DE JERUSALÉM Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses em 1967, seja a capital de seu futuro Estado. O governo de Israel não aceita, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital. Uma proposta para que Jerusalém fosse capital dos dois Estados foi posta à mesa, mas não avançou.

DESMILITARIZAÇÃO DA PALESTINA Israel defende que o Estado palestino não possua Forças Armadas e que a segurança inicialmente seja feita pelas tropas israelenses até a transferência para a Otan – a aliança militar ocidental. A proposta não agrada aos palestinos.

Cisão entre palestinos

Se o conflito entre palestinos e israelenses já é um problema de difícil solução, o quadro no interior do movimento palestino é um elemento a mais de complicação. Existe uma séria divisão entre as duas principais organizações palestinas: o grupo laico Fatah – que dirige a ANP, instalada na Cisjordânia – e o grupo fundamentalista islâmico Hamas – que controla a Faixa de Gaza e é considerado um grupo terrorista por Israel.

Depois de uma guerra civil, o Hamas expulsou em 2007 o Fatah da Faixa de Gaza e passou a controlar a região. O Fatah manteve-se na Cisjordânia, onde o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, constituiu um novo governo, logo reconhecido por Israel e pelas potências ocidentais. Em 2014, Fatah e Hamas ensaiaram uma reaproximação ao fechar um acordo que levou à formação de um governo unificado palestino. No entanto, a unidade se desfez já no ano seguinte.

Conflitos em Gaza

Além da disputa fratricida com o Fatah, o Hamas é alvo de um bloqueio que o governo israelense impõe à Faixa de Gaza, proibindo a circulação de bens e pessoas para dentro e para fora do território, por terra e por mar. Isso levou a uma situação de desastre humanitário. De acordo com Israel, a medida se impunha em virtude do controle do Hamas, que afetaria a sua segurança.

A situação é um combustível a mais na inflamada disputa. A Faixa de Gaza foi palco de três ataques recentes de Israel – em dezembro de 2008/janeiro de 2009, em novembro de 2012 e em julho/agosto de 2014. Esta operação mais recente, chamada "Limite Protetor", foi motivada por uma série de incidentes, entre os quais o assassinato de três adolescentes judeus, atribuídos ao Hamas, e o lançamento de foguetes que atingiram Israel. Segundo o Exército israelense, o grupo islâmico disparou, entre 2005 e o início do conflito de 2014, cerca de 11 mil foguetes contra o país.

Na ofensiva, Israel realizou ataques aéreos com mísseis e promoveu uma invasão de Gaza por terra, sob o argumento de que era preciso destruir túneis utilizados pelo Hamas. A ação

LAR EM RUÍNAS
Garoto palestino dorme em meio aos escombros de sua casa, destruída pelos ataques israelenses a Gaza, em 2014

arrasou a Faixa de Gaza e atingiu principalmente a população civil. De acordo com a ONU, 65% dos 2.251 palestinos mortos eram civis. Boa parte da população ficou desabrigada. Do lado israelense, 71 pessoas morreram, quase todos militares.

Impasse prorrogado

Em virtude dos frequentes impasses nas negociações, a ANP passou a apostar em uma ofensiva diplomática unilateral pelo reconhecimento internacional da Palestina. A iniciativa surte efeito: em 2012, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução que eleva o status da Palestina para o de "Estado observador não membro" – o que não significa propriamente a aceitação de uma "nação" palestina, mas a decisão eleva a sua estatura na diplomacia internacional. O aval da ONU alavancou ainda mais a campanha palestina pela criação de dois Estados, que ganha força no cenário global.

Mas diante desses episódios recentes, reforçados pelo colapso nas negociações de paz e pelos ataques à Faixa de Gaza em 2014, as perspectivas para uma resolução do conflito no curto prazo são bem remotas. O fortalecimento de Benyamin Netanyahu, especialmente após as vitórias de seu partido, o Likud, nas eleições israelenses de 2015 e maio de 2016, tende a prorrogar ainda mais o impasse. As posições intransigentes do primeiro-ministro israelense criaram atritos entre seu governo e o do presidente norte-americano, Barack Obama, ainda que os EUA permaneçam como grande aliado e financiador dos israelenses (*veja boxe na pág. 59*).

A mais recente tentativa de retomar as negociações mostrou-se um fiasco. Em junho de 2016, o governo da França realizou uma reunião internacional, com a presença de quase 30 países, entre os quais os EUA e organizações multilaterais, para discutir iniciativas pela paz, com base na solução dos "dois Estados". Para decepção geral, Israel e a ANP não enviaram representantes à reunião, adiando novamente a retomada do processo. E, de fracasso em fracasso, lá se vão quase 70 anos de tentativas frustrantes no caminho da paz. ☒

SAIU NA IMPRENSA

NETANYAHU AMPLIA COALIZÃO APÓS ACORDO QUE NOMEIA LIEBERMAN MINISTRO DE DEFESA

O primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, alcançou nesta quarta-feira, 25, um acordo para ampliar a coalizão de seu Executivo, à qual se incorporará o partido do ultradireitista Avigdor Lieberman, que será o novo titular da Defesa. (...)

(...) Com a incorporação dessa formação seu governo alcançará 66 cadeiras, o que lhe garante uma base mais sólida para dirigir o país. (...)

Netanyahu se referiu, em uma possível advertência aos críticos à nomeação de Lieberman, que o "objetivo superior" era "o compromisso de garantir a segurança de Israel".(...)

O acordo transforma o governo de Netanyahu no mais direitista da história de Israel e no qual deputados líderes do próprio Likud, o partido de Netanyahu, deram espaço a outros mais radicais, o que foi já condenado pela liderança palestina.

O Estado de S. Paulo, 25/5/2016

RESUMO

Israel e Palestina

VIOLÊNCIA Uma nova onda de violência iniciada em 2015 colocou mais um obstáculo à possibilidade de um acordo de paz entre israelenses e palestinos. O estopim foi o rumor de que o governo de Israel pretendia modificar o status da Esplanada das Mesquitas, local sagrado para os muçulmanos situado em Jerusalém. Jovens palestinos agrediram e mataram israelenses. A dura repressão de Israel aumentou os confrontos, que muitos já chamam de a terceira Intifada ("levante"). Houve também manifestações de massa dos palestinos contra o governo israelense.

CRIAÇÃO DE ISRAEL A criação de Israel, em 1948, deu início ao conflito entre judeus e árabes palestinos, que viviam na região do novo país. Após vencer uma guerra provocada por cinco países árabes, Israel ampliou seu território. Mais de 700 mil palestinos foram expulsos de suas casas e se tornaram refugiados. Atualmente, a população palestina refugiada soma 5,1 milhões de pessoas, que reivindicam o direito ao retorno a suas terras.

ACORDOS DE OSLO Os Acordos de Oslo (1993-1995), assinados entre palestinos e israelenses, com mediação dos Estados Unidos, traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Nos últimos 20 anos, a perspectiva dos "dois Estados" guia as negociações de paz, até agora infrutíferas. Israel mantém uma política de criar assentamentos de colonos judeus na Cisjordânia e exige a desmilitarização do futuro Estado palestino, o que torna ainda mais complicada a concretização dos planos de Oslo.

FAIXA DE GAZA A Faixa de Gaza está submetida a um bloqueio por parte de Israel, que proíbe a circulação de bens e de pessoas para o território. O Egito também fechou sua fronteira com Gaza. Além disso, o território sofreu nos últimos anos duros bombardeios e invasões pelas forças militares israelenses. O conflito de 2014 causou a morte de mais de 2,2 mil palestinos, a maioria civis.

LOGAN ABASSI UN/MIN USTAH

NAÇÕES UNIDAS SOB PRESSÃO

Em meio às discussões sobre o papel da ONU na mediação de conflitos, crescem as reivindicações pelo fim da missão de paz no Haiti

Por **Paulo Montoia**

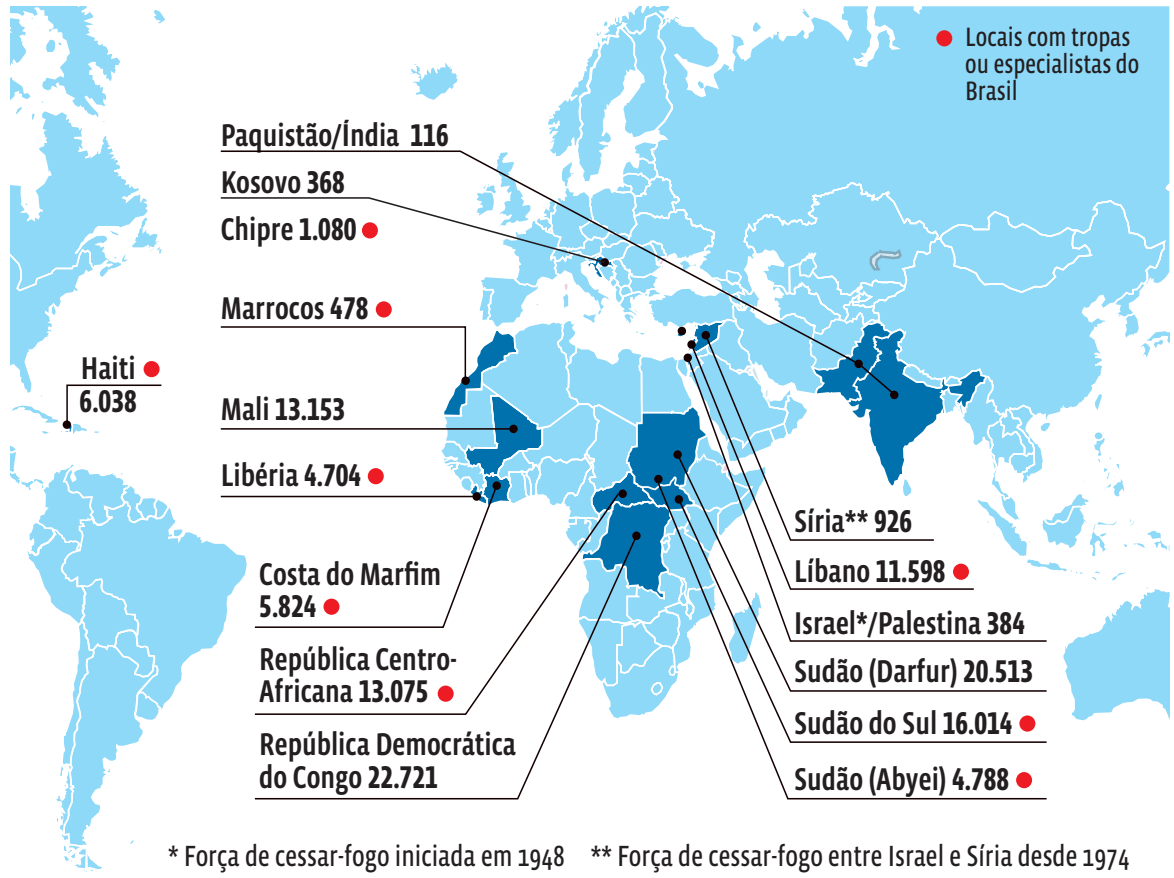
Em 2004, os soldados da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) desembarcavam na capital haitiana de Porto Príncipe em meio ao caos político instalado no país. A renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide, sob pressão dos EUA, havia dado origem a uma série de violentos conflitos que colocaram o Haiti à beira da guerra civil.

Sob a chefia militar do Brasil, os capacetes azuis – como são chamados os soldados das missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) – chegaram com o objetivo de garantir a segurança interna, combater a violência nas ruas e encaminhar a estabilização política do Haiti.

CONTAGEM Mesários apuram os votos nas eleições do Haiti, em 2015: suspeita de fraude na votação para a Presidência

MISSÕES MILITARES DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2016

Total de soldados, policiais, observadores e civis em cada missão



* Força de cessar-fogo iniciada em 1948 ** Força de cessar-fogo entre Israel e Síria desde 1974

HERANÇA COLONIAL *As missões militares de paz concentram-se na África e em outras áreas colonizadas no passado pelas nações europeias, como a região de fronteira da Caxemira, reivindicada pelo Paquistão e pela Índia, e o Haiti. A colonização deixou graves rivalidades entre grupos religiosos ou étnicos, além de pobreza, como é o caso da República Democrática do Congo.*

Fonte: *ONU/Situação em abril de 2016*

Completados 12 anos do início da Minustah, uma de suas principais metas não foi plenamente alcançada: a normalização das atividades políticas. Neste período em que estão no Haiti, as forças de paz desarmaram grupos rebeldes e garantiram a realização de duas eleições presidenciais, em 2006 e 2011. Em 2015, a ONU chegou a anunciar que encerraria a missão no final de 2016.

No entanto, o país passou a viver um novo impasse político após a turbulenta eleição geral de outubro de 2015. Sob acusação de fraude, a votação foi anulada por uma comissão independente, e o país passou a ter um governo interino. A realização do segundo turno está agendada para outubro de 2016.

Em meio a essa indefinição política, o cronograma de retirada está sendo revisto. A ONU não quer anunciar a retirada da Minustah até certificar-se de que as forças locais serão capazes de garantir a segurança do país. Por isso, já se fala abertamente na prorrogação da missão.

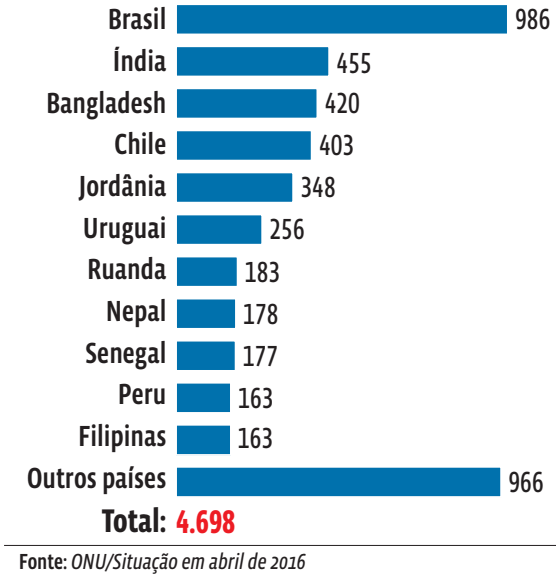
Críticas à missão

Localizado no Mar do Caribe, o Haiti ocupa a porção oeste da Ilha de Hispaniola – a parte leste pertence a outra nação independente, a República Dominicana. País mais pobre das Américas, o Haiti é uma ex-colônia francesa que também já foi ocupada pelos Estados Unidos (EUA) entre 1915 e 1934. Diante do histórico de intervenções externas no país e do impasse no cronograma de retirada, intensifica-se a pressão feita por entidades civis haitianas, da América Latina e de outras regiões para que as tropas das Nações Unidas saiam do país. Essas organizações consideram a Minustah uma ocupação militar estrangeira disfarçada de ajuda humanitária e pedem a devolução do país integralmente aos haitianos.

De modo geral, as missões de paz da ONU atuam em países devastados por conflitos, com o objetivo de estabilizar a situação política para criar condições de uma paz mais duradoura. Essas operações são responsáveis por tarefas como ajudar a instituir governos, desmobilizar combatentes e asse-

A MISSÃO NO HAITI

O Brasil lidera no país o contingente de 4.698 soldados e policiais, de um total de 6.038 pessoas. Veja os países com os maiores contingentes nessa missão



Fonte: *ONU/Situação em abril de 2016*

JC MCILWAINE /UN PHOTO

MISSÕES DE PAZ
O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em visita ao Sudão do Sul, em fevereiro de 2016: último ano de mandato

gurar reformas institucionais. Em 2016, a ONU mantém 16 operações, somando mais de 100 mil soldados e policiais dos países-membros.

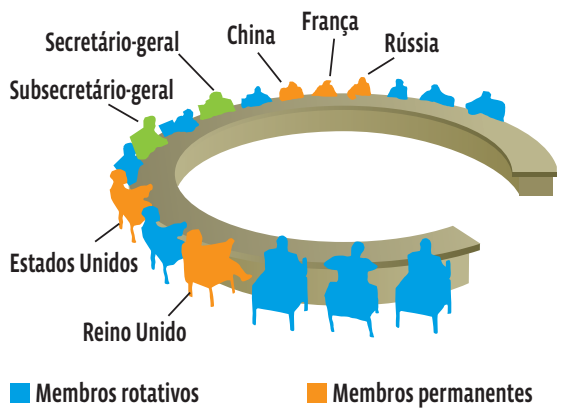
Os críticos da presença da Minustah destacam o fato de que o Haiti não está ou não esteve em guerra, razão das principais missões de paz da ONU. Quando da intervenção em 2004, o país vivia um momento convulsionado, mas com um governo civil eleito e em um processo de recuperação democrática iniciado em 1990, após décadas de ditaduras corruptas.

Apesar de oferecer importante ajuda humanitária no país em tragédias, como o terremoto em 2010, que causou enorme destruição e 250 mil mortes, e a passagem do Furacão Sandy, em 2012, que deixou 20 mil desabrigados, a missão da ONU é acusada de impedir o Haiti de exercer plenamente sua soberania. Os recursos externos são utilizados diretamente entre as inúmeras ONGs e entidades que atuam em nome da ONU, sem repassá-los ao governo do Haiti. Embora seja considerada uma forma de evitar o desvio de dinheiro pelos políticos do país, a medida impede o Haiti de se desenvolver de forma independente e tomar suas próprias decisões políticas.

Críticos da missão dizem, ainda, que estabelecer uma paz num país tão conturbado depende mais de desenvolvimento econômico e melhorias em educação e da saúde do que do controle da ordem pública.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

O Conselho de Segurança é composto de cinco membros permanentes e dez rotativos, com mandato de dois anos. Veja os dez países atuais: **Angola**, **Malásia**, **Espanha**, **Nova Zelândia** e **Venezuela** (2015-2016); **Egito**, **Japão**, **Senegal**, **Ucrânia** e **Uruguai** (2016-2017)



Fonte: *ONU*

Os críticos da Minustah destacam que o país não estava e não está em guerra civil ou externa

Estrutura da ONU

O Brasil está na chefia militar da Minustah desde o início da missão, como parte dos esforços da diplomacia nacional para buscar maior inserção política no cenário internacional, em mediação de conflitos e em órgãos mundiais. Nos últimos anos, a projeção política e econômica do Brasil rendeu ao país a liderança de importantes organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), sob comando do diretor Roberto Azevêdo, e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que tem à frente o diretor-geral José Graziano da Silva.

Ao comandar a Minustah, o Brasil também tenta fortalecer sua campanha por reformas na estrutura da ONU, com vistas a pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança (CS), o principal órgão da instituição.

A ONU foi criada em 1945, logo após o fim da II Guerra Mundial (1939-1945) com a finalidade de manter a paz, solucionar e evitar conflitos e articular uma cooperação internacional para resolver problemas econômicos, sociais e humanitários. A entidade foi arquitetada pelas potências que venceram a II Guerra Mundial – EUA, Reino Unido, França e União Soviética (URSS).

Estes países desenharam a distribuição do poder na ONU e, junto com a China, são os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) – a Rússia substituiu a URSS. Além dos permanentes, o CS tem outros dez membros. Eleitos pelos 193 países-membros da Assembleia Geral da ONU, eles são rotativos e escolhidos a cada dois anos. Geralmente, essas vagas são divididas entre os continentes (*veja os membros do CS acima*).

Os 15 membros do CS participam das discussões, votam e decidem, mas apenas os cinco membros permanen-

SAIU NA IMPRENSA

NEOZELANDESA HELEN CLARK SE CANDIDATA PARA DIRIGIR A ONU

Da Agência France-Presse

A ex-primeira-ministra da Nova Zelândia Helen Clark anunciou nesta segunda-feira sua candidatura para ser a próxima secretária-geral das Nações Unidas, um cargo jamais ocupado por uma mulher.

"Me apresento com base em minha comprovada experiência de liderança durante quase três décadas, tanto em meu país como nas Nações Unidas", disse Clark em entrevista à AFP. "Considero que tenho a experiência e as aptidões para desempenhar este cargo".

A busca por um sucessor para Ban Ki-moon chega em um momento de alta tensão internacional, quando a ONU se depara com a pior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial e intensos conflitos no Oriente Médio e na África. Clark, 66 anos, pode se tornar a partir de janeiro de 2017 a primeira mulher a dirigir a ONU, que teve oito secretários-gerais em 70 anos de história. Além de Clark, outras sete pessoas já se apresentaram para o cargo, incluindo três mulheres. (...).

Exame.com, 4/4/2016

tes têm o poder de veto. Ou seja, se um desses países não concordar com alguma resolução, ele pode barrar a medida, mesmo que a decisão tenha sido aprovada pela Assembleia Geral ou por todos os outros 14 membros do CS.

Pressão por reformas

Esta divisão de poder na ONU parece mais anacrônica e distante das transformações pelas quais o mundo passou desde a criação da entidade. O Japão e a Alemanha, derrotados na II Guerra, são duas das economias mais ricas do mundo atualmente e não participam das principais decisões da ONU. Por sua vez, economias emergentes, como o Brasil e a Índia, ganharam peso político no cenário internacional e reivindicam uma vaga permanente no CS, mesmo sem direito a veto.

Em 2004, Alemanha, Japão, Brasil e Índia formaram o grupo diplomático G-4 para discutir e pleitear uma reforma e sua inclusão como membros permanentes do CS. A questão foi retomada a partir de 2008, com a formação do grupo de potências emergentes. Entre as propostas discutidas estaria a de ampliar o número de países-membros do CS e incluir pelo menos um representante da África. A realização de uma reforma desse tipo esbarra na posição dos membros permanentes e também na objeção de países preteridos nas propostas. Argentina e o México, por exemplo, uniram-se contra o Brasil, receosos de que o país assuma um papel privilegiado na América Latina.

Paralisia da ONU

Outro problema do atual modelo de funcionamento das Nações Unidas é que o poder de veto dos membros permanentes do CS provoca longos impasses entre as potências, impedindo o órgão de cumprir sua principal missão: a garantia da paz. O caso da Síria é sintomático nesse sentido. Desde 2011, o país está mergulhado em uma guerra civil que já matou quase meio milhão de pessoas.

O antagonismo entre os EUA e a Rússia nesse caso tem impedido a ONU de ter um papel mais ativo no conflito – os norte-americanos querem derrubar o presidente sírio Bashar al-Assad, enquanto a Rússia defende a sua permanência. Dessa forma, estabelece-se uma paralisia no CS, que é o órgão capaz de impor sanções à Síria e autorizar missões. De acordo com a Anistia Internacional, a ONU encontra-se hoje mais vulnerável do que nunca. "O conflito sírio é um exemplo terrível das consequências catastróficas para a população de uma falha sistêmica da ONU em cumprir seu papel fundamental em defesa dos direitos e da legislação internacional (...)", afirma a entidade.

É diante desse cenário de forte contestação à efetividade de sua atuação que a ONU deverá trocar de comando até o final do ano, quando a entidade elegerá um novo secretário-geral, em substituição ao sul-coreano Ban Ki-moon. O novo líder das Nações Unidas, que assumirá o cargo em janeiro de 2017, terá o desafio de revitalizar a organização e recuperar o seu protagonismo mundial. ☒

RESUMO

ONU

ONU A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, após a II Guerra Mundial (1939-1945), com a missão de solucionar conflitos, garantir a paz e articular uma cooperação internacional para resolver problemas econômicos, sociais e humanitários. A entidade reúne 193 países-membros, o que lhe confere abrangência e legitimidade. A ONU foi arquitetada pelas potências que venceram a II Guerra Mundial: Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética (URSS). Esses países desenharam a distribuição do poder na ONU e, junto com a China, são os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) – a Rússia substituiu a URSS.

CONSELHO DE SEGURANÇA É o principal órgão da ONU, pois delibera sobre a segurança mundial, com poder para impor sanções econômicas e intervenções militares em outros países. Os cinco membros permanentes são os únicos que podem vetar qualquer proposta. O conselho também reúne dez membros rotativos, eleitos a cada dois anos, que participam das discussões e votações, mas sem poder de veto.

PROPOSTAS DE REFORMA A estrutura de poder do CS tornou-se distante da realidade. Potências como Japão e Alemanha não participam do CS, assim como países emergentes que ganharam peso político, como Brasil e Índia. Diferentes propostas são discutidas para reformar o CS.

ENFRAQUECIMENTO A ONU está perdendo protagonismo e relevância para resolver conflitos armados, como a guerra na Síria. Esse enfraquecimento se dá justamente pela falta de consenso entre os membros do CS, como EUA, Reino Unido, França, China e Rússia.

MINUSTAH A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti teve início em 2004, com a presença de tropas sob comando do Exército do Brasil. A missão deveria terminar em 2016, mas pode ser estendida. Entidades civis e partidos haitianos e da América Latina consideram a missão uma ocupação militar disfarçada de ajuda humanitária.

A AMEAÇA ATÔMICA AINDA PERSISTE

Teste com bomba de hidrogênio pela Coreia do Norte e manutenção dos altos níveis de arsenal nuclear deixam o mundo em alerta

O ano de 2016 começou com uma nova ameaça nuclear vinda da Coreia do Norte: no dia 6 de janeiro, o país realizou mais um teste subterrâneo de bomba atômica. Segundo a emissora estatal de TV, tratou-se de um teste bem-sucedido de uma bomba de hidrogênio (bomba H) em miniatura. O dirigente e ditador do país, Kim Jong Un, afirmou que a bomba é necessária como uma medida de autodefesa para evitar uma guerra com os Estados Unidos (EUA).

Esse foi o quarto teste nuclear norte-coreano desde 2006 e reiniciou uma escalada de ameaças nucleares. De março a junho, o país testou com sucesso o lançamento de mísseis balísticos de curto alcance e anunciou novos testes para mísseis intercontinentais. O desenvolvimento desses projéteis preocupa EUA e Japão, pois podem alcançar bases militares norte-americanas no Oceano Pacífico e o território japonês.

Inicialmente, autoridades norte-americanas afirmaram não haver evidências claras de que a Coreia do Norte tenha detonado uma bomba do tipo H. Mas fontes anônimas do governo dos EUA afirmaram à rede norte-americana de TV CNN que o teste ocorreu de fato, ainda que tenha sido feito de forma parcial. De todo modo, a preocupação persiste, já que se trata de uma bomba com um poder de destruição muito maior. As bombas atômicas tradicionais atuam por fissão, quebrando átomos. Já a bomba H atua por fusão de átomos, a mesma reação que produz a energia do Sol. Nunca foi utilizada em guerras. Trata-se de uma arma nuclear até mil vezes mais potente que uma bomba atômica convencional.

Em 2 de março, o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou o mais severo pacote de sanções já adotado contra o país. A resolução do CS inclui o embargo de vendas ao país de armas leves e de combustíveis para aviões e foguetes, proíbe a exportação de matérias-primas norte-coreanas como carvão e ferro e estabelece inspeções em todas as cargas que chegarem ou saírem do país por navio ou avião, além de punições a instituições financeiras.

PODER BÉLICO
Foto do governo norte-coreano, divulgada em junho de 2016, mostra o lançamento de um míssil balístico

O programa nuclear norte-coreano

A Coreia do Norte é um país economicamente atrasado, fechado à comunidade internacional e sob regime comunista de partido único, histórico que tem origem na II Guerra Mundial (1939-1945). Após o conflito, a então Coreia foi dividida em dois países, correspondendo ao antagonismo da Guerra Fria: a Coreia do Sul (capitalista, sob influência dos Estados Unidos), e a Coreia do Norte (comunista, aliada da União Soviética). Em 1950, a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, deflagrando a Guerra da Coreia. Uma trégua assinada em 1953 criou uma zona desmilitarizada entre o sul e o norte, mas os dois países permanecem tecnicamente em guerra, já que não foi assinado nenhum acordo de paz.

Após a dissolução da União Soviética em 1991 e o fim da Guerra Fria, a situação econômica na Coreia do Norte se deteriorou. A partir do ano 2000 as duas Coreias ensaiaram uma reaproximação marcada por idas e vindas. As negociações, contudo, empacaram diante do avanço do programa nuclear norte-coreano acirrando ainda mais as desavenças entre a Coreia do Norte e os EUA.

Em 2003, o país retirou-se do Tratado de Não Proliferação Nuclear, pelo qual se comprometia a não desenvolver a arma atômica, o que aumentou a suspeita mundial de que o país estaria desenvolvendo tecnologia atômica para

KCNA/AFP

uso militar. A desconfiança foi confirmada em 2006 com o teste da primeira bomba atômica pelos norte-coreanos. Desde então, as potências ocidentais tentam convencer o país a abandonar suas ambições nucleares. Complexas negociações têm andamento, com os norte-coreanos barganhando benefícios como envio de petróleo e alimentos em troca do fechamento de reatores nucleares e da permissão para inspeções internacionais. Mas nas poucas vezes em que as partes chegaram a um acordo, o regime norte-coreano rompeu o compromisso e deu prosseguimento ao programa nuclear. Dessa forma, a ameaça atômica tem sido uma presença constante na península coreana.

Acordos com o Irã

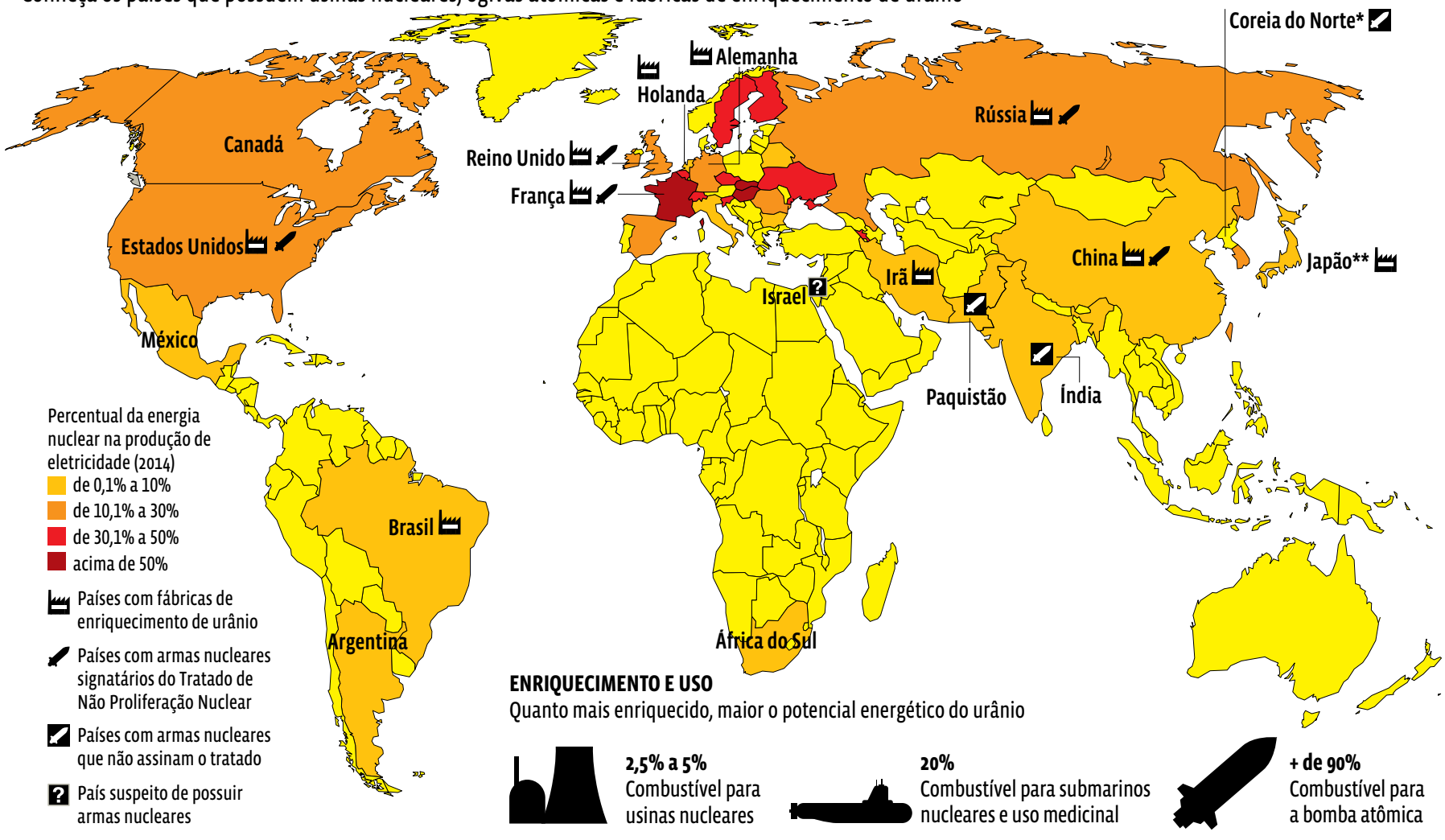
Se a Coreia do Norte permanece irredutível no avanço de seu programa nuclear, as negociações com outro país historicamente hostil aos EUA tiveram mais sucesso. O governo do Irã assinou em julho de 2015 um acordo pelo qual aceita ter sua atividade nuclear monitorada e contida e deixa o país mais distante de obter a bomba atômica. Durante dez anos, o país reduzirá em dois terços o número de centrífugas para o enriquecimento de urânio. Além disso, permitirá a verificação de suas atividades nucleares por inspetores externos e reduzirá seu estoque de urânio enriquecido de 7,5 mil quilos para 300. Em contrapartida, serão gradualmente retiradas as sanções que provocaram perdas econômicas significativas aos iranianos.

As negociações duraram quase dois anos e encerraram um impasse que perdurava desde 2001, quando as potências ocidentais passaram a acreditar que o Irã pretendia fabricar armas nucleares. O governo iraniano sempre negou e afirmava que seu programa tem fins apenas pacíficos. Mas, em razão dessa desconfiança, várias sanções econômicas foram aprovadas contra o Irã pelos EUA, pela ONU e pela União Europeia (UE). A principal delas bloqueou as exportações de petróleo iraniano para esses mercados.

Com o acordo, abre-se uma porta para o Irã normalizar as relações diplomáticas com os EUA, rompidas desde a Revolu-

O CLUBE ATÔMICO

Conheça os países que possuem usinas nucleares, ogivas atômicas e fábricas de enriquecimento de urânio



Fonte: *World Nuclear Association*

* Os dados de energia nuclear da Coreia do Norte não estão disponíveis. ** Dados de 2010, antes do acidente na usina de Fukushima.

ção Islâmica, em 1979, e reinserir o país na comunidade internacional. Aos poucos, o petróleo iraniano começa a chegar aos mercados internacionais. Além disso, o país tem desempenhado importante papel político ao apoiar militarmente o combate aos terroristas do Estado Islâmico (EI) dentro do Iraque e da Síria.

Essa reaproximação já está alterando o equilíbrio de forças no Oriente Médio. Israel e Arábia Saudita, os dois principais rivais do Irã, expressaram descontentamento com o acordo, que pode ampliar a projeção regional de Teerã. O governo israelense acusa o Irã de financiar grupos políticos islâmicos armados e considera que o acordo nuclear mantém o caminho aberto para que os iranianos construam secretamente armas nucleares.

Tratado de Não Proliferação Nuclear

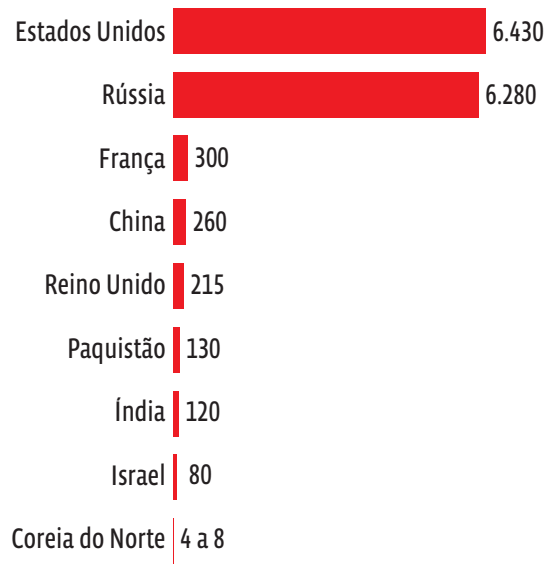
A tentativa de impor restrições aos programas nucleares da Coreia do Norte e do Irã faz parte de uma estratégia das grandes potências de concentrar o poder entre os países que já detêm a bomba e evitar a disseminação da tecnologia para fins militares, especialmente para nações que não desfrutam de boas relações com a comunidade internacional.

A regulamentação mundial do desenvolvimento e do uso da tecnologia nuclear começou na Guerra Fria. O principal acordo é o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que entrou em vigor em 1970 e tem 190 países signatários. Pelo TNP, os países são divididos em dois blocos:

- **os cinco Estados que explodiram alguma bomba atômica antes de 1º de janeiro de 1967 – EUA, União Soviética (sucedida pela Rússia), Reino Unido, França e China**. Esses países podem manter seus arsenais e desenvolver pesquisas na área, desde que não repassem tecnologia bélica a outras nações. Não por acaso, esse grupo é formado pelos cinco membros permanentes do CS da ONU – aqueles que concentram mais poderes e têm poder de veto nas decisões do órgão.

ARSENAL ATÔMICO ESTIMADO

País e número de ogivas



Fonte: *Federação Norte-Americana de Cientistas*

Apesar das tentativas de reduzir o arsenal atômico, EUA e Rússia mantêm mais de 12 mil ogivas nucleares

- **todos os demais países que assinaram o acordo e se comprometeram a não tentar obter armas nucleares.** Essas nações podem desenvolver a tecnologia nuclear para usinas de eletricidade, medicamentos, aparelhos médicos e outras atividades para fins pacíficos. A verificação do cumprimento dos termos do TNP fica a cargo da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), um órgão ligado à ONU, mas com autonomia.

Em 1997, a AIEA aprovou um Protocolo Adicional, que dá aos seus inspetores poderes para vistoriar instalações nucleares sem aviso prévio. Países como Brasil e Irã se recusaram a assinar esse protocolo, pois entendem que ele fere a soberania nacional e impede o progresso econômico. O Brasil sofreu fortes pressões da AIEA na década passada, mas manteve seu parque de centrífugas para enriquecer urânio e um programa para construir um submarino movido a energia atômica, considerado essencial para garantir autonomia de navegação por todo o extenso litoral.

Segurança mundial

O fato de países que não aderiram ao TNP ter armas nucleares é motivo de preocupação na comunidade internacional. Além da Coreia do Norte, Índia e Paquistão encontram-se nessa categoria. Os dois são rivais históricos e mantêm arsenais nucleares como estratégia de ameaça mútua. Já Israel também é considerado um país com arsenal atômico, mas não sofre pressões por ser aliado das grandes potências. A maior ameaça à segurança mundial, contudo, reside na possibilidade de grupos terroristas como a Al Qaeda ou o Estado Islâmico obter uma arma nuclear. Autoridades da AIEA acreditam que os extremistas são capazes de fabricar uma bomba atômica rudimentar se tiverem acesso a urânio ou plutônio enriquecido.

Entre os países do "clube atômico", permanece o discurso de reduzir o arsenal atômico, embora os avanços sejam tímidos. Em maio, o presidente norte-americano Barack Obama visitou o Memorial da Paz em Hiroshima, no Japão, cidade que foi alvo de um ataque nuclear dos EUA, em 1945. Em meio ao simbolismo do gesto, por se tratar do primeiro presidente em exercício dos EUA a visitar a cidade, Obama fez um apelo a "um mundo sem armas nucleares".

Mas, pela situação do arsenal nuclear das duas maiores potências atômicas, as intenções parecem estar longe de se converter em fatos. Desde fevereiro de 2011 está em vigor um amplo pacto para que EUA e Rússia reduzam suas armas nucleares para não mais de 1.550 até fevereiro de 2018. Porém, até 2015, os EUA ainda mantinham 6.430 ogivas nucleares e a Rússia, 6.280. ☒

PARA IR ALÉM O mangá *Gen – Pés Descalços*, de Keiji Nakasawa, narra a história de um garoto que presencia a explosão da bomba atômica em Hiroshima, em 1945.

SAIU NA IMPRENSA

"AMEAÇA DE TERRORISMO NUCLEAR PERSISTE", DIZ OBAMA EM CÚPULA

O presidente dos EUA, Barack Obama, alertou nesta sexta-feira (1) que a ameaça de terrorismo com armas atômicas persiste, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos para proteger materiais nucleares vulneráveis.

A advertência foi feita na abertura da sessão plenária da Cúpula de Segurança Nuclear, que reúne 52 países em Washington, entre eles o Brasil. "A ameaça de terror nuclear persiste e continua a evoluir. Felizmente, graças a nossos esforços coordenados, nenhum grupo terrorista até agora conseguiu obter uma arma nuclear ou uma bomba suja feita de material radioativo", disse Obama.

Ele lembrou, porém, que a organização terrorista Al Qaeda "há muito busca material nuclear" e que pessoas envolvidas nos atentados recentes em Bruxelas monitoraram o gerente de uma instalação nuclear na Bélgica. Além disso, disse Obama, a facção terrorista Estado Islâmico (EI) usou armas químicas na Síria e no Iraque. (...)

Folha de S.Paulo, 1/4/2016

RESUMO

Questão nuclear

TNP O Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) visa a evitar que qualquer país signatário mantenha ou adquira armas atômicas, exceto o chamado clube atômico: EUA, Rússia, Reino Unido, França e China, membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os demais países que aderiram ao TNP podem desenvolver tecnologia nuclear com fins pacíficos, sob fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Atualmente, 190 nações assinam o tratado, inclusive o Brasil. Coreia do Norte, Índia e Paquistão são países com armas atômicas que não fazem parte do TNP.

PROTOCOLO ADICIONAL Em 1997 foi elaborado um Protocolo Adicional ao TNP que dá amplos poderes aos inspetores da AIEA, dispensando o aviso prévio para as vistorias. Há nações integrantes do TNP que não ratificaram esse protocolo, entre elas o Irã e o Brasil.

COREIA DO NORTE O regime norte-coreano, que deixou o TNP em 2003, fez seu quarto teste nuclear no início de 2016, dizendo ter explodido uma bomba de hidrogênio (bomba H). Além disso, testou com sucesso mísseis balísticos de curto alcance. Desde 2006, ano do primeiro teste, sofre forte pressão internacional e sanções da Organização das Nações Unidas.

IRÃ Em 2015, o Irã assinou com as principais potências um acordo pelo qual reduzirá o número de centrífugas para o enriquecimento de urânio e permitirá a inspeção internacional de seu programa nuclear. Em contrapartida, serão gradualmente retiradas as sanções que provocaram perdas econômicas significativas. A medida torna mais difícil a obtenção da bomba pelo Irã.

ARSENAL NUCLEAR Rússia e Estados Unidos mantêm um acordo para a redução de seus arsenais nucleares, mas seus estoques de armas atômicas permanecem elevados. Além de a proliferação nuclear ser uma ameaça à segurança mundial, ainda existe o risco de que organizações terroristas tenham acesso a bombas atômicas.

ANATOLY SAPRONENKOV / AFP

O desmanche soviético

No Natal de 1991, a crise do bloco socialista provocava o desmembramento da União Soviética, colocando um ponto final na Guerra Fria

No dia 25 de dezembro de 1991, a icônica bandeira vermelha com a foice e o martelo da União Soviética (URSS) tremulou pela última vez no alto do Kremlin, a sede do governo. Ela deu lugar à bandeira tricolor da Rússia – o novo país que acabava de nascer com o desmembramento de 15 repúblicas que formavam a URSS. O ato simbólico foi precedido pela renúncia do presidente Mikhail Gorbatchov, oficializada em um pronunciamento de 12 minutos em rede nacional. "Somos herdeiros de uma grande civilização e agora depende de cada um de nós que ela renasça para uma nova vida moderna e digna", bradou o ex-líder soviético. O tom ufanista do discurso contrastava com as incertezas diante das transformações econômicas e políticas em curso. O desafio, afinal, não era dos mais simples: a maior nação comunista deixava de existir, e a Rússia entrava em um árduo processo de transição ao sistema capitalista.

NOVA BANDEIRA
Russos comemoram o golpe fracassado que abriu caminho para o desmembramento da União Soviética

O presidente da URSS Mikhail Gorbatchov promoveu reformas econômicas e políticas para estancar a crise

Guerra Fria

A URSS surgiu em 1922 após um longo processo revolucionário, iniciado em 1917, que sepultou a monarquia russa (o czarismo) e deu origem à primeira nação comunista do mundo. Na II Guerra Mundial (1939-1945), ao lado de Estados Unidos (EUA), França e Reino Unido, os soviéticos exerceram papel crucial para derrotar as forças do eixo nazifascista, liderado por Alemanha, Itália e Japão.

Ao final do conflito, a URSS e os EUA emergiram como as duas maiores potências mundiais nos campos econômico, político e militar. A Guerra Fria caracterizou-se por uma disputa predominantemente no campo ideológico, com o planeta dividido em dois blocos: o mundo capitalista, liderado pelos EUA, e o socialista, encabeçado pela URSS. As duas potências procuravam cooptar as demais nações do planeta a integrar suas esferas de influência político-econômicas (capitalista ou socialista). A URSS projetou-se principalmente sobre o Leste Europeu, estimulando a instalação do socialismo nos países que havia libertado do jugo nazista, como Tchecoslováquia e Hungria.

Apesar de EUA e URSS não entrarem em um confronto militar direto, os conflitos indiretos foram frequentes. A **Guerra da Coreia** (1950-1953), por exemplo, foi iniciada por causa da invasão da Coreia do Sul, capitalista, pela Coreia do Norte, socialista. Episódios como a **Revolução Cubana** (1959) e a **Guerra do Vietnã** (1959-1975) também revelaram momentos de tensão, colocando as duas potências em lados opostos.

Outra consequência do mundo bipolar foi a intensificação da corrida armamentista – com elevados investimentos na ampliação do arsenal nuclear – e a corrida espacial – acirrada competição tecnológica que culminou com a chegada do norte-americano Neil Armostrong à Lua, em 1969.

Glasnost e perestroika

Os esforços promovidos com as corridas armamentista e aeroespacial começam a cobrar o seu preço a partir da década de 1970. A URSS atravessou uma grave crise de alimentos, devido à realocação dos investimentos financeiros para as atividades militares. Como as demandas internas não eram atendidas e a produtividade era baixa, a insatisfação popular com o regime crescia a cada dia. O esforço de guerra decorrente da invasão do Afeganistão pelos soviéticos, entre 1979 e 1989, enfraqueceu ainda mais a economia.

Em meio ao agravamento da crise, Mikhail Gorbatchov assumiu o poder em 1985, com uma proposta de governo baseada em duas reformas: glasnost e perestroika. Por meio da glasnost (transparência), o governo tentava dissociar-se da noção de Estado onipresente e interventor, abrandando a censura e permitindo maior liberdade de expressão, ainda que com restrições. Tornar os mecanismos de decisão política mais transparentes à população era essencial para a estabilização do governo, composto por instituições extremamente burocráticas e maculado por décadas de corrupção. Gorbatchov também melhorou as relações com os EUA e assinou acordos para frear a corrida armamentista.

A perestroika (reestruturação) representava a tentativa de recuperação econômica, com a transição para uma economia de mercado. Para que fosse retomado o crescimento, houve estímulo à abertura do mercado nacional, com a instalação de empresas estrangeiras e a formulação de planos de produção independentes para as indústrias, fortalecendo a iniciativa privada. A diminuição dos investimentos no setor de defesa também possibilitou concentrar as receitas na recuperação econômica e social. As medidas, no entanto, não foram suficientes para reabilitar a URSS.

Efeito dominó

Paralelamente, no final dos anos 1980, movimentos pró-democracia ganhavam força no Leste Europeu. O **Muro de Berlim**, que dividia a cidade alemã entre as esferas de influência socialista e capitalista, veio abaixo em novembro de 1989, marcando o início do processo de reunificação da Alemanha e a extinção do modelo socialista. Os movimentos populares no Leste Europeu, em sua maioria, não encontraram grandes impedimentos e conseguiram derrubar os governos. Há o retorno do pluripartidarismo e da democracia, que sinalizam o início da transição ao regime capitalista.

Com o desdobramento dos movimentos de desintegração no bloco socialista, o governo perdeu o controle da situação. Insatisfeitos com os rumos do país, aliados próximos a Gorbatchov e líderes militares comunistas arquitetaram um golpe em agosto de 1991. De férias na região da Crimeia, o governante foi capturado e mantido prisioneiro por três dias. Os responsáveis foram presos e o líder soviético voltou ao poder. Mas o retorno foi apenas provisório. Diante da pressão, o Parlamento acabou votando pela dissolução da URSS em setembro. Gorbatchov renunciou no Natal daquele ano, e a potência soviética deixava de existir.

A desintegração do bloco soviético deu origem a 15 países e à criação da **Comunidade dos Estados Independentes (CEI)** – um fórum de coordenação política e econômica sob liderança da Rússia. Com o fim da Guerra Fria, tem início a chamada **Nova Ordem Mundial**. Ela se caracteriza pela intensificação do processo de integração econômica e pela abertura dos mercados a partir do fenômeno da globalização. Sem um rival à altura, os EUA consolidaram sua supremacia e firmaram-se como a única potência global. ☒

GOVERNO INTERROMPIDO

A grave crise que desencadeou o processo de impeachment contra Dilma Rousseff revela uma presidente sem apoio no Congresso e pressionada pelo mau desempenho da economia

por **Yuri Vasconcelos**

SOB PRESSÃO
Dilma Rousseff concede entrevista em 13 de maio, um dia após a abertura do processo de impeachment no Senado

UESLEI MARCELINO/REUTERS

EVARISTO SÁ/AFP PHOTO

EUFORIA Junto ao vice Michel Temer (*à dir.*), Dilma Rousseff comemora a reeleição em 2014

A RADIOGRAFIA DO IMPEACHMENT

Conheça os marcos do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff e as razões que podem levar à sua queda definitiva

Passava pouco das 6h30 da manhã da quinta-feira, 12 de maio de 2016, quando o Senado Federal concluiu a votação do pedido de afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT) por crime de responsabilidade. Após uma sessão que durou mais de 20 horas, o painel do Senado oficializava a abertura do processo de impeachment, com 55 votos a favor e 22 contra.

Poucas horas depois, ao receber a intimação de seu afastamento do cargo temporariamente por até 180 dias, Dilma fez um pronunciamento no qual afirmou ser vítima de uma injustiça e deixou o Palácio do Planalto por uma saída lateral. "Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes", defendeu-se.

Na tarde daquela mesma quinta-feira, a melancólica retirada de Dilma contrastava com o clima festivo do Palácio do Planalto. O vice-presidente, Michel Temer (PMDB), assumia a presidência interinamente, apresentando o novo gabinete de ministros. "Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é urgente pacificar a nação e unificar o Brasil", conclamou em seu discurso de posse.

O resultado da votação no Senado fez de Dilma a segunda chefe de Estado a enfrentar um pedido de destituição do cargo desde a redemocratização do país, ocorrida em 1985 – o primeiro havia sido o ex-presidente Fernando Collor, em 1992. E Temer tornou-se a 41ª pessoa a ocupar o cargo de presidente da República. O julgamento final do processo de impeachment estava previsto para acontecer em meados de agosto (*veja o boxe* Os próximos passos *na pág. 79*).

Após ser reeleita, Dilma se viu pressionada pela oposição e pelos resultados negativos da economia

TENSÃO PÓS-ELEITORAL

O processo de impeachment contra Dilma Rousseff arrastou o Brasil para uma das mais graves crises institucionais de sua história recente. O primeiro sinal de que nuvens carregadas poderiam deixar o horizonte político do país nebuloso surgiu poucos dias após a divulgação do resultado das eleições de 2014, quando Dilma foi eleita para um segundo mandato, derrotando por pequena margem de votos o candidato da oposição, Aécio Neves (PSDB).

Enquanto partidários de Dilma ainda comemoravam a vitória na mais acirrada disputa presidencial da história brasileira, o PSDB solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria para verificar a lisura da eleição. Os tucanos questionaram a confiabilidade da apuração e a infalibilidade da urna eletrônica. O pedido foi negado pela Justiça Eleitoral por falta de fatos que o embasassem.

A dificuldade da oposição em aceitar o resultado das urnas não foi o único problema enfrentado pela presidente logo após a reeleição. Poucos dias depois do pleito, a divulgação de uma

RODOLFO STUCKERT/CÂMARA DOS DEPUTADOS

PAULO WHITAKER/REUTERS

DECEPÇÃO A eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara e os protestos contra Dilma abalaram o governo entre fevereiro e março de 2015

série de dados econômicos negativos, como queda na produção industrial, elevação da taxa de juros, déficit na balança comercial (a diferença entre as exportações e importações feita pelo país), rombo no orçamento do governo e expectativa menor para o Produto Interno Bruto (PIB), índice que mede o conjunto de riquezas geradas por uma nação, mostrou que a economia brasileira apresentava sinais de deterioração – algo que havia sido negado por Dilma durante a campanha.

O avanço das denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014 com o objetivo de investigar a atuação de uma organização criminosa que operava na Petrobras para movimentar recursos ilícitos, desgastaram ainda mais a imagem da presidente. Em março de 2015, apenas cinco meses depois de ser reeleita, 62% da população avaliava o desempenho de Dilma como "ruim/péssimo" e somente 13% a consideravam "ótima/boa", segundo o instituto Datafolha.

A baixa popularidade de Dilma foi decisiva para o sucesso do primeiro de uma série de protestos contra o governo e a favor do impeachment, ocorrido em março. Organizadas por entidades da sociedade civil, como os grupos MBL (Movimento Brasil Livre), Vem pra Rua e Revoltados On Line, e apoiadas por partidos da oposição, as manifestações reuniram quase 1 milhão de pessoas em todo o país. Dias antes, a presidente havia sido alvo de um panelaço por parte da população durante pronunciamento na TV em que pediu paciência aos brasileiros para a delicada situação econômica do país.

O PEDIDO DE IMPEACHMENT

A crescente insatisfação popular, o aprofundamento da crise econômica e a progressiva perda de apoio no Congresso motivaram a apresentação de cerca de 30 pedidos de abertura de impeachment contra a presidente em 2015. De acordo com a legislação brasileira, a decisão de acolher ou recusar tais pedidos cabe monocraticamente ao presidente da Câmara dos Deputados – no caso, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), inimigo declarado da presidente.

Após rejeitar ao longo de 2015 uma série de denúncias contra Dilma, Cunha acolheu, em 2 de dezembro, o pedido de abertura de impeachment formulado pelos advogados Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal. O pedido de impeachment foi aceito com base em dois atos que se encaixariam na categoria de crimes de responsabilidade:

❶ **Edição de decretos orçamentários:** entre julho e agosto de 2015, a presidente assinou seis decretos autorizando o governo a abrir créditos suplementares e, dessa forma, gastar 2,5 bilhões de reais a mais que o previsto no orçamento federal. Os três advogados sustentam que, ao aumentar os gastos sem autorização prévia do Congresso Nacional, Dilma teria desrespeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga o governante a seguir as metas previstas no orçamento.

Essas metas são as prioridades do governo federal, definidas com as respectivas previsões de receitas e despesas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). É na LDO que se define se o país terá

um superávit primário ou um déficit primário – ou seja, se ao final do ano as contas estarão no azul ou no vermelho. O governo até pode propor uma revisão das metas ao longo do ano, sempre com a aprovação do Congresso, mas não pode avançar sobre elas por decreto.

❷ **Adoção de pedaladas fiscais:** os autores do pedido alegam que Dilma recorreu em 2014 e 2015 a manobras contábeis, as chamadas pedaladas fiscais, para ajustar, no papel, as contas do governo, simulando um saldo positivo inexistente ou maior do que o real. As pedaladas consistiram no atraso de repasses de recursos do Tesouro Nacional (o caixa do governo) para a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil, responsáveis pelos pagamentos de programas e benefícios sociais, como Bolsa Família, aposentadorias e seguro-desemprego. Dessa forma, esses benefícios foram pagos com recursos dos próprios bancos, que só depois receberam os repasses do governo.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou essas medidas como empréstimos indevidos dos bancos estatais ao Tesouro, o que é ilegal, e recomendou ao Congresso Nacional rejeitar as contas do governo de 2014. Ao praticar as pedaladas, Dilma teria ferido não apenas o artigo 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal (que proíbe operação de crédito entre bancos públicos e o Tesouro Nacional), mas, também, a Lei 1.079/50.

O pedido de impeachment é baseado nas pedaladas fiscais e em créditos não autorizados

Segundo essa lei, é crime de responsabilidade do presidente "ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária". Uma vez que o TCU considerou que as pedaladas foram uma operação de crédito dos bancos públicos em favor do governo, essa operação teria que ser aprovada pelo Senado. Como isso não aconteceu, a presidente teria violado a lei e cometido crime de responsabilidade.

O pedido de afastamento de Dilma acolhido por Cunha deixou de fora uma terceira acusação, envolvendo o suposto envolvimento da presidente na corrupção da Petrobras – segundo os autores do pedido, de ela ter sido conivente com a roubalheira na estatal. Cunha também descartou as pedaladas fiscais cometidas em 2014, durante o primeiro mandato de Dilma, já que o processo de impeachment só pode levar em conta fatos relativos ao mandato em curso.

O FATOR CUNHA

A decisão de deflagrar o processo de impeachment ocorreu poucas horas após a bancada do PT anunciar que iria votar a favor da cassação de Cunha no Conselho de Ética da Câmara. O deputado estava sendo acusado de quebra de decoro parlamentar por mentir sobre a existência de contas bancárias no exterior em seu nome. Durante depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras em março de 2015, Cunha negara a existência de tais contas – o que acabaria sendo desmentido meses depois pela Procuradoria-Geral da República.

A presidente reagiu com indignação à abertura do processo contra ela e declarou ser alvo de retaliação de Cunha, àquela altura investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob suspeita de ter recebido R$ 5 milhões em propina do esquema de corrupção da Petrobras. "São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público", declarou Dilma em pronunciamento no Palácio do Planalto.

A CRONOLOGIA DO IMPEACHMENT

Acompanhe os principais fatos que marcaram a tentativa de deposição da presidente Dilma Rousseff da presidência

26 DE OUTUBRO DE 2014
Dilma Rousseff (PT) derrota Aécio Neves (PSDB) e é reeleita em uma disputa acirrada. Inconformados, apoiadores do tucano iniciam nas redes sociais campanha pelo impeachment.

29 DE DEZEMBRO DE 2014
Dilma decreta um pacote de medidas para equilibrar as finanças públicas. Durante a campanha eleitoral, ela negava que o país enfrentava dificuldades econômicas.

15 DE MARÇO DE 2015
Manifestações contra o governo e a favor do impeachment reúnem quase 1 milhão de pessoas em todo o Brasil. Em São Paulo, 210 mil vão à Avenida Paulista.

17 DE JULHO DE 2015
O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a quem cabe acolher o pedido de impeachment, rompe com o governo após ser citado no esquema de corrupção. da Petrobras.

6 DE AGOSTO DE 2015
Cunha rejeita quatro pedidos de afastamento de Dilma por falta de requisitos formais. Uma semana depois, novos protestos contra o governo tomam o país e pressionam a presidente.

UESLEI MARCELINO/REUTERS

NA CÂMARA O deputado Bruno Araújo (PSDB) comemora a votação a favor do impeachment

PROCESSO TURBULENTO

Depois de acolhida a denúncia, a Câmara elegeu em tumultuada votação secreta uma chapa composta de deputados de oposição para a Comissão Especial de Impeachment, responsável por elaborar o parecer recomendando ou não a abertura de processo contra a presidente. O STF, contudo, invalidou a chapa eleita e determinou que a comissão especial só poderia ser formada por parlamentares indicados pelos líderes dos partidos e que a escolha dos membros da comissão deveria ser por votação aberta.

O STF também reconheceu, ainda, que o Senado Federal poderia rejeitar o processo, mesmo se ele viesse a ser autorizado pela Câmara. Ou seja, ainda que a abertura do processo de impeachment viesse a ser aprovada por maioria qualificada na Câmara (342 votos a favor ou 2/3 do total), ela precisaria ser confirmada pelos senadores. Nesse caso, o quórum seria de maioria simples – metade mais um dos parlamentares presentes à votação.

A decisão do Supremo de rever o rito do processo, que acabou por beneficiar o governo, e o recesso parlamentar do início do ano colocaram água na fervura do impeachment. Mas uma série de acontecimentos incendiou o cenário político e renovou a pressão sobre a presidente. No começo de março, vazaram trechos da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT), ex-líder do governo preso

SAIU NA IMPRENSA

IMPRENSA INTERNACIONAL NÃO CHAMA IMPEACHMENT DE GOLPE

Análise feita pela *Folha* mostra que veículos de referência da mídia estrangeira não consideram golpe o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A grande maioria dessas publicações, contudo, faz duras críticas ao processo.

O diário econômico britânico *Financial Times* (...) afirma que falar em golpe é um "exagero", já que o processo é conduzido por um Judiciário independente e está previsto na Constituição.

O jornal americano *New York Times*, em editorial de 18 de abril, não julga se o impeachment é legítimo ou não. Diz apenas que o processo não está baseado nas "pedaladas fiscais" e trata-se de um "referendo" sobre o governo Dilma. (...)

Em editorial de 18 de abril, o diário espanhol *El País* afirma que o processo é baseado em uma "tecnicalidade fiscal", "recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o orçamento", e que a presidente Dilma é a única a não ser acusada de enriquecimento ilícito. Mas não usa a palavra golpe.

O britânico *The Guardian* questionou os fundamentos para abertura de um processo do impeachment, mas não se furta a atacar o governo Dilma. (...)

***Folha de S.Paulo*, 29/4/2016**

21 DE OUTUBRO DE 2015
Os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal protocolam na Câmara dos Deputados denúncia pedindo afastamento de Dilma por crime de responsabilidade.

2 DE DEZEMBRO DE 2015
No dia em que o PT lhe recusa apoio no Conselho de Ética, onde é investigado por ter mentido sobre a existência de contas secretas, Cunha acolhe pedido de impeachment.

17 DE DEZEMBRO DE 2015
O STF define o rito do impeachment, em um procedimento que beneficia o governo ao dar poderes para o Senado rejeitar o processo caso ele seja aberto pela Câmara.

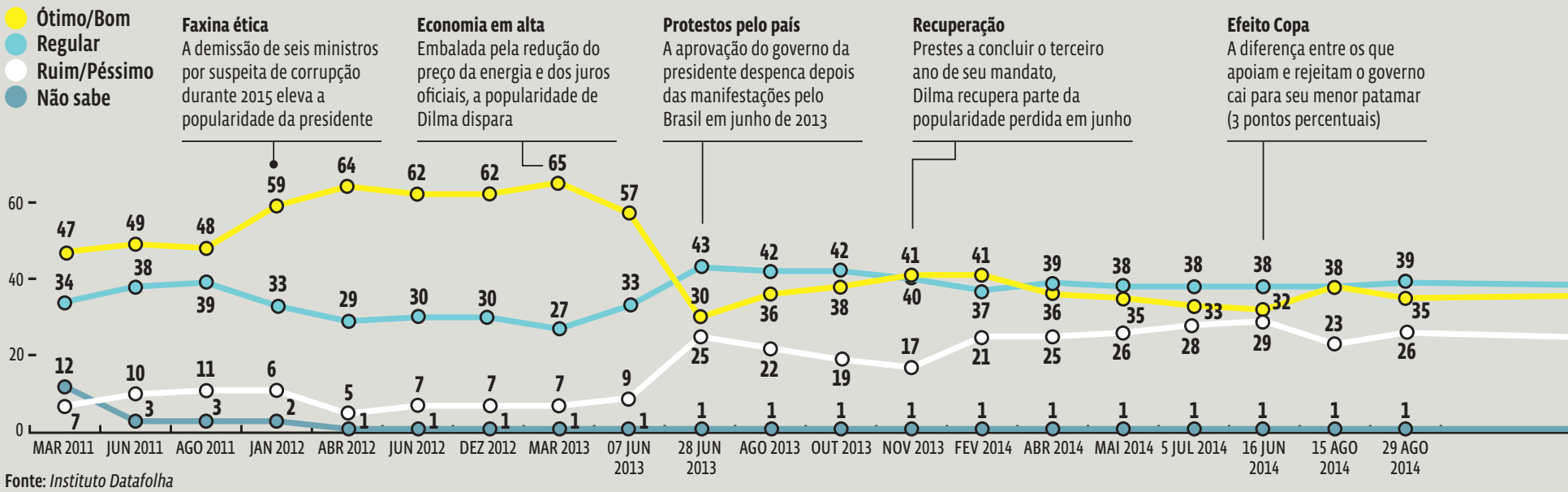
13 DE MARÇO DE 2016
As maiores manifestações de rua já realizadas na história do país aumentam a pressão pelo impeachment. Nos bastidores de Brasília, o apoio à destituição de Dilma ganha força.

17 DE ABRIL DE 2016
Por 367 votos a favor e 137 contra, a Câmara dos Deputados autoriza a abertura do procedimento contra Dilma. O processo é enviado para análise do Senado.

12 DE MAIO DE 2016
Os senadores aprovam a admissibilidade do afastamento da presidente. Dilma deixa temporariamente o cargo. Em seu lugar, assume interinamente Michel Temer.

CRISE POLÍTICA DERRUBA POPULARIDADE DO GOVERNO

A avaliação da administração Dilma Rousseff desde o início do primeiro mandato sofreu grande transformação. Após atingir um pico de popularidade em março de 2013, ela sofria rejeição de 63% nos dias que antecederam à votação do impeachment na Câmara. Os números integram pesquisas do Instituto Datafolha



Fonte: *Instituto Datafolha*

no fim de 2015, acusando Dilma e Lula de tentarem obstruir as investigações da Lava Jato. Lula foi levado pela Polícia Federal para depor sobre supostos favorecimentos recebidos de empresários. Dias depois, o PMDB sinalizou que a aliança com o PT estava com os dias contados. E, por fim, manifestações pró-impeachment reuniram cerca de 3 milhões de pessoas em todo o país no dia 13 de março – em São Paulo, 500 mil pessoas foram à Avenida Paulista, no maior ato público já realizado na cidade, segundo o Instituto Datafolha (*leia mais em* Os efeitos da crise política sobre o processo de impeachment *na pág. 80*).

A DEFESA DA PRESIDENTE

Com os ventos pró-afastamento a favor, a Câmara deu andamento ao processo, elegendo novamente os integrantes da Comissão Especial do Impeachment. Responsável pela defesa da presidente, o advogado-geral da União (AGU) José Eduardo Cardozo rebateu, durante os trabalhos da comissão, os argumentos dos autores da denúncia. Com relação aos decretos orçamentários suplementares que teriam estourado o orçamento federal, Cardozo esclareceu que eles foram legais, pois, à época de sua edição, o governo ainda previa obter um superávit primário no ano correspondente a 1,1% do PIB – ou seja, teria dinheiro para bancar os decretos. Além disso, os créditos não elevaram os gastos do governo, mas apenas remanejaram certas despesas – sua edição, portanto, não necessitaria de autorização do Congresso, conforme apontavam os autores do pedido.

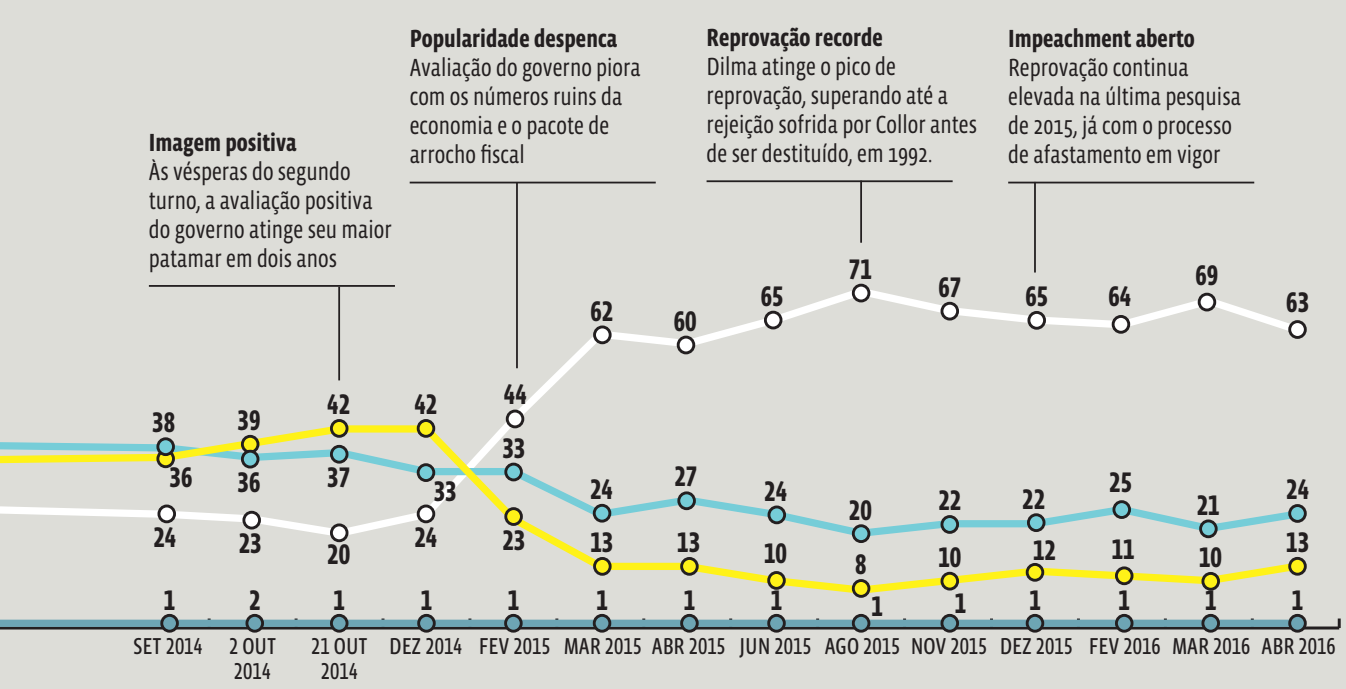
A defesa do governo sustenta que não há fundamentos jurídicos que configurem crime de responsabilidade

Quanto às pedaladas fiscais, Cardozo alegou que os atrasos nos repasses aos bancos públicos são práticas historicamente aceitas e têm sido efetivadas desde o ano 2000. Começaram no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e foram praticadas nos dois governos de Lula. Se tais manobras constituem crime de responsabilidade, questionou o chefe da AGU, por que só ela estaria sendo duramente punida com a perda do mandato? Além disso, o governo sustenta que regularizou a situação no fim de 2015, repassando R$ 55,8 bilhões aos bancos estatais para zerar as pedaladas.

Para a presidente Dilma e seus apoiadores, sem a existência de fundamentos jurídicos consistentes, que configurem crime de responsabilidade, o processo se configuraria como um golpe à democracia. Cardozo destacou que, embora o procedimento de impeachment esteja previsto na Constituição brasileira, "se o crime não for tipificado, e não forem atingidos os pressupostos, um processo de impeachment é golpe". E continuou: "Golpe com ruptura da Constituição ofende o estado democrático de direito e jamais será perdoado pela história". Cardozo apontou ainda que houve desvio de finalidade no acolhimento da denúncia, já que o recebimento teria sido motivado por uma retaliação de Cunha à Dilma e ao PT, cuja bancada votou favoravelmente à abertura de processo contra o deputado na Comissão de Ética da casa.

ABERTURA DO PROCESSO

Os argumentos de Cardozo não surtiram efeito entre os deputados da Comissão Especial, que aprovaram, em 11 de abril, o parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO) recomendando a abertura do processo contra Dilma. Seis dias depois veio a votação em plenário: 367 deputados deram o "sim" ao prosseguimento no Senado do afastamento da presidente – foram 25 votos a mais do que os 342 necessários. O governo contou com o apoio de 137 parlamentares, e houve sete abstenções e duas ausências.



Presidida por Eduardo Cunha, a votação final na Câmara alongou-se por quase dez horas. Ao justificar seu voto, muitos apoiadores do impeachment invocaram "Deus" e membros da família (esposa, marido, filhos, netos, pais). Alguns, como Jair Bolsonaro (PSC-RJ), fizeram alusão à ditadura militar (1964-1985). O deputado elogiou um dos maiores torturadores na história do país e ironizou as torturas sofridas por Dilma, militante de esquerda durante o regime militar: "Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo (...). Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff".

A votação no plenário da Câmara revelou como o discurso moralista contrasta com a conduta ética de muitos parlamentares. Levantamento feito pela ONG Transparência Internacional mostrou que 58% dos deputados federais que participaram da votação que decidiu sobre o processo de impeachment já foram condenados ou respondem a processos na Justiça (inclusive eleitoral) ou Tribunais de Contas.

Com o aval dos deputados, o processo seguiu para o Senado, onde, inicialmente, formou-se nova Comissão Especial para elaborar e votar o parecer sobre a denúncia. O relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável ao prosseguimento do processo, foi aprovado por 15 votos a cinco. Na manhã do dia 12 de maio, o plenário do Senado decidiu pela abertura do processo, levando ao afastamento temporário da presidente.

A PERÍCIA DO SENADO

No final de junho, a Comissão Especial do Impeachment no Senado recebeu o laudo de uma perícia encomendada para analisar as acusações de crime de responsabilidade que basearam o pedido de afastamento de Dilma.

Em relação às pedaladas fiscais, a junta especial formada por três funcionários do Senado concluiu que não foi identificada ação direta ou indireta de Dilma na manobra fiscal da qual ela é acusada. Já com relação à liberação dos créditos suplementares, a perícia indicou haver indícios de sua participação direta na publicação dos decretos.

O laudo não opina se há culpa ou dolo da presidente afastada nesses atos. Sua função é fornecer informações técnicas para nortear a votação dos senadores, encarregados de julgar se Dilma cometeu ou não crimes de responsabilidade, em votações a serem realizadas em agosto (*veja boxe ao lado*).

Independentemente da existência ou não de crimes de responsabilidade contra Dilma, as votações na Câmara dos Deputados e no Senado pela admissibilidade do processo de impeachment acabaram se tornando uma espécie de referendo sobre o governo da presidente. Os parlamentares das duas casas votaram sob influência do turbulento cenário político e da grave crise econômica que debilitaram o país nos últimos tempos. E são esses dois fatores que vamos apresentar em detalhes nas próximas páginas.

OS PRÓXIMOS PASSOS

Se não ocorrerem imprevistos, segundo o cronograma definido no final de junho, o parecer do relator Antonio Anastasia (PSDB-MG) deve ser votado pela Comissão Especial do Impeachment no Senado no dia 4 de agosto. Se for aprovado, o passo seguinte é a votação do parecer em plenário, programada para o dia 9 de agosto. Para ser aprovado, é necessário a metade mais um dos votos dos parlamentares presentes. Se o parecer for rejeitado, o processo é arquivado e Dilma reassume definitivamente o cargo.

Caso seja aprovado, o julgamento final, liderado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, deve ocorrer entre os dias 25 e 27 de agosto. Os senadores terão que responder nominalmente "sim" ou "não" à seguinte questão: "Cometeu a acusada o crime que lhe é imputado e deve ser condenada a perda do cargo?".

Ao final da votação, um dos cenários a seguir irá se concretizar:

- **Impeachment de Dilma: Ela perderá o mandato e será definitivamente destituída caso 54 senadores (2/3 dos 81 membros da Casa) ou mais a considerem culpada pelos crimes de responsabilidade que lhe são imputados e votem a favor do afastamento. Caso essa hipótese se concretize, Dilma também terá seus direitos políticos suspensos por oito anos, tornando-se inelegível para cargos públicos no período, e Michel Temer assumirá em definitivo a presidência até o fim do mandato, em 31 de dezembro de 2018.**

- **Absolvição da presidente: Dilma estará livre das acusações se o placar da votação no Senado contabilizar menos de 54 votos favoráveis ao impeachment. Se isso acontecer, ela reassume a presidência para completar o mandato, que se encerra em 31 de dezembro de 2018. Em entrevista à rede pública EBC, Dilma sinalizou que, caso reassuma a presidência, pode convocar um plebiscito para decidir sobre a realização de novas eleições presidenciais.**

AS FISSURAS NA BASE POLÍTICA

As turbulências no cenário político esfacelaram o apoio parlamentar do governo e criaram as condições para o afastamento de Dilma

Centra e sai de parlamentares no gabinete presidencial foi frenético nos dias que antecederam a votação da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 17 de abril deste ano. A fim de assegurar o apoio necessário para barrar o processo, os articuladores do governo, capitaneados pela presidente, fizeram forte ofensiva para reverter alguns votos a seu favor. De um quarto de hotel na capital federal, o ex-presidente Lula reforçava o time de Dilma e tentava convencer indecisos a votar na afilhada, se abster ou mesmo a faltar à sessão.

Esse cenário parecia inimaginável 16 meses antes, no início do segundo mandato de Dilma, quando a bancada governista somava 304 deputados federais – 60% do total. Mas a grave crise política que se instalou no Brasil a partir de 2015 levou ao derretimento do apoio à presidente no Parlamento, paralisando o governo e criando as condições para a oposição conquistar os votos necessários para a abertura do procedimento de afastamento da presidente. Na votação do impeachment pela Câmara, o governo mostrou-se incapaz de ter 172 deputados ao seu lado. Muitos dos 367 congressistas que apoiaram a deposição da presidente integravam a base governista, em uma debandada que selou a derrota de Dilma na Câmara.

Segundo analistas políticos, o agravamento da crise política e o consequente esfacelamento do bloco de apoio ao governo petista no Congresso ocorreram, principalmente, por três razões: a postura centralizadora e a falta de traquejo político de Dilma, que dificultaram a manutenção de apoios no Parlamento, condição essencial para a sobrevivência de um governo no regime de "presidencialismo de coalizão"; as investigações da Operação Lava Jato, responsáveis por revelar um esquema de corrupção na Petrobras que acabou por manchar a reputação da administração federal; e o esgarçamento da relação com o PMDB.

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Em um regime político-institucional como o brasileiro, a afinidade entre o presidente e o Parlamento é condição indispensável para o bom andamento da administração federal. Embora o sistema de governo seja o presidencialista, na prática vigora no país um regime conhecido como "presidencialismo de coalizão". Nele, o presidente torna-se dependente de alianças no Parlamento que lhe deem suporte político para aprovar projetos e pôr em prática seu programa de governo. Sem essa base de sustentação, o presidente reina, mas não governa.

Por isso, além de ser um bom gestor, o chefe do Executivo deve também ser um político hábil, capaz de formar e manter um sólido bloco de apoio parlamentar. Um dos principais instrumentos que o governo federal tem para manter o apoio dos congressistas é a distribuição dos milhares de postos em órgãos públicos e empresas estatais – o que abre margem para o conhecido e malfadado jogo do "toma lá dá cá" que alimenta a corrupção.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

APARÊNCIAS
Dilma Rousseff cumprimenta o deputado Eduardo Cunha em sessão de abertura da Câmara, em fevereiro de 2016

A aliança entre PT e PMDB nas eleições de 2010 foi formalizada justamente com o objetivo de garantir apoio parlamentar ao governo – não foi resultado de convergências programáticas entre os partidos. Para os estrategistas do PT, ter o peemedebista Michel Temer na chapa de Dilma como vice-presidente era uma forma de manter o apoio do partido e garantir a governabilidade.

Embora nunca tenha conseguido eleger o presidente da República, o PMDB historicamente formou grandes bancadas na Câmara e no Senado. Surgido a partir do antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), agremiação que aglutinou todas as correntes democráticas contra a ditadura militar (1964-1985), o partido funciona como uma espécie de "fiel da balança" dos governos instalados no Palácio do Planalto desde a redemocratização, em 1985.

ESTILO CENTRALIZADOR

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ocupar a Presidência do país na história. Ao assumir o cargo em janeiro de 2011, ela se beneficiava dos bons ventos que sopravam da economia e colhia os frutos da alta popularidade de seu antecessor e padrinho político, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora nunca tivesse concorrido a um cargo político antes, Dilma tinha fama de boa gestora e uma imagem de intolerância com casos de corrupção.

No primeiro ano de governo, seis ministros de diversos partidos foram demitidos por suspeita de terem cometido atos ilícitos, entre eles Antonio Palocci (PT), Carlos Lupi (PDT), e Wagner Rossi (PMDB). A "faxina ética" fez com que a chefe do executivo alcançasse elevada aprovação popular. Ao final do primeiro ano de mandato, 59% da população avaliava a administração de Dilma como "ótima/boa". Segundo o Instituto Datafolha, era o maior índice de aprovação nesse período de governo desde o retorno das eleições diretas, em 1989.

Se, por um lado, a postura implacável contra malfeitos e o estilo "gerentona" fizeram com que Dilma ganhasse pontos com a população, por outro causaram problemas no relacionamento com o Congresso. Centralizadora e pouco afeita à articulação política, a presidente passou a desagradar seus aliados.

A inabilidade de Dilma na articulação política desagradou aliados e corroeu sua base de sustentação

BASE ALIADA FRAGILIZADA

A insatisfação entre deputados e senadores governistas crescia à medida que emendas parlamentares não eram liberadas e apadrinhados políticos aguardavam uma eternidade para serem empossados nos cargos de segundo e terceiro escalões. Um levantamento feito pelo jornal *O Globo* evidenciou o pouco apreço da petista pelos congressistas: de janeiro de 2011 a outubro de 2014, somente dois deputados e 13 senadores foram recebidos oficialmente por Dilma.

Um episódio ocorrido em maio de 2013 mostrou que a relação entre Dilma e seu bloco de apoio começava a se desgastar. Foi durante a votação da medida provisória 595/12, a chamada MP dos Portos, em que o governo propunha novas regras para o setor portuário. O então líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha, se opôs a vários pontos do projeto e condicionou sua aprovação a mudanças na MP. O governo cedeu e aceitou a inclusão de emendas parlamentares. Mas, ao sancionar a medida provisória, Dilma vetou alguns itens incluídos na Câmara, o que lhe valeu a acusação, feita por Cunha, de quebrar o acordo firmado com ele.

No ano seguinte, quando Dilma tentaria a reeleição, Cunha articulou a criação na Câmara de um bloco de deputados de partidos aliados insatisfeitos com o governo, entre eles o PMDB, o PSC, o PTB e o PR, e da oposição, como o Solidariedade. Apelidado de "Blocão", esse grupo formado por cerca de 250 deputados passou a atazanar a administração petista, se opondo a propostas do Executivo e obrigando a presidente a fazer concessões. Em um bate-boca com o presidente do PT, Rui Falcão, Cunha chegou a defender que o PMDB rompesse com o governo.

OPERAÇÃO LAVA JATO

Paralelamente, as investigações da Lava Jato provocavam novas fissuras no governo. Deflagrada em março de 2014, a operação desbaratou um megaesquema de corrupção e desvio de dinheiro da Petrobras articulado por dirigentes da estatal, grandes empreiteiras e congressistas de diversos partidos. As apurações da Polícia Federal mostraram que um grupo de construtoras formou um cartel que decidia a distribuição entre elas de contratos da Petrobras. Nas licitações, os valores eram superfaturados. A prática ocorria pelo menos desde os anos 1990. Parte do dinheiro excedente ficava com os diretores da empresa e parte iria para políticos e seus partidos, entre eles PT, PMDB e PP (*veja mais na pág. 110*).

A presidente foi acusada de não ter conseguido evitar as irregularidades na petroleira e, ainda, de ter tido participação em um negócio desastroso que causou prejuízo de US$ 792 milhões à companhia: a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, ocorrida em 2006. Na época da transação, Dilma era ministra da Casa Civil do governo Lula e presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Os desmandos na Petrobras levaram à criação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), uma no Senado e outra mista, envolvendo deputados e senadores. As CPIs colocaram o governo na berlinda e ajudaram a chamuscar ainda mais a imagem de Dilma. Vale lembrar que a popularidade da presidente e de toda a classe política já havia levado um baque em 2013 por causa dos protestos populares de junho ocorridos em várias capitais, cuja motivação inicial era a contestação do reajuste das tarifas de transporte público. Convocadas pelas redes sociais, as manifestações ganharam força e incluíram outros temas, como o combate à corrupção, a defesa da melhoria dos serviços públicos e o repúdio aos gastos excessivos do governo com a construção dos estádios da Copa do Mundo, que seria realizada no país no ano seguinte.

O governo "sangrou" durante todo o ano de 2015 em função da Lava Jato. As seguidas fases da operação, liderada pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, monopolizaram as manchetes dos jornais e levaram políticos e empreiteiros para trás das grades. O PT – e, consequentemente, o governo federal – tiveram sua imagem minada perante a opinião pública com as prisões de importantes quadros do partido.

Em abril daquele ano, o ex-deputado petista André Vargas tornou-se o primeiro político preso no âmbito das investigações. Poucos dias depois, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, foi encarcerado sob suspeita de receber suborno em contratos com a Petrobras. Em agosto, foi a vez de José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil de Lula, que já havia sido condenado no escândalo do Mensalão, ocorrido entre 2005 e 2006.

ADRIANO MACHADO/REUTERS

NA JUSTIÇA O ex-senador do PT Delcídio do Amaral é investigado pela Operação Lava Jato

A CRONOLOGIA DA CRISE POLÍTICA

Acompanhe os principais acontecimentos que levaram o país ao caos político

31 DE OUTUBRO DE 2010

Dilma Rousseff (PT) é eleita presidente, tendo como vice Michel Temer (PMDB). A aliança entre os dois partidos foi forjada para dar sustentação ao governo.

JANEIRO DE 2012

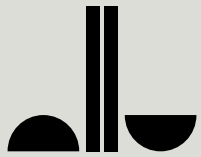
Implacável contra a corrupção, Dilma demite seis ministros no primeiro ano de governo. A "faxina ética" leva sua popularidade para níveis recordes e a fortalece politicamente.

MARÇO DE 2014

Início da Operação Lava Jato, que revelaria um grande esquema de corrupção na Petrobras envolvendo diretores da estatal, empreiteiros e políticos.

26 DE OUTUBRO DE 2014

Dilma é reeleita, e sua coligação mantém maioria na Câmara e no Senado. No entanto, ela vê sua base parlamentar diminuir em um Congresso conservador.



1º DE FEVEREIRO DE 2015

Na eleição para a presidência da Câmara, o deputado Eduardo Cunha (PMDB) vence o candidato governista, Arlindo Chinaglia (PT), abalando a relação PT/PMDB.

ATRITOS COM O PMDB

À medida que as investigações se aproximavam do Planalto e de seus aliados, aumentava o clamor das ruas pelo impeachment de Dilma. Enfraquecida, a presidente se esforçava para manter seu bloco de apoio, mas a coordenação política do governo batia cabeça. A situação se agravava com a degradação do quadro econômico. A inflação dava mostras de sair do controle e as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 apontavam para forte queda (*veja mais sobre a crise econômica na pág. 86*). Nesse cenário turbulento, o governo teve que enfrentar um novo desafio: a ameaça concreta de desembarque do PMDB da base.

O primeiro sinal de atrito entre petistas e peemedebistas surgiu já na montagem do ministério de Dilma, no final de 2010. O PMDB manteve o número de pastas da gestão anterior, de Lula, mas foi forçado a trocar três ministérios (Integração Nacional, Saúde e Comunicações) por outros considerados menos nobres (Previdência, Turismo e Assuntos Estratégicos). A mudança desagradou às lideranças peemedebistas, que acusaram o PT de não dar espaço aos aliados na formação do governo e de ter sido privilegiado na distribuição de assentos na Esplanada dos Ministérios.

As divergências entre Dilma e Cunha também alimentaram o racha entre PT e PMDB e ficaram explícitas na eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro de 2015. Em uma jogada arriscada, o Planalto decidiu apoiar a candidatura do deputado Arlindo Chinaglia, do PT, quando era evidente que a base aliada preferia Cunha para o posto. A aposta do Executivo não vingou, e o peemedebista foi eleito com folga: recebeu 267 votos, mais que a soma dos outros três candidatos. A relação entre Dilma e o novo presidente da Câmara azedou e, cinco meses depois, o parlamentar rompeu com o governo ao ver seu nome envolvido no escândalo da Petrobras. Para Cunha, as acusações contra ele haviam sido orquestradas pelo Planalto com o objetivo de enfraquecê-lo politicamente.

Ainda no primeiro semestre, o governo federal lançou uma manobra para incentivar o surgimento de uma força parlamentar alternativa que fizesse frente ao poder do PMDB. Naquela ocasião, o Planalto tentou inflar dois partidos da base aliada, o PSD (Partido Social Democrata), do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, e o PROS (Partido Republicano da Ordem Social), dos irmãos Ciro e Cid Gomes, numa tentativa de depender menos do aliado infiel. A estratégia não deu resultado e estremeceu ainda mais as relações entre o Planalto e o PMDB.

O lance seguinte de discórdia ocorreu no final daquele ano com a divulgação de uma correspondência enviada por Michel Temer a Dilma em que ele reclamava do tratamento recebido do Planalto ao longo dos cinco anos em

PARLAMENTARISMO VOLTA AO DEBATE

Em março deste ano, no auge da crise política, um grupo de parlamentares passou a defender a adoção do parlamentarismo como forma de devolver o país à normalidade institucional. Nesse sistema, o governo fica sob comando de um primeiro-ministro, normalmente o líder do partido majoritário na Câmara dos Deputados, e o presidente exerce a função de chefe de Estado, com menor poder político.

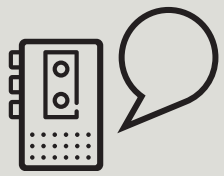
Os defensores do parlamentarismo destacam que, nesse sistema, as crises políticas são resolvidas sem rupturas institucionais e com menos traumas para o país, já que ele permite a troca de primeiros-ministros ineficientes ou impopulares de forma mais ágil. No parlamentarismo, a falta de apoio do governo no Congresso pode levar, em determinadas circunstâncias, à dissolução da Câmara e à convocação de eleições parlamentares para formação de um novo gabinete. Por outro lado, o sistema parlamentarista se fundamenta na existência de partidos políticos sólidos e definidos ideologicamente, algo inexistente no atual cenário político brasileiro.

De acordo com a Carta Magna brasileira, a mudança do sistema de governo do país só pode ocorrer por meio de uma consulta popular.

JULHO DE 2015
Acuado por denúncias de que teria recebido propina de contratos com a Petrobras, Cunha rompe oficialmente com o governo Dilma e passa para a oposição.

DEZEMBRO DE 2015
Cunha acolhe denúncia pedindo o impeachment de Dilma. Dias depois, Temer envia carta com queixas à presidente, em que acusa o PT de sabotar o PMDB, abalando a relação partidária.

3 e 4 DE MARÇO DE 2016
Delcídio do Amaral acusa Dilma e Lula de tentarem obstruir a Lava Jato. No dia seguinte, o ex-presidente é levado para depor pela Polícia Federal.



16 DE MARÇO DE 2016
Gravação sugere que a nomeação de Lula para a Casa Civil tinha o objetivo de protegê-lo das investigações da Lava Jato. O STF suspende a nomeação.

29 DE MARÇO DE 2016
Em reunião que durou menos de cinco minutos, membros do Diretório Nacional do PMDB aprovam por aclamação o rompimento oficial com o Planalto.

5 DE MAIO DE 2016
O STF suspende o mandato de Cunha. O presidente da Câmara é acusado de atrapalhar a Lava Jato, no qual é investigado por suposto recebimento de propina.

que ocupou a vice-presidência. "Sempre tive ciência da absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB", escreveu Temer em seu desabafo. A divulgação da carta, poucos dias após aceitação do pedido de impeachment por Eduardo Cunha, marcou um irreversível distanciamento entre Dilma e o vice, numa tentativa de descolar sua imagem da mandatária que passava a correr o sério risco de perder o cargo.

ADRIANO MACHADO/REUTERS

TERREMOTO POLÍTICO

A temperatura do ambiente político em Brasília aumentou com os acontecimentos que se precipitaram a partir de março de 2016. O vazamento da delação premiada do senador Delcídio do Amaral, preso pela Polícia Federal sob acusação de tentar atrapalhar o andamento da Operação Lava Jato, acuou a presidente. Ex-líder do governo no Senado, Amaral afirmou que Dilma e Lula agiram para interferir na Lava Jato. Segundo Delcídio, a presidente teria feito gestões junto a membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para barrar a operação, e seu antecessor teria tentado comprar o silêncio de investigados.

As declarações de Delcídio, que também implicou em seu depoimento outros políticos de peso, como Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Aécio Neves (PSDB), causaram um terremoto político em Brasília. Dias depois, em tentativa para evitar o desmoronamento de seu governo, Dilma nomeou Lula, àquela altura investigado pela Lava Jato por suspeita de ter recebido vantagens indevidas de empreiteiras, para a chefia da Casa Civil. Com a nomeação, o ex-presidente ganharia mais poder para fazer articulações pró-Dilma. Uma de suas atribuições seria refazer as pontes com o PMDB.

A jogada, no entanto, não deu certo. Na véspera da posse de Lula, o juiz Moro deu publicidade a conversas interceptadas pela PF entre o ex-presidente e aliados, entre eles Dilma. No grampo telefônico, ela diz que enviará a Lula o termo de posse e recomenda que o petista o utilize "em caso de necessidade". O documento funcionaria como uma espécie de salvo-conduto caso Moro decretasse a prisão de Lula – nomeado ministro, o líder petista ganharia foro privilegiado e sua ação penal passaria a ser analisada pelo STF. A gravação foi feita de forma ilegal, sem autorização judicial, mas a sua divulgação inflamou ainda mais as manifestações contra o governo federal. Na sequência, o ministro do STF Gilmar Mendes deferiu liminar impetrada por partidos de oposição barrando a nomeação do ex-presidente. Segundo o magistrado, ela teria a finalidade de driblar a Justiça.

No primeiro mês do governo interino de Michel Temer, três ministros foram exonerados

O episódio enfraqueceu ainda mais o Planalto. Com Dilma debilitada politicamente e com a possibilidade cada vez mais real de o vice Michel Temer assumir a presidência com o avanço do processo de impeachment, o PMDB rompeu oficialmente com o governo duas semanas depois. Em reunião que durou menos de cinco minutos, os membros do Diretório Nacional, liderados pelo senador Romero Jucá, ex-líder de Dilma no Senado, decidiram por aclamação abandonar o Executivo. Com a decisão, os seis ministros peemedebistas e os afiliados que ocupavam postos na administração federal foram orientados a entregar seus cargos. A debandada do PMDB foi decisiva para que o "sim" ao processo de impeachment avançasse na Câmara e no Senado. O destino de Dilma estava selado.

A CRISE NO GOVERNO INTERINO

O afastamento temporário da presidente, decretado pelo Senado em 12 de maio, no entanto, não pacificou a cena política em Brasília. Ainda em maio, os ministros do Supremo acolheram ação do Ministério Público Federal pedindo a suspensão do mandato parlamentar de Cunha e seu afastamento da presidência da Câmara por estar emperrando as investigações da Lava Jato. O STF ainda se posicionaria nas semanas seguintes a favor da abertura de um segundo processo contra o deputado por suposto recebimento de propina em contratos ligados à Petrobras – a primeira denúncia havia sido aceita em março, tornando Cunha réu na Lava Jato (*veja mais na pág. 110*).

Além de ver um forte aliado do governo interino alvejado pela Justiça, a administração Temer também so-

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

freu abalos por causa da Lava Jato. No primeiro mês da nova gestão, três ministros – Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência) e Henrique Eduardo Alves (Turismo) – foram exonerados ao ter seus nomes envolvidos nas investigações da Lava Jato. O próprio Temer acabou sendo citado no escândalo. Segundo Sérgio Machado, o presidente interino teria pedido a ele propina para financiar a campanha de Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo em 2012.

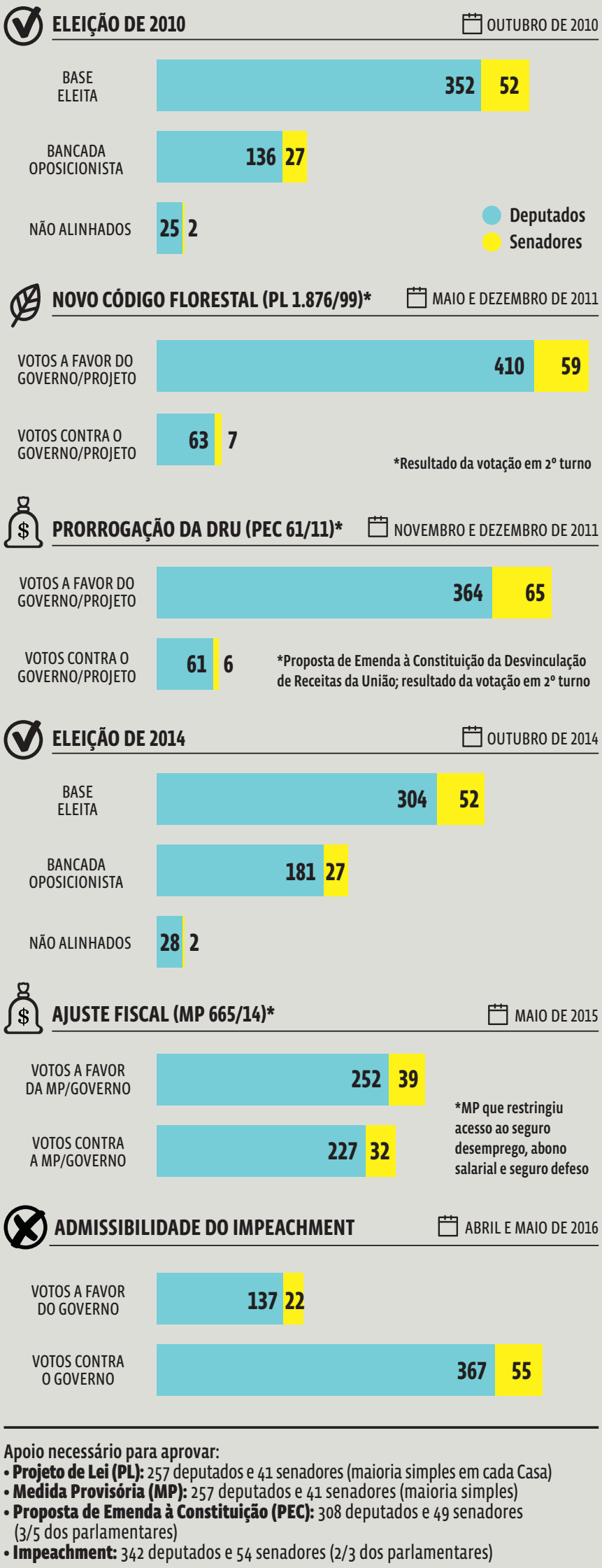
As dificuldades enfrentadas pelo governo interino no campo político mostram que a crise que levou à abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff não era exclusivamente de seu governo, mas do sistema político como um todo. Para conseguir apoio à sua administração, Temer teve que recorrer ao conhecido jogo de barganhas próprio do nosso presidencialismo de coalizão – na tentativa de satisfazer os grupos políticos que apoiaram o afastamento da presidente, o presidente interino nomeou para o primeiro escalão de sua administração políticos suspeitos de envolvimento com esquemas de corrupção.

A situação expõe mais uma vez as fissuras no atual sistema político e na forma como as relações políticas ocorrem nos bastidores de Brasília. Os problemas enfrentados pela administração interina retroalimentam uma crise que, independentemente do desfecho do processo de impeachment, ainda está longe de ser debelada.

CAPÍTULOS FINAIS
Dilma e Lula em cerimônia de posse do ex-presidente na chefia da Casa Civil, em março (*à esq.*); Michel Temer assume a Presidência interina em maio (*acima*)

EVOLUÇÃO DA BASE DE APOIO

Apoio parlamentar ao governo Dilma Rousseff diminuiu ao longo do tempo



Apoio necessário para aprovar:
- **Projeto de Lei (PL):** 257 deputados e 41 senadores (maioria simples em cada Casa)
- **Medida Provisória (MP):** 257 deputados e 41 senadores (maioria simples)
- **Proposta de Emenda à Constituição (PEC):** 308 deputados e 49 senadores (3/5 dos parlamentares)
- **Impeachment:** 342 deputados e 54 senadores (2/3 dos parlamentares)

UESLEI MARCELINO/REUTERS

FILA QUE NÃO ANDA O desemprego voltou a crescer em 2015 e fechou o ano em 6,9%

ECONOMIA FORA DOS TRILHOS

Entenda os motivos que levaram o Brasil a mergulhar em uma das mais graves crises econômicas dos últimos anos

Embora a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff tenha como base jurídica as acusações de crimes de responsabilidade envolvendo as "pedaladas fiscais" e os créditos não autorizados, a deterioração da economia brasileira exerceu papel determinante para o afastamento da presidente. Além de corroer a popularidade de Dilma e gerar grande insatisfação em diferentes setores da sociedade, o agravamento dos principais indicadores econômicos serviu de justificativa para que muitos parlamentares optassem pela destituição da presidente. Entre os deputados e senadores que votaram a favor do impeachment, o sentimento é de que a retomada do crescimento passa fundamentalmente pela saída de Dilma e por alterações profundas na condução da política econômica.

Mas, independentemente das bases jurídicas para o impeachment e se a saída da presidente é ou não melhor alternativa à crise, o fato é que a economia brasileira entrou em uma espiral descendente sob o comando de Dilma.

Em 2011, ao receber a faixa presidencial de seu antecessor e padrinho político, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma herdava um país em franca ascensão. O Brasil havia superado as turbulências geradas pela crise financeira global de 2008 e 2009, que lançou o mundo em uma severa recessão, e galgava postos na lista das maiores economias do mundo. Graças às políticas sociais, milhões de brasileiros haviam deixado a pobreza e surgia uma emergente classe média.

O Produto Interno Bruto (PIB), índice que mede o conjunto de riquezas geradas por uma nação, havia crescido 7,6% em 2010 – a maior expansão desde 1986. A inflação estava sob controle, o desemprego era declinante e a relação entre a dívida bruta do setor público e o PIB (um importante indicador da vitalidade econômica de uma nação) alcançava seu menor patamar em quase dez anos.

No entanto, o otimismo começou a se reverter a partir de 2012, quando a economia passou a dar os seus primeiros engasgos. O governo perdeu as rédeas das contas públicas, a inflação saiu do controle e fechou 2015 acima de 10%, o desemprego voltou a crescer e atingiu 10,9% em fevereiro deste ano, a dívida pública avançou rapidamente e a atividade econômica entrou em forte retração, levando a um encolhimento de 3,8% do PIB, o pior resultado em 25 anos.

DIAGNÓSTICO DA CRISE

Mas quais foram os motivos que, em tão pouco tempo, fizeram com que o país perdesse a admiração global e virasse o patinho feio dos mercados internacionais? O diagnóstico é complexo, mas há certo consenso entre analistas econômicos que três razões principais, em diferentes graus, podem explicar como chegamos a esse ponto. São elas:

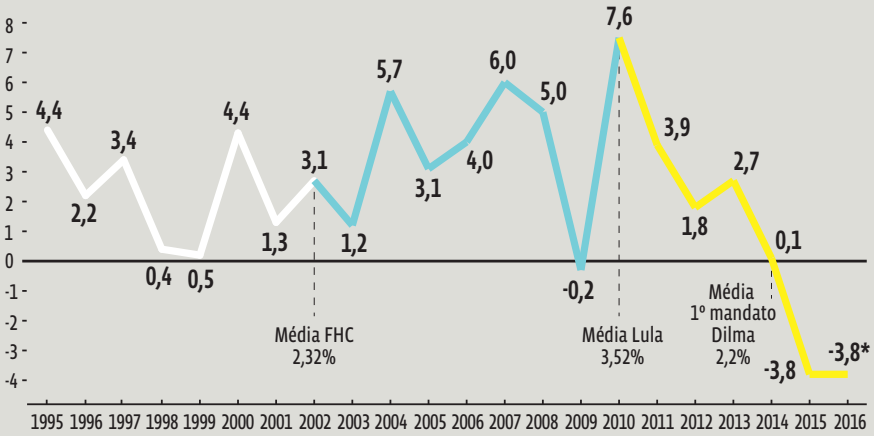
➲ **Conjuntura internacional:** o baixo crescimento econômico mundial no período pós-crise de 2008, que levou à queda no mercado internacional no

PAINEL ECONÔMICO DOS ÚLTIMOS GOVERNOS

FHC Lula Dilma

PIB EM QUEDA (EM %)

O Produto Interno Bruto cresceu no primeiro mandato de Dilma a uma taxa anual média de 2,2%, inferior ao verificado nos governos de seus antecessores, Luiz Inácio Lula da Silva (3,52%) e Fernando Henrique Cardoso (2,32%).

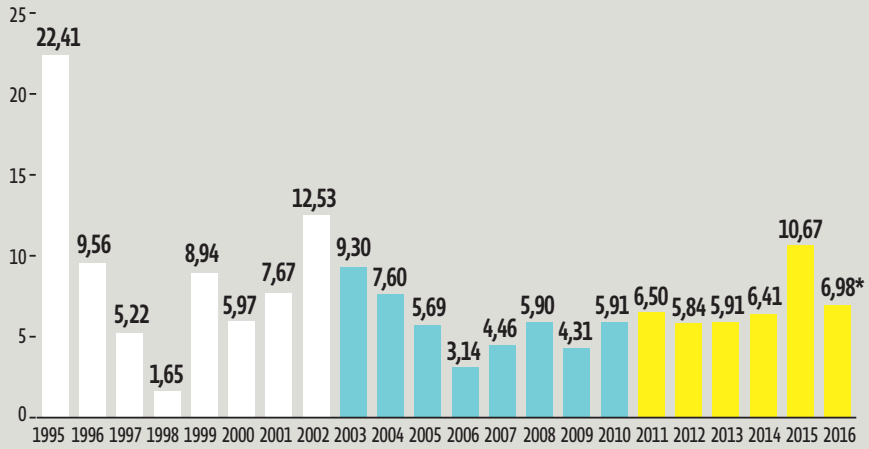


Fonte: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central*

*Previsão Relatório Focus/Banco Central do Brasil, 20/05/16

INFLAÇÃO EM ALTA (EM %)

Durante todo o governo Dilma, o IPCA, índice oficial da inflação, manteve-se acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, de 4,5%. Em 2015, a alta de preços superou os 10%.

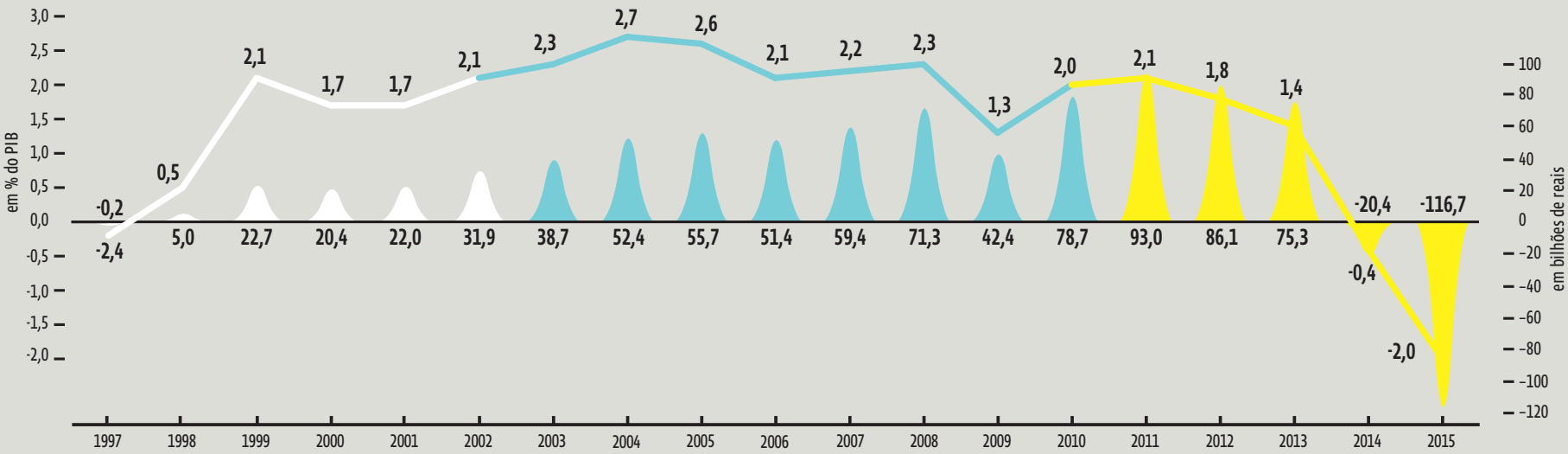


Fonte: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

*Previsão Relatório Focus/Banco Central do Brasil, 20/05/16

CONTAS PÚBLICAS NO VERMELHO

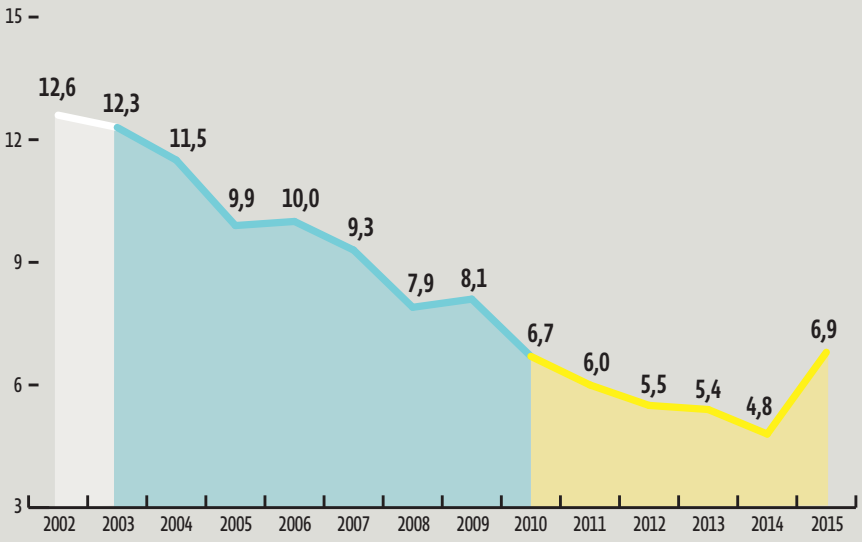
O resultado primário das contas públicas é a diferença entre o que foi arrecadado com impostos pelo governo e o que foi gasto, excluídas as receitas e despesas com juros. Se o resultado é positivo, o país tem superávit fiscal; se for negativo, registra déficit. Veja pelas barras que o governo gastou mais do que arrecadou em 1997, 2014 e 2015. Analisando a linha, você confere o percentual desses superávits e os déficits em relação ao PIB.



Fonte: *Banco Central*

DESEMPREGO VOLTA A CRESCER (EM %)

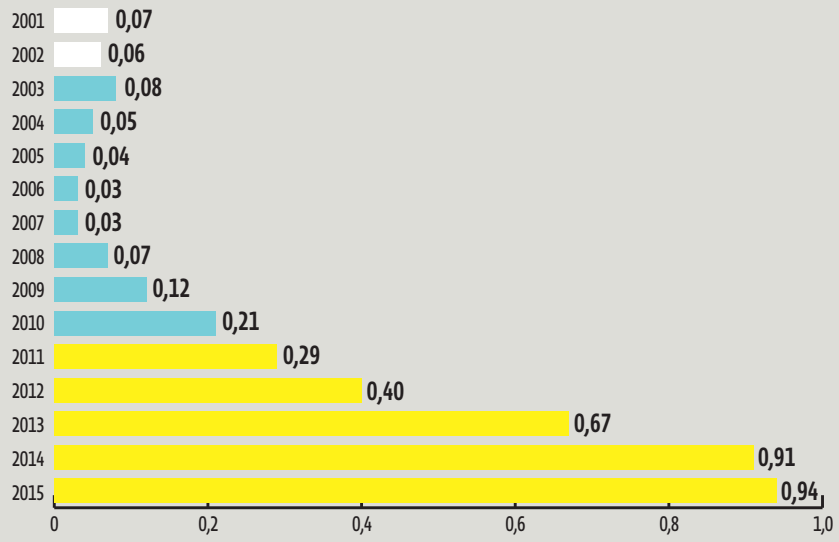
O desemprego vinha numa curva decrescente até atingir seu menor nível histórico em 2014, com 4,8%. No entanto, a taxa voltou a crescer em 2015 e atingiu 10,9% em março de 2016.



Fonte: *Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

RITMO DAS PEDALADAS (EM % DO PIB)

O uso de dinheiro dos bancos públicos para pagamento de programas do governo foi uma prática constante desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas cresceu na administração Dilma Rousseff.



Fonte: *Banco Central*

preço das commodities, o conjunto de mercadorias básicas das quais o Brasil é um grande exportador;

➔ **Decisões macroeconômicas:** os sucessivos tropeços cometidos pela presidente Dilma Rousseff e sua equipe na formulação e na condução da política econômica do país, que provocaram a explosão da dívida pública;

➔ **Problemas estruturais:** os antigos problemas não resolvidos em governos anteriores, que afetam a produtividade das empresas, elevando o chamado Custo Brasil, e pressionam as contas públicas.

CRISE MUNDIAL

Em outubro de 2008, os países mais desenvolvidos entraram em um período de aguda recessão que gerou reflexos em todo o planeta. O estopim da crise foi a quebra do Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, seguido pelo estouro da bolha imobiliária naquele país. Na esteira desses acontecimentos, instituições financeiras norte-americanas e europeias entraram em falência, contaminando a saúde econômica de diversos países.

Surfando na onda dos altos preços das commodities (soja e minério de ferro, principalmente), o Brasil reagiu relativamente bem à crise – classificada na ocasião pelo presidente Lula como uma "marolinha". Do final dos anos 1990 até o início de 2012, o valor dessas matérias-primas no mercado global não parou de crescer, estimulado principalmente pela crescente demanda chinesa. Como um importante exportador de commodities, o Brasil viu sua balança comercial ter sucessivos saldos positivos – o que resultou na entrada de bilhões de dólares no país. Com o aumento do lucro das empresas, a arrecadação pública cresceu e o caixa do governo estava cheio.

Os efeitos prolongados da crise mundial afetaram as exportações e comprometeram a arrecadação

Para combater os efeitos da crise financeira mundial, o modelo econômico adotado por Lula baseou-se na adoção de medidas para estimular o consumo. O governo reduziu as taxas de juros, cortou impostos, concedeu desonerações fiscais a alguns setores da economia, incentivou a liberação de crédito pelos bancos públicos para financiar o desenvolvimento e expandiu o gasto por meio de programas de investimento em infraestrutura. Com tudo isso, a economia não perdeu fôlego, e o país cresceu acima da média mundial nos quatro anos do segundo mandato de Lula (2007 a 2010).

O problema, no entanto, é que a crise econômica global durou além do que os economistas previam. Europa e Estados Unidos demoraram a retomar o crescimento, e a economia chinesa, a única entre as grandes que continuava em evolução, começou a desacelerar. O menor ritmo de expansão da China provocou uma queda brusca no preço das commodities, com reflexos diretos sobre a economia brasileira, altamente dependente da exportação desses produtos.

JUROS E INFLAÇÃO

Para piorar o cenário, a inflação voltava a dar sinais de vida no país – em 2011, o índice fechou em 6,5%, o teto da meta. Em um primeiro momento, para evitar a escalada inflacionária, o Banco Central elevou progressivamente a taxa básica de juros, também conhecida como Selic, até atingir o patamar de 12,5% ao ano em julho de 2011. A elevação dos juros é a principal medida que os governos adotam para controlar a inflação. Ela encarece o valor de todo dinheiro tomado emprestado no país, inibindo o consumo de pessoas e o investimento das empresas – com a queda na demanda, os preços tendem a ficar estáveis ou mesmo a cair, para atrair mais consumidores.

A CRONOLOGIA DA CRISE ECONÔMICA

Confira os principais fatos que explicam a derrocada da economia brasileira

JANEIRO DE 2011
Dilma Rousseff assume a presidência com inflação sob controle, desemprego em baixa, superávit das contas públicas e aumento de 7,5% do PIB em 2010.

SETEMBRO DE 2012
Por meio de uma Medida Provisória, o governo reduz em 20% o preço da energia elétrica. A medida contém a escalada da inflação, mas desorganiza o setor elétrico nacional.

ANO DE 2012
A fim de evitar que a economia perca o fôlego, Dilma intensifica a política de redução de impostos, desoneração fiscal e empréstimos subsidiados a empresas.

ABRIL DE 2013
Para baratear o crédito e fazer a economia girar, o governo reduz gradualmente a taxa oficial de juros (Selic). Em abril, a taxa cai para 7,25% ao ano, o menor índice da história.

DEZEMBRO DE 2013
O crescimento do PIB fica em 2,7% e a inflação encosta nos 6%. O governo é acusado de usar manobras contábeis para camuflar a deterioração das contas públicas e o endividamento.

Numa tentativa de evitar os efeitos negativos da alta dos juros, que podem asfixiar a economia, o governo promoveu em seguida um contínuo afrouxamento monetário, reduzindo gradualmente a taxa Selic. Essa queda nos juros durou até abril de 2013, quando atingiu o nível mais baixo da história, 7,25% ao ano. Para os críticos da política econômica, os juros caíram de maneira artificial e foram mantidos em um patamar excessivamente baixo mesmo com sinais da volta da inflação.

ENERGIA ELÉTRICA E COMBUSTÍVEIS

Além de diminuir os juros, o governo lançou mão de outra medida controversa para tentar manter a inflação sob controle e estimular a atividade econômica: a redução dos preços da energia elétrica. Em setembro de 2012, Dilma anunciou uma redução média de 20% na tarifa de energia. Para que isso fosse possível, ela enviou ao Congresso uma Medida Provisória (MP 597), permitindo que as companhias de energia renovassem seus contratos com o governo sem passar por novas licitações. A condição foi que reduzissem o preço da energia. Ocorre que o custo de produzir e transmitir energia subiu e, em pouco tempo, as concessionárias passaram a ter dificuldades para fechar suas contas. O governo foi obrigado a recuar de sua decisão e autorizou em 2015 um tarifaço, acima de 50%, para recompor o caixa das empresas. Além de não surtir o efeito desejado (o controle inflacionário), a medida desorganizou um setor vital para a economia, e a carga mais pesada foi transferida para o consumidor.

CAIO CORONEL/ITAIPU BINACIONAL

CREPÚSCULO Redução da tarifa de energia segurou a inflação mas desorganizou o setor elétrico

Da mesma maneira que represou os preços da energia elétrica, Dilma agiu para conter os aumentos no custo da gasolina pela Petrobras. Apesar do elevado valor do barril do petróleo no mercado mundial, entre 2011 e 2013, a estatal mantinha o preço do combustível baixo, por meio de subsídios. O resultado foi um rombo nas contas da Petrobras, já altamente endividada. Paralelamente, os desdobramentos da Operação Lava Jato prejudicou os negócios da Petrobras e das gigantes da construção civil, afetando toda uma cadeia produtiva que resultou em um grande impacto na economia.

MAIS GASTOS, MENOS RECEITAS

Outra decisão contestada por críticos do governo foi a manutenção das políticas de indução ao crescimento econômico que começaram a ser adotadas ainda durante o governo Lula.

Se no início da crise mundial essas políticas surtiram efeito, no decorrer dos anos elas mostraram ter prazo de validade. O problema era que, num momento em que a economia dava sinais de arrefecimento, o aumento de gastos, sem a necessária contrapartida da elevação da arrecadação, acabou comprometendo ainda mais o equilíbrio das contas públicas. As desonerações na folha de pagamento das empresas e as reduções de alíquotas de tributos para a indústria,

NOVEMBRO DE 2014
Poucos dias depois da reeleição de Dilma, uma sequência de más notícias na economia: produção industrial em queda, déficit na balança comercial e rombo nas contas.

DEZEMBRO DE 2014
O governo registra o primeiro déficit nas contas públicas em 16 anos e fecha o ano de 2014 com o orçamento no vermelho. O rombo, de R$ 20,4 bilhões, equivale a 0,4% do PIB.

MAIO DE 2015
Congresso aprova medidas de ajuste fiscal elaborado pelo governo que restringe benefícios trabalhistas e previdenciários. O objetivo é reduzir o déficit nas contas públicas.

JUNHO DE 2015
Pelo segundo trimestre consecutivo, o PIB brasileiro sofre contração. O país entra em recessão técnica e terminaria o ano com uma queda acentuada na economia de 3,8%.

OUTUBRO DE 2015
O Tribunal de Contas da União (TCU) rejeita as contas de 2014 alegando que o governo "pedalou". A medida abre as portas para o pedido de impeachment.

DEZEMBRO DE 2015
O descontrole dos gastos do governo causa uma explosão da dívida pública, que atinge R$ 2,79 trilhões (66,2% do PIB). Quando Dilma assumiu, ela estava em 51,3% do PIB.

que começaram tímidas no governo Lula (somaram R$ 43 bilhões entre 2008 e 2010), foram aumentadas em dez vezes na gestão Dilma, sem que conseguissem impulsionar o crescimento.

Na tentativa de induzir o crescimento, o governo também usou os bancos públicos para liberar crédito à população e ao setor privado. Os empréstimos concedidos a grandes grupos empresariais por meio do BNDES somaram R$ 523,8 bilhões entre 2008 e 2015, segundo dados da Secretaria Nacional do Tesouro. O problema é que esse dinheiro é corrigido por uma taxa de juros, a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), inferior à Taxa Básica de Juros (Selic) – em maio deste ano, enquanto a TJLP era de 7,5% ao ano, a Selic, que baliza os juros do mercado, estava em 14,25%. A diferença de custo é bancada pelo Tesouro Nacional (o caixa do governo), que acaba se endividando para subsidiar grupos privados.

Programas de subvenção similares foram adotados pelo Banco do Brasil, responsável pelos financiamentos subsidiados para os setores agrícolas e exportador, e pela Caixa Econômica Federal (CEF), que responde pelo pagamento de benefícios à população (aposentadorias, pensões, abono salarial, seguro-desemprego e Bolsa Família) e pelos financiamentos de programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, que usa recursos emprestados do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para construir moradias para a população de baixa renda.

UESLEI MARCELINO/REUTERS

CORTES Joaquim Levy assumiu o Ministério da Fazenda em 2014 para ajustar as contas públicas

AUMENTO DA DÍVIDA

O resultado do aumento dos gastos do governo foi uma explosão do endividamento do setor público. Com as contas públicas desorganizadas, o país registrou em 2014, pela primeira vez em 16 anos, déficit em seu orçamento. O resultado primário das contas públicas – que é a diferença entre receitas e despesas, excluindo do cálculo o pagamento de juros da dívida – foi negativo e acusou um rombo de R$ 20,4 bilhões (0,4% do PIB). A obtenção de superávits primários é um sinal ao mercado de que o governo tem condições de pagar os juros, evitando que a dívida saia do controle. Quando ocorre déficit, aumenta a desconfiança dos credores quanto à capacidade de o governo honrar seus compromissos, o que leva a um aumento das taxas cobradas para financiar as contas públicas do Estado.

O problema é que o déficit primário continuou crescendo e atingiu R$ 116,7 bilhões (2% do PIB) em 2015. Com as contas desarrumadas, espera-se um novo rombo do orçamento este ano, da ordem de R$ 170,5 bilhões. Com três anos seguidos gastando mais do que arrecada, a dívida pública brasileira – que considera o endividamento da União, dos estados e dos municípios, excluindo o Banco Central e as empresas estatais – não parou de crescer. Em 2011, ela correspondia a 51,3% do PIB e no final do ano passado chegou a 66,2% do PIB. Em termos nominais, atingiu R$ 2,79 trilhões.

A prorrogação das medidas de estímulo à economia piorou a situação das contas públicas

PEDALADAS FISCAIS

Além de aumentar o endividamento público, o governo foi criticado por recorrer, a partir de 2012, a artifícios contábeis para fechar as contas públicas. Entre essas manobras estão as já famosas "pedaladas fiscais", um dos motivos alegados para o pedido de impeachment. Em 2014, ano em que Dilma iria tentar a reeleição, o governo foi acusado de recorrer às pedaladas para camuflar a real situação dos cofres públicos.

A expressão "pedalada fiscal" é usada para designar uma manobra em que o Tesouro atrasa propositalmente o repasse de recursos aos bancos públicos (Banco do Brasil, CEF e BNDES) e pede que eles usem capital próprio para arcar com despesas de responsabilidade do governo, como Bolsa Família, abonos salariais, seguro-desemprego, financiamento da safra agrícola etc. Quando isso acontece, o governo, na prática, está pegando dinheiro emprestado dos bancos oficiais, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, criada em 2000 para impedir que os governantes gastem mais do que arrecadam.

E por que o governo fez isso? Para a oposição, tratou-se de uma tentativa do Planalto de cumprir a meta fiscal, um compromisso anual acertado entre o governo e o Congresso. Ao atrasar repasses aos bancos, o governo apresenta indicadores econômicos melhores do que realmente são, inflando artificialmente o resultado das contas públicas e confundindo economistas e o mercado.

As pedaladas fizeram aumentar o descrédito dos analistas financeiros com o real estado das contas do governo. Essa desconfiança, aliada aos sinais de recessão já presentes na economia e à falta de perspectivas de retomada do crescimento, levaram ao rebaixamento da nota de crédito do Brasil pelas principais agências globais de avaliação de risco. Durante o governo Lula, o país havia atingido pela primeira vez na história o grau de investimento, condição atribuída pelos escritórios de classificação a países e empresas considerados seguros para investir. Com o descarrilamento da economia, o Brasil voltou ao nível especulativo. A agência Standard & Poor's foi a primeira a tirar o selo de bom pagador, em setembro de 2015, no que foi acompanhada pela Fitch e pela Moody's nos meses seguintes.

INDÚSTRIA E ENTRAVES ESTRUTURAIS

Outro efeito da crise – e que também está na sua origem – foi a perda de força do setor industrial. A forte entrada de dólares durante o ciclo de alta das commodities durante o governo Lula provocou uma valorização artificial do real frente ao dólar, levando a um barateamento dos produtos importados. Com isso, o mercado foi inundado por mercadorias estrangeiras, enfraquecendo a indústria nacional. Em 2011, a balança comercial de produtos manufaturados registrou um déficit de US$ 92 bilhões, sendo que cinco anos antes havia tido um superávit de US$ 5 bilhões.

Com a queda do investimento e a perda de competitividade do produto nacional, o processo de desindustrialização intensificou-se durante o governo Rousseff e transformou-se em um dos principais obstáculos para a retomada do crescimento. Em 2015, a produção industrial caiu 8,3%, o maior recuo nos 12 anos da série histórica da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e voltou ao nível de 2009, quando a economia mundial recuperava-se dos efeitos da crise financeira internacional (*veja mais na pág. 116*).

A maioria dos analistas concorda que para superar a grave crise que o país atravessa é preciso não apenas corrigir os rumos da política econômica, mas, também, enfrentar uma série de problemas estruturais que assombram o Brasil desde os anos 1990 e que também têm responsabilidade no desarranjo da economia. Um deles é o chamado Custo Brasil, termo genérico usado para designar a burocracia no mundo dos negócios, o complexo sistema de tributos nacionais, as deficiências em infraestrutura (de transporte, energia, comunicação etc.) e a escassez de mão de obra qualificada. Esses fatores encarecem o investimento no país e reduzem a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional.

AS INTENÇÕES DO GOVERNO INTERINO

Logo após o pleito de 2014, quando foi reeleita para o segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff tentou pôr ordem na economia e estancar o crescimento da dívida pública por meio de um ajuste fiscal. As medidas previam corte de gastos em programas sociais, aumento de impostos, redução nos investimentos e revisão das desonerações fiscais. Sem contar com apoio no Congresso e enfrentando resistências em seu próprio partido, ela teve dificuldades para conseguir aprovar o pacote. O ministro da Economia Joaquim Levy, responsável pelas medidas de austeridade fiscal, ficou menos de um ano no cargo.

Em maio deste ano, depois que o Senado aprovou a abertura do processo de impeachment e Dilma foi temporariamente afastada do cargo, o presidente interino Michel Temer anunciou um pacote de medidas econômicas com o objetivo de tirar o orçamento federal do vermelho. Ele propôs a criação de um teto para aumento das despesas públicas, de forma a limitar a expansão dos gastos totais do governo à inflação do ano anterior, e defendeu o fim das vinculações, que atrelam os investimentos em saúde e educação à expansão da receita.

O governo interino também prometeu enviar ao Congresso projetos com propostas de flexibilização da legislação trabalhista e de mudanças nas regras da Previdência, a maior fonte de déficit da União. Mas essas propostas já enfrentam resistência de sindicalistas e movimentos sociais, que consideram o pacote de medidas ilegítimo por não ter passado pelo crivo das urnas. O antagonismo político que dividiu o Brasil também se reflete na economia e continuará dando o tom nos próximos meses. ☒

RESUMO

Brasil em crise

IMPEACHMENT No dia 12 de maio de 2016, o Senado decidiu, por 55 votos a favor e 22 contra, abrir o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT). Com a decisão, ela foi afastada temporariamente do cargo até a conclusão do julgamento, previsto para ocorrer em agosto. Em seu lugar, assumiu interinamente o vice-presidente, Michel Temer (PMDB).

CRIME DE RESPONSABILIDADE A admissibilidade do processo de impeachment contra Dilma teve como base jurídica a acusação de crimes de responsabilidade envolvendo as chamadas pedaladas fiscais e os créditos não autorizados.

CRISE POLÍTICA A perda de apoio do governo no Parlamento foi determinante para a aceitação do processo de impeachment pelos congressistas. A crise política foi agravada pelas investigações da Operação Lava Jato, que desvendaram um grande esquema de corrupção envolvendo diretores da Petrobras, empreiteiros e políticos – boa parte deles ligados ao governo.

RUPTURA COM O PMDB A inabilidade política de Dilma para negociar apoios no Congresso também contribuiu para sua destituição. A presidente iniciou o segundo mandato com uma base de apoio expressiva no Parlamento, mas ela se degradou rapidamente. Os seguidos atritos com o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e com o vice-presidente Michel Temer, ambos do PMDB, acabaram por provocar o rompimento do partido com o governo, anunciado dias antes da votação do impeachment na Câmara.

PROBLEMAS NA ECONOMIA Outro fator decisivo para o afastamento da presidente foi a deterioração da economia. Com os gastos públicos descontrolados, o Planalto precisou recorrer a manobras contábeis para camuflar a má situação dos cofres da União. As contas passaram a fechar no vermelho, causando uma explosão da dívida pública, que atingiu 66,2% do Produto Interno Bruto em 2015. A alta da inflação e do desemprego corroeu a popularidade da presidente.

O GRITO DOS ESTUDANTES

Por melhorias no ensino, secundaristas de São Paulo protestam, ocupam escolas e inspiram manifestações semelhantes pelo país afora

Por **Lisandra Matias**

PAUTA EXTENSA Estudantes protestam em São Paulo (SP), em maio de 2016, contra a precarização da educação

CRIS FAGA/NURPHOTO

TABA BENEDICTO/ NURPHOTO

PROTESTO Secundaristas ocupam a escola Fernão Dias Paes, em São Paulo, em novembro de 2015

"A escola é nossa!! Ocupamos ela", dizia a faixa estendida na entrada da Escola Estadual Diadema, na Grande São Paulo, que foi tomada por um grupo de 20 alunos secundaristas na noite da segunda-feira, 9 de novembro de 2015. Eles protestavam contra a reorganização da rede estadual paulista e o fechamento de escolas, anunciado cerca de um mês antes pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Tornaram-se pioneiros de um movimento que se estendeu por outras 200 escolas de São Paulo, levou a protestos de rua e inspirou manifestações semelhantes por melhorias no ensino público em pelo menos outros oito estados do país. Em comum, a apropriação do espaço escolar, o uso da internet e das redes sociais para articular o movimento e a ausência de uma liderança centralizada ou de vínculos formais com partidos políticos e entidades estudantis.

Proposta de reestruturação

Em São Paulo, o projeto apresentado pela Secretaria Estadual de Educação previa uma nova forma de organização das escolas, de modo que cada unidade passasse a oferecer apenas um ciclo da Educação Básica a partir de 2016 – Ensino Fundamental I (que vai do 1º ao 5º ano); Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano); ou Ensino Médio. A mudança afetaria cerca de 750 colégios, dos quais 92 seriam fechados, e 331 mil alunos, que precisariam ser transferidos.

De acordo com o governo, um dos motivos que levou à ideia da reformulação seria a diminuição do número de matrículas na Educação Básica, que teria caído de 5,6 milhões para 3,8 milhões nos últimos 15 anos. Desta maneira, ainda segundo o governo, a reorganização traria benefícios, pois permitiria uma melhor gestão, com a redução das vagas ociosas; liberaria espaço para ampliar o ensino em tempo integral; e ajudaria a adequar as unidades às necessidades específicas de cada faixa etária. A secretaria estadual também citava um estudo indicando que as escolas de ciclo único tinham melhor desempenho em avaliações pedagógicas.

Reações e resultados

Estudantes, professores e gestores, no entanto, reclamaram da falta de diálogo e de transparência para a tomada de decisão. Afirmaram que o vínculo dos alunos com a escola tinha sido desprezado e criticaram o que chamaram de simples redução de custos.

Pesquisadores e pedagogos que se posicionaram contra a reorganização também questionam a relação entre escolas de apenas um ciclo e melhor aprendizado. Segundo eles, a educação possui muitas variáveis que não devem ser ignoradas, como o nível socioeconômico dos estudantes e de suas famílias e a qualificação dos professores das escolas em questão. Além disso, dizem que no ensino público do país há uma quantidade de alunos em sala de aula maior do que deveria e que essa seria uma oportunidade de resolver essa questão.

Com as ocupações e as várias críticas recebidas – o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo chegaram a entrar na Justiça com uma ação civil pública contra a mudança –, o governador Geraldo Alckmin recuou e anunciou a suspensão da reorganização, em dezembro de 2015. Afirmou que o ano de 2016 seria dedicado ao debate sobre a proposta de reformulação. O então secretário estadual de educação, Herman Voorwald, renunciou ao cargo na mesma época. Os alunos, no entanto, mantiveram as ocupações até meados de janeiro de 2016, argumentando que ficariam até a revogação oficial do plano.

O movimento se espalha

Antes mesmo de as ocupações das escolas paulistas terminarem, o exemplo de São Paulo já estava produzindo seguidores em vários estados brasileiros, como Espírito Santo. Em Goiás, secundaristas ocuparam 28 escolas no final de 2015 para protestar, entre outras coisas, contra o repasse da administração de algumas instituições para as chamadas Organizações Sociais, entidades privadas sem fins lucrativos. Em janeiro de 2016 foi a vez de Minas Gerais e, em março, Rio de Janeiro (80 escolas), seguido por Ceará (mais de 50 escolas) e Rio Grande do Sul (mais de 150 escolas). Nestes três últimos estados, os estudantes também apoiavam as greves dos professores estaduais. Em maio, escolas do Paraná e Mato Grosso registraram ocupações. De modo geral, os estudantes reivindicavam melhorias na infraestrutura das escolas, além de maior participação nas decisões.

Máfia da merenda

Paralelamente às ocupações Brasil afora, os estudantes secundaristas de São Paulo, desta vez os alunos das escolas técnicas estaduais (Etecs), voltaram a se mobilizar. Eles protestavam contra

TABA BENEDICTO/FOLHAPRESS

POR UMA CPI Em maio de 2016, estudantes invadem a Assembleia Legislativa de São Paulo

o corte no investimento das Etecs, o baixo salário dos professores e a falta de qualidade da merenda – em algumas escolas, os alunos recebem apenas a comida seca (bolachas, barra de cereal e bebida láctea) e, em outras, não há o fornecimento de nenhum alimento.

Entre o fim de abril e meados de maio de 2016, houve manifestações nas ruas e a ocupação de cerca de 15 Etecs, além da sede do Centro Paula Souza, autarquia responsável pela administração das escolas técnicas. Os estudantes também invadiram a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para pressionar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a chamada máfia da merenda – um esquema de desvio de recursos públicos e superfaturamento na compra de alimentos para as escolas do Estado, envolvendo parlamentares, o governo de São Paulo e prefeituras do interior paulista.

Uma questão muito discutida e noticiada foi a truculência e a violência da Polícia Militar contra os manifestantes. A polícia e a administração do Centro Paula Souza, por sua vez, acusam os estudantes de terem depredado instalações físicas do local e furtado equipamentos.

O legado das ocupações

A organização dos estudantes e a articulação entre eles foram fatores que contribuíram para a expansão do movimento. Nas escolas ocupadas, os alunos dividiram as tarefas, como programação cultural, cozinha e limpeza. Conquistaram o apoio de artistas, entidades e movimentos sociais. Tudo isso contribuiu para dar maior visibilidade ao movimento, que ganhou repercussão internacional. As ocupações paulistas foram tema de um artigo do jornal norte-americano *The New York Times* e ganharam a solidariedade de uma escola ocupada em Roma.

Um aspecto importante trazido pelas ocupações nas escolas foi a experiência que os estudantes tiveram – e que foi acompanhada pela população, em geral – de que a mobilização política e a ação organizada podem produzir resultados positivos. Exemplos disso foram a instalação da CPI da Merenda em São Paulo, em maio de 2016, e o anúncio de que os estudantes das Etecs paulistas de período integral vão contar com refeição (marmita) a partir do segundo semestre de 2016.

Desafios a enfrentar

Em uma das desocupações, os estudantes afirmaram que a luta não tinha acabado e que a batalha agora era por uma educação de qualidade. Embora o Brasil tenha avançado bastante nos últimos anos na inclusão de crianças e jovens no sistema educacional e na implantação de avaliações oficiais, os desafios ainda são muitos. Baixo desempenho, altos índices de evasão, infraestrutura precária e a formação insuficiente dos professores são alguns dos principais problemas. Para enfrentar essas questões, o atual Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece 20 metas que devem ser atingidas até 2024.

PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Do surgimento das primeiras manifestações aos dias de hoje, passando pelo regime militar, quando teve forte atuação, alguns dos principais momentos do movimento estudantil no Brasil:

1901 – No início do século XX, o crescimento da industrialização e das cidades propicia a criação da primeira entidade, a Federação dos Estudantes Brasileiros.

1937 – Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Anos depois, eclode a II Guerra Mundial (1939-1945), e os jovens pressionam o governo Vargas a se posicionar contra o nazi-fascismo.

1948 – Surge a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Anos 1950 – UNE participa da campanha O Petróleo É Nosso, em defesa do monopólio nacional.

1961 – Estudantes integram a chamada Campanha da Legalidade, pedindo a posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros.

1964 – Com o Golpe Militar, a sede da UNE é incendiada e a entidade é colocada na ilegalidade. Durante a ditadura, estudantes são reprimidos, perseguidos, torturados e executados.

1968 – Estudantes participam da Passeata dos Cem Mil, considerada a mais importante manifestação de resistência ao regime militar.

1973 – O aluno de Geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme é preso e assassinado pelos militares. A missa em sua memória, que reúne milhares de pessoas, é considerada a primeira grande manifestação após o AI-5, que instaura a fase mais dura da repressão.

1979 – O 31º Congresso de reconstrução da UNE marca o fim de 15 anos de ilegalidade da entidade.

1984 – Por eleições diretas para presidente, os estudantes se envolvem na Campanha das Diretas Já.

1992 – Movimento dos caras-pintadas: com o rosto pintado de verde e amarelo, estudantes se mobilizam pelo impeachment do presidente Fernando Collor, envolvido em escândalos de corrupção.

2013 – Nas chamadas Jornadas de Junho, os estudantes têm participação ativa nos protestos populares que levaram mais de 1 milhão de pessoas às ruas do Brasil, com múltiplas reivindicações.

O Brasil avançou em inclusão e em sistemas de avaliação, mas os problemas a resolver ainda são muitos

Confira, a seguir, as principais questões que afetam a educação no país, em cada nível de ensino – do básico, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ao superior.

Educação Infantil

Considerada uma etapa fundamental para o desenvolvimento da criança, a Educação Infantil compreende o ensino oferecido nas pré-escolas (4 e 5 anos de idade) e o atendimento nas creches (até os 3 anos de idade). Quase 90% das crianças de 4 e 5 anos estavam na escola em 2014. Em relação à faixa etária de 0 a 3 anos, a meta do PNE é ter 50% das crianças atendidas em 2024 – em 2014, eram pouco menos de 30%.

Ampliar o número de vagas é apenas um dos desafios. Readequar as faixas etárias nos grupos que misturam alunos de diferentes idades, garantir o atendimento em período integral nas creches e investir na formação dos profissionais constituem outras necessidades.

Ensino Fundamental

Os últimos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que considera desempenho escolar e aprovação, confirmam a persistência de uma triste realidade: boa parte dos alunos do Ensino Fundamental não aprende o que seria esperado para a série em que estão. A lacuna é maior em matemática (apenas 42,9% dos alunos do 3º ano, por exemplo, tinham aprendizagem adequada), mas também é importante em leitura (77,8%) e em escrita (65,5%).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, esse problema ainda se agrava frente à exigência de conteúdos cada vez mais complexos e um número maior de disciplinas. A falta de um currículo mais conectado com a realidade do adolescente e a infraestrutura precária das escolas também contribuem para a dificuldade e o desinteresse.

MAÍRA COELHO/AGÊNCIA O DIA/AE

AUTONOMIA Alunos em colégio ocupado na Ilha do Governador, no Rio, em abril de 2016

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Três questões que atingem o sistema de ensino nas suas diferentes etapas

INFRAESTRUTURA E ACESSO A EQUIPAMENTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Escolas públicas que dispõem do recurso (em 2014, em %)

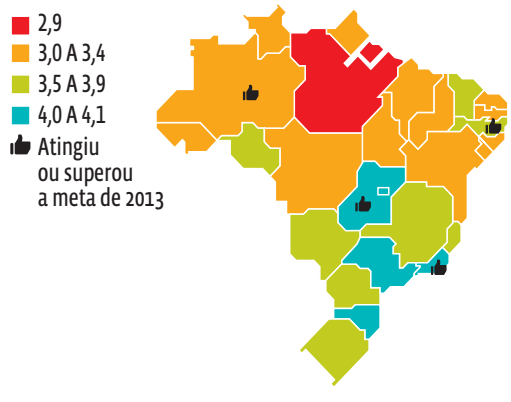
	Biblioteca ou sala de leitura	Acesso à internet	Laboratório de informática	Quadra de esportes
Brasil	**45,0**	**50,3**	**51,1**	**33,6**
Norte	25,3	23,8	27,2	14,8
Nordeste	28,1	32,5	37,6	13,7
Sudeste	70,3	77,5	72,0	61,7
Sul	77,1	85,0	80,7	67,7
Centro-Oeste	62,4	82,5	79,4	54,7

DIFERENÇAS REGIONAIS *Apenas um terço das escolas de Ensino Fundamental do país têm quadras esportivas. A situação é mais grave no Nordeste, onde esse índice é de 13,7%. Escolas do Nordeste e do Norte são as que possuem menos recursos. Em contrapartida, a Região Sul apresenta as melhores condições.*

Fonte: *Censo Escolar da Educação Básica 2014, MEC/Inep*

QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

Desempenho de cada estado no Ideb 2013

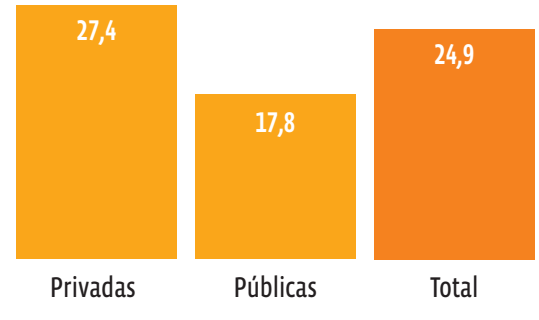


LONGE DA META *O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que considera aprovação escolar e desempenho em avaliações oficiais, varia numa escala de 0 a 10. O MEC estabelece metas para os estados e, em 2013, apenas 4 das 27 unidades da federação atingiram o objetivo.*

Fonte: *MEC/Inep*

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Taxa por rede de ensino, na educação presencial (em 2013, em %)



REDE PRIVADA LIDERA *A taxa de evasão é bem mais alta nas instituições privadas do que nas públicas. Entre as razões apontadas para o abandono escolar estão a baixa qualidade do ensino, a dificuldade em acompanhar as aulas e, em menor escala, as questões financeiras.*

Fonte: *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015, Semesp.*

Ensino Médio

É considerado o grande gargalo da educação brasileira – apenas metade dos alunos que ingressam no Ensino Médio conclui o curso. As razões são muitas, entre elas a necessidade de trabalhar e a gravidez precoce. Mas as principais são da própria organização do ensino, como os conteúdos extensos e em descompasso com as necessidades e os interesses dos estudantes, as deficiências pedagógicas trazidas dos anos anteriores, os métodos pedagógicos ultrapassados e a má formação dos professores.

Assim, jovens pouco estimulados pelos estudos, muitas vezes em situação de atraso escolar e para quem o Ensino Superior é apenas uma possibilidade remota, tendem a abandonar a escola. Entre os que conseguem se formar, o desempenho é fraco. Essa etapa apresenta os piores resultados entre os ciclos avaliados pelo MEC. Um estudo da organização Todos Pela Educação aponta que apenas 9,3% dos alunos do último ano do Ensino Médio aprenderam o conteúdo considerado adequado em matemática, em 2013. E o índice vem piorando – em 2011, eram 10,3% e, em 2009, 11%

O Ensino Médio técnico (profissionalizante), que em vários países apresenta-se como uma alternativa à preparação para o Ensino Superior, ainda engatinha no Brasil, apesar do crescimento nos últimos anos, impulsionado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ensino Superior

Os avanços na Educação Superior foram muitos nos últimos anos. A expansão das universidades federais e da oferta de bolsas e financiamentos públicos nas universidades privadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), permitiram que o número de universitários aumentasse de 4,2 milhões em 2004 para 7,8 milhões em 2014. Paralelamente, cresceu a quantidade de cursos. Os desafios são garantir um ensino de qualidade em meio ao crescimento da oferta e conter a evasão.

Outra grande trava para a qualidade da Educação Superior é sua porta de entrada, ou seja, o Ensino Médio. Sem resolver os problemas da formação dos alunos nesse nível de ensino, dificilmente haverá uma boa formação superior.

Mesmo com a expansão, a participação de alunos de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior (idade considerada adequada para cursar esse nível de ensino) é de apenas 17,7% dos jovens brasileiros nessa faixa etária. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece uma meta de 33% para 2024, a qual, segundo os especialistas, dificilmente será alcançada. Parte disso deve-se ao insuficiente fluxo de chegada de estudantes do próprio Ensino Médio.☒

PARA IR ALÉM O documentário *Acabou a Paz, Isto Aqui Vai Virar o Chile!* (2016, de Carlos Pronzato) acompanhou as ocupações em São Paulo. O filme está disponível no youtube.com.

SAIU NA IMPRENSA

"SAÍMOS COM OUTRA CABEÇA", DIZEM ALUNOS (...)

Por Hugo Araújo

"Todo mundo que está saindo da ocupação, sai com uma cabeça diferente". É o que afirma Alice Magalhães, 17, da E. E. Fernão Dias, localizada em Pinheiros, que virou símbolo das ocupações na capital paulista e será desocupada hoje. (...)

Marcela Nogueira, 18, conta que agora a ideia é articular as pautas entre os secundaristas, buscando a melhoria da educação como um todo. "Nós precisamos de um grêmio estudantil, reformas nas escolas e queremos aula pública aos finais de semana. A comunidade deve ter acesso à escola", afirma.

As estudantes se orgulham de apresentar a série de melhorias que a ocupação propiciou à escola. Cozinhas, salas de aula, banheiros e biblioteca estão limpos e organizados. (...) Sobre o futuro do movimento, Marcela afirma que a pergunta fundamental agora é "qual a escola que nós queremos?". (...)

Universo Online, 4/1/2016

RESUMO

Educação

OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS Frente ao anúncio do governo de São Paulo de promover uma reestruturação na rede estadual de educação – que implicaria no fechamento de mais de 90 escolas e na transferência de 331 mil alunos – estudantes secundaristas iniciaram protestos que culminaram na ocupação de 200 escolas, entre novembro de 2015 e janeiro de 2016. A mobilização inspirou manifestações parecidas em, pelo menos, oito estados brasileiros. Além de melhorias no ensino, a pauta continha reivindicações variadas, como maior participação nas decisões das escolas.

CARACTERÍSTICAS A organização no estabelecimento de uma rotina nos colégios ocupados e a articulação entre os alunos, sobretudo por meio da internet e das redes sociais, contribuíram para a expansão do movimento, que ganhou o apoio de artistas e de movimentos sociais. Reivindicações foram atendidas, como a suspensão da reestruturação em São Paulo. A ausência de uma liderança centralizada e de vínculos formais com partidos políticos e com entidades estudantis também deram o tom das ocupações.

QUALIDADE DO ENSINO As manifestações dos estudantes chamaram a atenção para os grandes entraves da educação brasileira: a infraestrutura precária das escolas públicas (que compromete as condições de ensino), as deficiências na formação dos professores e os currículos, desconectados da realidade do aluno. Esses fatores contribuem para as dificuldades de aprendizagem que levam ao mau desempenho e à evasão escolar.

DESAFIOS No Ensino Fundamental, boa parte dos alunos não aprende o que seria esperado para a sua série. O Ensino Médio constitui o grande obstáculo da educação no país: apenas metade dos alunos que ingressam consegue se formar. Como resultado, os estudantes de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior somam apenas 17,7% dos jovens brasileiros nessa faixa etária – o Plano Nacional de Educação estabelece uma meta de 33% para 2024, o que dificilmente será cumprido.

GABRIEL FAGUNDES/FRAME/ESTADÃO CONTEÚDO

A ESTAGNAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O governo federal reduz o ritmo de assentamento de famílias no campo, e os conflitos por terra aumentam

O ano de 2015 foi marcado por um triste recorde: o país registrou o maior número de mortes no campo em 12 anos – foram 47, resultantes de mais de 771 conflitos entre trabalhadores rurais, policiais e milícias privadas de proprietários rurais. O quadro é preocupante, ainda mais se levarmos em conta a frequência dessas estatísticas. Nos últimos cinco anos, ocorreram mais de 4 mil conflitos, que resultaram em mais de 200 mortes. Segundo a organização não governamental Global Witness, entre 2012 e 2014 o Brasil ocupou o topo do ranking de violência no campo, à frente da Colômbia, das Filipinas e Honduras.

O aumento no número de mortos e de conflitos por disputa de terras em 2015 coincide com a estagnação da reforma agrária no governo de Dilma Rousseff. Entre 2011 e 2015, ela assentou apenas 110 mil famílias. Para efeito de comparação, Lula assentou 136,4 mil famílias apenas em 2006. E Fernando Henrique Cardoso, 101 mil em 1998 (*veja o gráfico na pág. ao lado*).

O governo Dilma argumentou que a prioridade, desde 2011, era melhorar a qualidade dos assentamentos já existentes, com programas de fomento à agricultura e programas de saneamento básico e de extensão do programa habitacional Minha Casa Minha Vida a essas populações. Em 2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável por conduzir a reforma agrária, afirmou que a ênfase estava em resolver questões judiciais para liberação de áreas que podem ser desapropriadas. As justificativas não convenceram os movimentos sociais, que acusaram o governo de fazer o jogo do agronegócio em detrimento da necessidade das populações mais carentes.

MARCHA VERMELHA
Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra protestam em Salvador (BA)

Em abril de 2016, às vésperas da votação de seu afastamento no Senado, Dilma anunciou a desapropriação de 21 áreas em 13 estados. No entanto, cinco dias após o anúncio, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Incra suspendesse a concessão de novos benefícios da reforma agrária, por encontrar indícios de irregularidades nos processos de 578 mil beneficiários (*veja em Saiu na imprensa, na pág. 101*).

Estrutura fundiária

O combustível da violência no campo vem da concentração de terras em mãos de poucos proprietários, uma realidade que perdura há séculos no Brasil. Do total de 520 milhões de hectares de solo aproveitável para a agropecuária, quase metade é ocupada por latifúndios, que representam pouco mais de 2% dos imóveis rurais do país (um hectare equivale a 10 mil metros quadrados, mais ou menos a medida de um campo de futebol). De outro lado, minifúndios e pequenas propriedades, que equivalem a mais de 90% dos imóveis, correspondem a menos de um terço da área total (*veja gráfico ao lado*).

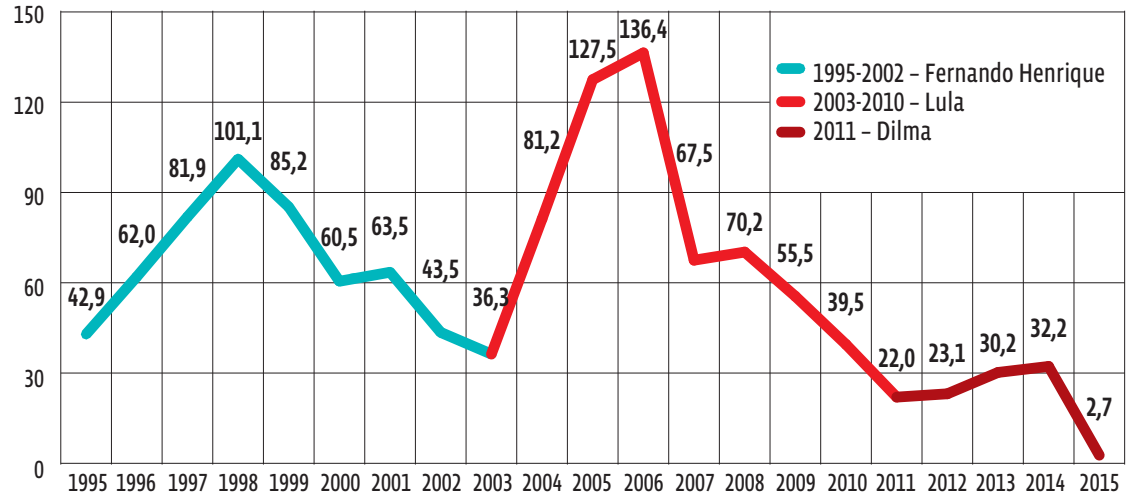
A distribuição das propriedades agrárias e seu tamanho definem o que se chama estrutura fundiária. As propriedades são classificadas em quatro categorias:

- **Minifúndios**, propriedades com até dez hectares;
- **Pequenas propriedades**, com área entre dez e cem hectares;
- **Médias propriedades**, com área de cem a mil hectares;
- **Grandes propriedades** ou latifúndios, com área acima de mil hectares.

A estrutura fundiária brasileira, de altíssima concentração de terras, é herança do Brasil Colônia, quando o território do país foi dividido pela Coroa portuguesa em capitanias hereditárias e sesmarias, grandes glebas destinadas a poucos eleitos. Com a instauração da República, um ano depois da abolição da escravatura, as terras permaneceram nas mãos de grandes proprietários. Nascia aí a figura dos coronéis, que mantinham grande poder político e influência baseados em suas extensas propriedades rurais. Foi apenas na segunda metade do século XX que a preocupação com a concentração de terras entrou para a pauta política brasileira, muito devido à mobilização de movimentos sociais voltados para a redistribuição de terras.

CAI O RITMO DOS ASSENTAMENTOS

Número de famílias assentadas (em milhares), por ano e governo

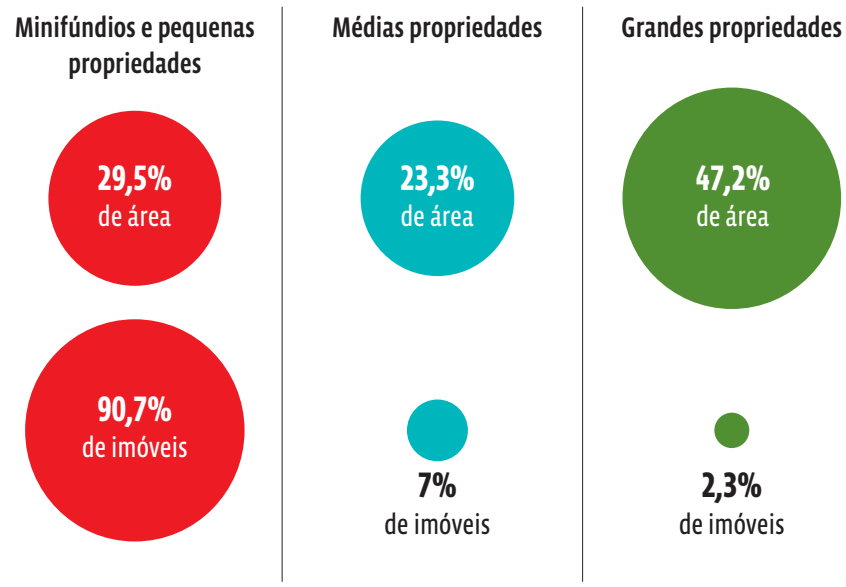


GANGORRA *Veja que, tanto no governo de Fernando Henrique quanto no de Lula, o ritmo de assentamentos cresce no primeiro mandato (de quatro anos), para cair no segundo. No governo de Dilma, os números baixos refletem os cortes orçamentários feitos pelo governo federal em todas as áreas, inclusive no Ministério do Desenvolvimento Agrário.*

Fonte: *Incra*

ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL (2014)

Porcentagem de número de imóveis e área total das propriedades *

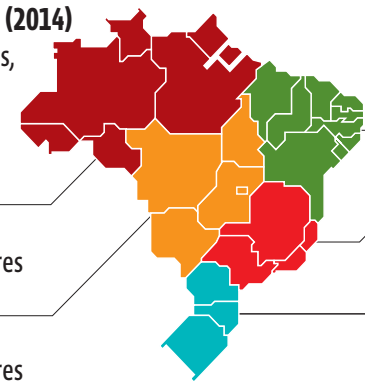


DESPROPORÇÃO
A área ocupada pelas grandes propriedades, que correspondem a pouco mais de 2% do total de imóveis rurais, representa quase metade de toda a área rural. Já os minifúndios e pequenas propriedades, que representam quase 91% do total de imóveis, ainda ocupam a menor fração da área total de terras aráveis do país, menos de 30%.

** Consideradas apenas propriedades privadas*

CONCENTRAÇÃO DE LATIFÚNDIOS (2014)

Número e área de grandes propriedades, por região



NORTE
Imóveis: 20,5 mil
Área: 63,4 milhões de hectares

CENTRO-OESTE
Imóveis: 39,7 mil
Área: 99,6 milhões de hectares

NORDESTE
Imóveis: 19,6 mil
Área: 40 milhões de hectares

SUDESTE
Imóveis: 28,4 mil
Área: 25,3 milhões de hectares

SUL
Imóveis: 22 mil
Área: 16,5 milhões de hectares

Fonte: *Incra*

Um dos pilares da reforma agrária é a desapropriação de grandes terras improdutivas

Hoje, os latifúndios pertencem a grandes empresas, que constituem a agroindústria, ou agronegócio. São ocupados, no geral, por monoculturas de produtos destinados à exportação e à indústria. Com alto grau de mecanização e tecnologia, os latifúndios dependem cada vez menos de mão de obra – ou seja, geram pouco trabalho. É a agroindústria que garante a posição de liderança do país na exportação de commodities agrícolas empregadas como alimento ou matéria-prima, como soja, cana-de-açúcar e café. Já as pequenas propriedades destinam-se à agricultura familiar ou coletiva, em cooperativas; empregam pouca tecnologia no cultivo de produtos voltados basicamente para o mercado interno e a subsistência.

Reforma agrária

A reestruturação da organização fundiária é o que se chama reforma agrária – a definição de regras para a posse da terra que atendam ao princípio constitucional de que a terra deve cumprir uma função social. Isso significa dizer que o solo fértil deve gerar trabalho e renda, ou ser mantido como reserva ambiental. Grandes propriedades improdutivas devem ser desapropriadas e divididas em propriedades menores, distribuídas para famílias sem terra cultivá-las. É uma política de Estado – ou seja, que deve ser regularmente implementada, independentemente de quem assume o governo.

A reforma baseia-se em três pilares: desapropriação de terras improdutivas, assentamento de famílias de sem-terra e apoio ao pequeno agricultor, por meio de crédito para instalações e equipamentos, financiamento das safras (compra de sementes, adubos e defensivos agrícolas) e extensão rural (orientação técnica sobre métodos de criação e cultura e noções de comercialização). Para ser efetiva, a reforma exige, ainda, que o governo leve infraestrutura ao campo, como estradas, saneamento básico e eletricidade para as casas e equipamentos de beneficiamento.

Diversos países do mundo passaram por reformas agrárias, em diferentes épocas e seguindo diferentes orientações políticas e ideológicas. Na Roma do século II a.C., o tribuno Caio Graco ordenou a distribuição de terras entre pequenos agricultores. Ao final do século XVIII, a Revolução Francesa, que aboliu a servidão rural, levou a uma explosão de conflitos envolvendo as relações de trabalho no campo.

No século XX, alguns dos exemplos mais emblemáticos são o México, que, nos anos 1930, realizou uma das maiores reformas da história, ao assentar 3 milhões de lavradores em 70 milhões de hectares, e, ao final da II Guerra Mundial, o Japão, que promoveu o uso da terra por pequenos proprietários, como forma de fazer da agricultura um motor de desenvolvimento econômico.

Questão agrária no Brasil

No Brasil, as primeiras grandes mobilizações a favor da reforma agrária surgiram na década de 1950, com as Ligas Camponesas. Na década seguinte, ao mesmo tempo que reprimia as ligas, o governo do regime militar criou, em 1964, o Estatuto da Terra, que define os direitos e deveres de proprietários rurais e disciplina a ocupação, o uso e as relações fundiárias no país.

JORGE ARAÚJO/FOLHAPRESS

MORTES NO CAMPO
Bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) cobrem caixões dos mortos no massacre do Pará

O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS COMPLETA 20 ANOS

Há 20 anos, em 1996, ocorreu um dos maiores massacres relacionados a conflitos por terra: 19 sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará na região de Eldorado dos Carajás (PA) e muitos outros, mutilados. Até hoje, os camponeses acusam a polícia de levar do local diversos corpos, que jamais foram encontrados. O desenlace judicial sobre os militares participantes da carnificina mostra a impunidade que impera no campo. Do total de 154 policiais denunciados por assassinato pelo Ministério Público, até hoje apenas dois foram condenados por homicídio doloso (aquele no qual o assassino tem a intenção de matar). E até hoje o Pará é palco da maior parte de conflitos por terra no país. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 2015 o estado foi o terceiro em número de episódios de violência e o segundo em assassinatos.

O estatuto estabelece as bases para uma reforma agrária e prevê o assentamento de famílias em três tipos de área:

- **terras públicas**, da União e de governos estaduais;
- **fazendas improdutivas**, que são propriedades privadas desapropriadas com indenização aos donos;
- **terras públicas "griladas"**, ou seja, ocupadas por grileiros, que reivindicam a posse por meio de falsificação de documentos oficiais.

O primeiro programa de reforma agrária foi estabelecido por decreto presidencial em 1966, mas não saiu do papel. Em 1970 é criado o **Incra**, até hoje responsável por executar o plano. Mas as ações do Incra àquela época visavam menos a redistribuir terras do que promover a colonização da Amazônia por famílias e empresas.

Ainda durante a ditadura militar, surgem organizações civis de luta pela reforma. Em 1975, a Igreja Católica funda a Pastoral da Terra (hoje Comissão Pastoral da Terra), para atuar entre os trabalhadores rurais. O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** surge nos anos 1980, e se transforma na principal organização de mobilização de lavradores pelo assentamento no campo. A principal forma de atuação do MST é a ocupação de terras, principalmente aquelas consideradas improdutivas, de modo a pressionar o governo a desapropriá-las.

Em resposta ao MST, os grandes proprietários de terra criam, em 1985, a **União Democrática Ruralista (UDR)**, para defender seus interesses. Atualmente, os grandes proprietários rurais compõem uma frente parlamentar no Congresso Nacional para defender seus interesses – a chamada **bancada ruralista**, que se tornou o principal instrumento político do grupo. Os grandes proprietários defendem medidas como financiamento rural mais barato e menos entraves ambientais para a ampliação de áreas de cultivo e criação, como forma de garantir a produtividade e, com isso, manter os produtos agrícolas como líderes na pauta de exportações brasileira.

A eliminação das desigualdades, que expulsa do campo e deixa na pobreza milhares de famílias, depende da implementação de uma reforma agrária consistente e efetiva. Mas para promovê-la é preciso alterar a estrutura de poder político e econômico. Daí a persistente oposição entre os grandes proprietários rurais, que se beneficiam do atual sistema, e os movimentos sociais, que pressionam por mudanças. ☒

SAIU NA IMPRENSA

TCU PARALISA REFORMA AGRÁRIA NO PAÍS APÓS IDENTIFICAR 578 MIL BENEFICIÁRIOS IRREGULARES

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a paralisação imediata do programa de reforma agrária do Incra em todo o país. (...) A medida cautelar emitida pelo tribunal decorre de uma auditoria que identificou mais de 578 mil beneficiários irregulares do programa do governo federal. São dezenas de problemas de extrema gravidade identificados pela corte de contas, entre eles a relação de 1.017 políticos que, criminosamente, receberam lotes do programa. (...)

A auditoria revela centenas de casos grotescos, como a concessão de lotes para pessoas de alto poder aquisitivo, donas de veículos de luxo como Porsche, Land Rover ou Volvo. Há 37 mil pessoas falecidas cadastradas como beneficiárias do programa. As irregularidades atingem praticamente 30% de toda a base de beneficiários do programa, que é da ordem de 1,5 milhão de famílias. (...)

O Estado de S. Paulo, 6/4/2016

RESUMO

Questão agrária

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS No Brasil, as grandes propriedades, que representam cerca de 2% do total de imóveis rurais, ocupam quase 50% da área própria para agropecuária. Minifúndios e pequenas propriedades, que correspondem a quase 91% dos imóveis, ficam com cerca de um terço. A origem da concentração fundiária nas mãos de poucos está no sistema de distribuição de grandes terras a poucos privilegiados, pela Coroa portuguesa, ainda no Brasil Colônia.

REFORMA AGRÁRIA É uma política de Estado de redistribuição de terras para agricultura e pecuária segundo o princípio de que a terra deve cumprir um papel social – gerar renda e trabalho, ou permanecer como reserva ambiental. A reforma envolve a desapropriação de terras improdutivas, o assentamento de famílias de sem-terra e suporte a elas, na forma de crédito rural, financiamento das safras, extensão rural e infraestrutura públicas. No Brasil, a reforma é implementada pelo Incra, criado em 1970.

RITMO DA REFORMA O número de desapropriações e assentamentos caiu drasticamente no governo de Dilma Rousseff, depois de grande crescimento nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Entre 2011 e 2015, Dilma assentou apenas 110 mil famílias – menos do que os assentamentos de Lula apenas em 2006. Em 2015, Dilma não realizou nenhuma desapropriação e assentou menos de 3 mil famílias.

MST E RURALISTAS O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado nos anos 1980, é a principal entidade de luta pela reforma agrária. Acompanhado da Comissão Pastoral da Terra, os sem-terra enfrentam a oposição dos grandes proprietários, representados pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

VIOLÊNCIA NO CAMPO As centenas de conflitos por disputa de terra que ocorrem a cada ano deixam dezenas de mortos. O Brasil é listado como líder no ranking de violência no campo. Em 2015, o número de mortos foi o maior em 12 anos.

EVARISTO SA/AFP

SOB PRESSÃO Índios em frente ao Congresso Nacional contra alterações na política de demarcação de terras indígenas, em dezembro de 2015

A LUTA INDÍGENA PELA MANUTENÇÃO DE DIREITOS

A lentidão no processo de regularização de terras, os conflitos com ruralistas e a ameaça da PEC 215 pressionam os índios

Por **Sheyla Miranda**

Na iminência da aprovação da abertura do processo de impeachment pelo Senado, a presidente Dilma Rousseff acelerou os processos de demarcação de territórios indígenas. Entre o início de abril e o dia do seu afastamento, em 12 de maio, 15 terras indígenas foram declaradas e homologadas no Brasil.

Apesar de essas ações terem sido bem-recebidas pela comunidade, as principais lideranças reclamam que o governo Dilma fez muito pouco em relação ao reconhecimento de terras indígenas enquanto esteve no poder. Ao longo de todo o primeiro mandato de Dilma, entre 2011 e 2015, apenas 11 terras indígenas haviam sido homologadas. Para efeito de comparação, nos oito anos de governo Lula (2003-2011) foram 87 e nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) haviam sido 145.

Mas mesmo essas recentes regularizações de terras indígenas podem ser revertidas. Em maio, logo após assumir a presidência interina com a abertura do processo de impeachment contra Dilma, Michel Temer mandou rever

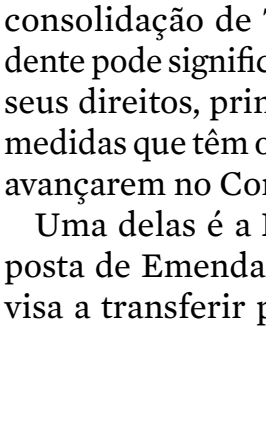
RAIO X DAS TERRAS E DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

O número de terras indígenas também está aumentando, assim como a população

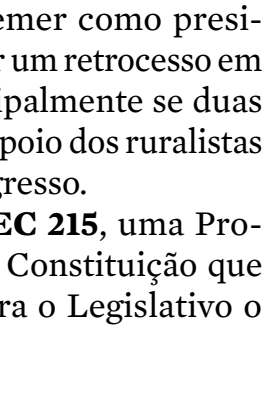
TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL – 2016
Situação jurídica das terras indígenas (TIs) em número e área, até fevereiro

Situação jurídica	Nº de TIs	Área em hectares
Em identificação/ com restrição a uso de não índios	127	1.092.053
Identificadas	37	4.896.014
Declaradas	63	3.767.278
Homologadas/reservadas	476	106.066.867
Total	**703**	**115.822.212**

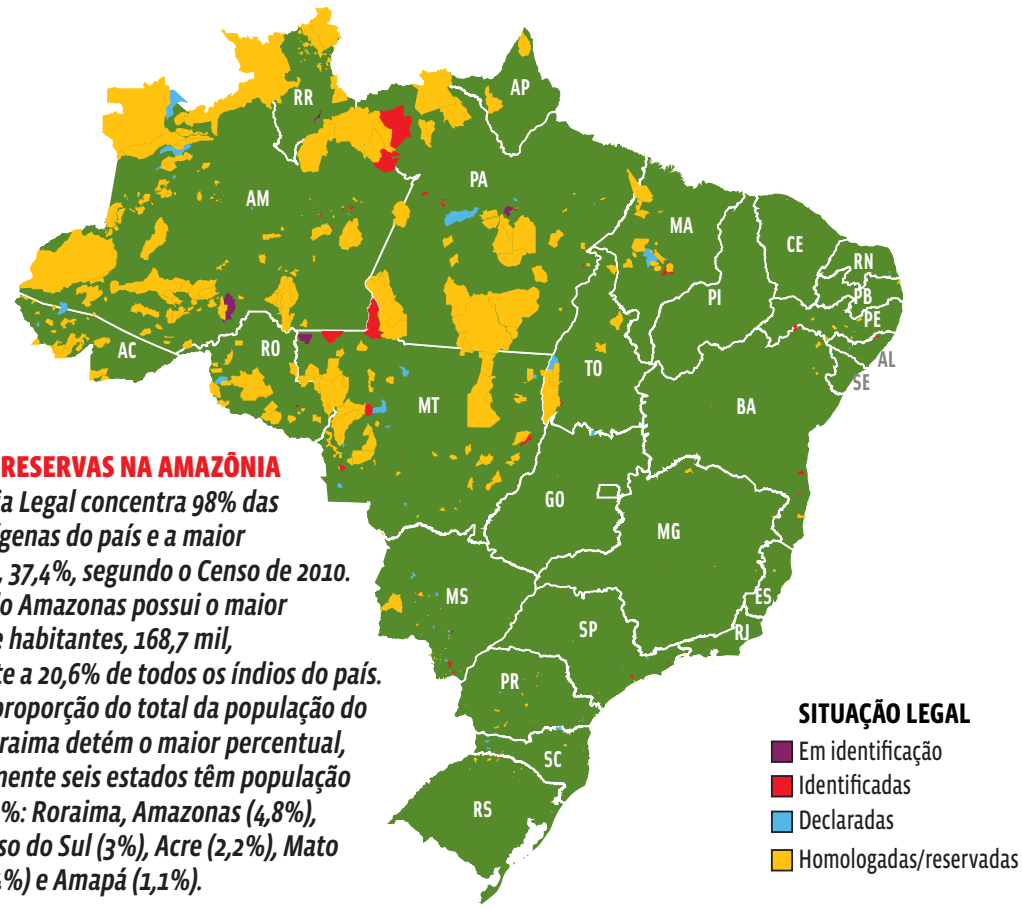
O NÚMERO DE ÍNDIOS NO BRASIL – 2000-2010
Evolução da população



DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS – 2010
Em %, por região



TERRAS INDÍGENAS E PARQUES
Cerca de 13,6% da superfície territorial do Brasil está regulamentada a nações e grupos indígenas. Atualmente, há mais de três centenas de povos indígenas identificados e 703 terras reconhecidas ou em reconhecimento



GRANDES RESERVAS NA AMAZÔNIA

A Amazônia Legal concentra 98% das terras indígenas do país e a maior população, 37,4%, segundo o Censo de 2010. O estado do Amazonas possui o maior número de habitantes, 168,7 mil, equivalente a 20,6% de todos os índios do país. Quanto à proporção do total da população do estado, Roraima detém o maior percentual, 11,0%. Somente seis estados têm população acima de 1%: Roraima, Amazonas (4,8%), Mato Grosso do Sul (3%), Acre (2,2%), Mato Grosso (1,4%) e Amapá (1,1%).

Fonte: *IBGE*

(*) Reservas são áreas que a União tem de indenizar para criar a Terra Indígena

todos os atos da presidente afastada a partir de 1º de abril – data que coincide com as recentes homologações promovidas por Dilma.

Mudanças na legislação

Preocupados com a possibilidade de retrocesso nas homologações, as lideranças indígenas começaram a se mobilizar e a intensificar os protestos. Outro fato que fez acender o sinal de alerta é a afinidade política do presidente interino com deputados e senadores que compõem a **bancada ruralista** – uma frente parlamentar no Congresso Nacional composta de proprietários de terras e defensores dos interesses dos grandes produtores rurais. Na atual conjuntura, os povos indígenas acreditam que a eventual consolidação de Temer como presidente pode significar um retrocesso em seus direitos, principalmente se duas medidas que têm o apoio dos ruralistas avançarem no Congresso.

Uma delas é a **PEC 215**, uma Proposta de Emenda à Constituição que visa a transferir para o Legislativo o poder de aprovar terras indígenas e quilombolas e ratificar ou até revisar demarcações já homologadas, além de vedar ampliação de terra indígena já demarcada. Em outubro de 2015, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou o texto da PEC 215, que para entrar de fato em vigor deverá ser avaliado no plenário da Câmara, onde tem de passar por dois turnos de votação. Em seguida, segue para mais dois turnos no Senado.

Os deputados que a defendem alegam que a forma como a demarcação e a regularização definitiva de terras indígenas acontecem atualmente ameaça a produção e a expansão do agronegócio. As lideranças indígenas argumentam que a PEC 215 transformaria o que hoje é o reconhecimento de seu direito constitucional à terra num processo à mercê de negociação de interesses econômicos e políticos para votações no Congresso, onde a bancada ruralista vem ganhando cada vez mais força. O fato de que boa parte das reservas ainda não está totalmente regularizada também levaria a mais adiamentos.

Outra proposta que ameaça os direitos dos índios é o **Projeto de Lei Complementar 227 (PLP 227)**, que também aguarda análise no plenário da Câmara. O texto indica exceções para o uso exclusivo de terras indígenas, no caso de haver relevante interesse público do Estado brasileiro. Entre esses interesses, a medida lista: terras de fronteira; construção de empreendimentos públicos, como rodovias federais; os perímetros rurais e urbanos de municípios; extração de minerais e portos em atividade; e áreas produtivas que atendam a função social da terra (produção de alimentos).

Para lideranças da causa indígena, ao considerar atividades econômicas não realizadas por índios e a possibilidade de controle dos territórios por empresas privadas ou mesmo por estados e municípios, o texto se torna inconstitucional. Isso porque ele desrespeita o artigo que define o usufruto exclusivo dos indígenas e seu direito originário à terra demarcada. Os defensores do projeto alegam que a expansão de territórios destinados aos indígenas tem afetado pequenos produtores.

CAU GUEBO/FOLHAPRESS

Dos 117 enfrentamentos entre ruralistas e indígenas em 2015, 48 ocorreram no Mato Grosso do Sul

Direitos consagrados

O reconhecimento de terras indígenas pelo governo federal é um fato relativamente recente na história do país e consequência principalmente da luta dos povos indígenas por seus direitos. Eles foram estabelecidos na Constituição de 1988 e representam uma importante mudança da sociedade brasileira.

Desde a colonização, no século XVI, os índios viveram quase cinco séculos de extermínio, escravização, expropriação de terras e espoliação de seus direitos. No século XX, áreas nas quais viviam eram frequentemente consideradas como terras públicas pelos governos e distribuídas ou vendidas a fazendeiros. Foi o que aconteceu no Mato Grosso do Sul, maior foco de conflitos atualmente.

O quadro começou a mudar na década de 1960, com a demarcação das primeiras reservas, e melhorou com a Constituição de 1988. Ela reconheceu o direito dos índios a terras em tamanho e condições adequados às suas necessidades econômicas e culturais. Isso significa amplas áreas, para que possam tirar seu sustento da natureza, conforme as tradições de cada cultura. Um povo que vive de caça e coleta, por exemplo, precisa de uma reserva grande, pois em geral tem que se deslocar para dar tempo à natureza de recompor seus recursos. A lei atual reconhece o direito dos povos indígenas à organização social própria, a costumes, língua, crenças e tradições.

A Constituição de 1988 determina que cabe ao Executivo definir as terras indígenas, por meio da **Fundação Nacional do Índio (Funai)**. Como já mencionado, a principal mudança que a PEC 215 sugere é que o poder de definição dessas terras passe para o Legislativo. Atualmente, a demarcação se dá através de um longo processo, dividido em sete etapas: estudos de identificação, aprovação da Funai, contestações, declarações dos limites do território, demarcação física, homologação e registro em cartório. Entre 1990 e fevereiro de 2016, o número de terras indígenas regularizadas ou em fase de regularização aumentou de 352 para 703. Desse total, 476 estão completamente regularizadas, e mais de 200 estão em diferentes etapas do processo de legalização. A extensão total das terras indígenas soma 115,8 milhões de hectares.

Violência

A lentidão do governo na homologação de terras indígenas e a ameaça que a perda de direitos históricos representa para a comunidade são consideradas um dos combustíveis para inflamar os conflitos entre indígenas e ruralistas. Diversos episódios recentes confirmam a tendência de escalada de violência e de criminalização de lideranças indígenas.

Os conflitos armados entre ruralistas e povos indígenas acontecem em todas as regiões do país, mas o Mato Grosso do Sul é o principal foco de instabilidade. Segundo o relatório "Conflitos no Campo no Brasil em 2015", publicado pela Comissão Pastoral da Terra, dos 117 enfrentamentos envolvendo indígenas em todo o país, 48 ocorreram no estado, ou seja, 41% do total.

O Mato Grosso do Sul tem forte vocação econômica para o agronegócio, setor que foi o principal motor da economia do país em 2015: além de representar 23% do Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 1,8% em relação a 2014 e gerou quase dez mil empregos. Mas a expansão da atividade esbarra em limites de territórios indígenas. O estado possui a segunda maior população indígena do país: são 77 mil pessoas, 3% de sua população, segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – atrás apenas do Amazonas. Apesar disso, as terras indígenas ocupam apenas 0,2% do estado.

Indicadores sociais

A morosidade na demarcação de terras indígenas e também a falta de acompanhamento efetivo impacta diretamente nos indicadores sociais dessas comunidades. Mesmo quando conseguem ter sua terra regularizada, os índios enfrentam a resistência de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros. As constantes ameaças resultam, entre outros desdobramentos, em uma alarmante taxa de suicídio. De acordo com informações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, 135 indígenas

VOZ INDÍGENA
Em audiência pública em Porto Alegre (RS), índios protestam contra restrições de direitos, em maio de 2016

cometeram suicídio em 2014, o maior número em 29 anos. O Mato Grosso do Sul continua sendo o estado que apresenta a maior quantidade de ocorrências, com o registro de 48 suicídios.

A taxa de mortalidade infantil é outro índice que revela a situação de desassistência de povos indígenas — ocorreram 785 mortes entre crianças de 0 e 5 anos em 2014, segundo a Sesai. Em Altamira, no Pará, município atingido pelas obras da hidrelétrica de Belo Monte, a taxa de mortalidade na infância chegou a 141,84 por mil, enquanto a média nacional foi de 17 por mil no mesmo ano, segundo dados do IBGE. Essa taxa pode estar relacionada, entre outros problemas, ao alto índice de anemia entre as crianças indígenas: segundo o mais amplo estudo sobre as condições de saúde dos índios, publicado em 2010 pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), quase metade delas sofre de anemia.

Uma das principais revelações do Censo de 2010, relatório que é publicado a cada dez anos, foi que a população indígena cresceu pela primeira vez desde o período colonial, apesar dos graves problemas enfrentados. Foi também a primeira vez que o IBGE separou os indígenas por etnias – grupos com afinidades linguísticas, culturais e sociais –, registrando 305 povos que falam 274 línguas. O total de índios autodeclarados passou de 734.127 em 2000 para 896.917 em 2010, o que equivale a 0,4% dos habitantes do país. Analistas acreditam que esse crescimento resulta de duas condições possibilitadas após a Constituição de 1988: a instituição de seus direitos à terra e a criação das estruturas para atendimento em saúde, em educação e mesmo na pesquisa de sua vida e cultura.

O estudo indicou também que houve melhora no nível educacional. A taxa de alfabetização dos indígenas com 15 anos ou mais, seja em português, seja em seu idioma, chegou a 76,7% em 2010. Ainda assim, é inferior à da população nacional, de 90,4%.

Metade dos índios brasileiros não possui renda, segundo o mesmo relatório, e, dos que possuem, 83% recebem até um salário mínimo. Mas o IBGE destaca que há dificuldades para contabilizar a remuneração pelo trabalho em culturas nas quais as tarefas são feitas coletivamente e em que não existe o conceito de propriedade privada. ☒

PARA IR ALÉM O filme *Xingu* (2012, de Cao Hamburger) apresenta as expedições dos irmãos Villas Bôas para ocupar o interior do país na década de 1940, em uma jornada que os aproximam da cultura indígena e propicia a criação do Parque Nacional do Xingu.

SAIU NA IMPRENSA

A TENSÃO INDÍGENA COM A GESTÃO TEMER

Na semana do afastamento da presidente Dilma Rousseff, ao menos 20 lideranças indígenas consultadas pela reportagem da Pública em Brasília fizeram um diagnóstico comum durante o 13º Acampamento Terra Livre (ATL), mobilização que ocorre anualmente na capital federal: se com Dilma Rousseff a situação dos índios estava difícil, com Michel Temer será pior. (...)

O receio não é sem motivo. Na sexta-feira, 13, um grupo de lideranças indígenas se reuniu com o novo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Ao ser questionado a respeito da possível revisão das demarcações, a resposta foi evasiva. (...)

Tal indefinição coloca em debate a possível inconstitucionalidade na revisão dessas demarcações. (...) No final de abril, Temer se reuniu com os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Os deputados da FPA entregaram ao então vice-presidente o documento "Pauta Positiva – biênio 2016/2017", no qual solicitam a "revisão das recentes demarcações de áreas indígenas/quilombolas", além de pleitearem outras diversas questões de interesse do agronegócio. (...)

Agência Pública, 20/5/2016

RESUMO

Índios

PERFIL Vivem no Brasil 305 povos indígenas, que falam 274 línguas. O Censo de 2010, do IBGE, registra 896,9 mil indígenas, 36% em área urbana e 64% em área rural, que inclui as terras reconhecidas pela Funai. Em 2010, metade da população indígena tinha até 22 anos de idade, e a taxa média de alfabetização de índios com 15 anos ou mais revelou-se abaixo da média nacional.

DIREITOS O número de índios no Brasil passou a crescer nas últimas décadas, após séculos de redução. Uma razão importante é a promulgação da Constituição de 1988, que garante e especifica seus direitos. Ela reconhece aos índios o direito originário sobre as terras que habitualmente ocupam e a importância delas para seu modo de vida.

TERRAS Desde 1990, o número de terras indígenas regularizadas ou em regularização subiu de 352 para 703, num total de 115,8 milhões de hectares. No entanto, durante o governo de Dilma Rousseff as homologações de terra desaceleraram: entre 2011 e 2015 foram 11, o menor registro desde a redemocratização

DISPUTAS O processo de demarcação é conflituoso porque os grandes proprietários se opõem à homologação dos territórios indígenas. O principal argumento contrário é de que 13,6% do território do país fica com 0,4% da população. O Mato Grosso do Sul, estado com forte vocação para o agronegócio, é o principal foco de casos de disputa armada.

LEGISLAÇÃO Indígenas lutam principalmente contra dois projetos que ameaçam direitos já conquistados. Um deles é a PEC 215, que aguarda votação no Congresso e prevê que a demarcação de Terras Indígenas seja feita pelo Congresso e não pelo poder Executivo, como acontece atualmente. Já o PLP 227, que também aguarda para ser apreciado pelo Legislativo, prevê exceções para o uso exclusivo dos indígenas de suas terras demarcadas, que poderão ser espaço de atividades econômicas, por exemplo.

UM TETO PARA CHAMAR DE SEU

Fatores como a especulação imobiliária e o alto preço dos aluguéis afastam a população para as áreas periféricas e agravam o déficit habitacional

Por **Valcir Bellé Junior**

OCUPAÇÃO
Reintegração de posse em Osasco (SP): sem moradia, a população de baixa renda invade terrenos ociosos nas grandes metrópoles

A carência de condições habitacionais dignas é um dos maiores problemas sociais que as cidades brasileiras enfrentam atualmente. Na campanha para as eleições municipais de outubro de 2016, o tema está presente na pauta dos candidatos a prefeito das principais capitais do Brasil. Afinal, como gestoras das cidades, as prefeituras têm o dever de garantir políticas adequadas de ocupação do espaço público e amplo acesso à moradia popular.

Apesar de a habitação ser um direito assegurado pela Constituição, pressões econômicas, como a especulação imobiliária e o aumento do preço dos aluguéis, impedem que o contexto melhore. Paralelamente, causam segregação socioespacial e aumentam o número de pessoas em situação de rua e a pobreza. Os movimentos sociais reivindicam soluções a curto e longo prazo, e ocupam imóveis e terrenos abandonados, principalmente nas metrópoles. Os programas de moradia e crédito popular têm amenizado o problema, mas precisam cada vez mais de investimento público para manter as metas.

O déficit habitacional

Déficit habitacional é o termo usado para expressar o número de pessoas vivendo sem condições apropriadas de moradia. Segundo estudo da Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério das Cidades, o número de domicílios considerados inadequados em 2013 era de 5,8 milhões, o equivalente a 9% do total de habitações. Em seu relatório mais completo, baseado no Censo de 2010, o estudo aponta que todos os municípios brasileiros, que eram então 5.565, tinham algum tipo de déficit em habitação. O quadro é particularmente crítico nas grandes regiões metropolitanas brasileiras (*veja gráfico na pág. ao lado*).

Para calcular o déficit habitacional são levados em conta quatro fatores:

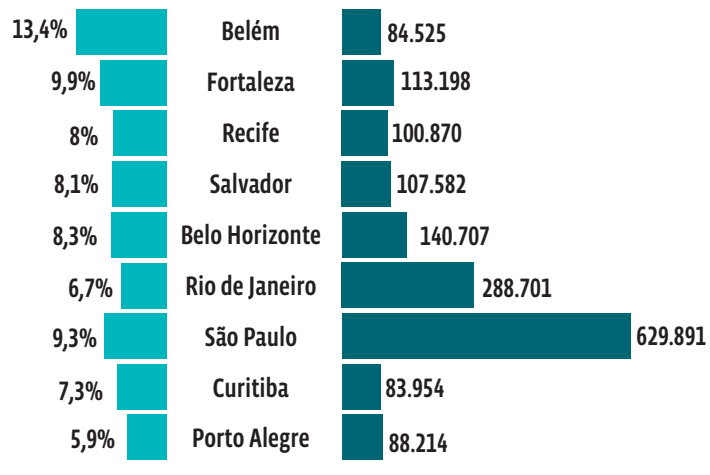
- **Habitações precárias**, como casas em áreas de risco, sem saneamento básico e ocupações de mananciais;
- **Coabitação familiar**, no caso de uma ou mais famílias dividirem a mesma residência por falta de opção;
- **Excesso de moradores em domicílios alugados**, quando mais de três pessoas compartilham um mesmo dormitório;
- **Ônus excessivo com aluguel**, quando mais de 30% da renda familiar é gasta com moradia.

Este último fator é o de maior peso; sozinho ele representa 44% do déficit habitacional do país (*veja gráfico na pág. ao lado*). Só na cidade de São Paulo, por exemplo, ele corresponde a 53% do déficit total. De acordo com o índice FipeZap, entre 2008 e 2014, o valor médio do aluguel na capital paulista subiu 97%. No Rio de Janeiro o aumento foi de 144%.

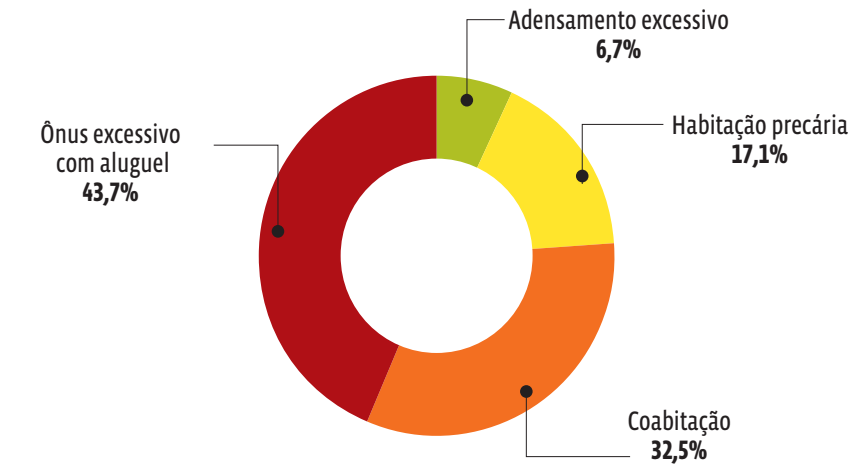
AVENER PRADO/FOLHAPRESS

O DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL (2013)

Percentual e número absoluto de domicílios considerados inadequados



Fatores do déficit habitacional (em %)



MORADIAS EM FALTA *Os dados de 2013 revelam que as regiões metropolitanas concentram 28% de todo o déficit habitacional do país, e somam juntas cerca de 1,8 milhão de residências em falta. A pior situação é a da capital paulista, cujo déficit chega a 630 mil moradias. Percentualmente, o caso mais grave é o de Belém, com 13,4% das moradias consideradas inadequadas. No gráfico da direita, note como o elevado custo do aluguel representa quase metade dos fatores para o déficit*

Fonte: *Fundação João Pinheiro*

ELIANE NEVES/FOTOARENA

MORADIA PRECÁRIA Casas e barracos construídos em área de risco em Guarulhos (SP)

Mais de 11 milhões vivem em favelas no Brasil, a maioria em grandes metrópoles como São Paulo

A especulação imobiliária

Um dos mais relevantes motivos para o gasto excessivo com o aluguel é a especulação imobiliária, que se acentuou por causa dos grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O fenômeno ocorre a partir da valorização de um terreno ou imóvel e pode se dar de duas maneiras: com o investimento privado a fim de aumentar o preço final, ou com obras públicas de melhoria do entorno e dos serviços. Não é raro que o segundo caso ocorra em áreas previamente compradas por grandes investidores, que se beneficiam com o aumento dos preços de seus terrenos e imóveis a partir dos investimentos governamentais na região.

A especulação imobiliária é ilegal, pois atenta contra a função social da propriedade, que é a exigência constitucional para que todo terreno ou edificação tenha uma destinação socialmente útil. Em tese, a lei impede que esses imóveis fiquem ociosos e à mercê de especuladores, que mantêm os estabelecimentos vazios esperando uma futura valorização. Ainda assim, essa é uma prática econômica comum em países com crescente urbanização, como o Brasil.

A forte valorização torna esses imóveis cada vez mais inacessíveis à população de baixa renda, que se vê obrigada a mudar-se para bairros periféricos, onde os serviços públicos são precários. Esse fenômeno é conhecido como gentrificação (*veja boxe ao lado*). A segregação socioespacial diminui a qualidade de vida e incentiva a ocupação de encostas e o crescimento desordenado das favelas. De acordo com o Censo 2010, o mais recente realizado pelo IBGE, o Brasil tem mais de 11 milhões de pessoas vivendo em favelas. Quase 60% dessa população está concentrada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém e Recife.

Os movimentos sociais

O papel dos movimentos sociais, como a Frente de Luta por Moradia (FLM) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), é pressionar o poder público no sentido de mudar as leis que regulam o reajuste do aluguel, impedir a gentrificação, acelerar e ampliar os projetos habitacionais, e também exigir soluções emergenciais para casos críticos. Entre suas principais estratégias de ação direta está a ocupação de prédios e terrenos públicos ociosos, bem como de imóveis abandonados.

Os movimentos de luta pela moradia calculam que há mais de 100 imóveis atualmente ocupados na cidade de São Paulo. No mesmo sentido, a prefeitura estima que cerca de 90 edifícios estão abandonados apenas no centro da cidade. As ocupações, no entanto, raramente se traduzem em moradias definitivas. O Tribunal de Justiça de São Paulo recebeu, só em 2014, quase 5 mil pedidos de reintegração de posse, muitos deles executados com violência pela Polícia Militar. Um dos casos recentes mais emblemáticos

O QUE É GENTRIFICAÇÃO?

Trata-se da expulsão imobiliária de um grupo de pessoas de baixa renda de uma região, bairro ou cidade, para a entrada de outro, com maior poder aquisitivo. Em geral, acontece através do aumento dos valores dos imóveis e aluguéis por mudanças nas leis de zoneamento e melhorias nos serviços públicos e privados, como pavimentação das vias, saneamento, iluminação e novos comércios. Isso obriga a população local a deslocar-se para áreas mais periféricas, com piores serviços e baixa qualidade de vida. Dessa forma, o espaço sofre uma reorganização de suas características culturais, socioeconômicas e arquitetônicas.

A palavra gentrificação deriva do inglês, *gentrification*. Ela foi cunhada pela socióloga britânica Ruth Glass, em uma análise da invasão de bairros operários da capital inglesa pela classe média. Ela tomou o termo *gentry* ("alta burguesia" ou "baixa nobreza").

A gentrificação é uma triste realidade em quase todas as grandes cidades e é bastante perceptível na revitalização do centro histórico de Curitiba, particularmente na rua Riachuelo; nas vilas da zona oeste de São Paulo, como a Vila Romana; e também na Vila Autódromo e na favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, que sofrem com a gentrificação acelerada por causa de grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

SAIU NA IMPRENSA

MOVIMENTO DOS SEM TETO MARCA PROTESTO NA FRENTE DA CASA DE TEMER

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) promete realizar uma série de protestos pelo país para responder à decisão do governo Michel Temer de suspender novas contratações do programa Minha Casa Minha Vida. O primeiro ato acontecerá no domingo na frente da casa do presidente interino Michel Temer, em São Paulo.

"O que eles estão fazendo é jogar combustível no fogo. E vai haver uma reação forte. O MTST vai responder de forma contundente nas ruas no próximo período" – afirmou o líder do MTST, Guilherme Boulos. (...)

Segundo o líder sem teto, o movimento vai reagir também à decisão do novo ministro das Cidades, Bruno Araújo, de revogar a contratação de 11.250 moradias para o Minha Casa Minha Vida, anunciada pela presidente Dilma Rousseff antes de ser afastada pelo Senado. (...)

Para Boulos, a decisão de suspender novas contratações do Minha Casa Minha Vida desmonta as promessas feitas por Temer antes de assumir o governo. (...)

O Globo, 20/5/2016

foi o da desocupação do Pinheirinho, em janeiro de 2012, que contou com forte aparato de repressão. O terreno de 1,3 milhão de metros quadrados abrigava cerca de 8 mil pessoas na periferia de São José dos Campos (SP). O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) recebeu cerca de 1.800 denúncias de violação dos direitos humanos durante a ação. A Corregedoria indiciou 14 policiais militares da Rota por agressão, tortura e abuso sexual.

O poder público

Desde 1948 o direito à moradia digna consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas. É também um direito básico assegurado pela Constituição brasileira de 1988. De acordo com a Lei Maior do Brasil, a promoção de programas de construção de moradia popular, bem como de melhorias nas condições habitacionais, é uma competência comum da União, dos estados e municípios.

A fim de abrandar o problema da moradia, o poder público investe em programas habitacionais. O mais abrangente plano de habitação em vigor no país é o Minha Casa Minha Vida (MCMV), do governo federal. Lançado em 2009, ele possui quatro linhas de crédito que variam de acordo com a renda familiar e facilitam a compra de um imóvel, com taxas de juros muito abaixo das praticadas no mercado. Segundo estudo da Fundação Getulio Vargas, até 2014 o MCMV reduziu em 8% o déficit habitacional do país. Por outro lado, estima que para sanar o problema será necessário um investimento de 760 bilhões de reais até 2024.

Estados e municípios, através das secretarias de habitação, também contam com projetos próprios, que atendem às demandas específicas de cada localidade. A Lei do Estatuto da Cidade, que regulamenta o uso da terra e direciona a urbanização do país, obriga todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a elaborar um Plano Diretor, que nada mais é que um manual de gerenciamento do espaço urbano. Ele determina se as propriedades estão ou não cumprindo sua função social, e regulariza áreas já ocupadas por populações de baixa renda, a fim de garantir seu direito à moradia. Todo o planejamento urbano, como a distribuição das áreas residenciais e industriais, e principalmente para onde, como e por que a cidade pode ou deve crescer é estabelecido pelo Plano Diretor.

Apesar de ser uma responsabilidade do poder municipal, o Estatuto da Cidade exige que o Plano seja, necessariamente, debatido com todos os setores da sociedade civil. Isso porque é ele que medeia a valorização fundiária e, portanto, é alvo de fortes pressões de especuladores imobiliários e organizações empresariais ligadas à construção civil. Daí decorre o papel crucial das prefeituras como gestoras do espaço público, a fim de permitir um crescimento ordenado e o amplo acesso popular à moradia digna. ☒

RESUMO

Habitação

DÉFICIT HABITACIONAL É o termo técnico usado para quantificar o número de pessoas sem moradia ou vivendo sem condições apropriadas. Ele é calculado a partir de quatro fatores: habitações precárias; coabitação familiar; excesso de moradores em domicílios alugados; e ônus excessivo com o aluguel. O último fator é o de maior peso no déficit brasileiro. Os dados mais recentes, de 2013, mostram que o Brasil tem 5,8 milhões de domicílios em falta, o que equivale a 9% do total de moradias do país.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA É uma prática ilegal que vai contra a função social da propriedade, uma determinação constitucional. Ela ocorre com base na valorização de um terreno ou imóvel a partir de investimento privado, cujo objetivo é aumentar seu preço final, ou por meio de obras públicas de melhoria do entorno e dos serviços. Com o aumento do aluguel, populações com menor poder aquisitivo são obrigadas a abandonar suas casas em direção a áreas periféricas, causando crescimento desordenado e aumentando a favelização das cidades.

MOVIMENTOS SOCIAIS O papel dos movimentos sociais de luta pela moradia é pressionar o poder público para mudar as leis que regulam o reajuste do aluguel, impedir a gentrificação, acelerar e ampliar os projetos habitacionais, e também exigir soluções emergenciais para casos críticos. Entre suas principais estratégias de ação está a ocupação de prédios e terrenos públicos e privados ociosos, bem como de imóveis abandonados.

PODER PÚBLICO Permitir o acesso de toda a população à moradia digna é um dever conjunto de Estados, Municípios e da União. As três esferas de governo devem traçar projetos de habitação e crédito popular – o mais amplo plano de moradia em vigor é o Minha Casa Minha Vida, do governo federal. As prefeituras, no entanto, têm um papel fundamental, pois são as responsáveis por elaborar o Plano Diretor, que organiza o espaço urbano, o crescimento da cidade e medeia a valorização fundiária.

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO

NOS BASTIDORES DO PODER

Investigações da Operação Lava Jato avançam com novas delações e a divulgação de gravações comprometendo grandes caciques políticos

Em meio ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), a Operação Lava Jato aprofunda as investigações sobre a corrupção na Petrobras com base em gravações ocultas e delações de suspeitos, agravando ainda mais a crise política.

Os recentes episódios da Lava Jato mostram o envolvimento de grandes caciques políticos em tentativas de sabotar as investigações. Um diálogo telefônico divulgado em maio sugeriu que o processo de impeachment era parte de uma estratégia para conter a Operação Lava Jato. A gravação, divulgada 12 dias após o presidente interino, Michel Temer (PMDB-SP), ter tomado posse, abriu uma crise no governo provisório.

AO PÉ DO OUVIDO
Os senadores Renan Calheiros (*à esq.*) e Romero Jucá, ambos do PMDB, são alvos de investigação da Operação Lava Jato

A conversa envolvia o senador Romero Jucá (PMDB-RR), ministro do Planejamento de Temer naquele momento, e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro (uma das empresas subsidiárias da Petrobras) entre 2003 e 2014. Jucá é alvo de dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) que investigam recebimento de propina no esquema que atuava na Petrobras. Já Machado é apontado como o operador do PMDB no esquema de corrupção da estatal.

As gravações foram feitas por Machado em março, pouco antes da abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados. Elas eram parte de um acordo de delação premiada negociado entre ele e a Lava Jato. Em um dos pontos do diálogo, Jucá afirma que a forma de "estancar a sangria" é "mudar o governo", referindo-se ao avanço da Operação Lava Jato que começava a ameaçar o senador. Ele afirma ainda que um eventual governo Temer deveria costurar um pacto nacional entre a classe política e o Supremo. "Aí, parava tudo", emendou Machado. "E delimitava onde está, pronto", completou Jucá.

Usando a mesma estratégia, o ex-presidente da Transpetro captou conversas com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), no suposto acordo para salvar políticos da Lava Jato. Num diálogo com Sarney, Machado afirma estar preocupado com uma possível prisão, ao que o ex-presidente responde: "Isso não vai acontecer. Nós não vamos deixar isso". Em outra conversa, essa entre os três, eles discutem uma forma de influenciar as decisões do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF.

O primeiro efeito da revelação das gravações foi a demissão de Jucá, que perdeu o cargo de ministro do Planejamento no governo Temer dias após a divulgação das conversas. Posteriormente, em junho, veio a decisão de maior impacto: o pedido de prisão de Renan Calheiros, José Sarney e Jucá ao STF. A solicitação foi feita por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, cargo que tem a função de entrar com ações e conduzir inquéritos para investigar crimes que envolvam o desvio de recursos públicos.

Janot fez a solicitação ao Supremo por entender que as gravações deixavam claro que os peemedebistas tentaram impedir as investigações da Lava Jato. O pedido do procurador, no entanto, foi negado por Teori Zavascki. Ele entendeu que os motivos apresentados não eram graves a ponto de justificar a prisão dos três. No entanto, o fato de ser a primeira vez que a Procuradoria-Geral da República pede a prisão de um presidente do Senado e de um ex-presidente da República é revelador dos avanços da Lava Jato no alto escalão do poder brasileiro.

A operação

A Lava Jato é uma operação iniciada pela Polícia Federal (PF), em março de 2014 no Paraná, que investiga a corrupção na Petrobras. Ela é comandada pelo juiz federal Sérgio Moro, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, com participação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. A operação revelou um grande esquema de desvio de recursos envolvendo funcionários da estatal, empreiteiras e políticos de diversos partidos, com pagamento de propina e lavagem de dinheiro.

Segundo as conclusões da PF, um grupo de grandes empreiteiras formou um cartel que decidia a distribuição entre elas dos contratos da Petrobras. Nas licitações, os valores eram superfaturados. A prática ocorria pelo menos desde os anos 1990. O dinheiro excedente serviu para enriquecer as empreiteiras, mas parte substancial ficava com diretores da Petrobras e ia para políticos e seus partidos, para enriquecimento pessoal e financiamento de campanhas, que visavam também perpetuar o esquema de corrupção.

Delação premiada

Um dos instrumentos usados pela Justiça na Lava Jato é a delação premiada, um acordo que oferece benefícios a um réu em troca de informações sobre um esquema criminoso. Quando ele torna-se um delator, deve contar tudo o que sabe: nomes, dados, endereços, telefones, locais em que os outros envolvidos costumam se reunir. Não é necessário apresentar provas, mas as

PAULO LISBOA/FOLHAPRESS

CONDENADO
O empresário Marcelo Odebrecht (*à dir.*) admitiu participação no esquema de corrupção

A delação premiada é um dos principais instrumentos usados pela Justiça na Operação Lava Jato

informações têm de ser confirmadas pelas investigações. Se os atos relatados forem comprovados, o réu tem a pena reduzida ou pode cumpri-la em regime mais brando, como prisão domiciliar.

Preso desde 2014, o doleiro Alberto Youssef foi um dos primeiros investigados da Lava Jato a fechar acordo de delação. Ele era um dos principais operadores do esquema de corrupção da Petrobras e disse que a cobrança das propinas era comandada por João Vaccari Neto – ex-tesoureiro do PT – e pelo lobista Fernando Baiano.

Já Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobras, firmou acordo em novembro de 2015. À PF, citou nomes do alto escalão político nacional, entre eles três ex-presidentes da República: Fernando Collor, Fernando Henrique e Lula. O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) tentou convencer Cerveró a não fazer a delação, oferecendo-lhe vantagens. A conversa foi gravada de forma oculta e justificou a prisão de Delcídio por tentativa de obstrução da Justiça. Ex-líder do governo no Senado, Delcídio também aceitou um acordo de delação, em março de 2016. Em seu depoimento, afirmou que Dilma e Lula agiram para interferir na Lava Jato e implicou outros políticos de peso no esquema, como Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Renan Calheiros e Aécio Neves (PSDB-SP).

Cunha na berlinda

Até maio de 2016, a Lava Jato resultou em 74 condenações, e ainda há um número indefinido de pessoas sob investigação. Sobre o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha, recai o maior número de acusações. Ele é réu em dois processos no STF por causa da Lava Jato. Em um, é acusado de ter recebido 5 milhões de dólares em propina relativa a dois contratos de navio-sonda da Petrobras. Em outro, a denúncia aponta que Cunha teria utilizado uma conta secreta na Suíça para receber 1,3 milhão de francos suíços (mais de 5 milhões de reais) como propina por viabilizar a compra de um campo de petróleo em Benin (África) pela Petrobras.

Pesam ainda contra Cunha acusações de manter dinheiro ilegal no exterior, de usar o mandato para obter benefícios a outros parlamentares e de tentar impedir as investigações da Lava Jato.

Em maio ele foi afastado pelo Supremo do cargo de presidente da Câmara e em junho o Conselho de Ética da casa recomendou sua cassação por mentir na CPI da Petrobras, quando disse não ter contas no exterior. No começo de julho, Cunha renunciou ao cargo de presidente da Câmara. A decisão foi vista como uma manobra política costurada com o governo interino de Michel Temer para tentar salvar o seu mandato. A decisão sobre a cassação de Cunha será votada no plenário da Câmara, em data ainda não confirmada até o fechamento desta edição.

Paralelamente, Cunha também aguarda a decisão do STF sobre o pedido de prisão feito por Janot, mas, até o fechamento desta edição, o Supremo ainda não havia se posicionado sobre o caso.

Lula e o Judiciário

Suspeito de ter sido favorecido por empresários na reforma de imóveis em Atibaia e no Guarujá, Lula também é investigado pela Lava Jato. O seu caso chegou a provocar uma pequena crise no Judiciário. Em março, Lula foi nomeado como ministro da Casa Civil pela presidente Dilma. Com este cargo, ele ganharia foro privilegiado, e sua ação penal sairia da jurisdição de Sérgio Moro para ser analisada pelo STF.

Na véspera da posse, contudo, Moro divulgou uma conversa interceptada entre Lula e Dilma, cujo teor levantava suspeitas de que a nomeação do ex-presidente tinha justamente o objetivo de protegê-lo de um possível pedido de prisão por Moro. A gravação e a sua divulgação foram feitas de forma ilegal, pois o grampo de uma conversa da presidente só pode ser feito com autorização do STF. O juiz admitiu o erro e pediu desculpas ao tribunal.

SAIU NA IMPRENSA

RENAN QUER VOTAR PROJETO QUE DIFICULTA INVESTIGAÇÕES

Investigado na Operação Lava Jato, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), resolveu desengavetar e acelerar a tramitação de um projeto de 2009 que prevê punições a crimes de abuso de autoridades, de agentes da administração pública e membros de Judiciário, Ministério Público e Legislativo. Muitos dispositivos da proposta estão em sintonia com reclamações de parlamentares sobre a condução de ações da Polícia Federal e da força-tarefa da Lava Jato. (...)

Nesta quinta-feira, 30, o presidente do Senado negou que a proposta tenha como objetivo "interferir no curso" da operação. Mas, ao tratar da lei de delações, Renan afirmou que é "preciso ter regras" para a colaboração premiada. "(...) O que estamos vendo são pessoas que se entregaram ao desvio de dinheiro público, amealharam milhões e milhões, depois fazem uma delação orientada pelo advogado e negociada com as autoridades, entregam parcela que desviou e salvam outra parte", disse o presidente do Senado. (...)

O Estado de S. Paulo, 1º/7/2016

Ainda assim, a gravação acabou contribuindo para que a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil fosse barrada pelo STF, que a considerou uma tentativa de driblar a Justiça. Os inquéritos de Lula voltaram para a jurisdição de Moro.

O ex-presidente tentou evitar que seu caso voltasse a Moro por causa de uma decisão do Supremo. Em fevereiro, a Corte decidiu que quem for condenado em dois níveis do Judiciário não pode mais recorrer a instâncias superiores em liberdade. Antes, a prisão só poderia ocorrer após passar por três graus de recursos. Essa decisão tem estimulado delações premiadas de envolvidos na Lava Jato, preocupados com a possibilidade de ter de cumprir penas de prisão já a partir da segunda instância. Até então, era possível arrastar uma condenação por anos valendo-se de recursos que poderiam chegar até o STF.

A delação da Odebrecht

As maiores construtoras brasileiras participaram de alguma forma do esquema, mas nenhuma aparece com tanta frequência nas delações quanto a Odebrecht. Seu presidente, Marcelo Odebrecht, está preso em Curitiba desde junho de 2015 e recebeu condenações que somam 19 anos e 4 meses por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. A empresa já anunciou que fará um acordo de delação não individual, mas da própria instituição. No caso das empreas jurídicas, a delação foi incluída na Lei Anticorrupção (Lei 12.846), sancionada por Dilma Rousseff e que proporcionou o avanço de operações como a Lava Jato e a punição não só de corruptos, mas também de corruptores.

Há a suposição de que Marcelo Odebrecht tenha informações capazes de atingir todo o sistema político nacional. O ponto central da prestação de contas da companhia serão contribuições a campanhas eleitorais. Em nota divulgada em março, quando anunciou a decisão de colaborar, a empresa mencionou ter participado de "um sistema ilegal e ilegítimo de financiamento do sistema partidário-eleitoral do país". No dia seguinte à divulgação, vazou na imprensa uma lista com quase 300 nomes de políticos de 22 partidos supostamente beneficiados pela companhia em algum momento. Em 2014, suas doações para campanhas chegaram a 15 legendas.

A Odebrecht é uma gigante, responsável por inúmeras obras importantes no país. Seu primeiro grande ciclo de crescimento ocorreu na ditadura, quando passou a atuar no setor público. Durante os governos petistas, expandiu suas atividades no exterior.

Por causa da Lava Jato, a companhia entrou em colapso. Por isso, tem necessidade de conseguir da Justiça aval para voltar a operar normalmente, num acordo de leniência. Por ele, a empresa, na condição de acusada, colabora com as investigações para reparar e prevenir danos e fica livre para dispor de seu patrimônio, assinar contratos com a esfera pública e fazer negócios no exterior. ☒

RESUMO

Operação Lava Jato

LAVA JATO Operação deflagrada em 2014 pela Polícia Federal junto com a Justiça Federal em Curitiba que investiga um amplo esquema de corrupção que envolve desvio de recursos da Petrobras e lavagem de dinheiro, envolvendo executivos da estatal, grandes empreiteiras e políticos de vários partidos. Suas investigações levaram a 74 condenações até maio de 2016.

DELAÇÃO PREMIADA É um acordo feito entre a Justiça e o acusado de algum crime que oferece benefícios ao réu em troca de informações sobre um esquema criminoso. Se os atos relatados na delação forem comprovados, o réu tem a pena reduzida ou pode cumpri-la em regime mais brando, como prisão domiciliar.

VAZAMENTO É quando uma informação que deveria ser mantida em sigilo é publicada pela imprensa. O vazamento é provocado por diversos fatores, como influenciar determinada decisão, provocar uma reação na opinião pública ou até por razões pessoais. O conteúdo dos vazamentos não tem valor legal, mas pode interferir no equilíbrio do jogo político.

TESE DO PACTO Segundo sugere conversa telefônica entre o então ministro do Planejamento Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff seria resultado de um pacto político que envolveria até o Supremo Tribunal Federal, com a intenção de interromper as investigações da Operação Lava Jato para não incriminar políticos do governo Michel Temer ou simpáticos a ele.

FORO PRIVILEGIADO É uma prerrogativa que ocupantes de cargos públicos têm de ser julgados por tribunais colegiados e não por juízes de primeira instância. A ideia é proteger a função pública, e não a pessoa. Assim, governadores são julgados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e o presidente da República, deputados e senadores pelo STF. A autoridade pública perde direito a foro especial assim que deixa sua função pública. É o que ocorre hoje com o ex-presidente Lula no caso da Lava Jato.

ARQUIVO NACIONAL

CANTEIRO DE OBRAS O presidente Juscelino Kubitschek visita as construções da hidrelétrica de Furnas, em Minas Gerais, em 1959

A Era JK completa 60 anos

Em 1956, Juscelino Kubitschek iniciava um governo marcado por políticas de incentivo à indústria e forte endividamento

"Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo." Foi com este slogan que Juscelino Kubitschek apresentou ao eleitorado o seu Plano de Metas, principal bandeira de sua campanha para a presidência do Brasil, em 1955. Junto com o compromisso de progresso econômico do país, JK fazia outra grande promessa à população: a construção de Brasília, futura capital do país e símbolo do projeto desenvolvimentista do governo.

A situação política brasileira estava bastante conturbada naquele período. Afinal, o país mal havia se recuperado do trauma provocado pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas no ano anterior, em 1954. O vice-presidente que assumiu

A indústria e obras como estradas, ferrovias, hidrelétricas e refinarias ganharam impulso no governo JK

em seu lugar, João Café Filho, sofria forte pressão. Cercado de opositores, o novo mandatário tentava conciliar os interesses daqueles favoráveis à ditadura, dos conservadores antigetulistas e dos que queriam manter a política de Getúlio.

Diante desse cenário, a eleição presidencial de 1955 foi marcada por tensões políticas desde o início da campanha eleitoral. Com um discurso desenvolvimentista que encontrou forte apelo entre o eleitorado, JK saiu vencedor da disputa presidencial, liderando a coligação PSD-PTB, que tinha como vice o ex-ministro do trabalho de Getúlio, João Goulart – o Jango.

Assim que foram derrotados, os conservadores da União Democrática Nacional (UDN) tentaram impedir a posse dos eleitos: acusavam os novos governantes de terem apoio dos comunistas e tentavam mobilizar a população e os militares antigetulistas. A tentativa de golpe foi impedida por comandantes legalistas liderados pelo ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott. Dessa forma, JK pôde receber a faixa presidencial em 1956 e iniciar o seu governo.

O Plano de Metas

Ao assumir a presidência, JK teve que lidar com um progressivo déficit orçamentário, uma balança comercial desfavorável e a crescente desvalorização do preço do café. Para mudar esse cenário, o presidente lançou uma série de medidas de **expansão industrial**. Apesar de ser chamada de "nacionalismo desenvolvimentista", essa política era repleta de medidas de desnacionalização, com a abertura do mercado ao capital estrangeiro, atraído pela ampliação dos serviços de infraestrutura.

Para sistematizar seu projeto, o presidente tirou do papel sua principal promessa de campanha: o Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como **Plano de Metas**. Inicialmente, o projeto continha 30 metas a serem alcançadas em cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. No entanto, apenas os três primeiros foram priorizados, recebendo 93% dos investimentos públicos e privados.

Dessa forma, o projeto ampliou a produção de máquinas e insumos, que estimularam não só o parque industrial, mas também a mecanização do campo. Obras de base, como hidrelétricas, estradas, ferrovias e refinarias de petróleo também deslancharam durante o governo JK. Da mesma forma, a produção de bens de consumo, como automóveis e eletrodomésticos, ganhou impulso com o Plano de Metas.

O crescimento industrial permitiu a JK fazer concessões salariais aos operários. O desenvolvimentismo proporcionou segurança e conforto à emergente classe média, e a facilidade de crédito ampliou a ação dos industriais. Além do cenário econômico favorável, JK foi hábil o suficiente para manobrar as diversas facções políticas e se aproximar dos militares. Graças a esses fatores, Juscelino obteve uma **relativa estabilidade política,** a despeito da persistente oposição da UDN.

Uma nova capital

A ideia de estabelecer a capital do Brasil no interior do país nasceu ainda no século XIX, mas só foi colocada em prática em 1957, durante o governo de JK. O propósito da nova capital era integrar melhor todo o território e facilitar o desenvolvimento do interior do país ao atrair a população para a região. Começou, assim, a **construção de Brasília**, vista como meta síntese do governo. O projeto urbanístico foi assinado por Lúcio Costa e os principais prédios foram projetados por Oscar Niemeyer. Pessoas de todo o país, especialmente do Nordeste, foram contratadas para a construção. Três anos depois, a cidade era inaugurada, sob o custo de cerca de 1 bilhão de dólares.

A proposta de disseminar o desenvolvimento para fora do eixo Sul-Sudeste também passava pelo crescimento da Região Nordeste. Com essa meta, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A ideia era ter um grande órgão de estudos que gerassem planos e que atraíssem recursos para investimentos e incentivos fiscais em empreendimentos da região.

Conta elevada

A euforia do desenvolvimento, contudo, durou pouco. Apesar de trazer benefícios para o Brasil, a política econômica de JK desestruturou a economia no médio e longo prazo. Já na segunda metade de seu governo, Juscelino começou a enfrentar sinais de crise, com greves e manifestações organizadas por estudantes e trabalhadores urbanos e rurais.

O aumento dos gastos públicos com a execução dos programas previstos no Plano de Metas e com a construção de Brasília, a concessão de aumentos salariais, o alargamento das linhas de crédito do Banco do Brasil e o empréstimo de 300 milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), associados à diminuição de produtos da pauta de exportações brasileiras no mercado internacional, resultaram na disparada da inflação e na expansão do **endividamento do setor público**.

Nas eleições presidenciais de 1960, com a impossibilidade de reeleição devido à Constituição de 1946, JK apoiou a candidatura do general Henrique Lott pelo PSD. Mas, já sem tanta popularidade, Juscelino foi incapaz de influenciar o resultado das urnas: quem saiu vencedor foi o oposicionista Jânio Quadros, candidato do PTN. Quatro anos depois, o golpe militar de 1964 enterraria de vez os planos de JK de se tornar novamente presidente do Brasil. ☒

NO VERMELHO
Linha de montagem da Nissan, em Resende (RJ): setor automobilístico sofre com a crise econômica

YASUYOSHI CHIBA/AFP PHOTO

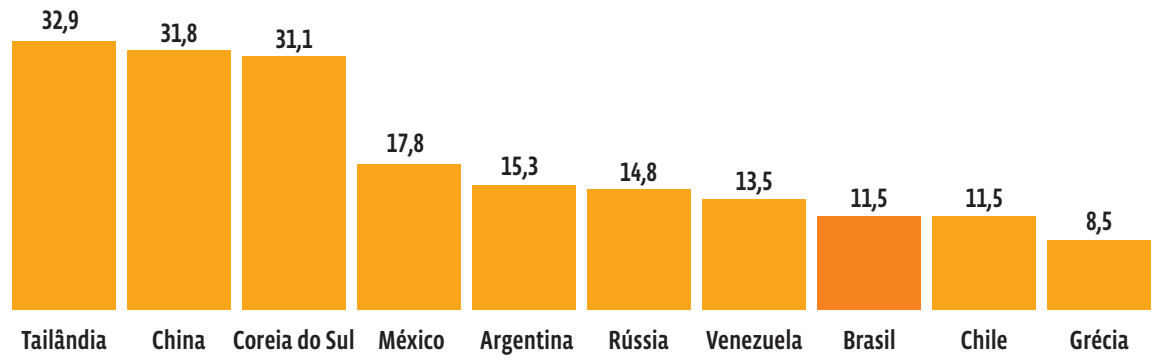
MÁQUINAS EM DESACELERAÇÃO

A indústria perde cada vez mais participação na economia brasileira, e o país vive um processo precoce de desindustrialização

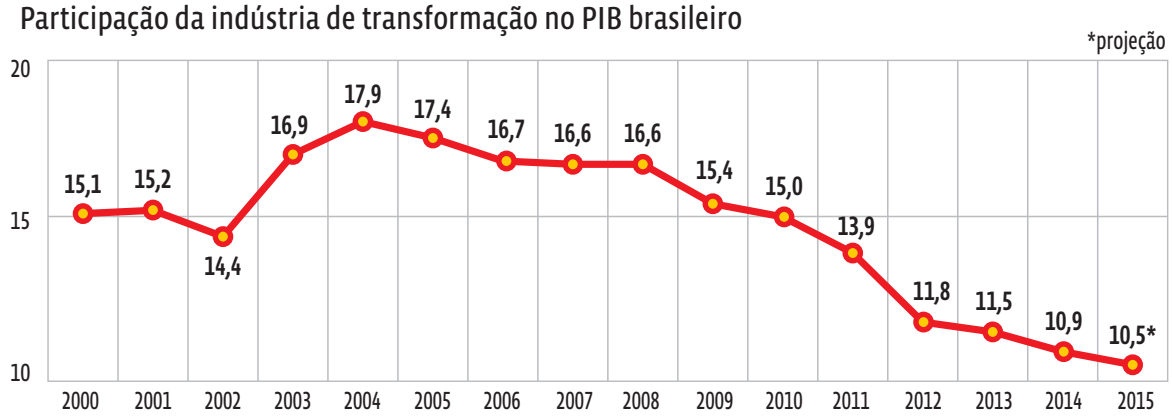
Por **Décio Trujillo**

A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA ECONOMIA

Participação da indústria de transformação no PIB de países emergentes em 2013 (em %)



Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro



A INDÚSTRIA PATINA *A indústria de transformação é aquela que transforma as matérias-primas em produtos para outra indústria trabalhar. No primeiro gráfico, nota-se que a participação desse setor no PIB brasileiro é bem menor do que a de nações asiáticas como Tailândia, China e Coreia do Sul. No segundo gráfico fica evidente a diminuição da participação da indústria de transformação a partir de 2004.*

Fontes: *Fiesp e IBGE*

O setor industrial brasileiro vem passando por um preocupante processo de retração nos últimos anos. Em virtude das recentes decisões tomadas na condução da economia nacional e da conjuntura internacional, a indústria perde cada vez mais participação na economia brasileira. A fatia do setor industrial que corresponde ao Produto Interno Bruto (PIB), medida da renda de bens e serviços produzidos no país, caiu de 27,2% em 2010 para 22,7% em 2015.

A situação na indústria se agravou com as crises política e econômica que se intensificaram a partir do ano passado. O ano de 2015 foi marcado por graves problemas fiscais e políticos que abalaram a confiança tanto de empresários como de consumidores. Cautelosos com a situação da economia, os donos das fábricas reduziram gastos e adiaram investimentos. Por sua vez, com medo do desemprego, o brasileiro deixou de consumir. Essa situação contribuiu para um efeito cascata em toda a cadeia econômica – a indústria sente os efeitos do aumento geral do desemprego, que reduz o consumo de bens industrializados e, por consequência, atinge o nível de emprego nas fábricas.

No contexto desses desequilíbrios conjunturais, a indústria foi afetada pela retração de 8% do setor de construção, pela redução de 14,1% dos investimentos em produção e pela queda na importação de máquinas e equipamentos em 2015. O desemprego nesse setor também vem aumentando. Na comparação do primeiro trimestre de 2016 com o de 2015, houve queda de 9,3% no emprego industrial, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria). São 14 meses de queda consecutiva.

Juros, câmbio e incentivos

A indústria também é afetada pelo aumento da Selic, a taxa básica de juros. Em abril, ela foi fixada em 14,25%, a mais alta dos últimos dez anos. Os juros são um instrumento utilizado pelo Banco Central (BC) para manter a inflação sob controle ou para estimular a economia e têm reflexos diretos na indústria. Se os juros caem, a população tem maior acesso ao crédito e, portanto, há um estímulo ao consumo. Os empresários também podem contrair empréstimos mais baratos para investir em suas fábricas. Mas, se os juros sobem, o BC inibe o consumo e o investimento, a economia desacelera e evita-se que os preços subam.

Desde 2015, a variação do câmbio (a relação entre o dólar e o real) também tem balançado a cadeia produtiva brasileira. Sem grandes perspectivas para o mercado local, muitas indústrias têm apostado na exportação, de olho no real mais desvalorizado diante do dólar. Quando nossa moeda se desvaloriza em relação à norte-americana, os produtos nacionais ficam mais baratos no exterior, o que facilita vender para outros países. Já com o real mais valorizado, é mais fácil importar bens de capital, como máquinas e equipamentos, e mais difícil exportar produtos nacionais.

Muito em razão dessa taxa de câmbio depreciada, no ano passado as exportações tiveram aumento de 2,7%, primeira alta após anos sem apresentar crescimento. Mas o fator câmbio sozinho não ajuda a melhorar a situação da indústria de modo geral. Nos anos anteriores, o real esteve muito valorizado em relação ao dólar, o que acabou prejudicando as exportações – os ganhos recentes são insuficientes para recuperar as perdas com o que deixou de ser exportado em anos anteriores.

Outro fator que afetou a indústria foi a retirada de alguns benefícios que permitiram ao setor minimizar o impacto da crise econômica mundial a partir de

LUIZ MAXIMIANO

MATÉRIAS-PRIMAS
Com a queda nas exportações industriais, o Brasil depende da venda de produtos agroindustriais, como a soja

2009. Naquela época, o governo federal adotou incentivos, como a redução de impostos e a desoneração da folha de pagamento de dezenas de setores industriais, que passaram a contribuir menos com a Previdência. Mas, com uma dívida pública de 66,2% do PIB e com a necessidade de equilibrar suas contas, em 2015 o governo propôs rever esses benefícios no chamado ajuste fiscal. Entre as medidas que foram aprovadas, o fim da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e a redução da desoneração fiscal ampliaram o impacto sobre o setor fabril.

A desindustrialização

Em 1980, o setor industrial correspondia a 40,9% do PIB. Desde então, essa participação vem diminuindo, com acentuação maior no período mais recente. Diante desse cenário observado nos últimos 30 anos, alguns analistas econômicos afirmam que o Brasil vive um processo de desindustrialização. O termo é dado à situação de perda de relevância da indústria para o conjunto da economia. Isso não quer dizer, entretanto, que seja algo necessariamente ruim para as finanças de uma nação – os outros setores da economia (serviços e agropecuária) poderiam compensar as perdas industriais e reequilibrar a atividade econômica. No Brasil, porém, há sérios impactos negativos por se tratar de uma desindustrialização precoce, aquela que ocorre antes de o setor industrial alcançar o auge.

Não há um consenso histórico entre os economistas sobre as fases da desindustrialização no Brasil, mas estima-se que tenha começado em 1986 e se estendido até meados dos anos 1990, com recuperação de fôlego de 2003 a 2007, e caído novamente após a crise global de 2008, com mais força a partir de 2012.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação da indústria de transformação no PIB declinou mais de 10 pontos percentuais desde 1986, atingindo, em 2014, a marca de 10,9% (o nível mais baixo desde 1947). A indústria de transformação é aquela que transforma matérias-primas em produtos acabados ou em intermediários para outra indústria trabalhar. Ela tem maior valor agregado e também tem capacidade para gerar muitos empregos.

Perda de competitividade

Um setor industrial mais competitivo, ainda mais considerando a indústria de transformação, tem papel relevante na melhora da renda (por ser um dos segmentos que pagam melhores salários), na ampliação da estabilidade do emprego e na qualificação da mão de obra, fatores importantes de aumento do consumo e, consequentemente, no crescimento do PIB. Além disso, a retração industrial reflete nos demais setores, como comércio e serviços. Segundo estudos, para cada emprego criado na indústria de transformação, surgem outros três no restante da economia.

OS PRINCIPAIS PERÍODOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO PAÍS

- SÉCULO XIX À PRIMEIRA REPÚBLICA **– a pequena indústria brasileira cresce lentamente e é voltada para o mercado interno, produzindo alimentos, bebidas, tecidos, utensílios e ferramentas.**
- 1930-1945 E 1950-1954 – GOVERNOS DE GETÚLIO VARGAS **– criação da indústria de base, empresas estatais de mineração, siderurgia e energia (petróleo e eletricidade), concentrada na Região Sudeste. Essa mudança abre caminho para surgirem novos segmentos industriais e para substituir os produtos importados.**
- 1956-1961 – GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK **– cresce a indústria de bens duráveis (veículos, eletrodomésticos) e a construção civil (construção de Brasília).**
- 1964-1984 – DITADURA MILITAR **– expansão da indústria de base e de bens duráveis, sobretudo no "milagre econômico" (1968-1973).**
- DÉCADA DE 1980 **– a economia é paralisada pela hiperinflação.**
- DÉCADA DE 1990 **– a partir do governo Collor (1990-1992), o país amplia a abertura do mercado a empresas estrangeiras, reduz as tarifas de importação, privatiza setores de serviços, como a telefonia, e importantes empresas estatais, como a Embraer e a Vale do Rio Doce, e é quebrado o monopólio da Petrobras na extração do petróleo.**

Os custos elevados para o setor industrial tornam os produtos brasileiros menos competitivos

Estudo de 2015 da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o Brasil tornou-se menos competitivo nos últimos dez anos e é o 14º no ranking de 15 países considerados concorrentes. Outras economias emergentes, como Índia, Chile e Rússia, estão no bloco acima da tabela de competitividade, que é liderada pelo Canadá, seguido por Coreia do Sul, Austrália, China e Espanha.

Impostos pesados, altas taxas de juros, mão de obra desqualificada e falta de infraestrutura elevam o preço dos produtos manufaturados brasileiros, o que influencia diretamente na perda de competitividade e de mercados no exterior. Para 70% dos empresários brasileiros, o sistema tributário está longe do ideal, o que afeta investimentos.

O Custo-Brasil

O Custo-Brasil é uma expressão adotada para resumir os principais entraves para o investimento no país, que, além da carga tributária, engloba a baixa qualificação da mão de obra, o excesso de burocracia e a falta de investimento em infraestrutura, como portos, rodovias e ferrovias, para melhorar o escoamento da produção (*veja mais na pág. 134*).

Tributos e outros fatores negativos que compõem o Custo-Brasil levaram o país a ficar na 116ª posição no ranking "Facilidade de Fazer Negócios" (*Doing Business 2016*) entre 189 economias, segundo o Banco Mundial.

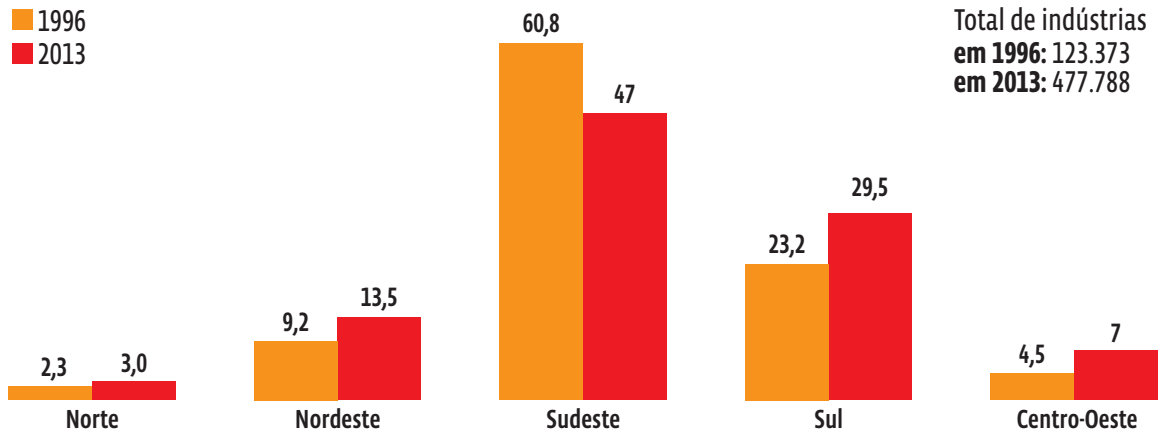
Isso significa que o Custo-Brasil está saindo caro. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Custo-Brasil e a sobrevalorização do real oneraram a produção da indústria de transformação brasileira em 34,4%, quando comparada aos 15 principais países fornecedores (Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, EUA, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça), entre 2008 e 2013.

A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Atualmente, a indústria brasileira vive um processo de descentralização, do Sudeste para as demais regiões e das capitais para o interior dos estados. Há 100 anos, 80% das indústrias estavam no Sudeste. Essa participação caiu para 47% em 2013, último dado disponível. A Região Sul vem em segundo, com 29,5% do total. Entre as razões para isso, estão o deslocamento das fábricas atraídas por benefícios fiscais, o crescimento da oferta de mão de obra qualificada fora das capitais e o deslocamento de empresas para perto de fornecedores de matérias-primas.

DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

% de indústrias, por região do Brasil, entre 1996 e 2013



MUDANÇA *Veja como a indústria se desconcentra no país. O Sudeste perde indústrias para as outras regiões, principalmente para a Sul, favorecida pela proximidade com os países do Mercosul.*

Fonte: *IBGE*

Por fim, o processo de desindustrialização também pode ser explicado por algumas políticas adotadas nos anos 1990. A abertura econômica no início da década ocorreu sem a adaptação do país à nova realidade. Com isso, a indústria brasileira entrou em concorrência com produtos importados, que foram favorecidos por incentivos dados pelo governo, como redução de tarifas e de restrições às importações, o que prejudicou o desenvolvimento do setor industrial. Além disso, com longo período de moeda valorizada (1994-1999 e 2004-2010), comprar produto importado ficou mais barato para o brasileiro, o que desfavoreceu a indústria local. Com excesso de tributos e de burocracia e deficiência de estrutura e de logística, o país perdeu mercado para exportar manufaturados.

Avanço das commodities

Como uma das principais consequências, a desindustrialização causou uma redução da participação de produtos de alta intensidade tecnológica e de maior valor agregado nas exportações totais. A venda de manufaturados para outros países é fator-chave para o avanço tecnológico, pela necessidade de adaptação aos padrões internacionais de produção e para alcançar o nível de renda per capita dos países mais ricos.

Enquanto os produtos não industriais aumentaram sua participação na pauta exportadora brasileira de 16,9% em 2000 para 39,4% em 2014, produtos industriais de alta tecnologia perderam participação de 11,2% para 4% nesse período, e os de média tecnologia caíram de 25,2% para 16,5%.

Isso significa que as exportações brasileiras ficaram dependentes das commodities, que são os itens básicos que vão servir de matéria-prima para outra indústria transformá-los em produtos industrializados, como os grãos de soja ou o minério de ferro. Eles saem brutos do Brasil e são utilizados nas indústrias de outros países. Ou seja, todo o valor agregado resultado de sua industrialização gerará lucros lá fora e não aqui.

Também houve aumento das importações não somente de bens de capital (máquinas e equipamentos) e de consumo (sobretudo da China),

como também de insumos industriais, os itens necessários para o funcionamento das fábricas, o que afeta nocivamente diversas cadeias produtivas da indústria brasileira.

Em outros países

O processo de desindustrialização e o declínio da produção ou do emprego industrial são na maioria das vezes uma consequência normal de um processo de desenvolvimento econômico bem-sucedido, estando geralmente associado a melhorias do padrão de vida da população.

Na fase de industrialização, a renda dos países tende a se elevar até atingir um valor entre 17,5 mil dólares e 22,8 mil dólares anuais *per capita*, o que permite a ampliação do setor de serviços mais sofisticados e de maior produtividade, como internet, informação e telecomunicações, TV a cabo, seguros, consultoria, intermediação financeira, transporte aéreo, restaurantes, viagens, entre outros.

Isso ocorre porque boa parte da população passa a destinar uma maior parcela de seus rendimentos a esses serviços. A indústria continua sendo um importante motor do crescimento, mas é o setor de serviços que passa a ditar o ritmo do crescimento econômico. Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França e Itália são exemplos de países que se desindustrializaram "naturalmente", quando o PIB *per capita* atingiu um valor médio de 19,5 mil dólares.

Em outro extremo, a emergente Coreia do Sul é um exemplo de nação que atingiu esse nível de PIB per capita e optou por não se desindustrializar. Foi o país que mais aumentou a renda no período de 1970-2011, passando de 3,1 mil dólares para 27,3 mil dólares. China e Malásia ainda crescem com base na expansão industrial e têm uma participação elevada da indústria de transformação no PIB.

Líder dos emergentes e segunda maior economia do mundo (atrás dos Estados Unidos), a China obteve um excepcional crescimento econômico a partir dos anos 1980 com base na expansão industrial e tem uma participação elevada da indústria de transformação no PIB. Como o país exige uma contrapartida dos investidores estrangeiros na forma de transferência de tecnologia, os chineses aperfeiçoaram sua indústria e passaram a exportar itens com maior valor agregado (*veja mais na pág. 48*).

Outro país que vem alavancando sua economia a partir da expansão industrial é o México. Com políticas de incentivo, livre-comércio em 45 países, facilidade para exportar para os Estados Unidos e boas ligações com o Atlântico, o Pacífico e a Ásia, o país expande sua indústria automobilística, que tem atraído as principais montadoras do mundo. Em 2014, o México fabricou 3,3 milhões de veículos e desbancou o Brasil do 4º lugar no ranking dos maiores exportadores de carros do planeta. Lá, o setor automobilístico representa cerca de 3% do PIB e emprega 1,7 milhão de pessoas. ☒

SAIU NA IMPRENSA

PRODUÇÃO INDUSTRIAL TEM EM 2015 MAIOR RECUO EM 12 ANOS

A produção da indústria brasileira caiu 8,3% em 2015, a maior queda da série histórica da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2003. (...)

O principal impacto negativo partiu do segmento veículos automotores, reboques e carrocerias, que em produção recuou 25,9%. (...)

Outras quedas importantes na indústria ocorreram em equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-30,0%), máquinas e equipamentos (-14,6%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-5,9%), metalurgia (-8,9%), produtos de metal (-11,4%), produtos alimentícios (-2,3%), produtos de borracha e material plástico (-9,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-12,2%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-12,2%), produtos de minerais não metálicos (-7,8%), outros produtos químicos (-4,9%), vestuário e acessórios (-10,8%) e produtos têxteis (-14,6%). (...)

Jornal Valor Econômico, 2/2/2016

RESUMO

Indústria

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA A indústria é o segundo setor gerador de riquezas do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Cria grande quantidade de empregos e responde por metade do valor exportado. A indústria brasileira cresceu junto com a economia do país, mas sua participação relativa no PIB está em queda e sua produção também.

DESACELERAÇÃO Desde 2009, a indústria brasileira sofre o impacto da crise econômica internacional e tem queda nas exportações. O governo federal adotou medidas de apoio à indústria, reduziu impostos sobre produtos para aumentar as vendas e o consumo e desonerou a folha de pagamento de salários de dezenas de setores. Mas, no programa de ajuste fiscal de 2015, o governo cortou boa parte do conjunto de benefícios adotado com a crise. A participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu de 27,2% em 2010, para 22,7% em 2015.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO É um processo que ocorre na globalização e já é constatado nos países desenvolvidos, onde a indústria perde relevância na economia devido ao aumento da renda da população e, consequentemente, à ascensão de serviços como internet, TV a cabo e viagens. No Brasil discute-se se o país já sofre um processo de desindustrialização precoce, antes de atingir a renda *per capita* de países desenvolvidos, de 19 mil dólares.

PERDA DE COMPETITIVIDADE Entre as razões para a desindustrialização estão políticas de abertura para a importação, que colocaram a indústria em concorrência com manufaturados estrangeiros a partir dos anos 1990. Também pesa o chamado Custo-Brasil (juros elevados, baixa qualificação da mão de obra, excessiva burocracia e gargalos de infraestrutura), que torna os produtos manufaturados mais caros e afeta a sua competitividade.

DESCONCENTRAÇÃO Tradicionalmente concentradas na Região Sudeste e nas metrópoles, as indústrias estão se instalando em outras regiões do Brasil e no interior dos estados.

DESEMPREGO CRESCE NOS EMERGENTES

Aumenta o número de pessoas que não têm trabalho no Brasil e no mundo. No país, o Congresso discute lei que amplia a terceirização do trabalho pelas empresas

O desemprego, que atingiu 197,1 milhões de pessoas no mundo em 2015, continuará crescendo em 2016 e em 2017, quando deve alcançar a marca de 200 milhões de desempregados, principalmente nos países de economia emergente e em desenvolvimento. Apenas em 2016, 2,3 milhões de postos de trabalho deverão ser fechados. O Brasil está entre as nações mais afetadas, e deverá perder 700 mil postos de trabalho, um a cada três novos desempregados no planeta neste ano. Esses são alguns dos desafios pelos quais passa o mundo do trabalho, segundo relatório de perspectivas futuras divulgado em 2016 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

ANTONIO CICERO/FOTOARENA

Ao contrário do que ocorreu nos últimos anos, quando a alta no desemprego se deu nos países ricos, sobretudo, na Europa, devido à crise financeira iniciada em 2008, agora a crise chegou aos países de economia emergente, tornando-os os grandes responsáveis pela elevação do número mundial.

A freada no crescimento econômico chinês, por exemplo, provocou uma diminuição na demanda por commodities (matérias-primas, como produtos agrícolas, minérios e petróleo), o que levou a uma queda nos preços. Assim, as economias que dependem da exportação desses produtos – como a Rússia, o próprio Brasil e os países árabes exportadores de petróleo – são duramente afetadas, com demissões e queda na criação de novas vagas.

Nas nações desenvolvidas, por outro lado, há uma leve diminuição no número de desocupados, particularmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Central e do Norte.

O grupo mais atingido pelo desemprego é o dos jovens entre 15 e 24 anos, principalmente mulheres. A OIT estima que sejam cerca de 74 milhões de pessoas. Segundo a organização, um em cada quatro jovens entre 15 e 29 anos de idade não trabalha nem estuda. O desemprego entre jovens é mais grave no norte da África, no Oriente Médio e em alguns países da América Latina e da Europa Ocidental.

PROCURA Trabalhador sem ocupação em busca de emprego em São Paulo, em maio: o desemprego aumentou

Trabalhos precários

Não é só a perda de vagas que afeta o mundo do trabalho. Outro problema é a falta de qualidade do emprego. Segundo a OIT, os trabalhos precários ou vulneráveis – aqueles temporários, de meio período, mal remunerados ou sem proteção social (sem a garantia de direitos como férias remuneradas, seguro-desemprego e aposentadoria, por exemplo) – devem representar mais de 46% do total de postos e afetar cerca de 1,5 bilhão de pessoas.

O emprego vulnerável é especialmente alto nos países emergentes e em desenvolvimento – onde alcança entre 50% e 75% da população empregada – e se mantém por volta dos 10% do total nas nações desenvolvidas.

Um dos reflexos da persistência do desemprego e dos trabalhos precários é a estagnação na diminuição da pobreza. Nas economias emergentes, o aumento da proporção de pessoas que ascendem à classe média desacelerou ao mesmo tempo que nos países mais avançados aumentou a desigualdade de renda – a diferença de salário entre os que ganham mais e os que ganham menos.

Desemprego e terceirização no Brasil

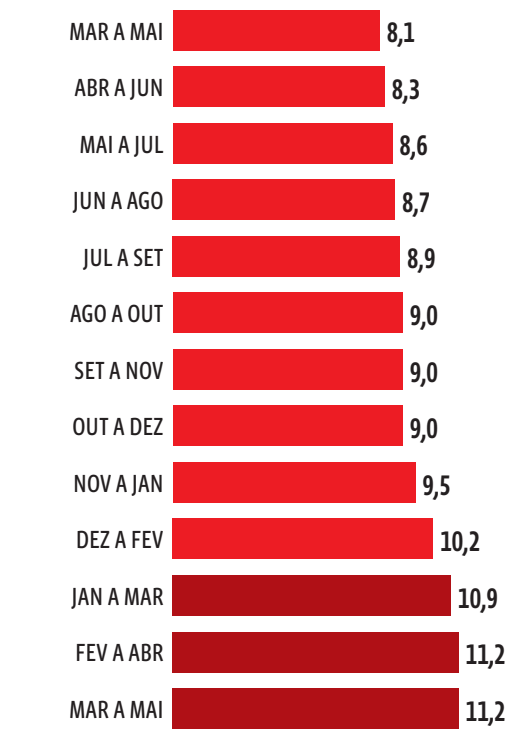
Durante mais de dez anos o país registrou baixo índice de desemprego e cinco anos de queda na taxa (*veja gráfico na pág. 87*), com a criação de 1 milhão de novos postos de trabalho por ano, e a elevação real da renda média do trabalhador. Porém, o índice de desemprego voltou a crescer em 2015. Impulsionado pela crise econômica que atinge o país, a taxa alcançou 10,2% no trimestre que foi de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre março e maio de 2016, a taxa chegou a 11,2% – um aumento de 3,3 milhões em relação aos mesmos meses de 2015. O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou emprego nos 30 dias anteriores à semana da realização da pesquisa.

No momento em que o desemprego cresce, o Congresso discute uma reforma nas leis trabalhistas que propõe permitir a livre contratação de trabalhadores terceirizados. O projeto de lei (PL) 4330 foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2015 e poderá ser votado ainda em 2016 no Senado.

A terceirização do trabalho ocorre quando uma empresa contrata outra para transferir a execução de um serviço específico. Atualmente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) permite a terceirização somente em relação às chamadas "atividades-meio", ou seja,

DESEMPREGO NO BRASIL

Evolução da taxa de desocupação, a cada trimestre móvel, em %



ALTO ÍNDICE *O desemprego aumentou continuamente desde 2015. O crescimento da taxa foi de 3,1 pontos percentuais. Isso significa que, no comparativo de doze meses, 3,3 milhões de pessoas perderam o emprego.*

Fonte: *IBGE/Pnad Contínua*

Tramita no Congresso um polêmico projeto para ampliar a terceirização do trabalho no país

aquelas que não são o foco da empresa. Isso acontece, por exemplo, quando uma fábrica de peças contrata outra empresa para executar serviços como vigilância, limpeza ou alimentação.

A principal polêmica envolvendo o PL 4330 é que ele autoriza uma empresa a terceirizar todas as suas atividades, inclusive a principal, a sua "atividade-fim". Caso o projeto seja aprovado, até mesmo os funcionários que produzem as peças na fábrica do exemplo acima poderiam ser terceirizados.

A favor e contra

De modo geral, empresários e entidades patronais defendem a terceirização. Para eles, os encargos trabalhistas elevam o custo de contratação de um empregado, elevam o preço dos produtos e diminuem sua competitividade no exterior. Por esse ponto de vista, a terceirização iria proporcionar às empresas reduzir seus custos e ampliar o lucro, já que elas irão economizar em pagamento de salários e em encargos trabalhistas. As entidades patronais também argumentam que o projeto poderia reduzir o desemprego, pois as empresas teriam menos receio em contratar.

Esses argumentos, contudo, são refutados pela maioria das centrais sindicais e sindicatos. Com a terceirização para todas as atividades, os trabalhadores tendem a ser prejudicados, com perda salarial e precarização das condições de trabalho. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que os terceirizados recebem salários 25% menores, trabalham três horas a mais por semana e estão mais sujeitos a acidentes de trabalho. Com mais pessoas cumprindo jornadas maiores, as empresas podem ter menos funcionários para manter o nível de produção, o que faria aumentar o desemprego.

TRABALHO ESCRAVO SE MANTÉM NO MUNDO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam cerca de 21 milhões de trabalhadores no mundo vivendo em condições análogas à escravidão. A maioria dos casos envolve servidão por dívida e tráfico e manifesta-se por meio de situações degradantes de trabalho, com confinamento físico, violência e jornadas exaustivas.

As vítimas costumam ser as populações mais vulneráveis – mulheres e meninas forçadas à prostituição, migrantes que se submetem a condições deploráveis com medo de serem deportados e indígenas. Países emergentes e em desenvolvimento da Ásia concentram mais da metade do total desses trabalhadores, que atuam, principalmente, em serviços domésticos, na agricultura e na construção civil.

O Brasil teria cerca de 155 mil pessoas nessa situação. Apenas em 2015, o Ministério do Trabalho e Previdência Social resgatou 1.010 trabalhadores, os quais se concentravam nos setores de extração de minérios, construção civil, agricultura e pecuária. Segundo a organização não governamental internacional Walk Free, o país possui uma das mais avançadas legislações e estruturas de combate a esse tipo de crime no mundo.

APU GOMES/FOLHAPRESS, MERCADO

FISCALIZAÇÃO Operação apura denúncia de trabalho degradante em Americana (SP), em 2013

Divisão Internacional do Trabalho

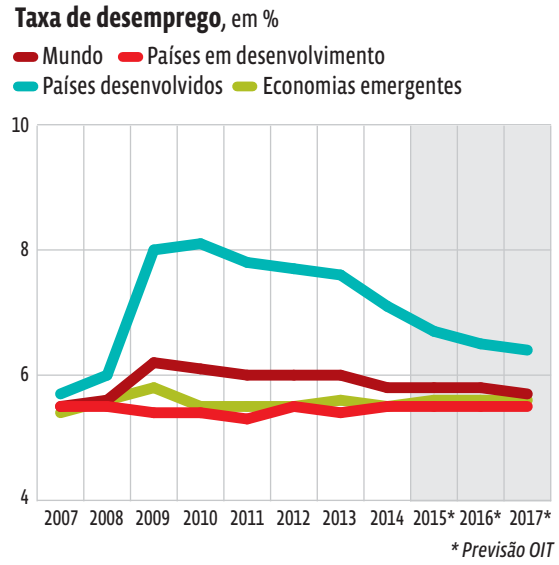
O mundo do trabalho sofreu muitas mudanças na segunda metade do século XX, e dois fenômenos estão na origem dessas transformações: a revolução tecnológica, representada pela automatização dos processos produtivos, e, mais recentemente, pela internet, e a globalização (*veja mais na pág. 126*). A interdependência entre as nações impôs uma nova Divisão Internacional do Trabalho – a distribuição das atividades produtivas e dos serviços entre todos os países.

Historicamente, a Divisão Internacional do Trabalho assumiu diferentes formas, expressando as diversas fases do modo de produção capitalista – comercial, nos séculos XV e XVI; industrial, nos séculos XVII ao XIX; e financeiro, a partir do século XX. Nas primeiras duas fases, as colônias forneciam matérias-primas para a fabricação de produtos manufaturados e, depois, de produtos industrializados nas metrópoles.

Posteriormente, a relação se deu entre os países em desenvolvimento (periféricos) e os desenvolvidos (centrais). Com a consolidação do capitalismo financeiro e a maior competitividade entre as empresas, ocorre a expansão das grandes multinacionais para os países periféricos, em busca de maior produtividade e menores custos.

DESEMPREGO NO MUNDO

Taxa de desemprego, em %



** Previsão OIT*

Trabalhadores desempregados, em milhões de pessoas

	2015	2016	2017
Países desenvolvidos	46,7	46,1	45,3
Países em desenvolvimento	15,1	15,6	16,1
Países emergentes	135,3	137,7	139,1
Total	197,1	199,4	200,5

CICLO DA CRISE ***Em 2009, após a eclosão da crise econômica global de 2008, houve um aumento das taxas de desemprego em quase todos os grupos de países, especialmente nos desenvolvidos. A recuperação começa a acontecer entre um e dois anos depois, mas a previsão é de que o número de desempregados aumente nas economias emergentes e em desenvolvimento.***

Fonte: *Organização Internacional do Trabalho (OIT)*

Em países como China, México, Coreia do Sul, Tailândia e o próprio Brasil, as empresas transnacionais passam a estabelecer fábricas, atraídas pela maior oferta de matéria-prima e energia, mão de obra mais barata, isenções fiscais e legislação ambiental menos rígida. Muitas empresas distribuem seu processo produtivo por todo o globo. Um carro, por exemplo, pode ter o seu motor feito em um país, o chassi em outro, os acessórios em um terceiro e ser montado em outra nação, mais próxima dos mercados consumidores. As empresas que atuam dessa forma passaram a ser chamadas de corporações transnacionais.

Outras mudanças

Além da descentralização da produção, a globalização e o avanço da tecnologia trouxeram outras importantes mudanças no mundo do trabalho. Com a maior flexibilidade proporcionada pela revolução digital, é cada vez maior o número de pessoas que trabalham remotamente, inclusive atuando para outros países. Os trabalhadores passam a concorrer globalmente pelos empregos. A etapa atual é considerada uma quarta revolução industrial (as três primeiras estão associadas, respectivamente, ao vapor, à eletricidade e à robótica). Nela, não apenas as máquinas, mas fábricas inteiras passam a ser inteligentes e automatizadas, o que leva a maior produtividade, a custos menores e ao processo contínuo de perda de milhares de empregos – sobretudo dos mais técnicos, executados por trabalhadores com pouca qualificação. ☒

PARA IR ALÉM O longa-metragem *Dois Dias e uma Noite* (de Jean-Pierre e Luc Dardenne, 2014) debate o drama da demissão e o desemprego dentro de uma empresa.

SAIU NA IMPRENSA

DESEMPREGO BATE NO TRABALHO QUALIFICADO

Por Luiz Guilherme Gerbelli e Renée Pereira

A rápida deterioração do mercado de trabalho já começou a atingir os trabalhadores mais qualificados. Pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano passado, foram fechados 115 mil postos de trabalho com carteira assinada para os brasileiros com Ensino Superior incompleto ou concluído – um sinal preocupante da piora acelerada da atividade econômica em 2015 e que deve continuar neste ano. (...) No período entre 2004 e 2014, o país sempre criou empregos para os mais escolarizados. No auge, em 2010, quando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 7,6%, houve abertura de 306 mil empregos com carteira assinada para os trabalhadores com Ensino Superior completo ou incompleto. A demanda das empresas foi tão grande que tivemos um apagão de mão de obra qualificada no país (...).

O Estado de S. Paulo, 21/2/2016

RESUMO

Trabalho

PANORAMA MUNDIAL O fraco desempenho da economia global, sobretudo nos países em desenvolvimento e de economias emergentes, foi o principal fator que contribuiu para o aumento do desemprego no mundo em 2015, atingindo 197,1 milhões de pessoas, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A situação é mais grave nesses países, como o próprio Brasil e a Rússia. Porém, há queda do desemprego nas nações ricas, especialmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Central e do Norte.

PRECARIZAÇÃO Além da quantidade de postos de trabalho, a qualidade dos empregos também preocupa. Os trabalhos temporários, de meio período, mal remunerados ou sem direitos trabalhistas devem representar quase a metade do total e afetar cerca de 1,5 bilhão de pessoas no mundo em 2016.

DESEMPREGO NO BRASIL Após mais de uma década (2004 a 2014) com diminuição da taxa e a criação de 1 milhão de novos postos de trabalho por ano, o índice de desemprego voltou a crescer em 2015, impulsionado pela crise econômica. Ele atingiu 11,2% no trimestre móvel de março a maio de 2016.

TERCEIRIZAÇÃO Uma importante reforma trabalhista está em debate no Brasil. O projeto de lei (PL) 4330, que aguarda votação no Senado, autoriza as empresas a terceirizar todas as suas atividades, inclusive a principal, a "atividade-fim" – atualmente são permitidas apenas as "atividades-meio", aquelas que não são o foco da empresa. Entidades empresariais apoiam a terceirização, que é criticada pelos representantes dos trabalhadores.

GLOBALIZAÇÃO A interdependência entre as nações e a evolução tecnológica levaram a uma nova Divisão Internacional do Trabalho – a distribuição das atividades produtivas e dos serviços entre os países. Com a consolidação do capitalismo financeiro e a maior competitividade, ocorre a expansão das grandes multinacionais para os países periféricos, em busca de maior produtividade e menores custos.

LUCAS JACKSON/REUTERS

O MUNDO CADA VEZ MAIS DESIGUAL

A disparidade entre ricos e pobres atinge patamar histórico e coloca em debate o papel de empresas, trabalhadores e Estado no capitalismo

por **Thereza Venturoli**

A desigualdade econômica no mundo bateu um recorde em 2015, com a maior concentração de riquezas já registrada na história: 1% da população mundial detém 50% de toda a riqueza do planeta. Essa divisão desigual foi divulgada num relatório da organização não governamental Oxfam, com base em dados do banco de investimento suíço Credit Suisse.

A análise da Oxfam segue com outros números, que detalham a desproporção entre ricos e pobres:

- As 62 pessoas mais ricas do mundo concentram a mesma riqueza que cabe à metade mais pobre da humanidade – cerca de 3,6 bilhões de pessoas;

MAL NA FOTO
Garotas posam para fotografia ao lado de morador de rua em Nova York (EUA): desigualdade cresce em todo o mundo

- Entre 2010 e 2015, esses 62 bilionários ficaram mais ricos em cerca de 540 bilhões de dólares; no outro extremo, a metade mais pobre perdeu 1 trilhão de dólares;
- Desde o início do século, esses mesmos 50% mais pobres beneficiaram-se de apenas 1% do crescimento total da riqueza global.

A Oxfam conclui seu relatório constatando que essa disparidade é resultado de um sistema vantajoso para poucos eleitos em detrimento da maioria, que desencadeia um círculo vicioso: quem tem menos recursos vive em condições mais precárias de saúde, habitação e educação. Isso, por sua vez, resulta em menores oportunidades de conseguir trabalho com remuneração adequada – o que nos leva de volta ao início da cadeia e ao crescente agravamento das desigualdades econômicas e sociais.

Economia financeira

Especialistas apontam como causa das grandes disparidades o atual estágio do capitalismo que privilegia a economia financeira em relação à economia real.

A riqueza criada da produção e comercialização de bens e serviços compõe a **economia real** – aquela do dia a dia, na qual pessoas, empresas e governos contratam, trabalham, compram e pagam. Já a riqueza gerada pelo próprio capital constitui a **economia financeira**.

O mundo das finanças é aquele das ações das bolsas de valores e de títulos de bancos de investimento. Ações e papéis funcionam como uma espécie de aposta ou empréstimo a risco. De um lado, a empresa que recebe o dinheiro deve usá-lo como um financiamento para desenvolver suas atividades. Na outra ponta, o investidor acredita que a empresa em que investiu crescerá e que o capital retornará, acrescido de juros ou dividendos. Entre quem investe e quem recebe o investimento, bancos e bolsas ficam com parte dos lucros (ou das perdas).

Essa economia imaterial é importante para financiar o crescimento de empresas ou ações do Estado, como programas governamentais de habitação. Mas existe uma face perversa na economia financeira: ações e títulos são, muitas vezes, comprados e vendidos em transações de especulação: o suposto investidor não está interessado no sucesso da atividade econômica em que investiu, mas, sim, na possibilidade de que os papéis subam de valor no mercado, para lucrar com sua venda. Esse tipo de especulação não é investimento e, portanto, não gera trabalho.

O poder do capital

Entre os anos 1980 e 1990, a economia financeira ganhou impulso com o advento da **globalização**, que alavancou o processo de integração econômica dos países no comércio, na prestação de serviços e no mercado financeiro, impulsionada pelo avanço da tecnologia da informação, particularmente pela internet. As políticas econômicas **neoliberais** dão sustentação à globalização, ao possibilitar a abertura econômica para o livre trânsito de produtos e capitais, afrouxando as regras para os mercados de trabalho e financeiro e para as operações de empresas em territórios estrangeiros.

Essas mudanças permitem que o capital se movimente rapidamente pelo mercado financeiro internacional. Papéis emitidos em Taiwan são comprados no Chile e geram novos títulos, que serão negociados na Irlanda. Grandes empresas e milionários mantêm fortunas em bancos no exterior, nos chamados paraísos fiscais, onde a tributação é mínima ou nula, e, assim, subtraem do Estado recursos que entrariam na forma de impostos e taxas, que seriam destinados a programas sociais. Enfim, os jogos do capital na economia financeira se tornam muito mais atrativos do que nas atividades produtivas da economia real. Mas são essas atividades produtivas, da economia real, que envolvem trabalho, que podem reduzir as desigualdades.

E quem detém o poder econômico detém também o poder político. Isso é bem visível na questão do financia-

ÍNDICE DE GINI: A RÉGUA DA DESIGUALDADE

O principal indicador usado para medir a concentração de renda na população de um país ou uma região é o índice (ou coeficiente) de Gini. É uma régua que mostra o desvio na distribuição da riqueza, numa escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade.

O índice pode ser calculado sobre diferentes parâmetros – renda familiar, renda per capita ou renda vinda apenas do trabalho. Segundo os dados do Banco Mundial, de 2013, os cinco países com os mais baixos índices de desigualdade são Suécia (0,250), Ucrânia (0,256), Noruega (0,258), Eslováquia (0,260) e Belarus (0,265). O Brasil figura na lista do Banco Mundial (que realiza um cálculo diferente do IBGE) com o índice de Gini de 0,547. Trata-se de um dos mais elevados níveis de desigualdade do mundo – na comparação com os vizinhos sul-americanos, o indicador é maior que o da Argentina (0,445) e do Uruguai (0,453).

Após a eclosão da crise econômica em 2008, o número de bilionários praticamente dobrou em todo o mundo

TUCA VIEIRA/FOLHAPRESS

PANORAMA DA DESIGUALDADE Favela de Paraisópolis, em São Paulo, ao lado de prédio de luxo

mento de campanhas eleitorais por grandes grupos empresariais, tema quente no debate político brasileiro em 2016. Ao auxiliar um candidato, ou um partido, na concorrência por um cargo no Legislativo, ou a Presidência da República, a empresa espera que, tendo chegado lá, o novo deputado, senador ou presidente defenda seus interesses. O poder econômico também interfere na elaboração de leis, por meio dos chamados *lobbies*. Prática comum e legal em países como os Estados Unidos (EUA), o *lobby* é a pressão que setores organizados do meio empresarial e financeiro exercem para tentar convencer parlamentares a aprovar leis ou projetos em seu benefício.

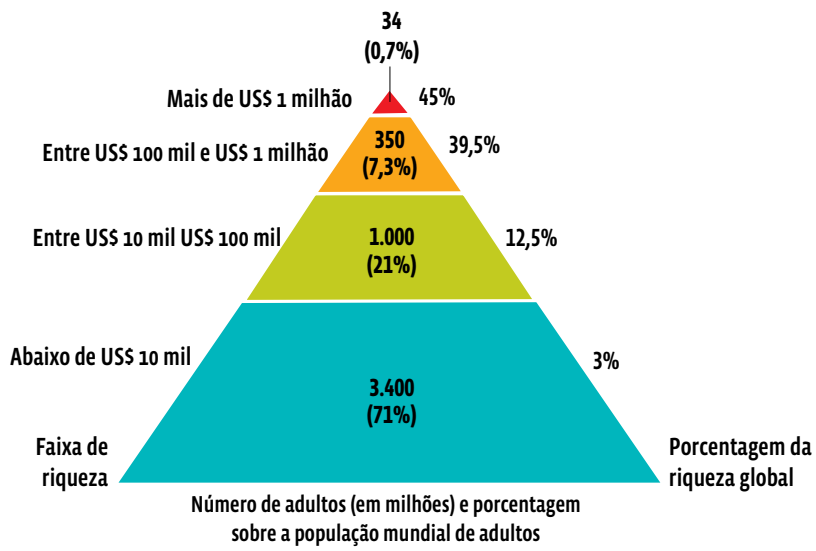
Crise econômica mundial

A economia financeira é uma economia baseada em promessas e expectativas. Quando alguma coisa não dá certo, em vez de ganhos, os títulos resultam em perdas. E, numa era de economia globalizada, em que os mercados financeiros estão interligados, se um perde todos perdem. Foi o que aconteceu em 2008, no estouro da bolha imobiliária nos EUA, quando pessoas que haviam financiado a aquisição da casa própria não conseguiram quitar a dívida. Os imóveis foram devolvidos, a oferta subiu demais e, pela lei de oferta e procura, os preços despencaram. Além disso, os títulos atrelados ao crédito desses imóveis também se desvalorizaram. Isso desencadeou um efeito dominó que resultaria na pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão iniciada em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York.

As instituições credoras dos inadimplentes ficaram sem recursos para cobrir os compromissos com seus investidores e para conceder novos créditos, a pessoas, empresas e governos. Grandes bancos de investimento norte-americanos faliram. Pela dinâmica do sistema financeiro in-

PIRÂMIDE DA CONCENTRAÇÃO

A distribuição da riqueza no mundo em 2015 (por população adulta)

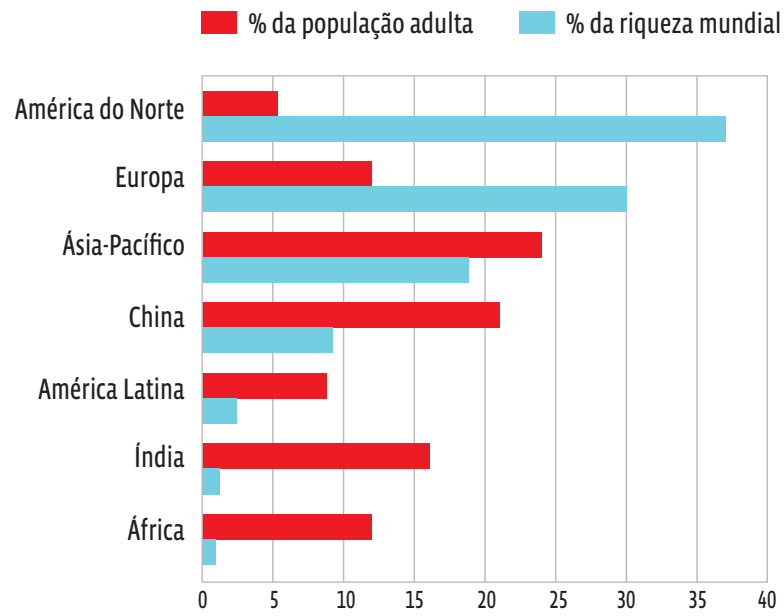


A BASE E O TOPO
Na base da pirâmide, 3,4 bilhões de pessoas (71% da população mundial de adultos) têm patrimônio equivalente a menos de 10 mil dólares. Essa faixa detém apenas 3% do total das riquezas mundiais. Já no topo, apenas 34 milhões de adultos acumulam mais de 1 milhão de dólares. O patrimônio dessa faixa soma 45% da riqueza total mundial.

Fonte: *Credit Suisse, 2015*

DEMOGRAFIA E RIQUEZA

Distribuição da riqueza e da população adulta por regiões e países selecionados em 2015 (em %)



DESEQUILÍBRIO GEOGRÁFICO
Repare que América do Norte e Europa, onde estão as nações mais desenvolvidas, abrigam menos de 20% da população adulta, mas concentram quase 67% das riquezas do planeta. De outro lado, países como Índia e China, que sozinhas têm cerca de 40% da população mundial de adultos, ficam com cerca de 10% das riquezas.

Fonte: *Suisse Credit, 2015*

SAIU NA IMPRENSA

DESIGUALDADE PIOROU COM DESEMPREGO ALTO, DIZ ESTUDO DA USP

O aprofundamento da crise econômica *[brasileira]* já está tendo efeitos sobre a distribuição de renda no Brasil, de acordo com um estudo de Rodolfo Hoffmann, professor da Universidade de São Paulo (USP). (...)

(...) no espaço de dois anos, entre o 1º trimestre de 2014 e o 1º trimestre de 2016, a taxa de desemprego aumentou de 7,1% para 10,9%, a renda média real por pessoa economicamente ativa caiu 7,5% (...).

A proporção de pessoas com renda de até R$ 600,00 aumentou de 22,5% para 26,3% e o índice de Gini, que mede a desigualdade, subiu 3,5%, interrompendo uma tendência de queda que vinha desde 1995.(...)

Um outro estudo recente também com base na Pnad, feito pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, mostrou que a proporção de brasileiros na classe C caiu dois pontos percentuais, de 56,6% para 54,6%, entre janeiro e novembro de 2015. (...)

***Exame.com*, 20/6/2016**

ternacionalizado, instituições de diversos países negociam títulos entre si. Assim, o desastre nos EUA contaminou bancos de todo o mundo e transformou-se de uma crise financeira em crise econômica, que se estendeu por todas as atividades da indústria, do comércio e de prestação de serviços ao redor do globo.

A crise afetou principalmente os países que já estavam altamente endividados, como Portugal, Grécia, Irlanda, Itália e Espanha – e, nessas nações, a população mais pobre. Na tentativa de reequilibrar o orçamento, os governos desses países impuseram uma série de medidas de austeridade, reduzindo benefícios sociais, como seguro-desemprego e aposentadorias. Essas medidas, que beneficiaram a economia financeira, atingiram duramente a economia real, dos trabalhadores, e geraram instabilidade política. Além disso, instituições financeiras quebradas foram socorridas com polpudas somas de dinheiro público – ou seja, dinheiro daqueles que pagam impostos. Essas assimetrias contribuíram para aumentar o fosso entre ricos e pobres: entre 2009 e 2014, mesmo com a crise econômica, o número de bilionários praticamente dobrou em todo o mundo.

Brasil

No Brasil, a desigualdade é elevada, mas já foi maior. Entre 2004 e 2014, o índice de Gini calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os rendimentos de trabalho caiu de 0,545 para 0,490 – quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade (*veja box na pág. 127*). Em termos de rendimentos totais, a queda foi de 0,501 para 0,497. Ambas as quedas se devem à elevação na renda das camadas mais pobres da população. No entanto, a concentração de renda ainda é muito grande, inclusive entre os mais ricos.

Segundo a Receita Federal, 8,4% da população se apropria de 59,4% das riquezas nacionais. E os 0,1% mais ricos detêm 6% do total de riqueza e renda declaradas. Ou seja, 6% de todo o patrimônio e renda declarados no Brasil estão nas mãos de apenas 26,7 mil contribuintes. Essa camada no topo da pirâmide da desigualdade tem rendimento total médio da ordem de 5,8 bilhões de reais ao ano.

Propostas de soluções

Organizações como a Oxfam e a ONU defendem uma série de medidas para minimizar as desigualdades socioeconômicas. Dentre elas, ações como regulamentação das relações de trabalho, fortalecimento dos sindicatos nas negociações, garantia de um patamar mínimo de remuneração e implementação de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família).

Outras medidas visam a redistribuir mais igualitariamente a riqueza acumulada no topo da pirâmide. Por exemplo, a partilha de lucros e ganhos de capital das empresas com os trabalhadores e a criação de impostos que incidam sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos. ☒

RESUMO

Desigualdade social

DESIGUALDADE RECORDE A concentração de riquezas bateu um recorde em 2015. Metade de toda a riqueza do planeta (renda e patrimônio) está nas mãos de apenas 1% da população mundial. As 62 pessoas mais ricas do mundo concentram a mesma riqueza que cabe aos 3,6 bilhões mais pobres. Desde o início do século esses 50% mais pobres beneficiaram-se com apenas 1% do crescimento total das riquezas do planeta. Essa disparidade agrava as desigualdades sociais (acesso à saúde e educação, por exemplo) e de oportunidades à sociedade como um todo.

ECONOMIA REAL E FINANCEIRA Economia real é a que gera riqueza pelo trabalho, na produção e comercialização de bens e serviços. A economia financeira gera riqueza apenas do capital, por meio de transações de ações nas bolsas de valores e de títulos em bancos de investimento. No atual estágio do capitalismo, a economia financeira predomina sobre a real.

NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO Entre os anos 1980 e 1990, a economia financeira ganhou impulso com o advento da globalização, que alavancou o processo de integração econômica dos países no comércio, na prestação de serviços e no mercado financeiro, graças aos avanços tecnológicos. As políticas econômicas neoliberais dão sustentação à globalização ao possibilitar a abertura econômica para o livre trânsito de produtos e capitais, afrouxar as regras para os mercados de trabalho e financeiro e para as operações de empresas em territórios estrangeiros.

ÍNDICE DE GINI É um indicador do grau de concentração de renda de um país ou uma região. O índice segue uma escala de 0 a 1, e quanto mais próximo do zero, menor a desigualdade.

BRASIL Entre 2004 e 2014, o índice de Gini caiu de 0,545 para 0,490. A queda se deve à elevação na renda das camadas mais pobres da população. No entanto, a concentração ainda é muito grande: 59,4% das riquezas nacionais estão nas mãos de apenas 8,4% da população.

SEAN GALLUP/GETTY IMAGES/AFP

OS CAMINHOS DO DINHEIRO OCULTO

Escândalo do Panama Papers revela a participação de ricos e poderosos em um amplo esquema mundial de lavagem de dinheiro

A partir de uma investigação conjunta realizada por um grupo de 370 jornalistas de 109 veículos em 76 países, o mundo tomou dimensão do grande negócio que é a ocultação de dinheiro e patrimônio nos chamados paraísos fiscais. Naquele domingo, 3 de abril, veio a público o escândalo que ficou conhecido como Panama Papers, com a divulgação para livre consulta na internet de 11 milhões de documentos confidenciais. Sua exposição evidencia como parte das pessoas mais ricas e poderosas do mundo protege sua fortuna de forma nem sempre legal.

Os Panama Papers são resultado do trabalho do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla

DINHEIRO VIVO
Ativista em Berlim pede mais transparência nas regras financeiras após a denúncia do caso Panama Papers

em inglês), uma organização criada para investigar em profundidade assuntos de relevância e interesse público em qualquer parte do mundo. O ICIJ foi procurado pelo jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, que havia recebido de uma fonte anônima um grande volume de documentos de um período de 40 anos sobre movimentações financeiras em paraísos fiscais e não tinha condições de apurar toda a história. O ICIJ então encampou a missão, escalou um time de jornalistas para cruzar as informações e pediu que seus colaboradores ao redor do mundo checassem os dados em seus países. No Brasil, participaram repórteres do portal de notícias UOL, do jornal *O Estado de S. Paulo* e da RedeTV de televisão.

Entenda o caso

O que os Panama Papers mostraram é apenas uma pequena parte do gigantesco negócio da lavagem de dinheiro ilícito em paraísos fiscais. O trabalho ganhou esse nome porque a investigação concentrou-se na atuação de um escritório de advocacia do Panamá, o Mossack Fonseca, especializado na abertura de *offshores*. Mas, para entender melhor a dimensão deste caso, é preciso conhecer alguns conceitos importantes:

LAVAGEM DE DINHEIRO O dinheiro oriundo de atividades ilícitas não pode ser gasto livremente, pois seus donos não têm como dizer de onde vieram. Por isso, precisam passar por um processo para aparentar ter origem lícita, conhecido por "lavagem do dinheiro". A forma mais comum de lavar dinheiro é criar uma empresa de fachada, em nome de uma pessoa que em geral desconhece ser seu titular, o "laranja". O dinheiro ilegal entra na contabilidade da companhia como se fosse resultado do pagamento pelos serviços oferecidos por ela e, daí, pode circular normalmente na economia. Quanto se trata de valores muito altos, porém, a alternativa é enviá-los para *offshores* em paraísos fiscais.

PARAÍSOS FISCAIS São países ou regiões autônomas que adotam regime tributário diferenciado, isto é, que cobram impostos a taxas inferiores à média internacional. Para a Receita Federal do Brasil, são aqueles que praticam alíquotas inferiores a 20%. É uma forma que esses locais encontram de atrair grandes volumes de dinheiro e incrementar sua economia. Os mais procurados pelos brasileiros são Bermudas, Jersey, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Panamá e Suíça.

As instituições bancárias dos paraísos fiscais oferecem vantagens que acabam atraindo dinheiro sujo: não é necessário demonstrar a origem do dinheiro e sua legislação protege a privacidade de sócios de empresas e titulares de contas bancárias. Por causa desses benefícios, eles são o destino de grande parte do dinheiro ilícito do planeta. São grandes volumes financeiros, em geral provenientes de sonegação fiscal, corrupção, contrabando, tráfico de drogas e armas e crimes como sequestros.

OFFSHORE O termo, em inglês, significa "afastado da costa", ou seja, algo que está além do território original, em outro país. Nesse contexto, trata-se de empresas que mantêm recursos num país em que não exercem a sua atividade ou onde seus proprietários não vivem oficialmente. São empresas que exigem pouca burocracia para ser abertas ou negociadas, o que permite que sejam criadas, fechadas ou vendidas rapidamente de acordo com a conveniência dos proprietários.

Para quem age dentro da lei, a *offshore* é uma alternativa para pagar menos impostos com a atividade de sua empresa. Outros fatores que a tornam vantajosa são facilidade para obtenção de créditos internacionais e meios de proporcionar expansão dos negócios no exterior e tornar uma empresa multinacional. A legislação brasileira permite que empresas e cidadãos guardem ou gastem seu dinheiro fora do país, desde que declarem às autoridades fiscais.

Apesar de a maioria das *offshores* não ser ilegal, a privacidade que este tipo de estrutura jurídica proporciona cria as condições ideais para a evasão de impostos e lavagem de dinheiro originário de ações criminosas. A empresa pode ser aberta em nome de uma outra pessoa, o "laranja", com o real beneficiário tendo uma procuração para controlar a movimentação do dinheiro. Esse mecanismo dificulta a localização do verdadeiro dono pelas autoridades fiscais.

COMO FUNCIONA O ESQUEMA DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO EXTERIOR

Para que criminosos possam utilizar o dinheiro obtido por meios ilícitos, como sonegação fiscal, corrupção ou tráfico de drogas e armas, eles recorrem à lavagem de dinheiro. Por meio desse procedimento, grandes quantidades de dinheiro ilegal podem retornar ao sistema financeiro parecendo ser lícitas, dificultando a identificação da origem desses recursos.

A principal forma de evitar que as autoridades descubram a origem ilegal dos recursos é enviar o dinheiro para países onde o sistema financeiro tem regras mais liberais. Nos paraísos fiscais, os criminosos abrem uma empresa de fachada (a *offshore*), atrelada a uma conta bancária em instituição financeira que protege o sigilo bancário.

O dinheiro ilícito depositado em paraísos fiscais retorna ao sistema econômico de diferentes formas. Os criminosos podem investir em empresas em troca de participação nos lucros, adquirir e vender artigos de luxo ou fazer aplicações financeiras. Formada essa cadeia, fica difícil comprovar a origem do dinheiro ilegal.

Fonte: *Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) – Ministério da Fazenda*

Envolvido no escândalo Panama Papers, o primeiro-ministro da Islândia pediu demissão do cargo

Líderes mundiais

Se o gigantesco esquema por si só já é motivo de atenção, os Panama Papers ganharam ainda mais os holofotes da mídia por conter uma lista de figuras conhecidas. Celebridades, como o craque argentino Lionel Messi, o ex-jogador francês Michel Platini, o cineasta espanhol Pedro Almodóvar e o ator nascido em Hong Kong Jackie Chan tiveram seus nomes envolvidos em fortes indícios de ocultação de dinheiro e patrimônio.

O escândalo também caiu como uma bomba no meio político internacional. Ao todo, 72 líderes mundiais – em exercício atualmente ou que já deixaram o poder – tiveram seus nomes ligados aos documentos. A revelação de que o primeiro-ministro da Islândia, Sigmundur Gunnlaugsson, era dono de uma *offshore* gerou uma crise que provocou a sua demissão.

O presidente russo, Vladimir Putin, apesar de não ser citado diretamente nos documentos, é apontado como articulador de uma rede de beneficiários de contratos que somam 2 bilhões de dólares. Já o primeiro-ministro britânico David Cameron foi obrigado a admitir que seu pai é proprietário de um fundo *offshore*. O presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko, e o presidente da Argentina, Mauricio Macri, são outros chefes de governo citados nos documentos do Panama Papers.

A revelação desses nomes provocou uma onda de surpresa e indignação, pois a primeira reação da opinião pública é imaginar que pessoas que mantêm contas secretas estão fazendo algo errado. De modo geral, os acusados alegam que sua movimentação financeira no exterior é legal e está declarada às autoridades de seus países, o que muitas vezes acaba sendo desmentido.

Lava Jato

No Brasil, a Operação Lava Jato, que investiga o desvio de recursos da Petrobras, contribuiu para a análise dos Panama Papers. As delações de funcionários da estatal e políticos sobre dinheiro enviado ao exterior ajudaram os investigadores do ICIJ a ligar nomes de brasileiros que aparecem nos documentos a valores depositados em contas de *offshores*. Da mesma forma, na mão contrária, a revelação dos documentos ajuda a elucidar muitas dúvidas ou confirmar suspeitas no âmbito da operação (*veja mais sobre a Lava Jato na pág. 110*).

Há pelo menos 57 nomes citados na Lava Jato que estão na lista da Mossack Fonseca, entre políticos, empresários e

A SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS NO BRASIL

Para o Brasil, o maior mal dos paraísos fiscais é criar mecanismos que facilitem a proteção de dinheiro obtido a partir da sonegação de impostos – o ato deliberado de omitir do órgão público responsável pela arrecadação alguma informação sobre sua renda para pagar menos tributos. É a partir da arrecadação de impostos e taxas que o governo oferece serviços e bens públicos, como escolas, hospitais, segurança e saneamento básico.

De acordo com cálculos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, todo ano 500 bilhões de reais deixam de ir para os cofres públicos em virtude da sonegação. O valor é sete vezes maior que o custo médio anual da corrupção no Brasil, estimado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 67 bilhões de reais em 2013. É também sete vezes maior do que a meta de economia do governo (70 bilhões de reais) com as medidas do ajuste fiscal.

Sonegação e corrupção têm o mesmo potencial perverso: são crimes e contravenções que lesam os cofres públicos. Segundo dados do grupo Tax Justice Network, com dados de 2011 do Banco Mundial, o Brasil é o segundo país que mais sonega impostos no mundo, deixando de arrecadar em tributos uma soma equivalente a 13,4% do PIB. A Rússia é o primeiro do ranking.

SAIU NA IMPRENSA

FONTE QUEBRA SILÊNCIO E JUSTIFICA VAZAMENTO

O autor da denúncia por trás dos Panama Papers quebrou o silêncio no dia seis de maio para explicar em detalhe como as injustiças dos paraísos fiscais o levaram a fazer o maior vazamento da história. A fonte, cuja identidade e gênero continuam desconhecidos, negou ser um espião. "A título de registro, não trabalho para governo algum ou para qualquer agência de inteligência, diretamente ou por empreitada, e nunca o fiz. Minha opinião é estritamente minha."

(...) "Empresas de fachada estão frequentemente associadas ao crime de evasão de impostos. Mas os Panama Papers demonstram, sem qualquer sombra de dúvida, que embora as empresas de fachada não sejam ilegais, por definição elas são utilizadas para realizar uma ampla gama de crimes sérios", escreveu a fonte. "A desigualdade de renda é uma das questões fundamentais da nossa época. A narrativa jornalística predominante teve como foco, até agora, o escândalo daquilo que é permitido e legal neste sistema. O que é permitido é, na verdade, escandaloso e deve ser mudado."

Observatório da Imprensa, 10/5/2016

celebridades. Isso poderia ser um indício do uso de empresas no exterior para esconder dinheiro obtido ilicitamente no Brasil. Essas pessoas estão associadas a 107 *offshores* administradas pelo escritório panamenho em paraísos fiscais.

O deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente afastado da Câmara dos Deputados sob acusação de manter dinheiro ilícito no exterior, aparece nos Panama Papers como dono de uma *offshore* que tem dois panamenhos à frente com o intuito de ocultar o nome do brasileiro. Os documentos também citam *offshores* ligadas a políticos de pelo menos sete partidos: PDT, PMDB, PP, PSB, PSD, PSDB e PTB. Entre os citados estão o deputado federal Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) e seu pai, o ex-governador de Minas Gerais Newton Cardoso, e o senador Edison Lobão (PMDB-MA).

Prática disseminada

Além de revelar o caminho do dinheiro proveniente da corrupção, o caso do Panama Papers mostra como os mais ricos e poderosos do mundo encontram formas de burlar suas obrigações fiscais. Com a conivência e a ajuda de instituições financeiras, empresas e milionários deixam de pagar impostos sobre suas fortunas, enquanto o cidadão comum é cada vez mais sobrecarregado com a carga tributária. O resultado dessa distorção é o aumento da concentração de renda em nível mundial e a redução da capacidade dos governos em oferecer serviços públicos (*veja boxe na pág. ao lado*).

Hoje, os paraísos fiscais acumulam juntos cerca de 10 trilhões de dólares, segundo relatório divulgado em junho deste ano pelo Boston Consulting Group (BCG). O estudo mostra que o volume mantido em *offshores* e contas secretas cresceu 3% no último ano e estima que continuará em alta. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2,5% a 5% do PIB (Produto Interno Bruto) de cada país no mundo têm origem ilícita. No Brasil, isso equivale a um montante de 37,5 bilhões a 75 bilhões de reais. Segundo a Global Financial Integrity, ONG que pesquisa o fluxo de circulação de dinheiro pelo mundo, nos últimos dez anos, o envio de dinheiro ilegal do Brasil para o exterior dobrou de US$ 14 bilhões em 2004 para US$ 28 bilhões em 2013.

De olho nisso, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade de estudo e orientação que reúne os países desenvolvidos e emergentes, vem elaborando fórmulas para combater a multiplicação das *offshores*. A principal estratégia é criar um sistema de trocas de informações financeiras entre as nações. Quem não cumprir as regras seria posto numa relação de países que não cooperam e estarão sujeitos a sanções. Cerca de 90 locais considerados paraísos fiscais já se comprometeram a adotar as normas até 2018. A OCDE espera com isso dificultar o uso de *offshore* para práticas ilegais. ☒

RESUMO

Lavagem de dinheiro

PANAMA PAPERS É uma grande investigação sobre um escritório de advocacia panamenho, o Mossack Fonseca, especializado na abertura de *offshores* em paraísos fiscais. Ela expôs como parte das pessoas mais ricas e poderosas do mundo protege sua fortuna de forma frequentemente ilegal. A investigação revelou 214 mil contas *offshore* de cidadãos e empresas de mais de 200 países, das quais 1,7 mil são de pessoas que declararam viver no Brasil.

POLÍTICOS E CELEBRIDADES Entre as pessoas que aparecem nos documentos estão políticos como o primeiro-ministro britânico David Cameron, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, e o ex-primeiro-ministro da Islândia, Sigmundur Gunnlaugsson. Também são citadas celebridades como Lionel Messi e Jackie Chan. No Brasil, pelo menos 57 brasileiros citados na Lava Jato aparecem na investigação.

LAVAGEM DE DINHEIRO Para que o dinheiro oriundo de atividades ilícitas possa ser gasto livremente, ele precisa passar por um processo para aparentar ter origem legal, conhecido por "lavagem do dinheiro". Quando se trata de valores muito altos, o dinheiro é enviado para paraísos fiscais.

PARAÍSOS FISCAIS São países ou regiões autônomas que cobram impostos a taxas inferiores à média internacional para quem mantém seu dinheiro em contas bancárias ou abre empresas lá. Por guardar sigilo sobre as informações bancárias, as instituições financeiras desses locais acabam atraindo dinheiro ilícito.

OFFSHORES São empresas que exigem pouca burocracia para ser abertas ou negociadas, o que permite que sejam criadas, fechadas ou vendidas rapidamente. Para quem age dentro da lei, a *offshore* é uma alternativa para se fazer investimentos ou adquirir bens no exterior, gastando menos com impostos. Mas, como protegem as informações sobre seus proprietários, acabam sendo o destino de grande parte do dinheiro ilícito do planeta, proveniente de evasão fiscal, corrupção, contrabando e tráfico de drogas e armas.

PAULO WHITAKER/REUTERS

OS GARGALOS DA INFRAESTRUTURA

Essenciais para o escoamento da produção agrícola, os investimentos em obras de logística e transportes avançam lentamente no Brasil

As exportações brasileiras de grãos atingiram quase 100 milhões de toneladas em 2015, um recorde. No entanto, o expressivo resultado das vendas externas de itens como soja, milho e farelo não é plenamente satisfatório porque o setor tem capacidade para crescer ainda mais. Entre os fatores que impedem as exportações do agronegócio de atingir seu pleno potencial, um dos mais críticos é a infraestrutura de transportes.

Um exemplo: o estado do Mato Grosso é o maior exportador de soja do país, concentrando um terço das vendas externas do produto. Para levar o produto até o litoral, de onde é despachado para o exterior pela via marítima, a

CRUZANDO O PAÍS
O desequilíbrio na matriz de transporte obriga caminhões a se deslocarem do Mato Grosso ao porto de Santos (SP)

A SITUAÇÃO DA MATRIZ BRASILEIRA

RODOVIAS

As rodovias são hoje o principal meio de transporte de passageiros e cargas no Brasil. São cerca de 1,7 milhão de quilômetros de estradas, com apenas 13% asfaltados. Pior: entre as pavimentadas, 48,6% se encontram em estado de conservação regular, ruim ou péssimo.

FERROVIAS

A malha ferroviária é menor do que a necessária e tem trechos precários. Quase totalmente privatizada a partir de 1997, os cerca de 30 mil quilômetros de ferrovias praticamente não se alteram há quatro décadas. Atualmente, somente 30% da produção brasileira é transportada sobre trilhos.

HIDROVIAS

Dos quase 42 mil quilômetros de rios navegáveis, apenas 22 mil são aproveitados. A expansão da rede depende da compatibilidade entre o destino geográfico dos rios e a direção dos fluxos de carga para transporte. A hidrovia Solimões-Amazonas responde por 77% do transporte hidroviário brasileiro.

PORTOS

Os portos estão entre os principais gargalos da matriz. Na ponta das redes rodoviária, ferroviária e fluvial, eles constituem a porta de saída de mais de 90% das exportações e de entrada de insumos industriais. O Brasil necessita ampliar seus portos e docas.

DUTOS E AEROPORTOS

O gasoduto Bolívia-Brasil é a principal via de transporte de petróleo e gás no país. O transporte aéreo corresponde a menos de 1% da matriz brasileira. O governo federal prioriza a reforma e a modernização de aeroportos como o Galeão (RJ) e Guarulhos (SP). Também recebem investimentos aeroportos ociosos com maior potencial para a intermodalidade, como o de Viracopos (SP).

maior parte segue de caminhão para os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) – em 2015, os dois portos exportaram quase 50 milhões de toneladas de grãos. Por sua vez, apenas 20 milhões de toneladas foram enviadas até os portos do chamado "arco-norte", como o de Santarém (PA), que fica mais próximo das áreas produtoras do Mato Grosso.

A razão pela qual a soja produzida no Mato Grosso precisa viajar mais de 2 mil quilômetros para chegar até os portos do Sul e do Sudeste é sintomática de um grave problema que o Brasil enfrenta há décadas: o país possui uma matriz de transporte insuficiente e desequilibrada.

Matriz de transporte

Matriz de transporte é o conjunto dos meios de que um país dispõe para transportar pessoas e, principalmente, mercadorias. A ideal é aquela que consegue equacionar de forma adequada as distâncias e a geografia das regiões a ser atravessadas, as características do produto transportado e as exigências econômicas e sociais, minimizando custos financeiros e ambientais. Ela inclui:

➲ **transporte terrestre**, composto de rodovias e ferrovias. As rodovias são indicadas para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não volumosas. Já as ferrovias são adequadas a trajetos médios e longos, para grandes volumes;

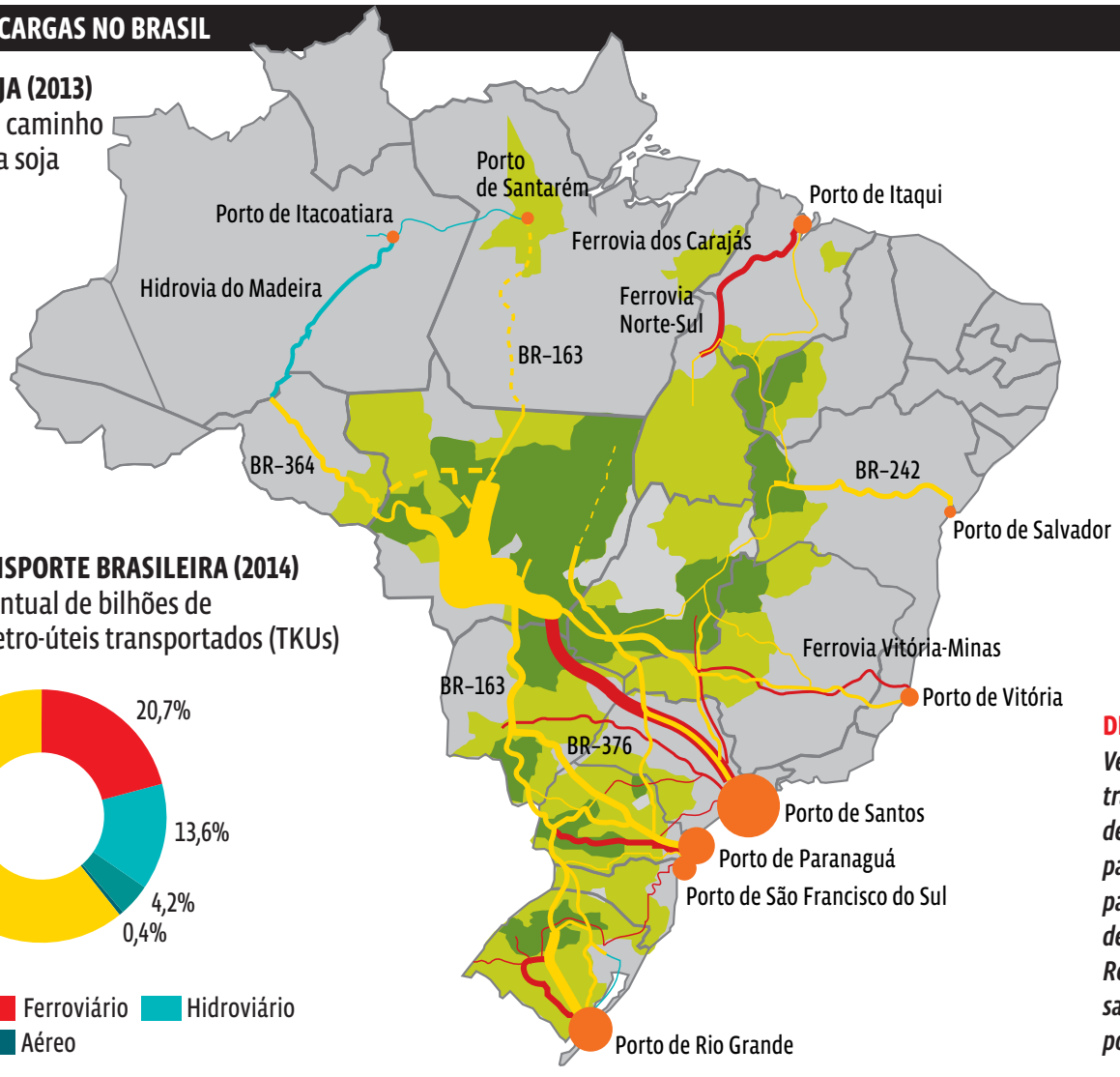
➲ **transporte aéreo**, dentro do país e para o exterior. O frete é mais caro, mas ideal para o transporte de cargas delicadas e perecíveis ou de urgência para as indústrias;

➲ **transporte hidroviário**, que inclui os rios, a navegação costeira (chamada cabotagem) e a transatlântica. É feito por barcaças e navios, que são mais lentos, porém muito mais baratos para grandes volumes;

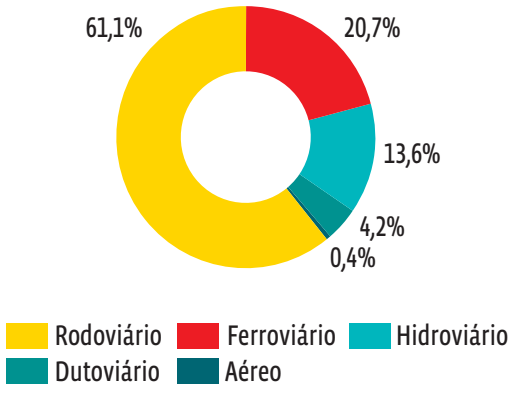
➲ **transporte por dutos ou tubulações**, fundamental para o transporte de gás, petróleo e água para a agricultura e a indústria. Também responde por parte do abastecimento urbano.

TRANSPORTES DE CARGAS NO BRASIL

O CAMINHO DA SOJA (2013)
Áreas produtivas e caminho para exportação da soja



A MATRIZ DE TRANSPORTE BRASILEIRA (2014)
Distribuição percentual de bilhões de toneladas-quilômetro-úteis transportados (TKUs)



DESEQUILIBRADA E INSUFICIENTE
Veja no gráfico como a matriz de transporte brasileira é excessivamente dependente das rodovias, por onde passam mais de 60% da produção do país. No mapa, fica evidente a carência de infraestrutura de transportes na Região Norte: a maior parte da soja que sai do Mato Grosso se dirige para os portos do Sul e do Sudeste.

Fonte: *Confederação Nacional do Transporte e IBGE*

Infraestrutura deficiente

O Brasil enfrenta um déficit de infraestrutura logística. Ou seja, faltam rodovias, hidrovias, ferrovias, aeroportos e estrutura portuária para atender a uma demanda reprimida. Afora isso, nossa matriz é extremamente desequilibrada. Um país de dimensões continentais como o Brasil, que movimenta mercadorias internamente e exporta grande volume de grãos e minérios produzidos em áreas distantes do litoral, deveria usar, de forma integrada, várias modalidades de transporte. Não é o que acontece. Mais de 60% de todo o transporte do país acontece em rodovias. As hidrovias, ideais para o transporte de grãos do interior para o litoral, representam apenas 13% da matriz (*veja gráfico acima e boxe na pág. anterior*).

A distorção na matriz de transporte brasileira data do século XIX. Até a década de 1920, a maior parte do frete era feita por ferrovias e por navegação. Entre 1928 e 1955, a rede de ferrovias cresceu 20%, enquanto a de rodovias aumentou em 400%. Essa expansão foi vinculada ao complexo agroexportador do café, principalmente na Região Sudeste. A expansão das rodovias foi mantida mesmo após a crise do café, em 1929, nos governos de Getúlio Vargas. Prosseguiu com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e sob o regime militar (1964-1985), períodos de expansão da indústria automobilística estrangeira no Brasil.

4 milhões de toneladas de soja e milho não foram produzidas em 2014 devido aos altos custos logísticos

Hoje, qualquer ideia sobre modernização, manutenção e expansão da matriz de transportes se baseia na intermodalidade ou **transporte intermodal** – a integração das várias opções de transporte. Por exemplo: transportar determinada carga por caminhão até um trem ou barcaça que a levará até um porto para exportação.

Custos elevados

A ausência de uma matriz de transporte eficiente acarreta prejuízos para os produtores e afeta a economia como um todo. O fato de a soja ter de percorrer uma distância maior encarece o produto e o torna menos competitivo no mercado externo. Um levantamento da Câmara de Logística do Ministério da Agricultura constatou que, em 2014, 4 milhões de toneladas de soja e milho deixaram de ser produzidas devido aos elevados custos logísticos, que inviabilizaram financeiramente o negócio.

O problema é que os investimentos em obras de infraestrutura que poderiam minimizar a situação andam em um ritmo menor do que o desejado. Segundo um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) encomendado pelo sindicato da construção (SindusCon-SP), o déficit de infraestrutura no Brasil é da ordem de 500 bilhões de dólares. Para efeito de comparação, em 2015, segundo projeções do setor, os investimentos em infraestrutura alcançaram 106,4 bilhões de reais, uma redução de 19% em relação ao ano anterior.

Concessões

Com as contas públicas desequilibradas, o governo federal não tem dinheiro em caixa para bancar as obras necessárias à ampliação da malha de transportes pelo Brasil. Uma das alternativas para desatar esse nó logístico tem sido a adoção de um modelo conhecido como concessão.

Concessão é um sistema pelo qual o governo transfere à iniciativa privada serviços de construção, reformas, infraestrutura e administração de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Nessa transferência, as empresas fazem um investimento que, naturalmente, terá algum retorno financeiro. Por exemplo, uma empresa assume as obras de duplicação de uma rodovia. Em troca, ela recolhe o pedágio cobrado dos motoristas. Para ganhar uma concessão, uma empresa deve oferecer em leilão a melhor oferta de serviços e investimentos – na construção de novos ramais ferroviários e terminais portuários – ou, no caso das rodovias federais, as menores tarifas de pedágio.

Público e privado

Mesmo antes do agravamento da crise política e econômica, o governo de Dilma Rousseff havia lançado um amplo pacote de concessões conhecido como Programa de Investimento em Logística (PIL), em 2012. No entanto, o projeto encontrou dificuldades para avançar devido ao fato de não haver empresas suficientemente interessadas em investir.

O setor privado reclama das restrições impostas pelo governo na participação dos leilões – as empresas não achavam o retorno financeiro suficientemente atraente para um negócio considerado arriscado. Entre as condições colocadas pelo governo para a parceria com o capital privado estava a limitação no período de concessão. Uma empresa que construísse uma rodovia, por exemplo, poderia explorá-la financeiramente por até 35 anos, período que os investidores consideram baixo para obter o lucro desejado. Além disso, as regras também fixavam uma taxa de retorno máximo para os investidores.

Para o governo, essas regras eram necessárias para garantir um retorno financeiro que considerava adequado aos cofres públicos e trazer mais benefícios aos usuários ao impedir que os investidores cobrassem preços abusivos de empresas e pessoas que utilizassem a malha de transportes.

Com o afastamento temporário de Dilma após a aprovação do processo de impeachment no Senado, em maio, o vice Michel Temer assumiu a presidência interina sinalizando que deve flexibilizar as regras das concessões, com o objetivo declarado de retirar os "excessos de interferência do Estado". Seja qual for o modelo de concessão adotado, o desafio do governo é atrair o capital privado sem que o Estado perca a capacidade de gerenciar os investimentos na matriz de transporte e garantir o retorno adequado à sociedade. ☒

SAIU NA IMPRENSA

PLANO DE TEMER PREVÊ PRIVATIZAR "TUDO O QUE FOR POSSÍVEL" EM INFRAESTRUTURA

Concessões, privatizações e parcerias público-privadas vão estar em um eventual governo Michel Temer, sob responsabilidade de um grupo técnico vinculado à Presidência da República. (...)

O grupo técnico seria responsável por deslanchar as concessões que já estão previstas de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias, com investimentos estimados em mais de R$ 30 bilhões. Também ficará responsável por qualquer outro tipo de privatização ou até mesmo PPPs, mesmo que de outras áreas, como na saúde. (...)

O novo órgão tem o objetivo de sinalizar ao mercado a intenção do governo de dar velocidade ao programa de concessões das obras de infraestrutura.

"O Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura", diz o documento "A Travessia Social" (...).

R7 notícias, 29/4/2016

RESUMO

Matriz de transporte

CONCEITO Matriz de transporte é o conjunto dos meios de transporte de carga e pessoas, via terrestre, fluvial, aérea e por dutos. Ela indica os volumes transportados e a distribuição, em porcentagem, desses volumes entre as diversas modalidades.

RODOVIAS A predominância das rodovias na matriz de transporte brasileira data dos anos 1920, com a exportação de café. Nos anos 1950, as estradas se tornaram prioridade diante da chegada de montadoras estrangeiras. Segundo representantes do setor de transportes, metade delas se encontra em estado de conservação regular, ruim ou péssimo.

DESEQUILÍBRIO O Brasil transporta 61,1% de carga por rodovias, 20,7% por ferrovias e 13,6% por hidrovias. A ênfase em rodovias distorce a matriz, já que ferrovias e hidrovias são mais indicadas para grandes volumes e distâncias maiores. A melhoria e o equilíbrio da malha de transportes é fundamental para evitar gargalos no escoamento da produção.

TRANSPORTE INTERMODAL Uma matriz moderna é aquela que inclui e integra as diversas modalidades de transporte – ferrovias, rodovias, hidrovias –, conforme sua adequação ao tipo e volume dos produtos transportados, as características geográficas (curso dos rios, por exemplo) e as distâncias a ser percorridas.

CUSTO ELEVADO Devido ao déficit de infraestrutura, os produtos brasileiros tornam-se menos competitivos no mercado externo, pois os produtores repassam o impacto do alto custo do transporte. Além disso, muitos fazendeiros produzem menos devido aos elevados custos logísticos, que inviabilizam o negócio.

CONCESSÕES Concessão é um sistema pelo qual o governo transfere à iniciativa privada a construção, reformas e administração de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos. As empresas investem em infraestrutura em troca de algum retorno financeiro, como o recolhimento de pedágio cobrado dos motoristas.

O DESAFIO DE ACEITAR AS DIFERENÇAS

Uma sucessão de episódios de intolerância – como homofobia, racismo, xenofobia, discriminação religiosa e política – assombram o Brasil e o mundo

COEXISTÊNCIA
Vigília em Nova York (EUA) homenageia as vítimas do massacre em uma boate gay de Orlando, em junho de 2016

CARLO ALLEGRI / REUTERS

Cerca de 200 pessoas dançavam na pista da Pulse, uma das principais boates gays de Orlando, na Flórida (Estados Unidos), quando a música deu lugar a rajadas de tiros, na madrugada do dia 12 de junho de 2016. O norte-americano Omar Mateen, de 29 anos, disparou contra os frequentadores do local, deixando 49 mortos e 53 feridos. Ele acabou morto em troca de tiros com policiais, horas depois do início do atentado.

Foi o maior massacre com arma de fogo da história do país e o atentado com o maior número de vítimas desde o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Muçulmano, filho de afegãos, Mateen telefonou para a polícia antes de cometer o brutal ataque e disse que agia em nome do grupo terrorista Estado Islâmico (EI), embora a relação entre o atirador e a organização extremista ainda não esteja clara.

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Barack Obama, classificou a ação como ataque terrorista e crime de ódio – a escolha de uma casa noturna gay não teria sido por acaso, já que o assassino se autodeclarava homofóbico. Mais uma vez, o mundo se via diante de um caso de intolerância contra a comunidade LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

A homofobia é a repulsa ou aversão aos homossexuais. Em muitas sociedades, o preconceito impede que gays possam exercer livremente a sua cidadania ou viver em segurança. Alvos de discriminação, são constantemente ameaçados com insultos ou agressões físicas que muitas vezes levam à morte. O pior acontece quando o preconceito se torna uma política de Estado. Em pleno século XXI, a prática homossexual é considerada crime em mais de 70 países. Em pelo menos oito deles, incluindo Irã e Arábia Saudita, a punição para quem se relaciona com alguém do mesmo sexo é a morte.

Homofobia no Brasil

No Brasil, o crescimento da homofobia associa-se com a cultura machista, o conservadorismo da sociedade e o fortalecimento de grupos religiosos mais radicais, entre católicos e evangélicos. A homossexualidade constituiria uma ameaça aos valores morais desses grupos, como a família, entendida exclusivamente como a união entre um homem e uma mulher.

Essa expansão se expressa, entre outras formas, pela força da chamada bancada evangélica no Congresso Nacional. Assim como outras frentes parlamentares, ela atua de forma coordenada para tratar de assuntos de seu interesse e vota de maneira coesa. Além disso, possui poder de articulação e capacidade de pautar temas da agenda política, como os projetos de lei conhecidos como Estatuto da Família e "cura gay". O primeiro, que tramita na Câmara dos Deputados, define família apenas como sendo a união entre homem e mulher, inviabilizando qualquer outro arranjo familiar e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. O segundo, que foi arquivado em 2013, mas voltou a ser apresentado em 2014, sugere que a homossexualidade é uma doença e, por isso, passível de ser tratada.

Mas o preconceito contra os homossexuais manifesta-se de forma mais repulsiva por meio dos assassinatos. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), que há três décadas coleta informações sobre homofobia, indicam que, em 2015, foram registrados 318 assassinatos de gays, travestis e lésbicas, vítimas de agressões físicas. São Paulo lidera a lista, com 55 assassinatos, seguido pela Bahia, com 33.

Freios contra o ódio

O massacre em Orlando e os assassinatos de homossexuais no Brasil podem ser considerados casos extremos de intolerância, quando o ódio se converte em homicídio. O problema é que, infelizmente, episódios como esses estão deixando de ser situações isoladas, assumindo diferentes formas: da discriminação sexual à xenofobia, passando pelo preconceito racial, de gênero e religioso, entre outros.

No Brasil, os casos de intolerância são fartos e diversos: a mulher que foi linchada e morta no Guarujá (SP) devido a boatos de que sequestrava e praticava rituais de magia negra com crianças, em maio de 2014; personalidades públicas, como a atriz Taís Araújo e a jornalista Maria Júlia Coutinho, xingadas em redes sociais devido à cor de sua pele, em 2015; a briga de torcedores que resultou na morte de uma pessoa e na determinação de que os clássicos de futebol em São Paulo tenham torcida única ao

INTOLERÂNCIA NA HISTÓRIA

A intolerância sempre acompanhou a história da humanidade. Já na Antiguidade Clássica, os romanos subjugavam os povos que dominavam por meio da imposição de sua cultura e civilização, consideradas por eles como superiores. Na Idade Média, os tribunais do Santo Ofício da Igreja Católica, ou Inquisição, capturavam, julgavam e puniam os infiéis, acusados de heresia, que defendiam doutrinas ou práticas contrárias às da Igreja. As penas variavam de retratação pública à execução na fogueira.

No Brasil, só para ficar em dois exemplos, temos a escravidão dos negros africanos, durante mais de três séculos (XVI a XIX) e a tortura de opositores do regime militar (1964-1985).

Mas o mais brutal episódio de intolerância foi o Holocausto, o massacre de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na Alemanha nazista de Hitler, os judeus foram perseguidos, confinados em guetos e depois deportados para campos de concentração, onde foram exterminados.

JUSTIN TALLIS/AFP

NACIONALISMO
Na Inglaterra, manifestante mostra bandeira do país com os dizeres "refugiados não são bem-vindos"

longo de 2016; e o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro, cujo vídeo foi divulgado na internet e chocou o mundo, em maio de 2016.

A palavra "intolerância" vem do latim *intolerantia*, que significa impaciência, incapacidade de aguentar. No sentido oposto, "tolerância" é o "direito que se reconhece aos outros de terem opiniões diferentes ou até opostas às nossas", ou seja, a aceitação da diferença, ainda que haja divergência.

A origem do conceito de tolerância, como conhecemos hoje, está na *Carta sobre a Tolerância*, do filósofo inglês John Locke (1632-1704), publicada em 1689. Um dos principais precursores do liberalismo, Locke defendeu os direitos dos indivíduos e a liberdade religiosa, no contexto do fim do absolutismo: "ninguém, portanto, não importa o ofício eclesiástico que o dignifica, baseado na religião, pode destituir outro homem que não pertence à sua igreja ou à fé, de sua vida, liberdade ou de qualquer porção de seus bens terrenos".

No século XVIII, os autores iluministas – que afirmam o predomínio da razão sobre a fé, representando a visão de mundo da burguesia – também se dedicaram ao tema. Para eles, as ações intolerantes contrariavam os chamados direitos naturais dos homens, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

O pensamento iluminista influenciou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. Ela estabelece os direitos básicos de todo ser humano, independentemente de nacionalidade, cor, sexo, orientação religiosa, política ou sexual (*veja mais na pág. 164*). Ela serviu de inspiração para a atual Constituição brasileira, promulgada em 1988 e chamada de constituição cidadã. Ela define que é "objetivo fundamental da República promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação". A tolerância com a diversidade está, portanto, garantida em nossa lei maior.

Cultura do medo

Um interessante entendimento das razões da intolerância é o da antropóloga e feminista francesa Françoise Héritier (1933-). Segundo ela, a intolerância está associada à dificuldade de reconhecer a expressão da condição humana no que nos é absolutamente diverso. Ser intolerante seria "restringir a definição de humano aos membros do grupo; os outros, sendo não humanos, podem ser tratados como tais".

Esta é uma das chaves para a compreensão de uma das causas do aumento da intolerância nos últimos tempos: a cultura do medo, reforçada pelas distâncias culturais e sociais. Muitas vezes isolados em espaços de convívio apenas entre seus pares, o indivíduo não reconhece no outro um semelhante, mas sim uma ameaça. Estabelece-se, assim, um padrão de comportamento no qual a ameaça provoca o medo, que se converte em ódio. Dessa forma, o indivíduo tenta legitimar a violência ou a negação de direitos àqueles que não compartilham os mesmos valores culturais e sociais.

Religião e xenofobia

Essa cultura do medo alimenta um dos mais brutais episódios de intolerância no mundo atualmente, protagonizado pelo Estado Islâmico (EI). Nas regiões em que ocupa, o grupo extremista impõe uma interpretação fundamentalista do islamismo, com imposição pelo terror, que inclui execuções por decapitação e açoitamentos, a fim de atingir aqueles que os extremistas consideram infiéis (minorias étnicas e religiosas e ocidentais) ou muçulmanos que teriam renegado a religião. Essas práticas levam milhares de habitantes desses locais a migrarem para outras regiões, como a Europa.

Muitas vezes, porém, as populações que deixam seus lares para trás, fugindo das atrocidades do EI, são vítimas de preconceito em muitos países da Europa. Com um discurso nacionalista, muitos partidos de extrema direita fazem uso político da questão, afirmando que os refugiados do Oriente Médio que chegam à Europa ameaçam os empregos e o conforto dos cidadãos europeus. O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, justifica as medidas que adotou para restringir a entrada de refugiados como necessárias para defender a "identidade cultural e religiosa da Europa" – é a cultura do medo manifestando-se como xenofobia e política de Estado.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

VIAS DE FATO Manifestantes pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff, em Brasília

A dificuldade em aceitar opiniões diferentes e abrir-se ao diálogo estimula a intolerância política

No Brasil, ainda que estejamos longe de vivenciar os extremismos do EI, os casos de intolerância religiosa começam a ganhar mais repercussão, mesmo em se tratando de um Estado laico – o que significa que não existe uma religião oficial e que a liberdade de culto é garantida pela Constituição Federal. Mas a maioria da população é cristã, e práticas religiosas africanas – como o candomblé e a umbanda – são frequentemente alvos de intolerância. Um exemplo é o que ocorreu em junho de 2015, quando a menina Kailane Campos, de 11 anos, foi apedrejada na cabeça quando saía de um culto de candomblé, no Rio de Janeiro.

Segundo dados levantados pelo Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), 63% dos casos de intolerância religiosa atingem as religiões de matrizes africanas no Brasil. No estado do Rio de Janeiro esse percentual sobe para 93%. Por consequência, esses casos refletem o quanto o racismo – e a perversa herança deixada pela escravidão – ainda está presente em nossa sociedade.

Petralhas e coxinhas

Mas é na esfera política que os ares tóxicos da intolerância se disseminaram com maior fluidez e contaminaram boa parcela da sociedade nos últimos meses. A polarização ideológica impulsionada pelo impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff tornou ainda mais visíveis as manifestações de ódio no mundo real e no virtual.

De um lado estavam os favoráveis ao afastamento, chamados pelos opositores de "coxinhas" (com o significado de "mauricinhos", "playboys", ideologicamente conservadores). Para eles, o Partido dos Trabalhadores (PT) constitui o epicentro da corrupção generalizada que mergulhou o país na maior crise econômica e política das últimas décadas, e aceitar essa situação significaria ser corrupto também.

De outro, os contrários ao impeachment, rotulados de "petralhas" (uma mistura de petistas e Irmãos Metralha, os atrapalhados ladrões da Disney). Estes destacavam os avanços sociais realizados pelo PT e afirmavam que o afastamento da presidente eleita democraticamente seria um "golpe" perpetrado pela elite com o objetivo de deter essas conquistas.

O resultado desse maniqueísmo simplista foi uma sucessão de ataques e manifestações de ira – brigas entre familiares por divergência política, exclusão de amigos nas redes sociais, políticos vaiados em lugares públicos, pessoas insultadas na rua por causa da cor de suas roupas e artistas, como o cantor e compositor Chico Buarque, hostilizados por suas opiniões políticas. O símbolo máximo dessa divisão foi a barreira de placas de metal que se estendeu por 1 quilômetro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), para separar os atos pró e contra o impeachment, na semana de votação do processo na Câmara dos Deputados, em abril de 2016.

A incapacidade de convívio com o diferente foi objeto da análise de vários especialistas, de sociólogos a psiquiatras. Segundo eles, quando as pessoas adotam um determinado posicionamento, seja político ou até relacionado a outro tema, isso acaba se tornando um traço da identidade e da personalidade do indivíduo. Abrir-se para opiniões divergentes ou revê-las significaria, assim, colocar em dúvida as próprias convicções, o que poderia representar um sinal de fraqueza e uma ameaça à sua própria identidade. Daí decorreria a dificuldade em aceitar opiniões contrárias. Essa impossibilidade de diálogo coloca em risco, no limite, a própria democracia, que pressupõe a convivência de ideias diferentes e a aceitação do outro.

Liberdade de expressão

Com a recorrência dos episódios de intolerância, no Brasil e no mundo, uma das questões que emerge é a do papel potencializador das novas tecnologias de comunicação, sobretudo das mídias sociais, na visibilidade e na repercussão desses fatos.

SAIU NA IMPRENSA

CASO DE PEDIATRA PROVOCA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA E ÉTICA PROFISSIONAL

Uma onda de debates acalorados se formou a partir do episódio em que o filho da suplente de vereadora Ariane Leitão (PT), de 1 ano e 1 mês, teve consulta médica desmarcada por questões partidárias em Porto Alegre. A pediatra, que comunicou via WhatsApp a sua decisão de não mais atender o menino pela filiação política da mãe, passou a ser alvo de críticas, defesas de classe e análises sobre a conduta ética da profissional. (...)

Para Jorge Carlos Machado Curi, diretor de saúde pública da Associação Médica do Brasil e membro do Conselho Federal de Medicina, o profissional "não deve colocar nenhum obstáculo de conotação religiosa, de gênero ou partidário" na relação com os pacientes. (...)

– Não pode ter preconceito ou obstáculo para atender ninguém. Mas não sendo uma situação de urgência e havendo quebra na relação com o paciente, ela pode fazer isso (*deixar de atender*) – avalia Curi. (...)

***Zero Hora*, 30/3/2016**

Com a internet, as discussões ganharam exposição pública e alcançaram um novo patamar. O anonimato ou a sensação de impunidade, propiciada pela mediação tecnológica e pelo distanciamento físico, leva as pessoas, que normalmente teriam um certo pudor em expor determinados pensamentos, a manifestar suas opiniões livremente, sem qualquer limite ético. Ao democratizar o acesso à informação, a internet deu voz a todos – tolerantes e não tolerantes.

Se é certo que numa sociedade democrática o direito de se expressar livremente deve ser garantido, como lidar com as opiniões que envolvem preconceito, apologia da violência ou incitação ao ódio? No Brasil, a Constituição assegura a livre expressão do pensamento. A essa garantia, contudo, se soma a proibição do anonimato, para que cada um assuma a responsabilidade pelo que diz. Aqueles que se sentem ofendidos podem requerer direito de resposta, além de indenização por dano material, moral ou à imagem. Mas a liberdade de expressão tem, sim, limite, uma vez que a Constituição também condena todas as formas de preconceito.

Criminalização

A legislação brasileira já prevê regulamentações específicas para crimes de preconceito e intolerância contra grupos específicos da sociedade. O racismo, por exemplo, é crime inafiançável (que não prevê o pagamento de fiança) e imprescritível (que não prescreve, ou seja, que não perde a validade) (*veja mais na pág. 150*). O feminicídio – assassinato de uma mulher por razões de condição do sexo feminino – tornou-se crime hediondo em 2015, o que significa que os condenados por esse delito merecem a pena máxima de reclusão (30 anos), não têm direito a indulto (perdão) ou anistia, e nem a responder o processo em liberdade mediante o pagamento de fiança. No mesmo ano, a Lei 13.146/15 instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que criminaliza a discriminação da pessoa em razão de sua condição.

Há pelo menos uma delegacia especializada em crimes de intolerância no país, a Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), em São Paulo (SP), que investiga casos de racismo, homofobia e xenofobia, entre outros.

O caminho para superar a intolerância passa pelo acesso à informação e à educação. A fim de alertar, principalmente adolescentes e jovens, para o problema da intolerância e do preconceito, o Ministério Público de São Paulo lançou, em 2015, a campanha *Quem Se Dá Bem com Gente, Se Dá Bem na Vida*. A iniciativa incluiu o lançamento, em 2016, de uma cartilha que descreve as características dos principais tipos de intolerância. ☒

PARA IR ALÉM O filme *Milk – A Voz da Igualdade* (de Gus Van Sant, 2008) é baseado na história real de Harvey Milk, um ativista pelos direitos dos homossexuais que consegue se eleger a um cargo público nos Estados Unidos, nos anos 1970.

RESUMO

Intolerância

INTOLERÂNCIA É a não aceitação da diferença e a incapacidade de reconhecer opiniões diversas. Manifesta-se sob diversas formas, como racismo, homofobia, xenofobia, bullying, preconceito religioso e político e discriminação de pessoas com deficiência e idosos.

MULTIPLICAÇÃO DE CASOS Episódios de intolerância são frequentes na história, sendo o holocausto judeu o exemplo máximo. Entre os mais recentes estão os atentados terroristas em Paris, em 2015, e o massacre ocorrido em Orlando (EUA), em 2016. No Brasil, a polarização ideológica impulsionada pelo impeachment da presidente levou a um aumento das manifestações de ódio na internet e fora dela.

POSSÍVEIS CAUSAS Estudiosos apontam que a intolerância está relacionada à cultura do medo, que é reforçada pelas distâncias culturais e sociais e segregação dos espaços. Ao não reconhecer o outro como um semelhante, ele se torna uma ameaça. Dessa forma, o indivíduo tenta legitimar a violência ou a negação de direitos àqueles que não compartilham os mesmos valores na sociedade. A intolerância política, que se exacerbou no Brasil, decorre da dificuldade em aceitar opiniões contrárias e abrir-se para o diálogo.

O PAPEL DA INTERNET Com as novas tecnologias de informação, sobretudo com as redes sociais, as discussões e suas respectivas repercussões ganham exposição pública e são lançadas em um novo patamar – o mesmo ocorre com as opiniões preconceituosas e discriminatórias. O anonimato ou a sensação de impunidade, dada pelo distanciamento físico, leva as pessoas a se manifestarem sem limite moral ou ético.

LIMITES DA LIBERDADE O crescimento da intolerância reacendeu o debate sobre até onde pode ir a liberdade de expressão. A Constituição brasileira garante a livre expressão das ideias, mas também condena todas as formas de preconceito e discriminação. O racismo, por exemplo, é crime inafiançável e imprescritível.

PAULO WHITAKER/REUTERS

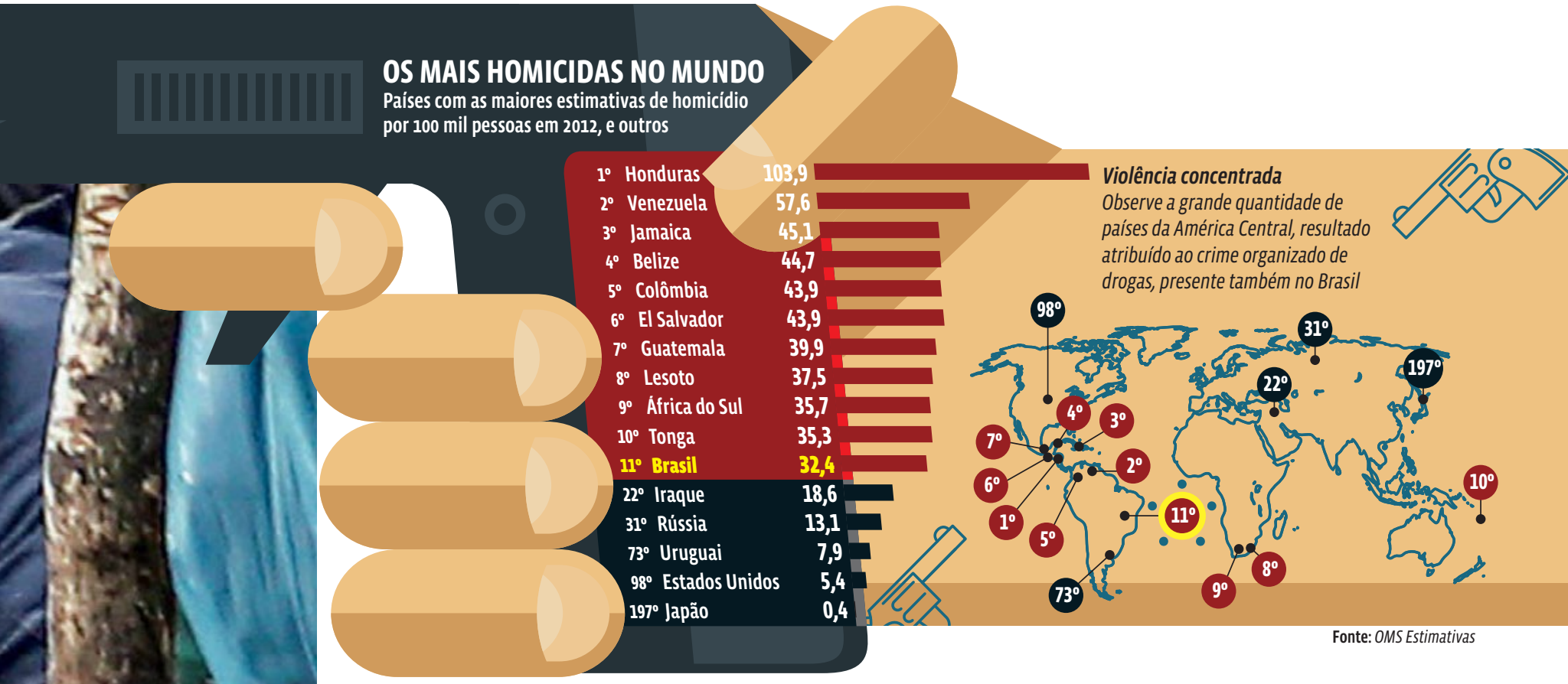
UM PAÍS COM SANGUE NAS MÃOS

As violações da polícia no Brasil são denunciadas por órgãos de defesa dos direitos humanos e refletem uma sociedade cada vez mais violenta

Infográfico **Mario Kanno/Multi-SP**

Os abusos policiais contra manifestações civis têm se tornado sistemáticos em diversos lugares do Brasil. O protesto do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), realizado no dia 1º de junho de 2016, na Avenida Paulista, em São Paulo, foi mais um entre tantos que terminou sob forte repressão da Polícia Militar (PM). Em meio à confusão, uma mulher foi golpeada e violentamente jogada no chão por um policial. A cena da agressão à manifestante foi filmada e divulgada nas redes sociais, causando forte indignação.

A atuação da polícia brasileira nas manifestações populares é apenas a ponta mais visível de um iceberg de violações que inclui ainda crimes por vingança,



Fonte: *OMS Estimativas*

TRUCULÊNCIA
Mulher é dominada por um policial militar durante protesto na Avenida Paulista, em São Paulo, em junho

desaparecimentos forçados e execuções. Em junho, dois casos de crianças mortas pela polícia de São Paulo ganharam ampla repercussão nacional. Ítalo Ferreira de Jesus Siqueira, de 10 anos, morreu com um tiro na cabeça por policiais militares. Poucos dias depois, Waldik Gabriel Silva Chagas, de 11 anos, foi morto pela Guarda Civil Metropolitana com um disparo na nuca. Em ambos os casos, os garotos estavam em carros roubados, e as investigações apuram se eles foram vítimas de execução ou troca de tiros.

Abusos policiais

A violência da polícia brasileira, principalmente sua letalidade no policiamento preventivo e no combate à criminalidade, chama a atenção de entidades de defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior. Segundo o Atlas da Violência, uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 3.009 pessoas morreram assassinadas em ações das polícias Civil e Militar em todo o país em 2014 – um aumento de 27% em relação ao ano anterior. O número é considerado altíssimo nas comparações internacionais, evidenciando o uso abusivo da força letal como resposta pública ao crime e à violência.

De modo geral, os assassinatos de civis por policiais aparecem nos boletins de ocorrência como "auto de resistência" ou "homicídio decorrente de intervenção policial", o que, em tese, caracterizaria mortes lícitas no entender da Justiça, decorrentes de confrontos. Ou seja, parte-se do pressuposto de que o policial agiu em legítima defesa. Mas isso nem sempre condiz com a realidade, já que a coleta dos dados é feita sem o rigor e a transparência necessários. Em muitos casos, essas situações acabam camuflando mortes de civis inocentes.

Também representam graves casos de violações policiais as chamadas execuções extrajudiciais. Essa realidade ficou bem demonstrada na chacina ocorrida nas cidades de Barueri e Osasco, na Grande São Paulo, em agosto de 2015, quando 19 pessoas foram assassinadas. As investigações em andamento apontam o suposto envolvimento de policiais militares e guardas civis no crime. Os assassinatos teriam sido motivados por um sentimento de vingança, uma retaliação contra colegas mortos por criminosos. Segundo a Anistia Internacional, os policiais envolvidos nesse tipo de crime desfrutam de "quase total impunidade", o que só agrava a situação.

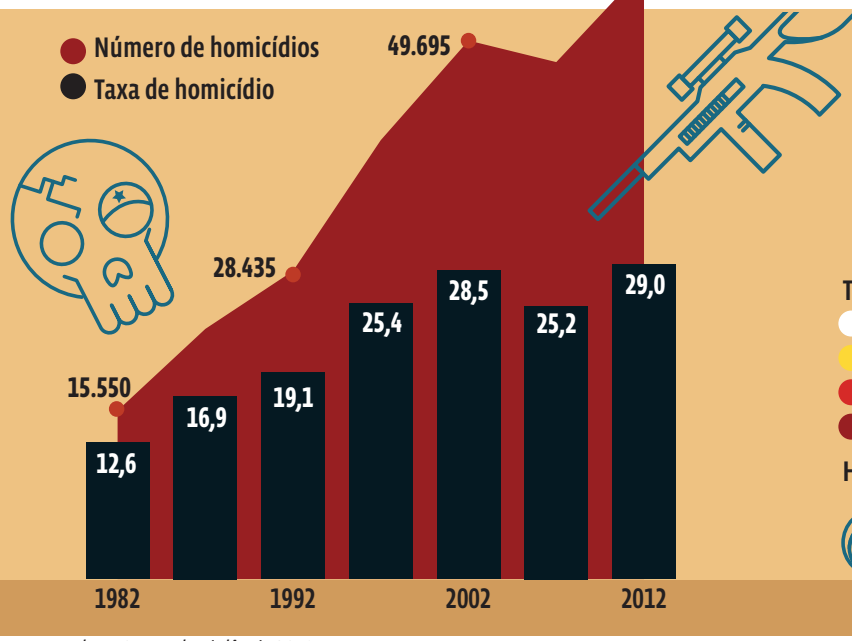
A cadeia de comando

A truculência da PM em diversos episódios recentes acaba expondo a figura do agente policial, que, na verdade, responde a uma cadeia de comando liderada pelos governadores dos estados, que são os responsáveis diretos por garantir a segurança da população e combater a criminalidade. Para muitos especialistas, os governantes e as autoridades de segurança comportam-se de forma passiva, tolerando os abusos e não punindo devidamente os responsáveis. Em última instância, são os governadores que direcionam a atuação dos agentes e impõem – ou não – os limites à repressão.

O que se discute é o padrão operacional das polícias dentro de um modelo de segurança pautado pela "lógica do enfrentamento e da garantia da ordem acima de direitos", de acordo com o Atlas da Violência. Especialistas apontam que a separação das funções das polícias Civil e Militar, adotada durante a ditadura militar (1964-1985) e mantida pela Constituição de 1988, é uma das causas da violência policial. A Polícia Militar ficou responsável pela preservação da ordem pública e passou a fazer todo o policiamento das ruas,

HOMICÍDIOS NO BRASIL

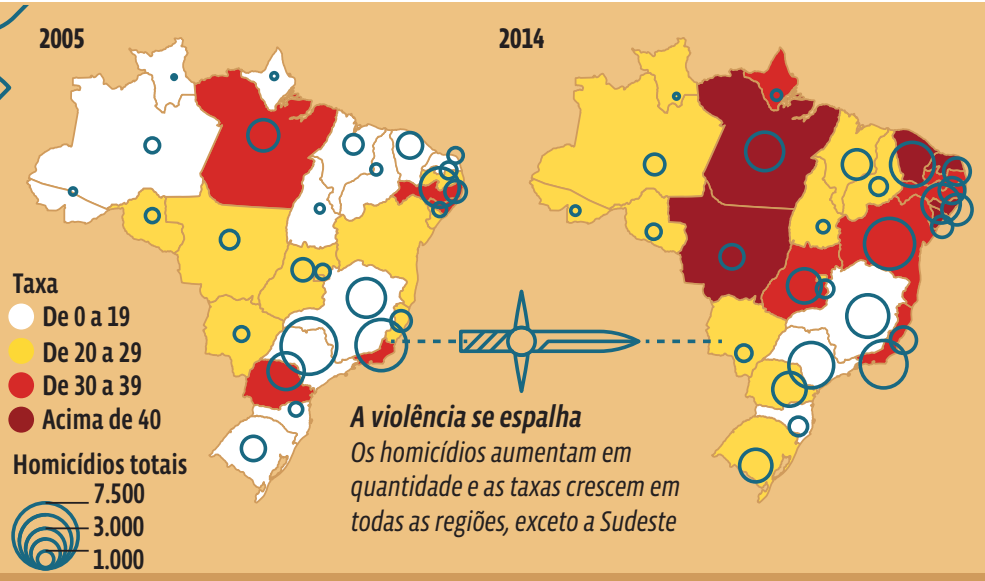
Evolução em número e em taxa por 100 mil habitantes



Fonte: *Flacso/Mapa da Violência 2014*

MORTES NOS ESTADOS

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, e número de casos, por estado



Fonte: *FBSP 7º e 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*

A aceitação de parte da sociedade para os abusos policiais fortalece a repressão e a cultura da violência

NILTON FUKUDA/ESTADÃO CONTEÚDO

DESESPERANÇA Velório de Waldik Chagas, de 11 anos, morto pela polícia, em São Paulo, em junho

enquanto o trabalho da Polícia Civil ficou restrito à investigação e apuração de crimes, exceto os crimes militares. Além disso, como resquício da ditadura, foi mantida pela Polícia Militar uma postura repressora e abusiva de ataque ao "inimigo", reproduzida até hoje na sua atuação e na formação e treinamento dos jovens policiais.

Além disso, os policiais estão inseridos em um sistema de segurança que não valoriza o trabalho do agente e não garante as condições básicas para a atividade. Os baixos salários, a falta de treinamento e equipamentos adequados, serviços de inteligência precários e o despreparo psicológico da polícia para lidar com situações de extrema tensão acabam potencializando os erros e as consequentes mortes nas ações policiais.

O resultado disso é que, além de matar muito, a polícia também acaba sendo vítima dessa política de segurança ineficaz. Em 2013, 408 policiais foram mortos; em 2014, outros 398 policiais – média de pelo menos um por dia – segundo o FBSP. Um dado que chama a atenção é que do total de policiais brasileiros assassinados em 2014, 320 não estavam trabalhando oficialmente no momento da morte. Uma das explicações para esse fenômeno é que, devido à baixa remuneração, muitos policiais prestam serviço por conta própria, fazendo "bicos" para aumentar a renda. Essa é uma das situações em que vários deles perdem a vida, quando estão sem o apoio de colegas. Muitos são também mortos por perseguição de facções criminosas fora do trabalho.

Cultura da violência

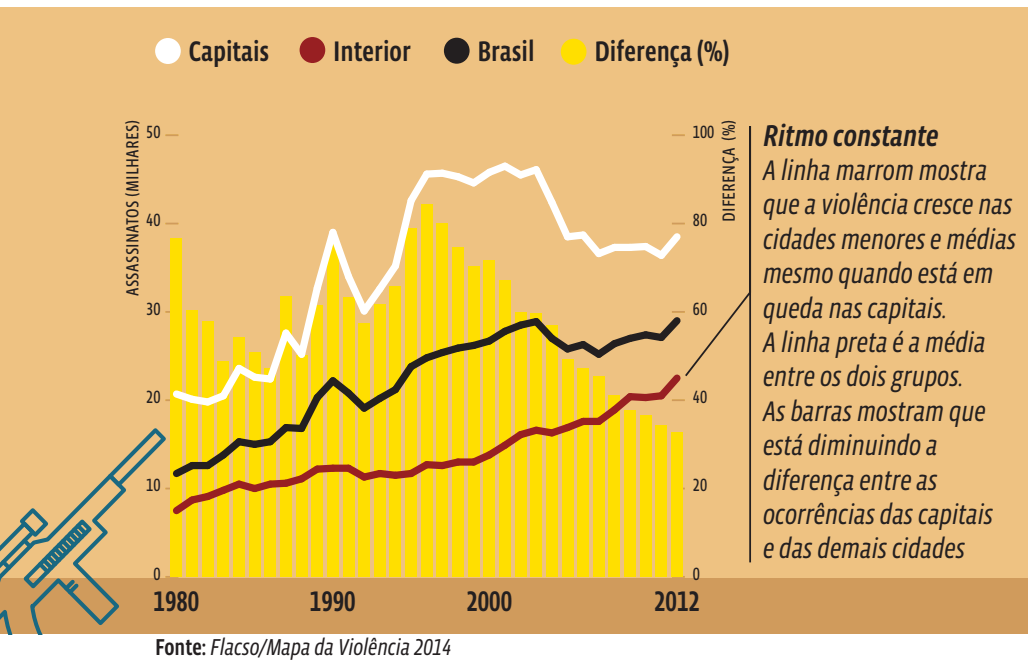
Por trás dos abusos policiais está uma sociedade cada vez mais permissiva com atos indiscriminados de violência. Segundo o FBSP, a percepção pela sociedade de que o sistema de segurança pública não é capaz de investigar e punir os criminosos aumenta a sensação de abandono pelo poder público e acaba dando protagonismo aos agentes policiais, responsáveis pelas abordagens a suspeitos e prisões em flagrantes.

Dessa forma, os policiais que cometem abusos acabam sendo aceitos por boa parcela da sociedade como um "herói vingador" que combate o "inimigo". Uma pesquisa realizada pelo FBSP e pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 2015, ajuda a reforçar essa percepção: metade dos entrevistados disse concordar com a frase "bandido bom é bandido morto".

A legitimação de parcela da sociedade para os abusos policiais também tem

OS CRIMES VÃO AO INTERIOR

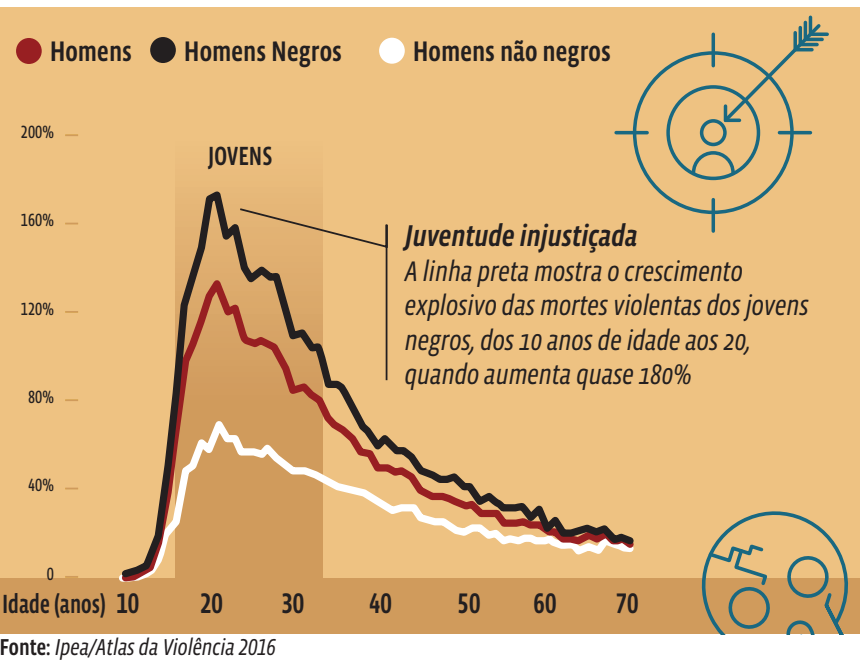
Avanço dos registros de assassinatos das capitais para cidades menores



Fonte: *Flacso/Mapa da Violência 2014*

HOMENS JOVENS NEGROS SÃO OS MAIS VITIMADOS

Evolução das mortes violentas conforme cor/raça, por idade



Fonte: *Ipea/Atlas da Violência 2016*

SAIU NA IMPRENSA

O BRASIL QUE MATA SEU FUTURO A BALA

A cada 24 horas, 29 crianças e adolescentes entre 1 e 19 anos de idade são assassinados no Brasil, uma sala de aula inteira morta por dia. A grande maioria das vítimas é negra. Ao final de um ano, a contagem chega a 10.520 vítimas fatais. E o mais assustador é que no período de 1980 a 2013 esse número cresceu 475%, e segue em tendência de alta. Se analisada a taxa de homicídios por 100.000 habitantes, o aumento foi de 426%, de 3,1 para 16,3. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera como epidêmicas taxas acima de 10. Comparado com outros 85 países, o Brasil fica em 3º lugar no ranking de homicídios de crianças e adolescentes, atrás apenas de México e El Salvador, nações que enfrentam sérios problemas de disputa de gangues e cartéis de drogas.

Os dados estão no relatório Violência Letal contra as Crianças e Adolescentes do Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e divulgado nesta quinta-feira. (...)

El País, 30/6/2016

reflexos políticos. Para angariar mais votos, muitos candidatos a deputados estaduais e federais enaltecem as ações enérgicas da polícia. Uma vez no poder, esse grupo de políticos acaba atuando de forma coordenada para manter as atuais políticas de segurança focadas no uso da força.

Esse cenário fomenta uma espiral de violência na qual aceita-se a cultura de matar e morrer entre policiais e criminosos. Nas palavras do FBSP, "estamos diante de um 'mata-mata' extremamente cruel, que incentiva a ideia de policial vingador, porém não oferece aos quase 700 mil policiais nada além de uma insígnia de herói quando de suas mortes em 'combate'".

Violência epidêmica

As violações da polícia no Brasil não podem ser analisadas fora do contexto da violência social. Segundo o Atlas da Violência, houve pelo menos 59.627 assassinatos no Brasil em 2014, a maior taxa já registrada no país. Os números indicam que 13% dos homicídios em todo o mundo naquele ano aconteceram em solo brasileiro. Em termos relativos, os homicídios representam uma taxa de 29,1 mortes por 100 mil habitantes, uma das maiores do mundo. O índice é quase três vezes maior do que a taxa considerada epidêmica pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 10 mortes por 100 mil habitantes.

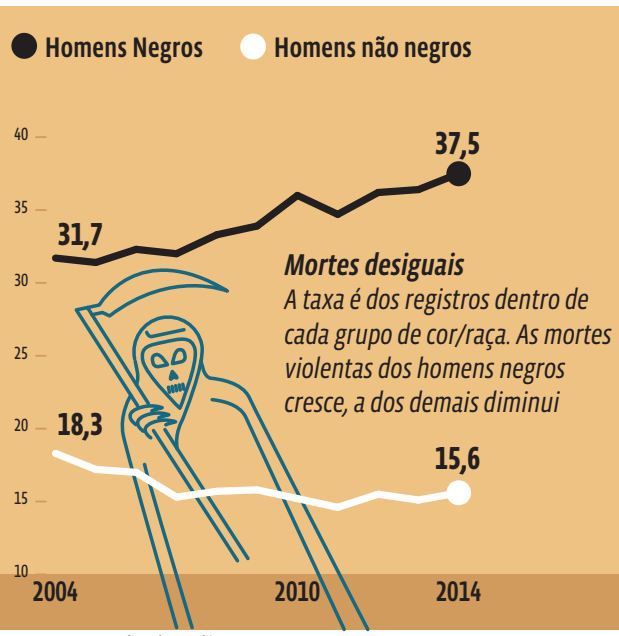
Segundo informações do Atlas da Violência, chama a atenção como as mortes vêm se disseminando de forma heterogênea, levando-se em consideração os fatores geográficos, étnicos e socioeconômicos dos grupos mais atingidos. O número de homicídios tem avançado para as cidades menores no interior do país e no Nordeste principalmente. Os seis estados que apresentaram mais de 100% de aumento na taxa de homícidio entre 2004 e 2014 são dessa região – Ceará, Sergipe, Paraíba, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte, este último com um aumento de 308,1%, no período.

Os dados também revelam o alto índice de mortalidade entre os jovens e negros. O pico de homicídios para os homens ocorre aos 21 anos. Com essa idade, pretos e pardos possuem 147% mais chances de serem assassinados em relação a indivíduos brancos, amarelos e indígenas. O fator escolaridade também influi nas taxas de homicídio. As chances de uma pessoa com até sete anos de estudo sofrer homicídio são 15,9 vezes maiores do que as de quem cursou o Ensino Superior.

Na comparação internacional, o Brasil registra o maior número absoluto de assassinatos no mundo entre países que não estão em guerra. Levantamento feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), em 2012, aponta a maior incidência do mundo em Honduras, país convulsio-

CRESCE O ASSASSINATO DE NEGROS

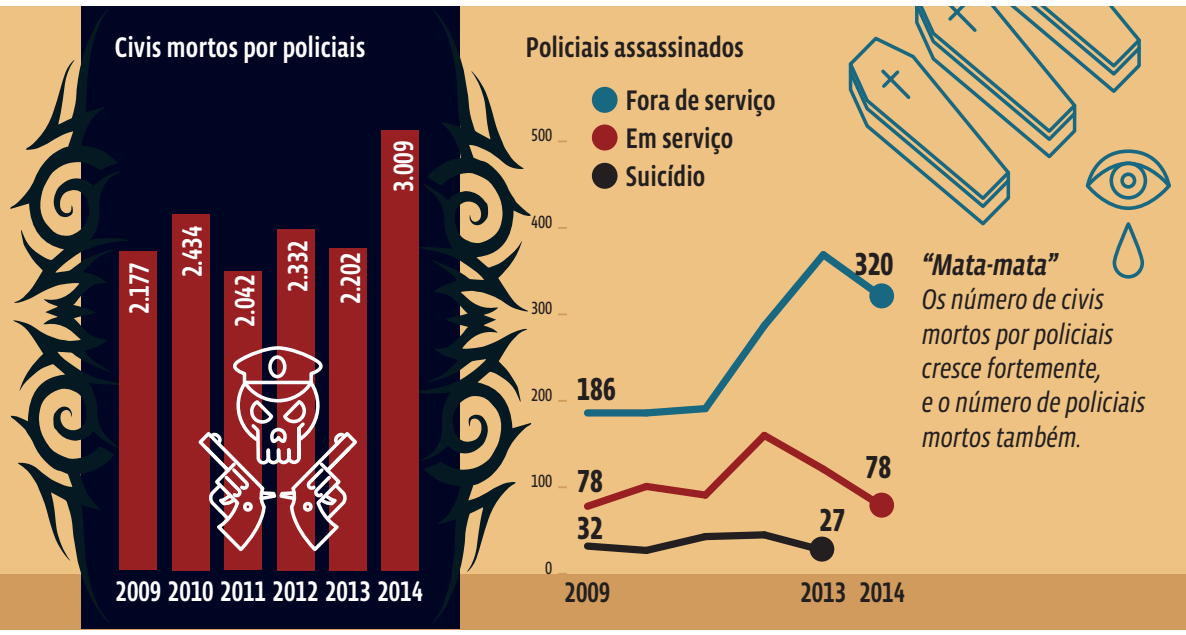
Mortes conforme cor/raça, por 100 mil habitantes



Fonte: *Ipea/Atlas da Violência 2016*

POLICIAIS MATAM MUITO E MORREM TAMBÉM

Letalidade e vitimização das polícias



Fonte: *FBSP/Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015*

A urbanização acelerada e o inchaço das periferias criam condições para a criminalidade

MÁRCIO FERNANDES/ESTADÃO CONTEÚDO

ENCARCERADOS A superlotação no presídio de Pedrinhas, em São Luís (MA), viola os direitos humanos no Brasil

nado por gangues criminosas, seguido pela Venezuela. O Brasil aparece na 11ª posição (*veja gráfico na pág. 145*).

Além dos assassinatos, chama a atenção no Brasil o elevado número de estupros em 2014 – mais de 47 mil, o segundo maior índice mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Há ainda números alarmantes de outras categorias de crimes, como roubos, assaltos, porte ilegal de armas de fogo e drogas apreendidas.

Causas da violência

É impossível entender as causas da violência no Brasil sem contextualizar a situação da segurança pública com as condições socioeconômicas do país. Segundo um estudo do PNUD, a violência no Brasil tem componentes semelhantes à dos outros países latino-americanos, o que torna essa região a mais insegura do mundo. Veja os principais aspectos que explicam essa violência persistente.

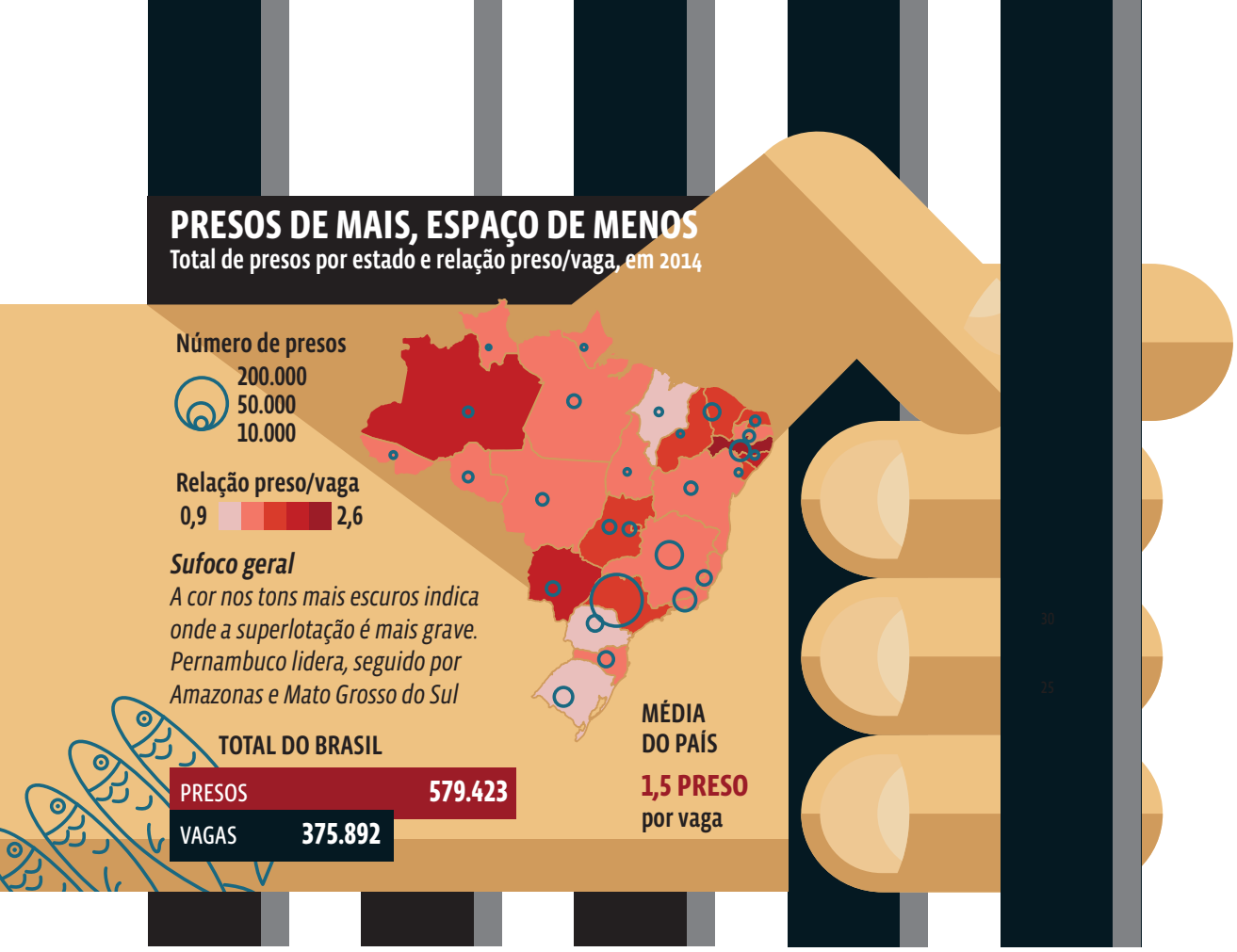
- **Demografia** Os países latino-americanos que tiveram crescimento da população urbana superior a 2% ao ano por longos períodos apresentaram aumento da violência, à exceção de Colômbia e Paraguai.

- **Inchaço das periferias** O crescimento urbano rápido e desordenado, acelerado pela migração do campo para as cidades, criou periferias pobres, sem os serviços públicos adequados, como escolas e centros de lazer, o que gera criminalidade e as condições para a formação de quadrilhas e o tráfico de drogas.

- **Juventude em risco social** Situações como deixar a casa antes dos 15 anos de idade, não ir à escola ou ter um lar desestruturado sem pai ou mãe afeta diretamente na iniciação do jovem no crime. Segundo o Ministério Público de São Paulo, dois em cada três jovens da Fundação Casa vieram de lares sem o pai, e grande parcela deles não tem qualquer contato com o pai.

- **Armamentos** A facilidade de acesso a armas mortíferas, principalmente as armas de fogo.

- **Desigualdade social** As altas aspirações de consumo de bens e serviços (de tênis de grife a eletrônicos, por exemplo) somam-se à relativa falta de mobilidade social (avanço em qualidade de vida econômica e social) gerando assaltos, roubos e furtos.



Este último fator revela por que o desenvolvimento econômico desfrutado por muitos países da América Latina nos últimos anos não veio acompanhado de redução da violência. Em 2013, o PNUD divulgou um relatório de direitos humanos específico para a América Latina, intitulado Segurança Cidadã com Rosto Humano: diagnóstico e propostas para a América Latina, em parceria com a OMS e o UNODC. Segundo a instituição, o estudo revela um paradoxo: "Na última década, a região foi palco de duas grandes expansões: a econômica, mas também a criminal. Apesar das melhorias sociais, a região continua a ser a mais desigual – e a mais insegura do mundo. Enquanto a taxa de homicídios diminuiu em outras regiões, o problema tem aumentado na América Latina".

Crise penitenciária

Uma das consequências do elevado número de crimes e da insuficiência de investimentos públicos em segurança é a sobrecarga das prisões. O Brasil é um dos países que mais prendem pessoas, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia.

Segundo o FBSP, o número de detentos triplicou entre 1999 e 2014, ano em que a população carcerária somou 579.423 pessoas. Como o número de vagas existentes é menor, 375.892, há uma falta de 203.531 vagas nas prisões do país. Em outras palavras, é 1,5 preso para cada vaga, e em alguns estados esse índice sobe ainda mais. Assim, há casos de condenados pela Justiça que cumprem pena em cadeias públicas e delegacias policiais, que deveriam ser usadas só para manter presos os acusados enquanto aguardam o desfecho do processo.

Além disso, a lentidão e a ineficiência da Justiça agrava a superlotação dos presídios. Entre os mais de 500 mil detentos estão 222 mil sem julgamento ou condenação à prisão, devido à morosidade da Justiça. Essas 222 mil pessoas estão presas com a chancela de "provisórios".

A superlotação agrava a precariedade das penitenciárias. Um dos casos mais emblemáticos sobre a crise no sistema penitenciário ocorre no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, onde as péssimas condições de aprisionamento propiciam uma guerra entre facções rivais. Celas lotadas, falta de condições sanitárias, entre outros problemas, contribuem para a violência interna e o crescimento das facções criminosas, ao facilitar o contato entre presos perigosos e os detidos por delitos leves, em vez de proporcionar sua recuperação para a sociedade. ☒

PARA IR ALÉM O filme *Tropa de Elite 1* (de José Padilha, 2007) mostra a ação do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) na guerra entre a polícia e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em *Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora é Outro (2010)*, o foco é o sistema de segurança pública e as conexões entre a política e o crime.

RESUMO

Violência

VIOLÊNCIA POLICIAL A atuação agressiva da polícia brasileira em manifestações civis chama a atenção de entidades de defesa dos direitos humanos. Entre os abusos da polícia também se destacam crimes por vingança, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Em 2014, 3.009 pessoas morreram assassinadas em ações das polícias Civil e Militar em todo o país. O índice evidencia o uso abusivo da força letal como resposta pública ao crime e à violência.

CULTURA DA VIOLÊNCIA O sistema de segurança no Brasil, pautado pela lógica do enfrentamento, é um resquício da ditadura militar (1964-1985), com a Polícia Militar adotando uma postura repressora e abusiva de ataque ao "inimigo", que é reproduzida até hoje na sua atuação. A percepção de uma parcela da população de que o sistema de segurança pública não é capaz de investigar e punir os criminosos dá respaldo a esse modelo repressivo.

VIOLÊNCIA SOCIAL O Brasil registra o maior número de homicídios no mundo, com 59 mil pessoas assassinadas em 2014. O maior número de mortos está na faixa jovem, de 15 a 29 anos, principalmente negros do sexo masculino. A partir dos anos 2000, o número de homicídios diminuiu nas capitais e em regiões metropolitanas, mas cresceu em cidades médias e pequenas.

CAUSAS DA VIOLÊNCIA Segundo a ONU, podem motivar a violência epidêmica no país o crescimento acelerado da população, a urbanização desordenada, que provoca o inchaço das periferias e a favelização, a desigualdade social, as falhas na educação familiar e pública dos jovens, e a facilidade de acesso às armas.

SISTEMA PRISIONAL Em 2014 o país tinha 579 mil presos para apenas 375 mil vagas em penitenciárias. O excedente de detentos cresce também devido à lentidão da Justiça, pois mais de 200 mil estavam presos em 2014 sem terem sido julgados e condenados. Essa situação viola os direitos humanos e potencializa as rebeliões e as brigas entre as gangues nas prisões.

REDE GLOBO/DIVULGAÇÃO

O RACISMO REVELADO PELAS REDES SOCIAIS

No Brasil, casos de intolerância racial com personalidades negras pela internet reforçam a necessidade do debate sobre a desigualdade

Por **Maria Fernanda Teperdgian**

Recentemente, três situações de racismo pelas redes sociais ganharam destaque na imprensa. Em julho e outubro do ano passado, a jornalista Maria Júlia Coutinho, a Maju, e a atriz Taís Araújo, respectivamente, foram alvos de comentários racistas no Facebook. Em maio deste ano, a cantora Ludmilla também sofreu ofensas que foram publicadas em uma das suas redes sociais na internet. Os casos são semelhantes entre si: perfis falsos nas redes sociais ofendem as três personalidades com comentários preconceituosos como "cabelo de esfregão" e "macaca".

Em relação à jornalista Maju, o Ministério Público solicitou à Promotoria de Investigação Penal que acompanhasse

INTOLERÂNCIA
A apresentadora do tempo Maria Júlia Coutinho, a Maju, da Rede Globo, foi vítima de racismo nas redes sociais

o caso junto à Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), responsável por investigar todos os crimes ocorridos na internet. Integrantes de quatro grupos foram identificados como suspeitos de publicarem as ameaças racistas. O relatório da promotoria listou mensagens postadas na página do Facebook do *Jornal Nacional* contra a apresentadora, e mantiveram os 25 pedidos de busca e apreensão que foram cumpridos em oito estados. No caso da atriz Taís Araújo, cinco pessoas que fazem parte de um mesmo grupo foram detidas em uma operação policial.

Intolerância nas redes sociais

Os episódios exemplificam como a internet tem servido de palco para o ódio às diferenças. As manifestações de racismo e injúria racial nas redes sociais (*veja a diferença entre os crimes no boxe ao lado*) escancaram a realidade preconceituosa que ainda existe no Brasil, alimentadas pela ideia de que a internet seria um território sem lei: um espaço público em que cada um pode falar o que quiser. Sob a proteção do anonimato, muitos agressores criam perfis falsos para deixar registros de incitação ao ódio e comentários de cunho racista nas redes sociais.

É possível ter uma dimensão da amplitude desse problema a partir dos dados da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (Safernet). A organização desenvolveu um sistema automatizado para registrar as denúncias, que permite ao internauta acompanhar, em tempo real, cada passo do andamento das ocorrências. Em dez anos, a Safernet recebeu 525.311 denúncias anônimas de racismo envolvendo 81.732 páginas distintas, das quais apenas 18.287 foram removidas. De 2006 para 2015, o número de denúncias anual saltou de 25.690 para 55.369, mais do que o dobro na taxa de aumento (115%).

A DIFERENÇA ENTRE RACISMO E INJÚRIA RACIAL

De modo geral, pode-se dizer que o racismo é a manifestação de um preconceito contra toda a raça, enquanto a injúria racial é dirigida a uma pessoa ou a um grupo específico.

O crime de injúria racial está previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal e consiste em ofender a dignidade de alguém "na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência". A pena pode chegar a três anos de prisão.

Já nos casos em que há racismo – classificado como conduta discriminatória ou segregacionista dirigida a um determinado grupo – os acusados podem responder pelos crimes previstos na lei 7.716, que é de 1989. Há várias penas possíveis para racismo, como multa e prisão de até cinco anos, dependendo da gravidade do ato cometido. O crime de racismo não prescreve e também não tem direito à fiança.

Se o anonimato da internet cria um terreno fértil para a proliferação de crimes de incitação ao ódio, a impunidade pavimenta o caminho para que os agressores saiam ilesos. No caso da atriz Taís Araújo, houve uma resposta rápida da Justiça, com a detenção dos acusados. Mas, a despeito das mobilizações recentes do Ministério Público e da Polícia Civil para não deixar esses casos impunes, o sistema não tem respondido com a mesma agilidade para todo o conjunto da sociedade. Muitas vítimas, descrentes na eficácia da Justiça para esse tipo de crime ou mesmo por desconhecer as vias judiciárias, não se dão ao trabalho de prestar queixa na delegacia – o que só agrava o problema.

A cultura da diferença

É inegável que os ataques racistas contra personalidades midiáticas deram maior visibilidade para o problema. Mas a questão de forma alguma está restrita ao campo das celebridades ou mesmo às redes sociais. O racismo, observado diariamente em situações cotidianas, é parte de um problema muito mais abrangente: a desigualdade racial. No Brasil, os negros vivem em situação de desvantagem socioeconômica em relação aos brancos, são vítimas de um longo processo histórico.

Os primeiros escravos chegaram ao Brasil no século XVI – estima-se que, entre 1550 e 1850, tenham chegado ao Brasil 4 milhões de negros trazidos do continente africano. A escravidão no Brasil foi abolida em 1888, pela Lei Áurea, após uma longa luta abolicionista. Os negros libertos não tinham renda ou moradia, não receberam educação formal e eram vistos e tratados como uma raça inferior, preguiçosa e incapaz. Excluídos do mercado de trabalho e da vida social, milhares deixaram cidades e fazendas e deram origem a comunidades quilombolas em terras devolutas. A política de trazer imigrantes europeus para trabalhar na indústria recente e nos cultivos de café, no final do século XIX e início do XX, contribuiu para estigmatizar ainda mais os ex-escravos e excluí-los do sistema produtivo e econômico do país.

Pela legislação brasileira, o racismo é crime desde 1989, quando entrou em vigor a chamada Lei Caó – em referência ao deputado e ativista do movimento negro Carlos Alberto de Oliveira. Em 2010, foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial, um marco jurídico de combate à desigualdade e à discriminação. Composto de 65 artigos, o Estatuto trata de políticas de igualdade na educação, cultura, lazer, saúde e trabalho, além da defesa de direitos das comunidades quilombolas.

DARIO OLIVEIRA/ESTADÃO CONTEÚDO

ACESSO RESTRITO
Estudante protesta na Faculdade de Saúde Pública da USP: negros ainda são minoria no Ensino Superior

Para cada não negro vítima de homicídio entre 2004 e 2014, 2,4 negros foram mortos no Brasil

Indicadores da desigualdade

Utilizamos a palavra "negros" para designar pretos e pardos, que são os termos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Divulgado em dezembro do ano passado, a Síntese de Indicadores Sociais mostra que, em 2014, 53,6% da população era negra. No entanto, mesmo sendo maioria, eles possuem menos oportunidades na sociedade. Veja os indicadores abaixo:

- **Educação:** do total de estudantes negros, entre 18 e 24 anos, 45,5% cursavam o Ensino Superior em 2014, ante 18,9% em 2005. Para a população branca, essa proporção passou de 51,5%, em 2005, para 71,4%, em 2014 (*veja gráfico na pág. ao lado*).

- **Renda:** de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE no final de 2015, o rendimento dos negros chega a apenas 59,2% do valor recebido pelos brancos.

- **Desigualdade:** em 2014, os negros representavam 76% das pessoas entre a parcela dos 10% com os menores rendimentos. Já no 1% mais rico, correspondiam a 17,4%. Mesmo com o crescimento da proporção de pretos ou pardos no topo da distribuição de renda (eram 12,5% em 2004), persiste uma grande diferença em relação aos brancos, que chegavam a quase 80% no extrato de 1% mais rico, em 2014.

- **Representação social:** os negros ocupam apenas 20,7% da Câmara dos Deputados. No Senado, são só 7 negros entre os 81 representantes (8,6%). No Poder Judiciário não é diferente: de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, em 2014, 14% dos magistrados se declararam pardos e 1,4% pretos.

- **Violência:** O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou, em 2016, o Atlas da Violência. O estudo revela que, entre 2004 e 2014, houve alta na taxa de homicídio de negros (18,2%) enquanto a de não negros caiu 14,6%. Para cada não negro vítima de homicídio nesse período, 2,4 negros foram mortos.

O Brasil abriga a maior população negra fora da África. O alto índice de miscigenação entre os brasileiros não inibe o preconceito e a exclusão social. A discriminação cria um ciclo vicioso entre a cor da pele e a condição social: o negro tem menos oportunidades de estudo e de conseguir um trabalho de qualidade; é mal remunerado e forçado a viver em bairros mais precários, nos quais é vítima de violência, de prisão injustificada e morte.

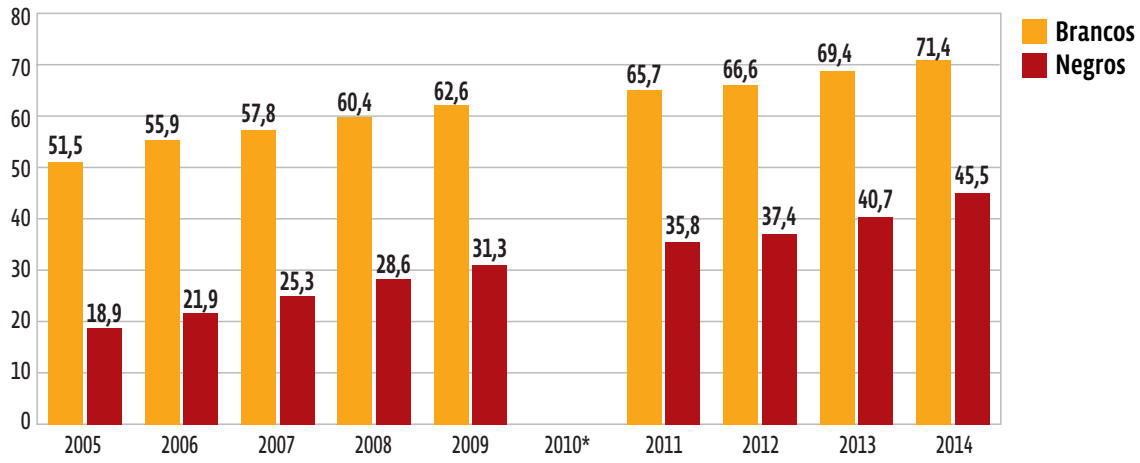
Políticas públicas

É contra as diferenças estruturais entre brancos e negros que são propostas ações afirmativas: medidas institucionais, públicas ou privadas, que têm por objetivo oferecer a igualdade de oportunidades e de tratamento a qualquer grupo social discriminado. No Brasil, uma das principais ações afirmativas é a reserva de cotas raciais.

A primeira lei de cotas é referente à educação e leva em conta tanto a cor quanto a condição social do aluno. Sancionada em 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a lei beneficia negros e indígenas. Estabelece que todas as universidades federais devem reservar 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas a partir deste ano (2016). Metade dessas vagas deve ser ocupada por alunos de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário

BRANCOS E NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

Estudantes de 18 a 24 anos de idade nas universidades (em %)



* Não houve pesquisa

DESPROPORÇÃO ***O ideal é que 100% dos estudantes entre 18 e 24 anos estejam no ensino superior. Mas, em 2014, menos da metade dos alunos negros nesta faixa etária estava na universidade. O percentual de negros no Ensino Superior em 2014 ainda é menor do que a participação de brancos no Ensino Superior em 2005.***

Fonte: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*

mínimo. As vagas destinadas a negros e indígenas obedecem o percentual desses grupos em cada estado. Antes mesmo da lei, algumas universidades públicas estaduais e federais já haviam estabelecido cotas sociais e raciais sob diferentes critérios, embora a lei federal não se imponha a governos estaduais e municipais.

As cotas levantaram polêmica: para os críticos, essas medidas poderiam ser apenas socioeconômicas e esconderiam o verdadeiro problema, que é a baixa qualidade de educação do país. Outro argumento era de que o ingresso de estudantes por cotas e não por mérito poderia resultar na queda da qualidade do Ensino Superior. No entanto, diversos estudos mostram uma equivalência de notas no desempenho de cotistas e não cotistas. É o que aponta o acompanhamento dos cotistas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e na Universidade de Brasília (UnB), pioneiras em adotar cotas para índios e negros, respectivamente, desde 2003.

Em 2014, foi sancionada a lei federal que reserva cotas de 20% para negros, nas vagas de concursos públicos para cargos da administração federal, de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Como no caso das cotas em vigor no Ensino Superior, nestas também se enquadram como candidatos as pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas. ☒

SAIU NA IMPRENSA

APP VAI MONITORAR MENSAGENS RACISTAS NAS REDES SOCIAIS

Da Agência Brasil

Um aplicativo na internet vai monitorar postagens nas redes sociais que reproduzam mensagens de ódio, racismo, intolerância e que promovam a violência. Criado pelo Laboratório de Estudos em Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o instrumento será lançado este mês e permitirá que usuários sejam identificados e denunciados.

De acordo com o professor responsável pelo projeto, Fábio Malini, os direitos humanos são vistos de maneira pejorativa na internet e discursos de ódio têm ganhado fôlego. "É preciso desmantelar esse processo", defende. (...)

Encomendado pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, o Monitor de Direitos Humanos, como foi batizado o aplicativo, buscará palavras-chaves em conversas que estimulem violência sexual contra mulheres, racismo e discriminação contra negros, índios, imigrantes, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Os dados ficarão disponíveis online. (...)

Gazeta do Povo, 2/11/2015

RESUMO

Desigualdade racial

PASSADO ESCRAVOCRATA Os negros são alvo de discriminação principalmente em países colonizados por europeus e que escravizaram negros entre os séculos XVI e XIX. Estima-se que o Brasil tenha recebido mais de 4 milhões de escravos africanos entre 1550 e 1850. Em 1888, o Brasil abole a escravatura, mas deixa os negros à margem da sociedade, sem qualquer medida compensatória ou de apoio à integração social.

DISCRIMINAÇÃO Existem, proporcionalmente, mais negros no Brasil do que o conjunto restante da população, que soma brancos, amarelos e indígenas. A população negra (pretos e pardos autodeclarados pelo Censo) soma 53,6% do total. No entanto, a diferença é marcante na desvantagem da população negra em sua participação na educação, pobreza, salários e nos números da violência. A representatividade dos negros na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Judiciário é bem inferior à dos brancos.

RACISMO NA INTERNET Casos recentes de ofensas racistas pelas redes sociais contra a jornalista Maria Júlia Coutinho, a atriz Taís Araújo e a cantora Ludmilla, mostram como a internet vem servindo de palco para essas manifestações de ódio. Pela legislação brasileira, o racismo é crime desde 1989. Mas, sob a proteção do anonimato, muitos agressores criam perfis falsos para deixar comentários de cunho racista nas redes sociais sem serem identificados. A excessiva burocratização e a impunidade são obstáculos para coibir esse tipo de crime.

AÇÕES AFIRMATIVAS São políticas públicas que visam oferecer igualdade de oportunidades a grupos sociais discriminados. No caso da população negra, as ações adotadas pretendem reduzir a desigualdade que ela herda desde a colonização. As universidades federais reservam, por lei, cotas para negros e indígenas que cursaram Ensino Médio em escola pública. A política é criticada pelos que defendem cotas apenas pelo perfil de renda e não associadas à cor da pele.

MARINA MILITARE/AFP

MIGRAÇÕES FORÇADAS

Fugindo de guerras e da fome, milhares de pessoas arriscam a vida tentando chegar à Europa, no maior movimento migratório registrado desde o fim da II Guerra Mundial

Cenas comoventes de naufrágios de embarcações precárias e superlotadas de refugiados tentando chegar à Europa, pelo Mar Mediterrâneo, têm persistido no noticiário mundial ao longo de 2016. No final de maio, ao menos 700 pessoas morreram depois que três barcos que faziam a rota entre a Líbia e a Itália afundaram. Um deles era uma embarcação de traficantes de seres humanos, com 100 pessoas. Outro, que levava 670 migrantes, não tinha motor e estava sendo rebocado por um segundo navio antes de afundar, deixando 550 migrantes desaparecidos. Do terceiro naufrágio, cerca de 50 corpos foram resgatados, mas era desconhecido o número dos embarcados e o total de mortos.

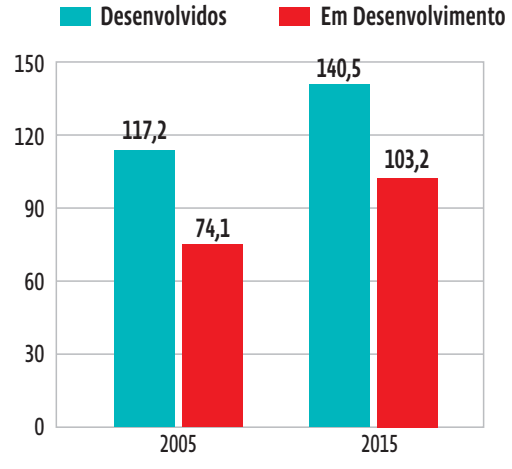
As perigosas jornadas marítimas realizadas por refugiados, que partem do Oriente Médio e da África em direção à Europa, e se deslocam pelo Mediterrâneo, ilustram a mais grave crise migratória desde a segunda metade do século XX. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o total de imigrantes chegou a 65,3 milhões de pessoas – contingente maior do que a população do Reino Unido – desalojadas por guerras, conflitos e perseguições políticas ou étnicas dentro ou fora de seus países de origem, um número que só encontra precedente no período que se seguiu à II Guerra Mundial.

O deslocamento dos indivíduos (*veja as definições de migrante e refugiado na página ao lado*) por diferentes espaços geográficos em busca de melhores condições de vida é um fenômeno que acompanha a história humana. Mas, nas últimas décadas, os movimentos migratórios entre países e continentes

VIDAS EM RISCO
Embarcação superlotada vinda da Líbia tomba na costa da Itália em maio de 2016: rota de tráfico humano

A ROTA DE QUEM EMIGROU (2005-2015)

Em milhões de pessoas, por países do mundo



RITMO NOVO *O número de imigrantes que vive nos países desenvolvidos está crescendo proporcionalmente menos do que nos países em desenvolvimento e economias emergentes.*

Fonte: *ONU/Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais*

NÃO CONFUNDA

MIGRANTE qualquer pessoa que muda de região ou país.
EMIGRANTE quem deixa seu local de nascimento.
IMIGRANTE aquele que entrou em uma nova região ou país.
REFUGIADO pessoa que muda de região ou país para fugir de guerras, conflitos internos, perseguição (política, étnica, religiosa, de gênero etc.) e violação aos direitos humanos.
SOLICITANTE DE ASILO pessoa que pediu proteção internacional e aguarda a concessão do status de refugiado.

intensificaram-se, principalmente devido ao desenvolvimento desigual das regiões e à multiplicação de conflitos.

Crise dos refugiados

Dos mais de 65 milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocar, 21,3 milhões são refugiados, 40,8 milhões são deslocados internos (dentro de seu próprio país) e 3,2 milhões, solicitantes de refúgio.

A tendência de crescimento no número geral de deslocados vem ocorrendo com mais força desde 2011, quando começou a guerra civil na Síria – país de origem do garoto Aylan Kurdi, de 3 anos, que morreu afogado em uma praia na costa da Turquia, em setembro de 2015, e cuja imagem repercutiu em todo o mundo e passou a simbolizar o drama dos refugiados. O conflito que opõe grupos pró e contra o governo de Bashar al-Assad na Síria provocou a migração de cerca de metade da população do país, dos quais 5 milhões são refugiados. Essa guerra se transformou no maior evento causador de deslocamentos no mundo atualmente.

Depois dos sírios, os maiores grupos de refugiados vêm do Afeganistão (2,7 milhões) e da Somália (1,1 milhão), países que enfrentam guerras civis e extremistas islâmicos atuando em seu território. Um dado alarmante é que as crianças representam mais da metade do total de refugiados do mundo (*veja* Saiu na Imprensa, *na pág. 159*).

Principais destinos

Apenas na Europa entraram mais de 1,2 milhão de refugiados entre 2015 e os primeiros cinco meses de 2016. Seus principais destinos são os países menos afetados pela crise econômica, como Alemanha, Suécia e Áustria. A maioria deles atingiu o continente por meio da rota que faz a ligação marítima entre a Turquia e a Grécia, mas também são comuns as travessias do norte da África em direção à Itália e à Espanha. As tragédias, como as relatadas no início desta reportagem, acontecem com frequência. Segundo a Organização Internacional para as Migrações, 3.771 deslocados morreram ou desapareceram durante os trajetos, em 2015.

A chegada dos refugiados no continente europeu produziu posicionamentos diversos entre os estados-membros da União Europeia (UE) sobre como enfrentar a crise. De um lado, países como Suécia e Alemanha têm adotado uma postura mais liberal e favorável ao acolhimento dos refugiados. De outro, nações como Hungria, Áustria e Eslovênia construíram barreiras em suas fronteiras a fim de impedir a entrada dessas pessoas.

Em março de 2016, a fim de conter o fluxo de refugiados vindo do Oriente Médio para o seu território, a UE fechou um polêmico acordo chamado de "um por um" com a Turquia, que prevê a devolução dos migrantes que chegarem ilegalmente à costa grega, partindo da Turquia. Em troca, para cada refugiado reconduzido para a Turquia, a UE se compromete a assentar em algum país-membro um refugiado legalmente instalado em solo turco. Além disso, a Europa aceitou aumentar de 3 bilhões para 6 bilhões de euros a ajuda financeira para a Turquia lidar com os refugiados, dar isenção de visto

SRDJAN ZIVULOVIC/REUTERS

DESTINO INCERTO Policiais conduzem imigrantes ilegais na Eslovênia, em outubro de 2015

Apesar da pressão sobre a Europa, mais de 80% dos atuais refugiados não estão nos países desenvolvidos

para os cidadãos turcos viajarem para a UE e agilizar o processo de adesão do país ao bloco europeu.

A iniciativa, no entanto, foi criticada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por agências internacionais, que consideraram que o pacto não respeita os direitos fundamentais e garantias legais internacionais dos refugiados e transforma pessoas em "moedas de troca". Afirmaram também que o acordo foi guiado por interesses internos, sem se preocupar com "obrigações legais fundamentais". O pacto também recebeu críticas de países da própria UE, que acreditam que a Europa fez concessões demais à Turquia.

Outros destinos e rotas

Embora a Europa esteja no centro da atenção da crise atual, 86% do total de refugiados no mundo está em regiões ou países economicamente menos desenvolvidos. Um exemplo são os próprios sírios, espalhados por uma centena de países, com destaque para os vizinhos Turquia (país que acolhe a maior população de refugiados do mundo, com 1,5 milhão de sírios), Líbano e Jordânia. A chegada em massa de refugiados é um desafio para a infraestrutura dos países receptores, afetando especialmente aqueles menos populosos, como o Líbano.

Os palestinos vivem uma situação prolongada de refúgio e somam o maior grupo de refugiados do mundo, com 5,1 milhões de pessoas. Este é o número total de palestinos e descendentes que foram obrigados a deixar sua terra natal por causa dos conflitos ligados à criação do Estado de Israel, em 1948. Esse contingente se distribui entre os territórios palestinos da Faixa de Gaza e Cisjordânia, e os países próximos, como Síria, Líbano e Jordânia.

Migrações econômicas

Se os refugiados são forçados a abandonar seus locais de origem por motivos de conflitos ou perseguições, os migrantes tradicionais o fazem por escolha própria e, sobretudo, por motivação econômica.

O número de migrantes no planeta aumentou 40% nos últimos 15 anos, chegando a 244 milhões de pessoas em 2015, segundo dados da ONU. Esse número abrange qualquer pessoa que viva em um país diferente daquele em que nasceu, mesmo que a mudança de endereço tenha ocorrido há décadas. Na Europa, América do Norte e Oceania, eles já somam 10% da população.

Sete em cada dez migrantes residem em países ricos, com destaque para a UE e os Estados Unidos (EUA) – 20% dos migrantes internacionais moram em solo norte-americano.

Enquanto os EUA passaram a receber, a partir dos anos 80, enorme contingente de imigrantes da América Latina e do Caribe (devido, sobretudo, à crise econômica decorrente da dívida exter-

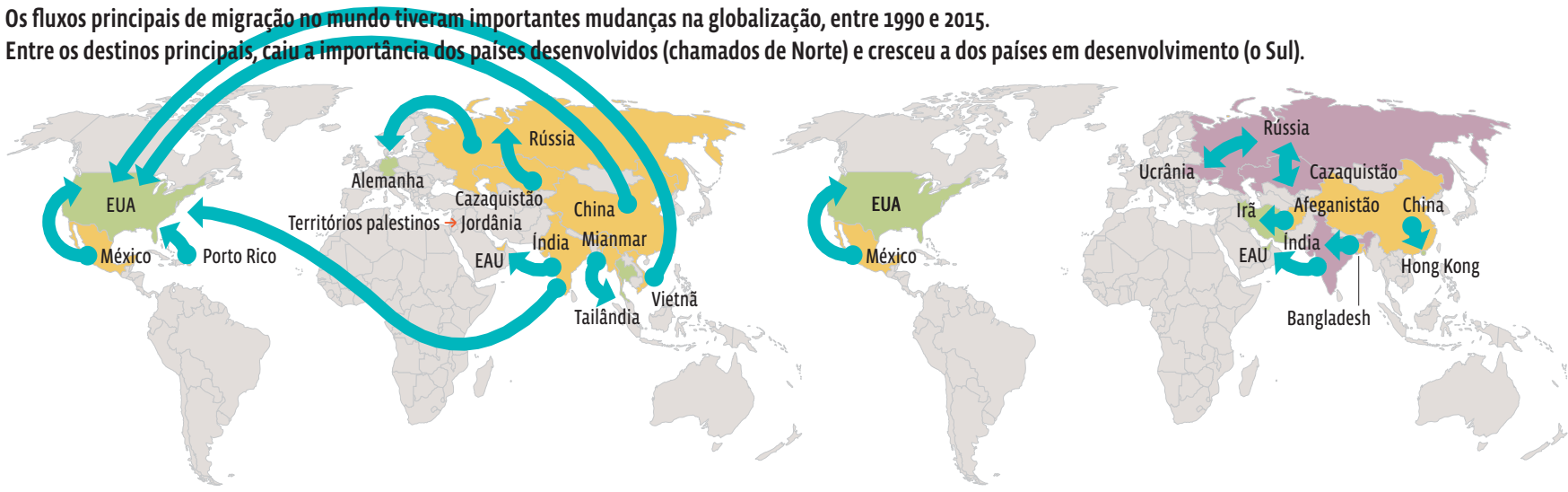
TRÁFICO DE MIGRANTES

Um dos aspectos mais dramaticos dos movimentos migratórios é a existência de contrabando de migrantes – crime que envolve a obtenção de recursos financeiros para o ingresso ilegal de um estrangeiro num país no qual ele não nasceu ou não é residente. A maior parte dos que tentam entrar na Europa por terra ou mar fazem a travessia por meio de redes criminosas, segundo relatório divulgado em maio de 2016 pela Europol, a polícia da União Europeia, e a Interpol, a polícia internacional. Os migrantes recorrem a esses meios principalmente quando não cumprem as condições exigidas para ingresso nos países europeus. De acordo com as polícias, cada migrante paga entre 3,2 mil a 6,5 mil dólares para fazer a viagem, o que torna essa exploração um negócio bastante rentável para os traficantes.

Como consequência, ocorrem casos de exploração sexual e de trabalho forçado, uma vez que parte dos migrantes acumula dívidas com essas redes.

PAÍSES RICOS PERDEM IMPORTÂNCIA PARA OS MIGRANTES

Os fluxos principais de migração no mundo tiveram importantes mudanças na globalização, entre 1990 e 2015. Entre os destinos principais, caiu a importância dos países desenvolvidos (chamados de Norte) e cresceu a dos países em desenvolvimento (o Sul).



1990 a 2000 *Sete dos maiores destinos eram países do Norte. Cinco dos corredores bilaterais de migração seguiam para os Estados Unidos (EUA), da China, Índia, México, Porto Rico e Vietnã. O corredor México-EUA era o mais numeroso: 500 mil pessoas entrando nos EUA por ano, mais de 1.300 por dia.*

2000 a 2015 *A configuração das migrações mudou muito. Apenas um dos nove maiores corredores tem como destino um país desenvolvido (EUA). Os outros oito são países em desenvolvimento, com destaque para integrantes dos Brics, como Rússia e Índia.*

Fonte: *ONU/Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais.*

na desses países), na Europa a maior fatia de imigrantes vem das ex-colônias africanas e do próprio continente. Esse movimento se acelerou a partir de 2004 com a adesão à UE de países do antigo bloco soviético.

No processo de migração de países pobres em direção aos países ricos, tem-se uma importante movimentação financeira. Grandes fluxos de remessas de capitais são enviados pelos migrantes para seus familiares radicados nos países de origem. Em alguns países de economia mais fragilizada, como Haiti, Jamaica e Cuba, essas remessas chegam a representar parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

Novas rotas

Contudo, a crise econômica global iniciada em 2008 desencadeou uma mudança importante nas rotas migratórias. Atingidos, no início, com mais força pela crise, os países ricos mergulharam em recessão. E os altos índices de desemprego afugentaram os imigrantes. Desde o começo da crise, caíram os fluxos migratórios permanentes para boa parte dos países desenvolvidos, sobretudo para as nações europeias, e aumentaram para os países em desenvolvimento. Destinos anteriormente pouco importantes tornaram-se mais atraentes. Um exemplo são países produtores de petróleo do Golfo Pérsico, como os Emirados Árabes Unidos e o Catar. Com um mercado de trabalho forte no setor da construção civil, esses países têm hoje os estrangeiros como maioria de sua população. O Sudeste Asiático também é uma região com intenso fluxo migratório, geralmente de países extremamente pobres, como Mianmar, para nações em desenvolvimento, como a Tailândia.

Política migratória

Outro fator que explica mudanças de fluxo nas migrações é político: as decisões adotadas por vários países desenvolvidos, mesmo antes de 2008, de fechar cada vez mais severamente as fronteiras à entrada de estrangeiros vindos de nações pobres. A menos que sejam trabalhadores altamente qualificados, as chances de ingresso legal no mercado de trabalho do mundo desenvolvido diminuem progressivamente.

Mas, qualificados ou não, diante dos escassos empregos e recursos sociais, os imigrantes são recebidos, em muitos países, com desconfiança e aversão. Além da concorrência por postos de trabalho, as diferenças culturais ajudam a gerar tensão nos países ricos, onde ganham força os discursos de políticos da extrema direita, no geral com um viés nacionalista. Essa visão xenófoba vem acompanhada de um conteúdo abertamente racista, pela cor da pele, ou de preconceito religioso – por exemplo, identificar muçulmanos com o terrorismo (islamofobia).

A situação, sobretudo na Europa, é contraditória: apesar de políticas para frear a entrada de imigrantes, as nações mais ricas dependem cada vez mais da mão de obra estrangeira para manter a economia em marcha, uma vez que suas populações estão envelhecendo.

Migração no Brasil

No Brasil, a migração interna – indivíduos que se deslocam de seu local de origem para outros estados ou regiões – tem diminuído nas últimas décadas. Perdeu força o movimento migratório que deslocou enormes contingentes do campo para as cidades, especialmente nordestinos rumo à Região Sudeste, sobretudo nos anos 1960 a 1980. O Nordeste ainda perde habitantes para outras regiões e o Sudeste é o que mais recebe imigrantes, mas com intensidade cada vez menor.

Entre os principais fatores que explicam essa mudança estão o avanço da urbanização, o desenvolvimento econômico em outras regiões e a desconcentração industrial. A partir dos anos 60, começou a ocupação maciça das regiões Centro-Oeste – incentivada pela inauguração de Brasília e, posteriormente, pelo agronegócio – e Norte, estimulada pela abertura de estradas como a Belém-Brasília e a criação da Zona Franca de Manaus

Nos anos 90, as políticas de isenção de impostos e doação de terrenos feitas por estados e municípios acabaram atraindo as empresas para diferentes regiões. Com a redistribuição das indústrias pelo território, houve melhoria na infraestrutura, favorecendo

ANTONIO CICERO/FOTOARENA

PROCESSO SELETIVO Haitianos em busca de colocação no mercado de trabalho em São Paulo

No Brasil, a melhor distribuição das ofertas de emprego está diminuindo a migração interna entre regiões

a geração de empregos em locais até então menos desenvolvidos. Como a principal motivação para a migração é a busca por melhores condições de vida e de trabalho, à medida que ocorre uma distribuição mais equilibrada das ofertas de trabalho, a busca por outros lugares para morar tende a cair.

Entre 1995 e 2000, 3,4 milhões de pessoas trocaram a região onde nasceram por outra no Brasil. Já entre 2005 e 2010, esse número baixou para 3 milhões. Assim, a migração entre regiões perde força diante de outros fluxos, como:

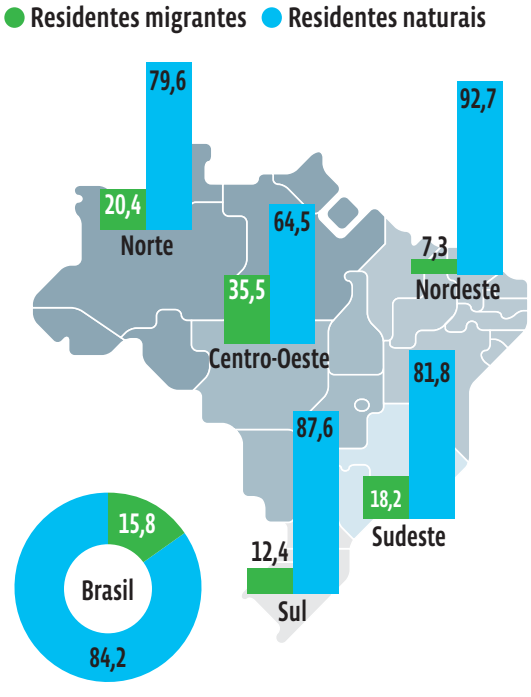
- **migração intrarregional**, que ocorre entre municípios de um mesmo estado ou ainda entre estados de uma mesma região, sobretudo em direção a cidades de médio porte. Esse processo é impulsionado, muitas vezes, por indústrias que migram para cidades menores. A migração entre os estados movimentou 4,6 milhões de pessoas entre 2005 e 2010.
- **migração pendular**, em que as pessoas de uma cidade estudam ou trabalham em outra.
- **migração de retorno**, o deslocamento de pessoas para sua região de origem, depois de terem migrado. É o que ocorreu na Região Nordeste a partir dos anos 1980, com a melhora da economia local. Na Região Metropolitana de São Paulo, 60% dos que deixaram a região entre 2000 e 2010 eram migrantes de retorno.

Estrangeiros no país

O Brasil tem um volume ainda muito baixo de migrantes internacionais – menos de 1% da população, enquanto a

MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL

Percentuais de imigrantes nascidos em outro estado sobre a população total da região (2013-2014)

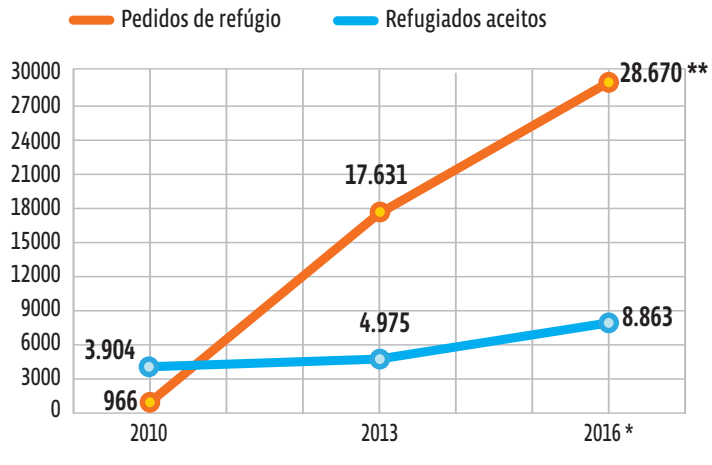


QUEM MAIS RECEBE *Repare que o Centro-Oeste é a região brasileira com a maior porcentagem de habitantes não nascidos no estado em que residem: mais de um terço da população é imigrante. O motivo é a expansão das fronteiras agrícolas e do agronegócio nas últimas décadas, que atrai pessoas em busca de trabalho.*

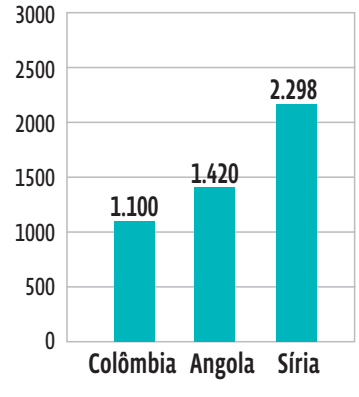
Fonte: *IBGE*

REFUGIADOS NO BRASIL

Evolução em número de pessoas



PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM



** Até abril de 2016. **Dado referente a 2015.*

EM ASCENSÃO *Nos últimos cinco anos, ocorreu um aumento de 2.868% nas solicitações de refúgio e de 127% no número total de refugiados reconhecidos no Brasil.*

Fonte: *Conare (Comitê Nacional para os Refugiados)*

SAIU NA IMPRENSA

NOVE ENTRE DEZ CRIANÇAS REFUGIADAS VIAJAM SOZINHAS

Por Lucas Alencar

Uma pesquisa divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) nesta semana revelou dados chocantes: nove a cada dez crianças refugiadas que viajam para a Europa, fazem a travessia sem acompanhamento da família ou de qualquer adulto.

De acordo com os números deste estudo, pouco mais de 7 mil crianças desacompanhadas cruzaram o norte da África e chegaram ao sul da Itália somente nos cinco primeiros meses deste ano (...). Além dos perigos de afogamento, desidratação, violência e detenção, estas dezenas de milhares de crianças estão sujeitas ao tráfico infantil. (...) Logo, mesmo que cheguem à Europa em segurança, as crianças refugiadas não têm a menor garantia de que um futuro seguro as aguarda. Além do risco de serem tomadas por traficantes, os jovens encontram centros de acolhimento lotados e um processo tão lento de legalização (...), que muitos acabam caindo nas garras do crime.

Galileu online, 16/6/2016

Argentina e a Venezuela têm em torno de 5%. Porém, o número de pessoas que buscam nosso país para morar aumentou nos últimos anos.

A maioria dos imigrantes chega de países vizinhos, como Bolívia e Paraguai. Mas há também asiáticos e africanos, principalmente de países como Senegal, Nigéria e Gana. Contudo, a partir de 2016 o endurecimento da crise econômica leva imigrantes a deixar o Brasil, caso dos haitianos, que estão se dirigindo para o Chile, e dos bolivianos, que voltam para sua nação de origem.

Já os haitianos constituem um caso especial de migração. Sua vinda em massa a partir de 2010 teve como causa o terrível terremoto que deixou o país em ruínas. O primeiro estímulo à imigração foi dado pelo próprio governo brasileiro, pois o país chefia a missão militar da ONU no Haiti. Após o terremoto, o Brasil passou a conceder visto de entrada aos haitianos. O Acre tem sido a principal fronteira de acesso. A partir de 2012, o governo brasileiro criou um visto humanitário especial, de cinco anos, sem requisitos prévios de qualificação educacional ou profissional. Desde 2010, cerca de 50 mil haitianos entraram no Brasil.

É importante lembrar que, historicamente, os principais grupos de imigrantes que vieram ao país são os portugueses, italianos, espanhóis, japoneses e alemães. Aqui, eles se juntaram à população negra trazida da África e aos indígenas.

Acolhida a refugiados

O Brasil acolhe quase 9 mil refugiados de 79 nacionalidades. Desde 2010, as solicitações de refúgio no país aumentaram 2.868%. Assim como ocorre no panorama mundial, os sírios constituem o maior grupo (quase um terço do total), seguidos de angolanos, colombianos, congoleses e palestinos. O Brasil é o país que mais recebeu refugiados sírios na América Latina, autorizando vistos especiais a eles a partir de 2013.

Em 1997, o país promulgou sua própria lei de refúgio, que garante acesso a documentos básicos, e criou o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Em 2015, foram criados programas de assistência e centros de acolhimento.

Apesar do reconhecimento da política de "portas abertas" em relação aos refugiados, a política migratória brasileira não é considerada avançada. Segundo especialistas, nossas leis ainda tratam o migrante como um problema de segurança nacional, sem levar em conta questões de direitos humanos. O projeto que instituiu a Lei de Migração 2.516/2015 visa incorporar novos aspectos ao Estatuto do Estrangeiro, de 1980, compatibilizar a lei atual à Constituição Federal e aos tratados internacionais. Em junho de 2016, o projeto tramitava no Congresso. No mesmo mês, o governo do presidente interino Michel Temer suspendeu as negociações iniciadas com a UE para receber mais refugiados sírios. ☒

RESUMO

Migrações

FLUXOS MIGRATÓRIOS São os deslocamentos dos indivíduos por diferentes espaços geográficos em busca de melhores condições de vida. Eles intensificaram-se nos últimos anos, principalmente devido ao desenvolvimento desigual das regiões e da multiplicação de guerras e conflitos.

PRINCIPAIS ROTAS Historicamente, as nações ricas, como os Estados Unidos e os países da Europa, são as que mais atraem estrangeiros. Mas, depois da crise econômica de 2008, aumentaram os fluxos migratórios para os países em desenvolvimento e economias emergentes. Nos países ricos, a crise agravou o fechamento das fronteiras, e a xenofobia ganhou espaço.

DESLOCAMENTOS FORÇADOS Mais de 65 milhões de pessoas se encontram desalojadas por guerras, conflitos e perseguições políticas ou étnicas dentro ou fora de seu país de origem, um número que só encontra precedente no período que se seguiu à II Guerra Mundial. A maior parte deixou a Síria, o Afeganistão e a Somália. A situação é crítica especialmente na Europa – que recebeu mais de 1,2 milhão de pessoas, entre 2015 e o os cinco primeiros meses de 2016 – principalmente devido à falta de acordo entre os países sobre como enfrentar a questão.

MIGRAÇÃO NO BRASIL As movimentações internas têm diminuído no país, sobretudo devido à distribuição das atividades econômicas pelas cinco regiões, à desconcentração industrial e o surgimento de novos polos de desenvolvimento. A migração entre as regiões perde força, mas fluxos intrarregionais (entre municípios de um mesmo estado e entre estados de uma mesma região) se mantêm, assim como a migração de retorno (deslocamento de pessoas para sua região de origem).

ESTRANGEIROS NO PAÍS Nos últimos anos, aumentou o número de imigrantes que procuram o Brasil para morar, como bolivianos e haitianos – embora alguns tenham saído do país a partir de 2015 devido à crise econômica. O Brasil também acolhe quase 9 mil refugiados.

NOVAS POLÍTICAS ANTIDROGAS EM DEBATE

LUIS ROBAYO/AFP

A percepção de que a guerra ao tráfico fracassou leva países a testar políticas alternativas de controle de drogas

A guerra às drogas fracassou. É o que defende a Comissão Global sobre Políticas de Drogas. O órgão formado por lideranças como o ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan e o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso acredita que as estratégias baseadas no combate à produção e ao comércio de substâncias ilícitas, na proibição do uso e na punição dos consumidores não surtiram efeito. Ou seja, nem o comércio ilegal das drogas nem o seu uso diminuíram.

Com base nesse diagnóstico, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) realizou em Nova York (EUA) uma conferência extraordinária em abril de 2016 para discutir uma nova estratégia global em relação às drogas. No entanto, o resultado do encontro decepcionou quem esperava mudanças mais ousadas. Diante da falta de consenso entre os 193 países-membros, o documento final manteve o foco na proibição do cultivo e da produção dos narcóticos e não alterou a abordagem de tratar o usuário como criminoso.

Guerra às drogas

Ativistas e diversas lideranças mundiais, em especial de países latino-americanos severamente afetados pelo narcotráfico, criticaram as evasivas do documento final. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, foi contundente: "A abordagem proibicionista falhou".

As drogas muito viciantes e potencialmente mais letais, como o ópio, a heroína e a cocaína, começaram a ser proibidas pelos países no início do século XX. A partir dos anos 1960, a ONU aprovou três sucessivas convenções internacionais com metas para erradicar as drogas mais perigosas ao longo do tempo.

Em 1971, os EUA deflagraram a chamada "guerra às drogas", uma ofensiva para combater a oferta e o consumo dentro do país e nos lugares e países de origem das plantações de coca (*Erythroxylum coca*, arbusto do qual se extrai a cocaína) e da maconha (*Cannabis sativa*). A ofensiva norte-americana continuou nas décadas seguintes, com

LEGALIZAR OU DESCRIMINALIZAR?

Termos diferentes como legalizar ou descriminalizar (descriminar também é correto) são, muitas vezes, usados indistintamente no debate da legislação sobre drogas. Conheça os significados:

LEGALIZAR Pode ser medida estatizante, controlada ou liberal. Nos debates, a legalização de inspiração liberal é a mais abordada. Significa colocar as drogas proibidas no mesmo patamar de cigarro e álcool, com aspectos de produção e venda regulados pelo Estado.

DESCRIMINALIZAR Refere-se a descaracterizar o consumidor como criminoso por portar ou usar uma droga, como a maconha, em quantidades definidas por pessoa. O crime seria apenas do traficante. Há brechas na lei brasileira atual, que deixa a possibilidade de prisão de consumidores enquadrados como traficantes. O assunto está em discussão no Supremo Tribunal Federal.

SEGURANÇA
Apreensão de cocaína na Colômbia: o país é um dos mais afetados pela política repressiva de guerra às drogas

acordos e instalações de bases militares na Colômbia para destruir as plantações e combater os cartéis da droga. As ações, militares ou diplomáticas, incluem também outros países andinos, como a Bolívia, o Equador e o Peru. A ofensiva norte-americana na América do Sul e Central é considerada a possível causa do surgimento e fortalecimento dos violentos cartéis de drogas no México, que são atualmente os principais fornecedores ao mercado norte-americano.

O fato é que, passadas quatro décadas da implementação desse sistema de combate às drogas, seus efeitos colaterais geraram uma série de distorções que ameaçam a segurança mundial.

As proibições legais criaram um mercado paralelo de narcóticos, controlado por organizações criminosas. Muitos desses cartéis de drogas ganharam poder ao se ramificar em redes transnacionais de tráfico mundial.

A repressão de muitos governos à atuação dessas organizações criminosas só piorou a situação. Milhares de pessoas morrem todos os anos em decorrência da guerra entre as forças públicas e os traficantes ou em consequência de conflitos entre as diversas gangues pelo controle de pontos de venda de drogas. A atual estratégia também sobrecarregou o sistema carcerário, que superlotou os presídios com traficantes e consumidores.

Questão de saúde pública

De modo geral, os ativistas que defendem uma política alternativa para lidar com as drogas argumentam que os narcóticos devem deixar de ser tratados exclusivamente na esfera criminal e que passem a ser encarados como um caso de saúde pública.

Essa abordagem reconhece que as drogas afetam a saúde de milhões de pessoas, sobretudo jovens, podendo levar à morte por overdose, suicídios e acidentes fatais causados pela alteração do estado de consciência. Estimativas da ONU apontam que havia 27 milhões de dependentes de drogas ilícitas no mundo em 2013, ano em que morreram 187 mil usuários. As drogas mais asso-

ANDRES STAPFF/REUTERS

As políticas alternativas são mais focadas na saúde pública do que no aspecto criminal

ciadas a essas mortes são os opioides (heroína, ópio e morfina), drogas extraídas da planta da papoula, altamente viciantes, e usadas principalmente por injeções. Além dos opioides, há mortes provocadas por cocaína, ecstasy e outras drogas sintéticas.

Uma política focada na saúde pública, contudo, reconhece que as drogas estão inseridas na sociedade e não parte do pressuposto da atual estratégia de querer eliminá-las, considerada simplista demais diante do atual cenário. Os que pedem mudanças sugerem tirar o foco no combate à oferta de drogas e tentar reduzir o número de consumidores e os volumes consumidos. Para isso, propõem adotar novas políticas públicas, entre as quais:

- descriminalizar os consumidores;
- ampliar as ações e campanhas educativas sobre os danos pessoais e sociais causados pelas drogas;
- adotar programas chamados de "políticas de redução de danos", como distribuir seringas aos viciados para evitar que contraiam doenças e oferecer tratamento aos viciados sem prendê-los.
- adotar regulações menos restritivas de produção, comercialização e consumo para drogas consideradas leves, como a maconha.

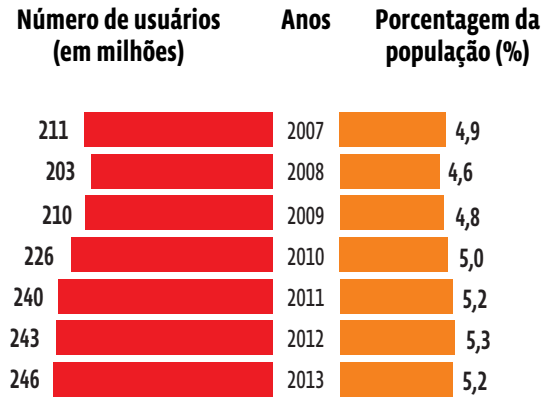
As ações sugeridas seriam uma forma de recuperar o poder de ação dos governos sobre a produção e o consumo, aumentar a recuperação de consumidores viciados, os quais tendem a se sentir mais seguros para procurar tratamento, e diminuir o número de prisões. Os críticos dessas alternativas argumentam que manter a proibição ainda é a melhor forma de evitar o aumento de consumidores, pois descriminalizar o uso facilitaria o acesso às drogas e ampliaria o uso e os prejuízos sociais.

Maconha

A regulamentação e a liberação do porte e do consumo da maconha tem sido a principal medida adotada por governos que buscam uma alternativa em relação à atual política antidrogas, apesar do risco de aumentar o número de usuários.

O USO DE DROGAS NO MUNDO

Evolução global do consumo de drogas na população entre 15 e 64 anos, 2007-2013



CENÁRIO *O consumo de drogas ilícitas se mantém proporcionalmente estável em relação ao total da população, o que indica que há sempre milhões de novos consumidores*

Fonte: *ONU, Relatório Mundial sobre Drogas – 2015*

A maconha é a droga ilícita mais consumida no mundo. Apesar de ser incluída no grupo de drogas leves, como o álcool e o tabaco, ela também afeta a saúde e pode ser perigosa por alterar os estados de consciência. Não há registro de morte direta por intoxicação, mas o uso regular da *cannabis in natura* pode provocar problemas pulmonares, prejudicar a memória e o aprendizado.

Pesando prós e contras em relação à liberação da maconha, alguns países já permitem o uso controlado da droga. Na **Holanda**, cultivo, venda e uso livre de maconha são proibidos, mas algumas lojas, os famosos "coffee shops", nos quais só podem entrar maiores de 18 anos, têm autorização para comercializar a droga desde 1976. Em **Portugal**, desde 2001 o consumo de qualquer droga está descriminalizado, e o programa é considerado o caso mais bem-sucedido no continente. A **Suíça**, ao contrário, após liberar o uso de drogas no bairro de Langstrasse, em Zurique, voltou atrás, pois a região caíra sob o controle do crime organizado.

Já nos **EUA**, o canabidiol, extraído da planta, tem sido utilizado em tratamentos de distúrbios neurológicos diversos. Até meados de 2016, a maconha já havia sido regulamentada como remédio em 24 estados e no Distrito de Columbia (sede do governo federal), e o consumo médico e recreativo em quatro estados, Alasca, Colorado, Oregon, Washington, e na capital federal, Washington D.C. O consumo recreativo é legal também em duas cidades do estado do Maine.

CULTIVO CASEIRO
O Uruguai regulamentou a produção individual de até 480 gramas ou seis plantas de maconha por ano

A liberação no Uruguai

A experiência internacional mais recente é também a mais ousada. Em 2014, o **Uruguai** aprovou uma lei que o torna o primeiro país no mundo a legalizar e regulamentar o plantio, a produção, a distribuição e a venda de maconha sob controle de Estado. O país criou o Instituto de Regulação e Controle de Cannabis (IRCC), responsável pela gestão pública do novo setor, controlando o cultivo, a colheita, a produção, a venda e o consumo. A venda da maconha sob essas normas começou em 2015.

A lei regulamenta três formas de acesso: ter até seis pés de maconha em casa, participar de um clube de cultivadores ou comprar até 40 gramas mensais em farmácias autorizadas. O usuário escolhe uma das três formas e submete seu cadastro ao IRCC. Para evitar um indesejável "turismo da maconha", a lei não vale para estrangeiros. O consumo de drogas já era descriminalizado no Uruguai há décadas. Agora, o mundo acompanha quais serão os resultados dessa experiência inédita.

No Brasil

A atual legislação brasileira sobre drogas, de 2006, criou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Ela isentou os usuários da pena de prisão, ainda que seja crime portar drogas. Ao usuário, a lei prevê as penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programa ou curso educativo. A quem produz ou trafica entorpecentes, a lei atribui penas de cinco a 15 anos de prisão e multa. Porém, é prerrogativa de cada juiz determinar se um réu é apenas consumidor ou traficante conforme a quantidade apreendida, pois a lei não especifica quantidades para a diferenciação. Esse ponto é o mais criticado, pois favorece a fixação arbitrária da pena de prisão por qualquer juiz.

Uma importante decisão que pode abrir caminho para a descriminalização do uso e porte de drogas no país está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). Em agosto de 2015, a Corte começou a julgar a constitucionalidade de impor qualquer pena (de prisão ou outra) a quem estiver portando alguma substância ilícita ou cultivando maconha para consumo próprio. O julgamento estava suspenso em meados de 2016.

Já quanto ao uso medicinal da maconha, em março de 2016, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a prescrição médica e a importação por pessoa física tanto do medicamento canabidiol quanto dos que contêm tetraidrocanabiol (THC), o princípio ativo da *cannabis*. ☒

SAIU NA IMPRENSA

STF DECIDE QUE RÉU PRIMÁRIO PRESO POR TRÁFICO NÃO COMETEU CRIME HEDIONDO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (23) que acusados de tráfico privilegiado de drogas não cometem crime hediondo. De acordo com a decisão dos ministros, presos por tráfico que são primários e com bons antecedentes podem ter redução maior de pena e progressão de regime (...).

Antes da definição do Supremo, a Justiça entendia que o crime de tráfico de drogas era hediondo em todos os casos. (...)

Segundo o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, o entendimento pretende dar tratamento diferenciado a acusados primários e que não integram organizações criminosas. Lewandowski acrescentou que cerca de 80 mil presos no país, a maioria mulheres, foram condenadas por tráfico privilegiado. Para o ministro, são pessoas que não têm perfil delinquente e são usadas pelos cartéis de drogas para disseminar entorpecentes na sociedade.(...)

Agência Brasil, 23/6/2016

RESUMO

Drogas

POLÍTICAS INTERNACIONAIS A proibição de drogas perigosas, como o ópio, a heroína e a cocaína, começou no início do século XX. A partir dos anos 1960, a Organização das Nações Unidas (ONU) encaminhou e aprovou convenções internacionais para erradicar drogas. A maioria das nações criminaliza tanto a produção quanto o consumo das drogas ilícitas.

GUERRA ÀS DROGAS É uma política deflagrada pelo governo dos Estados Unidos em 1971, para diminuir a oferta de drogas ilícitas, como a cocaína e a maconha, dentro de seus territórios e, com isso, o consumo interno. Ela inclui instalações militares norte-americanas na Colômbia, para destruir as plantações de coca e combater os traficantes, e acordos, ações econômicas e diplomáticas junto a outros países produtores, como Peru, Equador e Bolívia.

CENÁRIO ATUAL Há instituições e governos que avaliam que as políticas atuais não surtiram o efeito esperado. Além de o consumo de drogas ilícitas no mundo não ter diminuído, as organizações de tráfico se fortaleceram, a violência aumentou e há prisões lotadas. As propostas são da adoção de políticas com foco na saúde pública, que priorizem a redução gradual do consumo e minimizem os danos do uso das drogas em vez de tratar a questão basicamente como de segurança pública.

DESCRIMINALIZAR E LEGALIZAR Aumenta gradualmente o número de governos que legalizam o consumo da maconha e descriminalizam o usuário, como forma de retomar o controle público, eliminar o mercado negro, o tráfico, a violência e as prisões. A droga ilícita mais consumida no mundo é a maconha, considerada leve como o tabaco e bebidas alcoólicas, porque é pouco letal, embora prejudicial. Nos Estados Unidos, quatro estados e a capital federal, Washington D.C., liberaram o consumo recreativo de maconha. O programa mais ousado foi adotado pelo Uruguai, onde o governo assumiu a produção e o controle como um programa de Estado, e liberou o consumo a todos os cidadãos cadastrados.

PELA DIGNIDADE DA CONDIÇÃO HUMANA

Entenda o que determina as declarações e convenções sobre os direitos humanos e os principais desafios para a sua aplicação

Por **Márcia Nogueira Tonello**

O estupro coletivo de uma garota de 16 anos, no Rio de Janeiro, em maio de 2016, ganhou repercussão mundial a partir de um vídeo postado pelos próprios envolvidos. Se o fato em si é abjeto, torna-se ainda mais repugnante quando seus autores mostram-se orgulhosos do feito, deixando exposta uma cultura presente na sociedade brasileira que ignora as noções mais básicas de dignidade humana.

O que essa questão tem a ver com a sua preparação para o vestibular? Pois foi este justamente o tema da redação do Enem em 2015: "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". Seguindo o modelo do exame, com base em um conjunto de textos

CRIS FAGA/FOLHAPRESS

IGUALDADE DE DIREITOS Manifestante protesta em São Paulo em repúdio ao estupro coletivo de uma menor ocorrido no Rio de Janeiro, em maio

e dados, cabia ao aluno dissertar sobre o assunto, apresentando uma proposta de intervenção que deveria respeitar os direitos humanos. Textos que contrariam esse pressuposto recebem nota zero.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) explica que a base para a elaboração dessa prova e dos parâmetros para a sua correção são as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 2012, que trata da dignidade humana, da igualdade de direitos e do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades entre as pessoas.

Segundo o Inep, propostas de intervenção que incluem vinganças privadas ou formas de punição como a tortura, espancamentos ou mutilação, ou que defendem a ideia de que mulheres merecem ser violentadas sexualmente por causa das roupas que usam ferem os direitos humanos. Não se espera, porém, que o aluno domine saberes específicos sobre o tema, mas que ele demonstre que sua educação formal deu conta de prepará-lo para o exercício da cidadania, que é um dos objetivos do Ensino Médio.

Evolução histórica

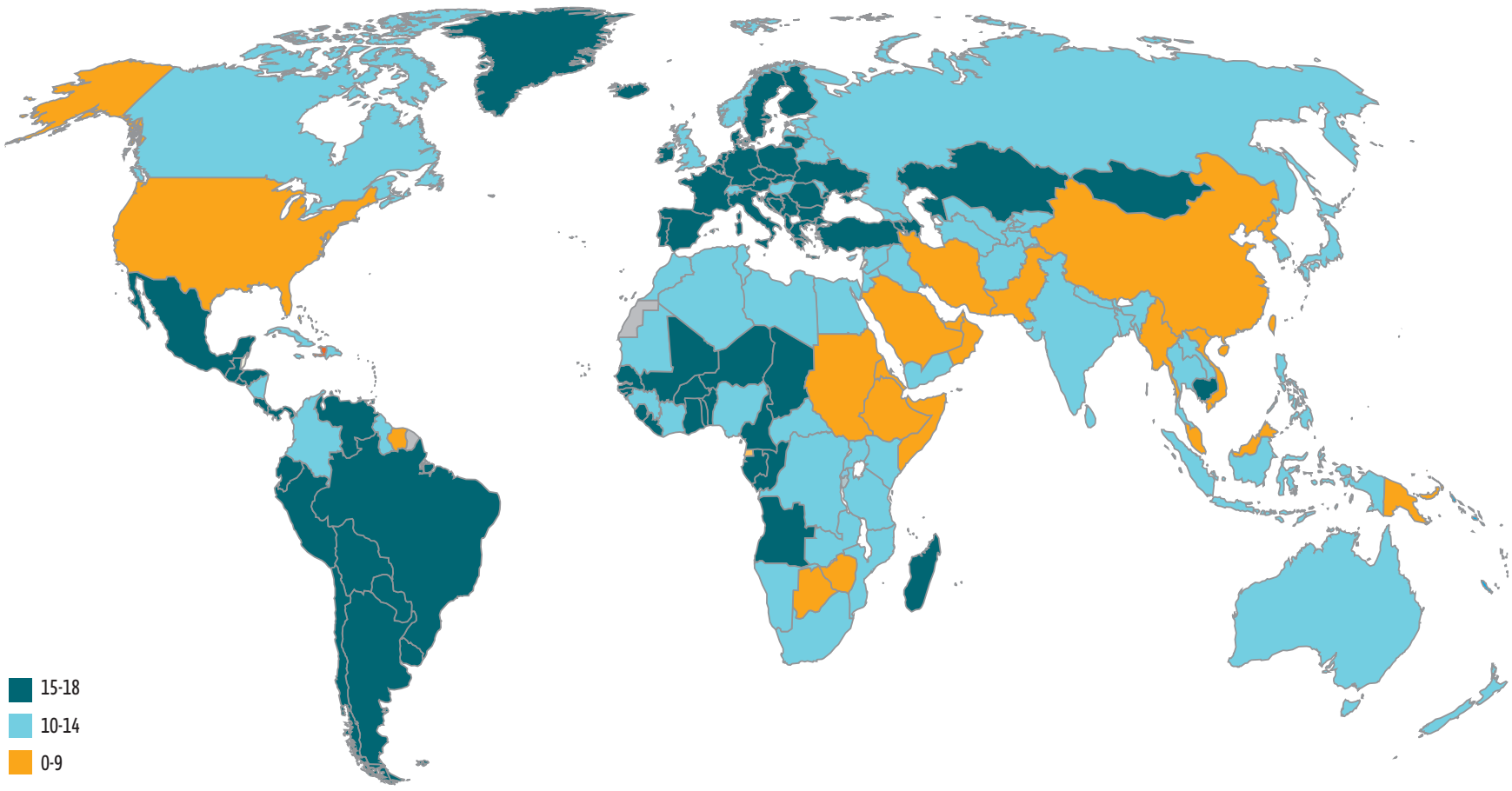
Mas o que são exatamente os direitos humanos? Há duas concepções tradicionais sobre as quais se fundamenta a história dos direitos humanos: a jusnaturalista, assentada nos direitos naturais inerentes à pessoa humana; e a de conquista histórica, que enxerga os direitos humanos como resultado de lutas históricas pela emancipação e libertação.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, é considerada o marco inicial dos direitos humanos, trazendo pela primeira vez a ideia de que todos teriam "direitos inalienáveis". Treze anos mais tarde, no contexto da Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclama que todos os cidadãos têm o direito a liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão: "(...) o exercício dos direitos naturais de cada homem tem só aquelas fronteiras que asseguram a outros membros o desfrutar desses mesmos direitos" – note que é a mesma ideia contida na conhecida expressão "o direito de um termina onde começa o do outro".

Em dezembro de 1948, é aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que havia sido criada três anos antes, ao final da II Guerra Mundial. Ainda sob o impacto do Holocausto contra os judeus e de outras atrocidades cometidas em nome da intolerância étnica e racial durante o conflito, a Declaração trazia a concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. E o que significa isso? É universal, posto que tem na condição humana seu único requisito, e indivisível, por considerar que não há como separar os direitos políticos dos sociais, econômicos ou culturais, pois são todos interdependentes. Em seu artigo 1º afirma que **"todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".** A Declaração tornou-se a principal referência em processos internacionais que tratam de crimes contra os direitos fundamentais do homem.

A ACEITAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

Número de acordos de direitos humanos ratificados pelos países



QUESTÃO DE SOBERANIA *Pelo menos uma coisa os rivais Estados Unidos e a Coreia do Norte têm em comum: a baixa adesão aos tratados de direitos humanos. Enquanto os asiáticos representam o país mais fechado do mundo, sem intenção de integrar o conjunto de valores da comunidade internacional, os norte-americanos relutam em ceder parte de sua soberania à legislação internacional. Note que a América Latina e a Europa estão entre as regiões que mais ratificaram tratados.*

Fonte: *ONU*

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Ao aderir a tratados de direitos humanos, os países estão sujeitos a punições legais em tribunais internacionais

Adesão às leis internacionais

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surgiram sucessivos tratados que impõem obrigações jurídicas aos Estados signatários. Entre eles estão acordos referentes ao trabalho forçado, à discriminação racial e à mulher, e à tortura – todos assinados pelo Brasil (*veja mapa na pág. anterior*).

Além de ratificar tratados, os países podem submeter-se às cortes regionais de direitos humanos – como a Comissão Africana, o Tribunal Europeu ou a Corte Interamericana. Em caso de violação, o Estado pode ser julgado e condenado, sujeitando-se às punições legais. Mas não são raros os casos em que as normas internacionais de direitos humanos se chocam com questões da legislação doméstica de muitos países.

Alguns desses exemplos acontecem aqui no Brasil. Em 2007, a Corte Interamericana condenou o Estado brasileiro a determinar o paradeiro dos desaparecidos na década de 1970, na Guerrilha do Araguaia, e a julgar e punir os responsáveis. O órgão considera que, por se tratar de um crime contra a humanidade, o caso não deveria ser beneficiado pela Lei da Anistia – assinada em 1979, a lei isentou de julgamento dezenas de militares acusados de crimes contra os direitos humanos. Na mesma linha, em 2016, a Corte Interamericana decidiu processar o Estado brasileiro por omissão, pelo fato de não ter punido os responsáveis pela morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida nos porões da ditadura, em 1975.

DIREITOS HUMANOS, EM QUATRO GERAÇÕES

Dentro da concepção de conquista histórica, os direitos fundamentais podem ser classificados por gerações (ou dimensões):

1. **Direitos de liberdade – direitos individuais, de natureza civil e política, que proíbem excessos do Estado e garantem o direito à vida, à segurança, à justiça, à propriedade, à liberdade de pensamento e expressão, crença, voto, entre outros.**
2. **Direitos de igualdade – referem-se às obrigações do Estado, como os direitos sociais, culturais e econômicos, que incluem saúde, educação, lazer, assistência social, trabalho, greve, associação sindical, entre outros. Têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, garantindo um mínimo de bem-estar social.**
3. **Direitos de fraternidade ou solidariedade – reúne os chamados direitos difusos, como o direito ao desenvolvimento, ao patrimônio comum da humanidade, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente saudável e equilibrado.**
4. **Direitos de quarta geração – são direitos que responderiam às questões da modernidade, colocadas pelos avanços sociais e tecnológicos, como o genoma humano ou o direito à informação.**

Diversidade e universalidade

A noção de universalidade é central na concepção dos direitos humanos, que reuniriam os direitos essenciais para uma vida pautada na liberdade e na dignidade. Mas esses valores e direitos seriam mesmo universais, alcançando as mais diversas culturas em todo o mundo?

Quem defende o relativismo cultural associa os direitos fundamentais às circunstâncias culturais e históricas que moldaram os valores próprios de cada sociedade. Para os universalistas, essa visão favorece graves violações dos direitos humanos com base em práticas culturais apoiadas por maiorias nacionais. Essa situação tem como uma das principais expressões a opressão sobre a mulher em muitas sociedades islâmicas – em diversos países, as mulheres sofrem mutilações genitais, prática em que o clitóris é cortado ou removido.

Por essa razão, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, realizada em 1993, o contraponto entre universalidade e relativismo cultural teve grande destaque. A questão foi incluída no Artigo 5º sob a seguinte forma: "Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como os diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais".

DITADURA MILITAR
Protesto em frente à casa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de torturar e matar presos

Situação global

No cenário internacional, o respeito aos direitos humanos registrou uma grave piora nos últimos anos, aponta o mais recente relatório da Anistia Internacional – organização humanitária de alcance mundial. A principal causa são as guerras e conflitos, que destroem as condições de vida das populações e ampliam o número de pessoas desalojadas e em busca de refúgio (*veja mais sobre imigração na pág. 154*).

Para a Anistia Internacional, o sistema mundial de contenção de crises – incluindo a ONU (Organização das Nações Unidas), o Tribunal Penal Internacional e órgãos regionais – está enfraquecido pela ação de governos que privilegiam interesses próprios, prejudicando a proteção às populações mais desprotegidas.

A tortura e os maus-tratos contra presos ou pessoas discriminadas são uma violação alarmante para a Anistia Internacional, pois atinge ao menos 98 países, ou seja, cerca de metade do planeta. Em seu relatório anual, a organização relata ainda frequentes atentados à liberdade de expressão, pois diversos governos perseguem quem manifesta opiniões divergentes.

No caso específico do Brasil, outra organização, a Human Rights Watch, elenca diversos aspectos onde os direitos humanos são violados no país, tais como:

- a superlotação carcerária;
- as execuções extrajudiciais (assassinatos realizados por policiais);
- o projeto de redução da idade penal de 18 para 16 anos;
- a Lei Antiterrorismo, que pode abrir margem à repressão de movimentos sociais, passíveis de serem enquadrados como terroristas;
- os casos de trabalho análogo a escravidão;
- a violência contra camponeses e indígenas.

Como você notou pela leitura de outras matérias deste GE ATUALIDADES, são todos fatos presentes no cotidiano nacional, que estão à espera de iniciativas que possam, gradativamente, resolvê-las. ☒

SAIU NA IMPRENSA

NÃO HÁ ESPERANÇA PARA DIREITOS HUMANOS COM CONGRESSO ATUAL, DIZ SECRETÁRIA DE TEMER

A força política das bancadas conservadoras no Congresso estaria frustrando o avanço de pautas pró-direitos humanos, avalia a secretária de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, em entrevista à BBC Brasil durante visita à Suíça.

Os deputados e senadores ruralistas, evangélicos e militares – que formam a bancada apelidada BBB (boi, Bíblia e bala) – são vistos como aliados chave do governo na Casa, e Piovesan disse que aposta suas fichas no Judiciário para tentar avançar em questões como direito a aborto em casos de microcefalia.

"Sem dúvida é um solo árido e arenoso. Vou ser muito honesta. Pelo perfil da Câmara dos Deputados (...) com o fortalecimento dessas bancadas, eu não tenho grandes esperanças de avanço da pauta de direitos humanos nesse Congresso", afirmou Piovesan. (...)

BBC Brasil, 16/6/2016

RESUMO

Direitos humanos

DIREITOS HUMANOS Um conjunto mínimo de direitos necessários para assegurar a todos os seres humanos uma vida baseada na liberdade, na igualdade e na dignidade. Têm como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, como um referencial ético para pautar a comunidade internacional após os horrores da II Guerra Mundial.

TIPOS Entre os direitos humanos há aqueles de natureza civil e política, que protegem o indivíduo dos excessos do Estado, garantindo-lhe segurança, justiça, liberdade de expressão, crença, voto etc., assim como os que se referem às obrigações do Estado, como os direitos sociais, culturais e econômicos, com vistas a assegurar um mínimo de bem-estar social. Somam-se a esses os chamados direitos difusos, como o direito ao desenvolvimento ou a um meio ambiente saudável e equilibrado. Por fim, novos direitos procuram responder aos avanços sociais e tecnológicos recentes, como o Genoma humano ou o direito à informação.

TRATADOS E SOBERANIA Os tratados e protocolos internacionais abordam um conjunto amplo de direitos aos que se referem a temas específicos (a tortura, a discriminação racial, o trabalho forçado etc.) ou categorias de pessoas (crianças, mulheres, refugiados, migrantes etc.). Ao assiná-los, os países colocam para si obrigações jurídicas.

VIOLAÇÕES NO MUNDO O relatório de 2016 da Anistia Internacional registra aumento das violações aos direitos humanos, em especial pela ampliação de conflitos que causaram o deslocamento de milhões de pessoas. Destacam-se também a tortura e os maus-tratos a presos e os atentados à liberdade de expressão.

VIOLAÇÕES NO BRASIL A violência policial e a falta de acesso à Justiça são dois graves problemas nacionais. Ganharam visibilidade também a superlotação carcerária, as chacinas, o projeto de redução da maioridade penal, os casos de trabalho análogo a escravidão e a violência contra camponeses e indígenas.

DE OLHO NA TELA
Popularização do acesso à internet por celular exige dos governos novas regulamentações sobre o tema

CHRISTOPHE SIMON/AFP

PRIVACIDADE E SEGURANÇA NA ERA DIGITAL

No Brasil e em boa parte do mundo, governos e empresas de internet travam batalhas jurídicas pelo direito de acessar e usar nossos dados pessoais

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

CONSTITUIÇÃO DA WEB Aprovado em 2014, o Marco Civil da Internet regulamenta a rede no Brasil

Em maio de 2016, milhões de brasileiros que acessam a internet pelo celular tiveram uma surpresa desagradável. Quem tentou usar o WhatsApp para trocar mensagens foi obrigado a recorrer a outra forma de comunicação. Isso porque a Justiça do Sergipe mandou as maiores operadoras de telefonia do Brasil bloquear o acesso ao aplicativo em todo o território nacional por 72 horas.

A determinação ocorreu devido a uma ordem judicial anterior não cumprida. Em uma investigação sobre apreensão de drogas em Lagarto (SE), a Justiça pediu que os responsáveis pelo aplicativo informassem o nome dos usuários de uma conta do WhatsApp na qual os traficantes trocavam informações. Como o Facebook, que é dono do WhatsApp, alegou não possuir os dados, o juiz de Lagarto ordenou a suspensão do aplicativo. Antes deste episódio, o vice-presidente do Facebook na América Latina, o argentino Diego Dzodan, já havia passado uma noite na cadeia, em março, por se negar a colaborar nessa mesma investigação judicial.

O caso terminou sem maiores consequências para os usuários do WhatsApp: o bloqueio foi revogado horas depois por outra determinação judicial, sob a alegação de que a suspensão era desproporcional por atingir todos os usuários. Mas esse pequeno inconveniente cotidiano revela outras implicações maiores a respeito da regulamentação da internet e da privacidade e da liberdade de expressão na era digital.

Segurança de dados

A internet, que já foi bastante livre e pouco regulamentada, passa por um momento de amplo debate público no mundo em torno dos direitos e deveres de usuários e empresas, e também sobre o papel do Estado. De um lado estão os argumentos em prol da segurança nacional. Governos trabalham para abrir brechas na legislação, que permitam o acesso de suas agências – como as polícias e o Ministério Público – aos dados pessoais e registros de navegação de suspeitos de crimes.

Os governos querem ter acesso a dados pessoais e rastros de navegação na internet para investigar crimes

Já as empresas do setor lutam para preservar a inviolabilidade dessas informações, uma de suas principais fontes de receita, e para manter o privilégio de poder comercializá-las. Essas informações formam um complexo banco de dados que abastece suas campanhas de marketing e publicidade dirigidos, ou seja, personalizados de acordo com os hábitos de navegação de cada um.

Como resposta às tentativas dos Estados de acessar dados de seus clientes, empresas como Facebook, Google e Apple estão refinando seus sistemas de criptografia. Eles transformam uma informação qualquer – como um e-mail ou uma mensagem de texto – num código cifrado. Com isso, apenas o destinatário e o remetente das mensagens têm acesso ao conteúdo original, até mesmo a central do aplicativo recebe somente dados encriptados. O WhatsApp espera que a medida torne inútil as investidas dos Estados por acesso a registros pessoais, afinal a empresa terá em seu banco apenas dados codificados.

Em meio à queda de braço entre os poderes público e privado, a sociedade civil se mobiliza para estender ao ambiente on-line direitos duramente conquistados na vida real – como o direito à privacidade e à liberdade de expressão. Mas a questão da segurança nacional entra com força no debate em um período em que os crimes virtuais se tornam mais frequentes e a tecnologia é cada vez mais usada para facilitar as contravenções.

O Marco Civil da Internet

No Brasil, o Marco Civil da Internet assinalou avanços importantes no sentido de garantir a privacidade na rede. Trata-se de uma lei federal sancionada em abril de 2014 que é uma espécie de constituição brasileira para a internet. Ela regula a rede mundial de computadores prevendo princípios, garantias, direitos e deveres para usuários e empresas, bem como traça as diretrizes para a atuação do Estado. O Marco Civil começou a ser debatido em outubro de 2009, e foi elaborado com ampla participação popular através de consultas e audiências públicas.

Durante sua elaboração, a lei sofreu fortes pressões econômicas e políticas. Deputados contrários à nova lei fizeram insistentes pedidos de mudança no texto original, especialmente nos trechos sobre neutralidade da rede e a

responsabilidade dos provedores quanto a conteúdos ilícitos – como aqueles que ofendem a honra. Apesar da pressão, o Marco Civil foi aprovado sem alterações. Seus principais pontos são:

- **Neutralidade da rede** Exige que os provedores ofereçam a mesma conexão para todos os clientes, proibindo a venda por demanda, ou seja, planos que restrinjam o conteúdo, por exemplo, a apenas redes sociais e e-mail. Além disso, a interrupção do serviço só pode ser efetuada mediante o não pagamento das faturas.

- **Retirada de conteúdo** Provedores e aplicativos não serão responsabilizados pelas publicações de seus clientes. As empresas só serão obrigadas a bloquear ou apagar um conteúdo por decisão judicial. Mas há uma exceção: em casos de *revenge porn* – pornografia de vingança, quando vídeos ou fotos íntimas são colocados na rede – a pessoa ofendida pode solicitar a exclusão diretamente ao provedor.

- **Privacidade** Dados pessoais e registros eletrônicos só podem ser violados com ordem judicial. Isso vale para órgãos do Estado – como a polícia e o Ministério Público – e também para empresas, que estão autorizadas, no entanto, a armazená-los por até seis meses. Os registros e os dados pessoais só podem ser usados comercialmente com autorização do usuário. A cooperação de empresas de internet com órgãos de informação estrangeiros também foi proibida.

CPI dos crimes cibernéticos

O discurso em prol do aumento da vigilância na internet – para investigar e punir crimes comuns e prever atentados terroristas – ganharam fôlego com a apresentação do relatório final da CPI dos crimes cibernéticos, em maio.

Instaurada em julho de 2015, a CPI dos crimes cibernéticos teve como objetivo avaliar o impacto dos delitos cometidos na internet sobre a economia nacional e trazer propostas de lei capazes de atualizar a legislação brasileira. Em seu relatório final, a CPI apresenta 19 propostas de lei, que ainda precisam ser analisadas pelo plenário da Câmara dos Deputados.

O DESAFIO DA INCLUSÃO DIGITAL

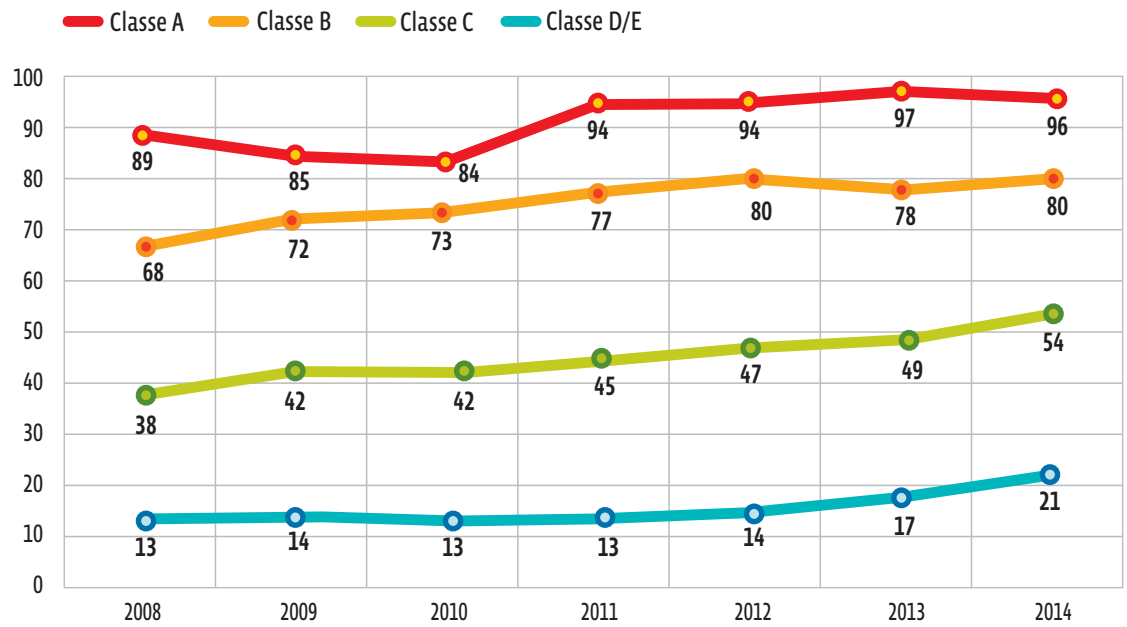
Por promover a liberdade de expressão e o acesso a direitos civis como a cultura e a educação, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que a internet é um direito fundamental do ser humano.

No Brasil, a universalização do acesso à internet enfrenta muitos desafios, que refletem as grandes disparidades regionais e socioeconômicas do país. Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2014 havia 94,2 milhões de usuários no país, o que corresponde a 55% da população com 10 anos ou mais de idade – em 2008 esse percentual era de apenas 34%. O acesso, contudo, ainda é muito desigual. Enquanto a Região Sudeste tem 63% de usuários, o Nordeste possui apenas 43%. Por sua vez, 98% da população da classe A acessam a rede, ao passo que no extrato D/E há somente 21% de usuários.

Em termos mundiais, a inclusão digital vem aumentando de forma expressiva. Em 2014, 43,4% da população global tinha acesso à internet, índice que correspondia a apenas 15,8% em 2005. A maior parte dos excluídos digitais está na África (79,3% sem conexão) – em países como Burundi e Eritreia, o acesso não chega a 2% da população.

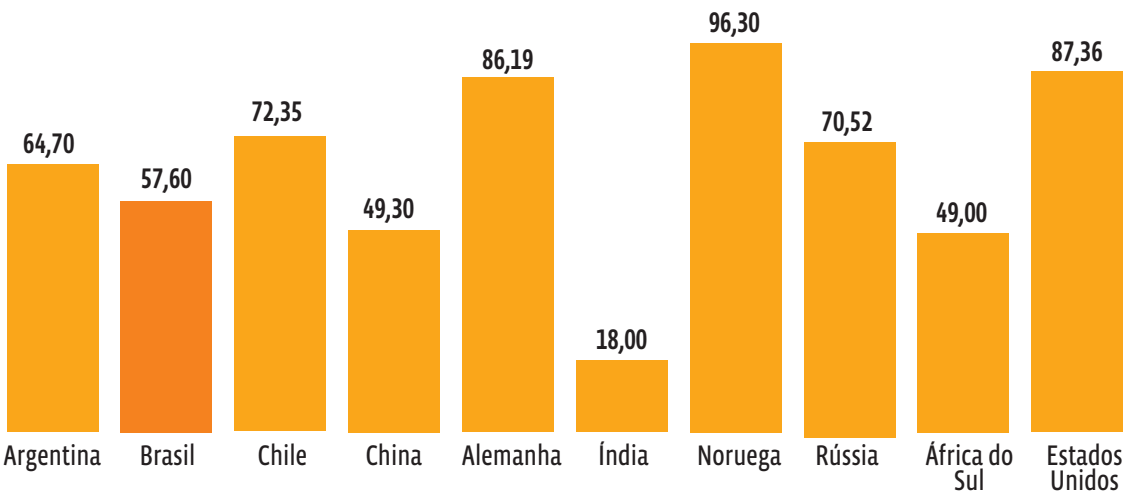
O ACESSO À INTERNET NO BRASIL E NO MUNDO

Evolução dos usuários de internet no Brasil, por classe social (em % da população)



Fonte: *Pesquisa TIC Domicílios 2014/Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI-BR)*

Evolução dos usuários de internet no mundo em 2014 (em % da população)



NAÇÕES DIGITAIS ***No primeiro gráfico, note como o percentual de usuários está diretamente ligado às condições socioeconômicas – na classe D/E a exclusão digital atinge 79% da população. Já no segundo gráfico, veja como o percentual de usuários no país ainda está abaixo de outros países sul-americanos, como Argentina e Chile, e muito aquém de nações desenvolvidas como Alemanha, Estados Unidos e Noruega.***

Fontes: *International Telegraph Union (ITU)*

PETER ZSCHUNKE/DPA

ACESSIBILIDADE
Refugiados usam a internet em Budapeste, Hungria: o acesso à rede é considerado um direito fundamental

Entre as principais propostas sugeridas pelos relatores está a autorização para que a polícia, ou o Ministério Público, acessem endereços de IP (o código que identifica um computador conectado à rede) sem a necessidade de mandado judicial. A proposta visa a facilitar o trabalho de identificação de suspeitos e a acelerar a prisão de criminosos. Por outro lado, implica na alteração de um dos pontos mais importantes do Marco Civil: a garantia ao sigilo de informações pessoais. A medida aumenta o poder de vigilância do Estado e ameaça algumas garantias legais, como o direito à privacidade.

O relatório final propõe também que provedores – como Oi, Tim, NET e Vivo – sejam obrigados a remover conteúdos que "ofendam a honra", novamente sem a necessidade de decisão judicial, o que coloca a proposta, mais uma vez, em rota de colisão com o Marco Civil. Segundo o texto, basta uma notificação feita por algum interessado para que o conteúdo seja apagado. A agilidade na remoção reduziria os danos à imagem de quem foi ofendido, mas implicaria delegar a uma empresa privada a responsabilidade de identificar conteúdos impróprios e o poder de restringir e censurar informações. Por isso, a medida tem sido acusada de promover a "terceirização da censura".

A proposta prevê ainda punições para empresas que se neguem a tirar os conteúdos do ar, incluindo a suspensão do serviço. A medida daria respaldo jurídico e avolumaria os casos de bloqueios temporários, como os do WhatsApp. A repercussão negativa, contudo, fez com que os relatores modificassem de última hora os termos, e excluíssem os serviços de troca instantânea de mensagens da lista dos passíveis de bloqueio judicial.

Proposta da CPI dos crimes cibernéticos retira garantias legais de direito à privacidade

O relatório sugere também mudanças na Lei 12.737, mais conhecida como **Lei Carolina Dieckmann**, que prevê as punições para casos de invasão de computadores com a finalidade de roubar dados particulares. O relatório propõe transformar em crime o acesso não autorizado a qualquer aparelho eletrônico ou sistema informatizado, sob pena de até dois anos de prisão.

Por afrontar o Marco Civil e propor a ampliação do poder de vigilância do Estado sobre os cidadãos, retirando a proteção e o direito ao anonimato, o relatório final da CPI está sendo alvo de fortes críticas por parte da sociedade civil, advogados, movimentos sociais e entidades, como o Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio de Janeiro, que acusa a CPI de criar um sofisticado sistema de controle e censura.

O debate no mundo

O debate acerca da privacidade de dados não se restringe ao Brasil. Bangladesh e China também já bloquearam temporariamente aplicativos de troca de mensagem. Chamadas de voz feitas por esses aplicativos também estão ameaçadas de banimento em países como Marrocos, Arábia Saudita, Paraguai, Síria, Irã e Paquistão. Entre os principais argumentos para as restrições está a ameaça à segurança nacional. Como no Brasil, as empresas de tecnologia como a Apple, Google e Facebook se negam a fornecer dados privados de seus usuários – sejam eles suspeitos de crimes ou não – e são punidas pela Justiça com o bloqueio de seus serviços. O então primeiro-ministro britânico, David Cameron, ameaçou banir o WhatsApp por encriptar as mensagens, o que dificultaria o trabalho das agências de segurança no combate ao terrorismo.

Ao mesmo tempo, a Apple e o governo dos Estados Unidos travam uma batalha judicial que já dura mais de dois anos. O FBI exige que a empresa desative a segurança de dados de um dos autores do atentado de São Bernardino, que matou 14 pessoas em dezembro de 2015. A Apple alega que isso abriria um precedente preocupante, que poderia ser rapidamente usado para restringir liberdades civis, perseguir cidadãos e dissidentes. Facebook, Google e WhatsApp anunciaram que irão refinar e expandir seus sistemas de criptografia

LIMITE DE USO DA INTERNET EM DEBATE

As operadoras de internet fixa têm modificado gradualmente os termos de seus novos contratos, a fim de limitar o uso da rede durante o mês, o que despertou um debate em torno da legalidade dessa prática. Ela prevê que a velocidade da conexão seja reduzida, ou o serviço interrompido, ao se atingir o limite de dados contratados.

As operadoras que gerenciam o setor no Brasil afirmam que o modelo ilimitado, em vigor hoje, é economicamente insustentável a longo prazo e que o limite de dados pode baratear o serviço para usuários leves, ou seja, aqueles que usam pouco a rede e não costumam acessar serviços de streaming, como a Netflix e o YouTube.

Entidades de defesa do consumidor e movimentos sociais, por outro lado, afirmam que a mudança visa a aumentar os lucros das empresas, que encarecerá o serviço para a maioria dos consumidores e gerará um corte social no acesso à rede: os mais pobres ficarão excluídos de serviços que necessitem de alto consumo de dados, como streaming de música e vídeo, além de ter seu acesso à informação e aos serviços públicos on-line prejudicados. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) proibiu por tempo indeterminado a prática e afirmou que está avaliando o caso.

e que continuarão a negar acesso às informações de seus usuários a governos e agências de segurança.

Além de o banco de dados ser estratégico para as empresas por permitir rastrear os hábitos de navegação dos usuários, há outras razões para tentar manter sigilo sobre essas informações. As companhias desejam passar a mensagem de que não são coniventes com a espionagem de cidadãos, o que poderia abalar a confiança de seus usuários em disponibilizar ou atualizar seus dados. O argumento em prol da segurança nacional e contra o terrorismo enfraqueceu-se desde que o ex-técnico da Agência Nacional de Inteligência (CIA) e ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA), Edward Snowden, vazou documentos que revelam que a espionagem é uma prática sistemática do governo dos EUA. A NSA monitorava autoridades internacionais – como as presidentes do Brasil e Alemanha, Dilma Rousseff e Angela Merkel –, conselheiros de grandes empresas e até cidadãos comuns de diversos países.

Muitos governos, no entanto, têm seguido o comportamento norte-americano e usado a premissa da segurança nacional para bloquear, restringir e espionar serviços de internet. Diante desse cenário, o debate que opõe segurança nacional e privacidade – ambos essenciais em uma sociedade democrática – deve se estender à medida que a internet se torna mais presente na vida das pessoas. ☒

SAIU NA IMPRENSA

RESTRIÇÃO À INTERNET É VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, DIZ ONU

O Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas divulgou na última sexta, 1º, resoluções condenando medidas para o bloqueio ou prevenção intencional de disseminação da informação na Internet.(...)

A resolução ainda reconhece que, para a Internet se manter global, aberta e interoperável, "é imperativo que os Estados enderecem preocupações com segurança de acordo com suas obrigações internacionais de direitos humanos, em particular relacionados à liberdade de expressão, liberdade de associação e privacidade". (...)

Dentre as várias sugestões efetuadas durante a reunião do Conselho, vale ressaltar a emenda proposta pela Bielorrússia, China, Irã e Rússia, condenando "o uso da Internet (…) para disseminar ideias baseadas em superioridade racial ou ódio, e incitamento à discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada". (...)

Exame.com, 5/7/2016

RESUMO

Internet

LIBERDADE E SEGURANÇA Estados e empresas travam longas batalhas judiciais em torno da privacidade e da segurança de dados pessoais dos usuários. Polícias e agências de segurança querem ter acesso a essas informações, e usam como argumento a segurança nacional e a prisão de criminosos. As empresas não querem colocar em risco a confiança dos usuários em seus bancos de dados, importante fonte de receita, e se negam a colaborar com a Justiça. No Brasil, o Marco Civil da Internet assinalou avanços importantes no sentido de garantir a privacidade na rede.

CPI DOS CRIMES CIBERNÉTICOS Instaurada para apurar delitos cometidos na rede e propor atualizações à legislação brasileira, a CPI apresentou um relatório final favorável a mudanças nos principais pontos do Marco Civil da Internet. Por exemplo, quer responsabilizar provedores por conteúdos ofensivos publicados por terceiros e permitir que a polícia acesse dados pessoais, como o IP, sem mandado judicial.

SITUAÇÃO MUNDIAL Embates legais sobre o direito à privacidade e a segurança de dados acontecem ao redor do globo. O ex-primeiro-ministro britânico David Cameron ameaçou banir o WhatsApp do Reino Unido por encriptar mensagens. Nos EUA, FBI e Apple travam uma batalha judicial desde 2015 – a agência norte-americana quer ter acesso a dados pessoais do autor do atentado de São Bernardino. Para a Apple, a liberação dos dados abriria precedente para restrição de direitos civis, como o direito à privacidade.

INCLUSÃO DIGITAL No Brasil, há 94,2 milhões de usuários de internet no país, o que corresponde a 55% da população com 10 anos ou mais de idade – em 2008 esse percentual era de apenas 34%. O acesso, contudo, ainda é muito desigual, refletindo as disparidades regionais e socioeconômicas no país. Em termos mundiais, a inclusão digital vem aumentando de forma expressiva. Em 2014, 43,4% da população global tinha acesso à rede, índice que correspondia a apenas 15,8% em 2005. A maior parte dos excluídos digitais está na África.

CARLOS NARDI/WPP/FOLHAPRESS

O FANTASMA DA ESCASSEZ

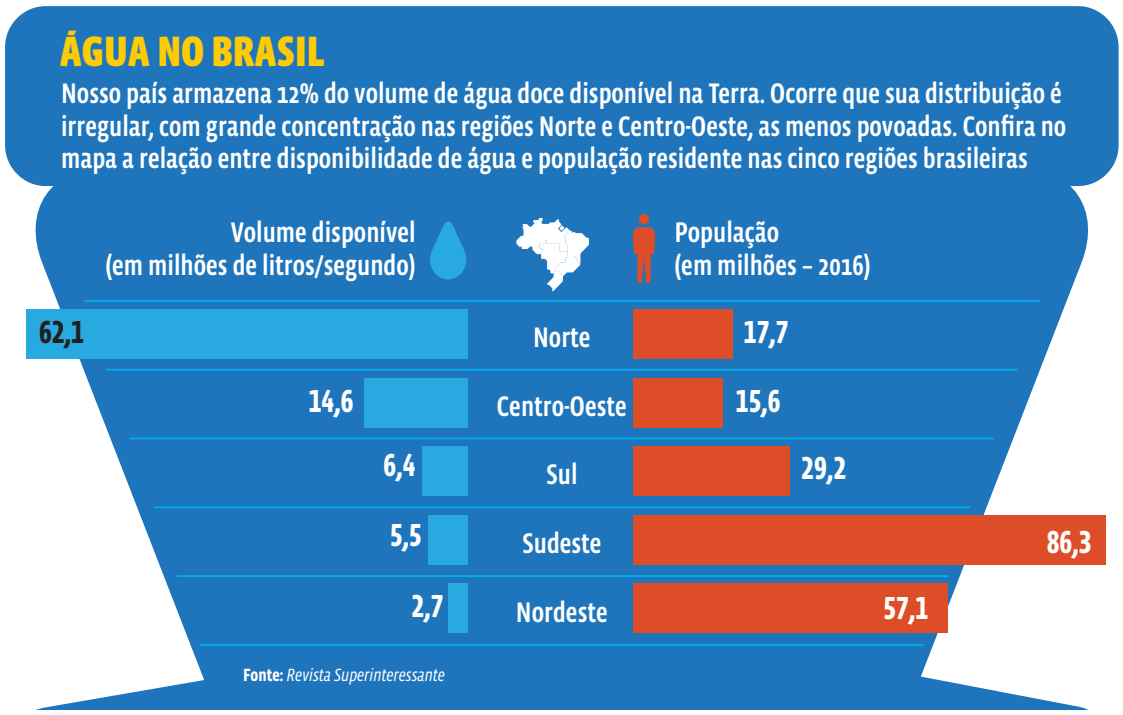
A crise no abastecimento de água no Brasil e em diversas regiões do mundo alerta sobre a urgência de melhorar a gestão dos recursos hídricos

por **Guilherme Eler**

O pronunciamento de Geraldo Alckmin em março de 2016 procurava tranquilizar a população acerca da falta d'água em São Paulo. Segundo o governador, a crise hídrica no estado tinha sido superada. O Sistema Cantareira, principal abastecedor da capital e da região metropolitana, se aproximava de níveis mais seguros e operava a 30% de sua capacidade. A captação do chamado volume morto, reserva técnica que fica abaixo das comportas das represas, já não era mais necessária. Com as chuvas voltando à normalidade, a questão era dada como resolvida.

O discurso do governo, no entanto, foi recebido com ressalvas por especialistas e rechaçado pela população. Isso

MEIO CHEIO
Represa de Atibainha, do Sistema Cantareira (SP): volta das chuvas recuperou o nível do reservatório



porque bairros das zonas norte e leste de São Paulo continuavam com as torneiras vazias durante boa parte do dia mesmo após o anúncio de Alckmin. E entre os moradores que tiveram o abastecimento normalizado, a desconfiança é grande. Afinal, os problemas estruturais no sistema de distribuição de água e a possibilidade de novos períodos de estiagem não permitiam precisar se os 8,8 milhões de paulistanos que dependem do Cantareira não estariam, no verão seguinte, mais uma vez reféns da escassez hídrica.

A experiência da mais grave crise hídrica enfrentada em São Paulo ainda é bastante vívida. Torneiras vazias, filas para caminhões-pipa, água em baldes, caixas d'água ativas somente em raros momentos do dia e a diminuição forçada no consumo fizeram parte da rotina de milhões de habitantes da região metropolitana entre 2014 e 2015. As seis represas que formam o Sistema Cantareira chegaram a contar com menos de 4% do volume total, o menor já presenciado. Faltou água para muita gente.

A urbanização desordenada

O drama da falta d'água atingiu não só São Paulo, mas também os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A estiagem histórica – a mais severa dos últimos 80 anos – foi responsável direta pelo colapso de abastecimento do Sudeste, mas há outros fatores que podem ser apontados para explicá-lo. O rápido crescimento populacional nos centros urbanos da região mais habitada do país responde pelo aumento da pressão sobre as fontes de abastecimento, que não evoluíram na mesma proporção. Na década de 1960, quando o Cantareira foi projetado, São Paulo contava com 4,8 milhões de habitantes. Esse número hoje passa dos 12 milhões, sem contar a região metropolitana.

O desordenado processo de urbanização das cidades brasileiras também piora o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias. O desmatamento e a impermeabilização do solo, demandas das construções em meio urbano, impedem que a água penetre em lençóis freáticos, prejudicando a recarga dos aquíferos e intensificando o processo de assoreamento de rios.

A ocupação irregular de regiões de mananciais e áreas de várzea pode causar a poluição dos corpos hídricos com esgoto e lixo doméstico. Os dejetos viabilizam a proliferação de espécies aquáticas como algas e aguapés, que prejudicam a oxigenação da água, elevando os gastos no tratamento.

O desafio da gestão

Mas a crise no abastecimento de água nas grandes metrópoles do Sudeste não pode ser creditada apenas a problemas estruturais de urbanização e uma estiagem prolongada. A falta de planejamento e investimentos no setor agravou ainda mais o cenário. Especialistas em recursos hídricos alertavam há pelo menos duas décadas para a necessidade de ampliar as obras para aumentar a capacitação, o tratamento e a distribuição de água nos grandes centros urbanos.

A Grande São Paulo, por exemplo, tem à disposição mananciais na parte norte (Cantareira) e no sul (Guarapiranga), além de reservatórios artificiais e a possibilidade de se abastecer de outras bacias mais distantes. O problema é que todo esse sistema não é interligado. Ou seja, em um cenário ideal, se uma bacia for afetada pela falta de chuvas, outro manancial deve repor a perda. Após a crise, deslancharam obras para a captação de água na represa Cachoeira do Franca, localizada a 83 quilômetros da capital, e a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira.

A gestão privada dos recusos hídricos estabelece a água como uma mercadoria voltada para o lucro

Outra crítica de especialistas à administração dos recursos hídricos em São Paulo diz respeito ao modelo de gestão público-privada. A Sabesp é uma empresa de capital misto (51% sob controle do Estado e o restante pertence a investidores privados). Uma empresa com esse perfil estaria mais focada a buscar resultados financeiros positivos, o que estabeleceria a concepção da água como mercadoria voltada para a obtenção de lucro, e não como um bem universal e direito de todos.

A seca no Nordeste

Mesmo tendo 12% das reservas mundiais de água doce e grande número de rios e aquíferos, o Brasil não está imune à escassez hídrica. O problema pode ser explicado pela distribuição desigual do recurso em nosso território. A Região Norte, que concentra apenas 8% da população, conta com 62,1% das reservas. O Nordeste, em contrapartida, possui apenas 3% da água para atender a 28% da população nacional.

O clima semiárido e a presença de massas de ar quente estacionadas na região explicam a menor ocorrência de chuvas no Nordeste. Fenômenos climáticos sazonais, como o El Niño, que promove o aquecimento das águas oceânicas, também contribuem para a intensificação dos períodos de estiagem na região.

Medidas que visam a controlar o problema da seca são associadas a entraves políticos, que afastam a população mais pobre do acesso a água. Historicamente, a execução de projetos de irrigação, que permitem aumentar o regime de rios temporários, e a construção de açudes, por exemplo, privilegiam essencialmente as regiões controladas por latifundiários em detrimento da população mais castigada pela estiagem. Esse fenômeno, conhecido como "indústria da seca", é responsável por perpetuar os problemas decorrentes da escassez hídrica.

LALO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS

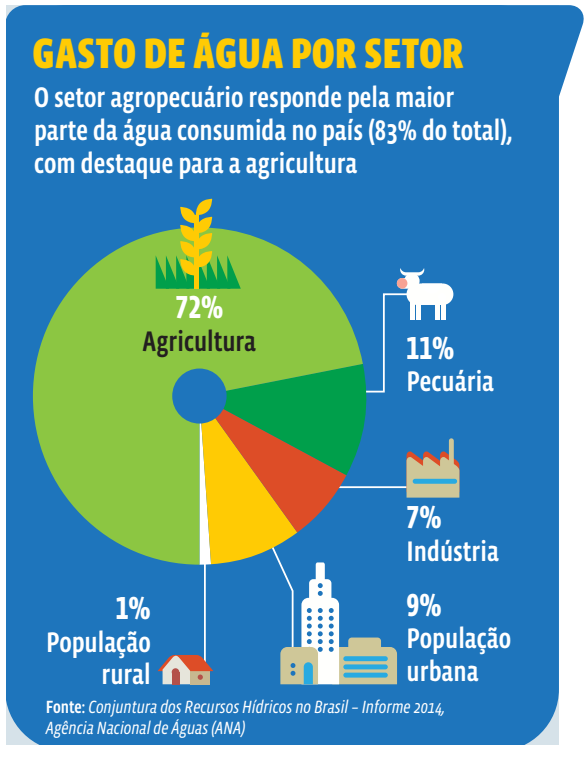
ESPERANÇA NO SERTÃO Obras de transposição do Rio São Francisco em Cabrobó (PE)

A transposição do Rio São Francisco

A principal obra do governo federal visando o combate dos efeitos da seca no Nordeste é a transposição do Rio São Francisco, mais importante corpo hídrico do Nordeste, que atravessa os estados da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, além de parte de Goiás e do Distrito Federal. A área coberta pela bacia do Rio São Francisco corresponde a cerca de 8% do território nacional. Compreende 504 municípios, atingindo uma população de 14 milhões de habitantes.

Iniciada em 2007, a obra tem o objetivo de desviar uma pequena parcela do volume do rio, por meio de dutos e canais, para o abastecimento de leitos menores e açudes que secam durante o período de estiagem no semiárido nordestino. Em meio a atrasos em licitações e prazos, o projeto está em sua fase final, com cerca de 80% das obras concluídas.

Questionam-se, no entanto, os impactos ambientais decorrentes da obra, como o desmatamento, e, por conseguinte, os prejuízos à biodiversidade. Para minimizar as consequências negativas, são necessárias ações para monitorar a vazão do rio e os processos erosivos ao longo das regiões contempladas pelas obras. Paralelamente, a construção de cisternas e poços para captação de água da chuva precisam continuar sendo incentivadas como medida de combate à seca.



O mundo que tem sede

O volume total da água no planeta é da ordem de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. E essa quantia praticamente não diminui, por causa do ciclo hidrológico. O processo promove a renovação da água, por meio de sua circulação entre a superfície e a atmosfera. A energia solar provoca a evaporação da água, que passa para o estado gasoso ao atingir a atmosfera. O vapor de água se transforma em nuvem, que se condensa, dando origem às chuvas. Estas são distribuídas pelos territórios, escoando para rios, lagos, oceanos e se infiltrando no solo.

No entanto, diversas regiões do mundo sofrem com a falta d'água, fruto do esgotamento das reservas hídricas. O aumento populacional, o consumo

crescente, o desperdício, a contaminação dos mananciais e as alterações climáticas exercem grande pressão sobre as fontes de abastecimento de água.

A população mundial saltou de 2,5 bilhões de pessoas em 1950 para os mais de 7 bilhões atuais. Isso não implica somente mais torneiras abertas ou chuveiros ligados por mais tempo. Tarefas cotidianas são responsáveis por apenas 10% do consumo total da água pelo homem. Um número maior de pessoas significa uma demanda maior pela produção de alimentos e na indústria, para a geração de bens manufaturados. Essas tarefas representam os outros 90% da conta e são as maiores responsáveis pelo esgotamento das reservas.

Sem água, extingue-se a possibilidade de qualquer atividade humana. A dinâmica das grandes cidades, centros de produção e lar de grande número de pessoas, torna-se inviável. Nos meses mais secos, a região de Nova Délhi, capital da Índia, possui disponibilidade de 26 litros de água *per capita* por dia. A Cidade do México, outra grande metrópole mundial, é também exemplo da intensa escassez nos meses de estiagem, chegando a dispor de apenas 2 litros por habitante. O recomendado para as atividades diárias de uma pessoa, no entanto, são 100 litros. A conta, então, se torna insustentável: em algum momento a demanda gigantesca conduzirá a um colapso. Estima-se que, até 2050, 3 bilhões de pessoas enfrentarão algum tipo de privação relacionada à água nas cidades.

Disputas por água

A menor oferta de água provoca o surgimento de conflitos decorrentes de disputas pelo controle dos recursos hídricos. No Oriente Médio, a Turquia, que controla as nascentes dos rios Tigre e Eufrates, vem realizando uma série de obras hidrelétricas na bacia desses rios. Uma das barragens em construção no Rio Tigre é a Ilisu. Ela é fortemente criticada pelas autoridades da Síria e do Iraque, que temem uma redução na vazão dos rios, o que pode afetar o abastecimento à população e o desenvolvimento da agricultura. Dessa forma, a escassez hídrica se torna um foco a mais de tensão nessa já conturbada região.

Na África, a bacia do Rio Nilo enfrenta problema semelhante. O projeto da hidrelétrica Grande Renascença, iniciado pela Etiópia em 2011 e com previsão de conclusão para 2017, pretende ser a maior barragem do continente. O Sudão e o Egito, no entanto, se posicionaram contra o projeto. Os países são abastecidos pelo Nilo Azul, afluente envolvido na construção, e temem que a diminuição na oferta de água afete a população.

Uma das principais desavenças entre Israel e Síria é a disputa por territórios. Ambas as nações reivindicam o direito pelas Colinas de Golã, região que abriga o Rio Jordão, de onde provém um terço da água consumida por Israel. O represamento e os desvios nas águas de Golã por Israel afetam o abastecimento de Síria e de Jordânia que também dependem dessa fonte hídrica. ☒

SAIU NA IMPRENSA

BRASIL PERDE R$ 8 BILHÕES AO ANO COM VAZAMENTO DE ÁGUA E LIGAÇÃO IRREGULAR

O Brasil joga fora mais de um terço da água tratada que distribui, segundo o Ministério das Cidades. Essa porção que não chega às torneiras daria para encher quase sete vezes o reservatório do Cantareira – o maior em operação na Grande São Paulo.

O Instituto Trata Brasil fez as contas: o desperdício equivale a um prejuízo anual de R$ 8 bilhões. O índice é superior aos da China (22%), da Rússia (23%), dos EUA (13%) e da Austrália (7%). (...)

Entre os Estados, o Amapá é campeão em desperdício: 78,2% da água tratada não chega ao consumidor final. (...)

Ilana Ferreira, analista da CNI (Confederação Nacional da Indústria), cruzou dados de gestão hídrica das regiões com os do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

"O Norte e o Nordeste apresentam os piores resultados de desenvolvimento e do atendimento de água, coleta e tratamento de esgoto, o que não é uma coincidência", diz.

Folha de S.Paulo, 22/3/2016

RESUMO

Água

CRISE HÍDRICA NO SUDESTE A mais grave estiagem da Região Sudeste aconteceu no verão de 2013 e 2014. As seis represas que formam o Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de 55% da população da região metropolitana de São Paulo, chegaram a contar com menos de 4% do volume total. Em 2015, alguns municípios paulistas e regiões da capital tiveram que conviver com cortes no abastecimento.

SECA NO NORDESTE A Região Nordeste dispõe de apenas 3% do total de recursos hídricos disponíveis do país, apesar de contar com 28% da população. O clima semiárido e a presença de massas de ar quente estacionadas na região explicam a menor ocorrência de chuvas. Esses fatores fazem com que a região sofra com longos períodos de estiagem. O polêmico projeto de transposição do Rio São Francisco propõe o desvio de uma pequena parcela do volume do rio para o abastecimento de leitos menores e açudes que secam durante o período de seca.

ÁGUA NO BRASIL Mesmo com 12% das reservas mundiais de água doce e grande número de rios e aquíferos, o Brasil não está imune à escassez hídrica. O rápido crescimento populacional nos centros urbanos exerce forte pressão sobre as fontes de abastecimento, que não evoluíram na mesma proporção. O desmatamento e a impermeabilização do solo impedem que a água penetre em lençóis freáticos, prejudicando a recarga dos aquíferos e intensificando o processo de assoreamento de rios. A gestão errática dos recursos hídricos também afeta o abastecimento de água nos grandes centros.

DISPUTAS PELO MUNDO Diversas regiões do planeta sofrem com a falta d'água, fruto do esgotamento das reservas hídricas. O crescente consumo torna a relação com a água insustentável, prejudicando as atividades humanas, principalmente nas grandes cidades. A menor oferta de água inflaciona os preços, aumenta o número de irregularidades de distribuição e promove o surgimento de tensões e conflitos por causa do acesso aos recursos hídricos.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO CONTEÚDO

A AMEAÇA PERSISTE SOBRE A AMAZÔNIA

O desmatamento volta a subir no Brasil e pode comprometer a meta do país de preservar as florestas para diminuir emissões de carbono

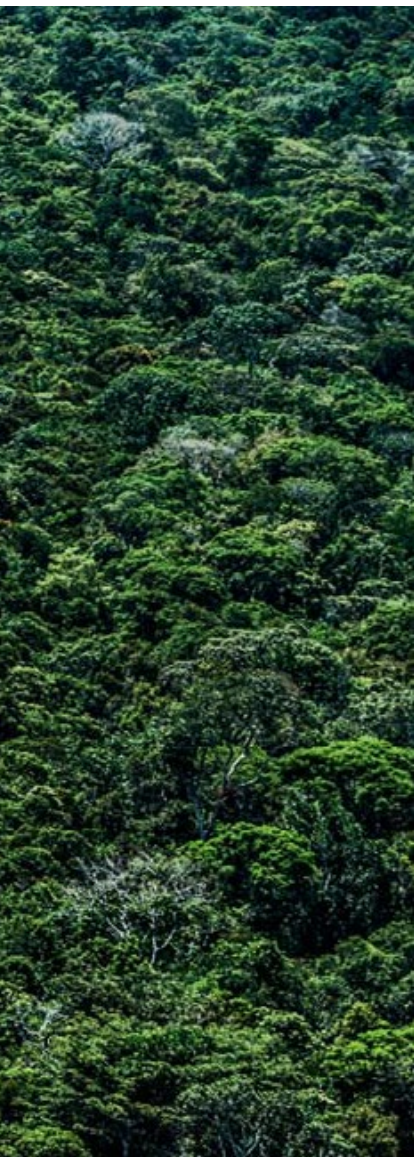
Por **Martha San Juan França**

Após conseguir reduzir expressivamente a destruição na Amazônia nos últimos anos, o Brasil voltou a sofrer um revés na luta contra o desmatamento. Entre agosto de 2014 e julho de 2015, 5.831 km² de floresta foram derrubados na região, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Esse número representa uma alta de 16% em relação ao período anterior. A derrubada de floresta no ano passado corresponde a uma área do tamanho de Brasília.

Segundo o governo federal, houve uma mudança no perfil do desmatamento. Diferentemente do que vinha sendo registrado nos últimos anos, quando o corte de árvores era pulverizado, voltou a ocorrer o desmate de grandes áreas. Os estados que mais desmataram foram Amazonas (54% de aumento em relação ao período anterior), Rondônia (41%) e Mato Grosso (40%). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a fiscalização falhou nesses estados principalmente ao redor de áreas públicas e terras indígenas. Outra questão que chama atenção é o crescimento da taxa de desmatamento vinculado à expansão da agricultura e da pecuária e à retirada de madeira ilegal.

Efeito estufa

A divulgação dos dados causou preocupação entre ambientalistas, que temem um retrocesso nos esforços do Brasil para proteger a Amazônia. Desde 2004, a taxa anual de desmatamento caiu 76%, o que rendeu ao país elogios de organizações ambientais internacionais. As políticas públicas de controle do desmatamento nos últimos anos foram fundamentais para melhorar a qualidade do ar e conter as emissões de gases de efeito estufa.



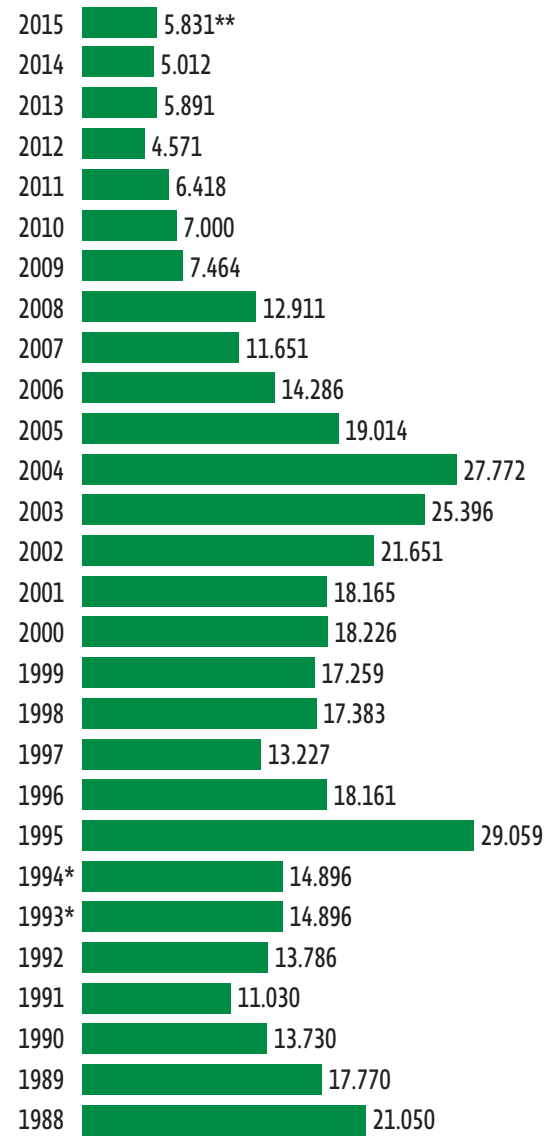
MADEIRA ABAIXO
Área desmatada da Floresta Amazônica em Sinop (MT): a soja e o gado avançam cada vez mais rumo ao norte

As florestas, em especial a Amazônica, têm um papel vital para a manutenção das espécies e para o controle do aquecimento global. De um lado, porque funcionam como uma espécie de "filtro" do carbono. Em condições normais, a floresta tem uma enorme capacidade de retirar, pelo processo de fotossíntese, o CO_2 da atmosfera, um dos grandes vilões do aumento da temperatura mundial, e estocá-lo na forma de biomassa. Por outro lado, porque a queima e a degradação de biomassa, resultante do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, é uma das principais fontes das emissões brasileiras de CO_2 (*veja mais no gráfico ao lado*).

Além disso, a perda da vegetação pode causar impactos de grande alcance, modificando a temperatura e o regime de chuvas, bem como a fonte dos rios de outras regiões. A perda da biodiversidade também é importante: a variedade de animais e plantas está relacionada à conservação dos ecossistemas, e consequentemente à produção alimentícia, fertilidade do solo, qualidade da água e do ar, reciclagem dos nutrientes e regulação da temperatura, entre outros benefícios.

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Área desmatada a cada ano (de agosto a julho), em km²



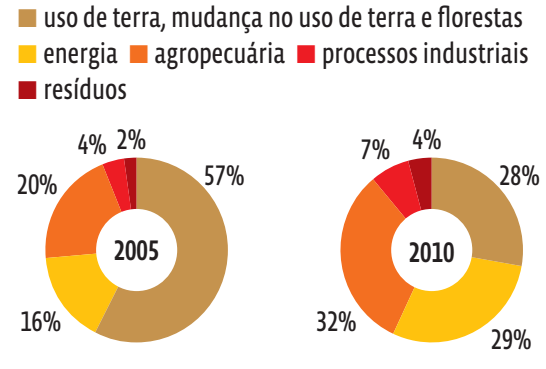
ALTOS E BAIXOS *Observe que, depois do crescimento verificado até 2004, há tendência de queda no total desmatado de 2005 a 2012, salvo um repique em 2008, como resultado das ações de controle. A taxa volta a subir em 2013 e em 2015.*

**Média dos dois anos ** Dado preliminar*

Fonte: *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)*

AS EMISSÕES BRASILEIRAS DE CO_2

Percentual da participação dos setores nas emissões de dióxido de carbono



A PARTICIPAÇÃO DO DESMATAMENTO *Compare as emissões de gases do efeito estufa em 2005 e 2010 e veja que o controle do desmatamento levou à diminuição do item Uso de terra e florestas. Ao mesmo tempo, aumentou a participação dos itens Energia e Agropecuária.*

Fonte: *Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação*

Compromissos na ONU

Na COP-21, a conferência do clima das Nações Unidas, realizada em dezembro de 2015 em Paris, todos os países-membros assumiram compromissos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O Brasil se comprometeu, entre outras coisas, a acabar com o desmatamento ilegal, restaurar 12 milhões de hectares de florestas (um hectare corresponde a aproximadamente um campo de futebol) e recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas. Essa seria a principal contribuição do país para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e 43% até 2030 (em relação aos índices de 2005).

Por isso, existe a preocupação de que o retrocesso registrado em 2015 possa afetar o cumprimento das metas no longo prazo. Mas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, os índices estão dentro da média de oscilação de mais ou menos 5 mil km² e podem retornar à trajetória de queda. Mesmo com o aumento de 2015, os dados de desmatamento ainda apresentam um decréscimo de 70% na comparação com a média entre 1996 e 2005, auge da derrubada de florestas devido à expansão da produção de soja e carne.

Histórico de devastação

O desmatamento na Amazônia tem suas raízes na história da ocupação do território desde os tempos em que os portugueses aqui chegaram e deram o nome de Brasil às terras recém-descobertas. A partir do século 16, a receita de produção agrícola brasileira consistiu na derrubada da vegetação original e sua substituição pela pecuária e lavoura. A ocupação, que inicialmente se deu no litoral, ia tornando os solos estéreis com sua expansão, fazendo com que a fronteira avançasse gradualmente em direção às florestas e aos campos ainda intactos.

PHIL CLARKE HILL/CORBIS/FOTOARENA

Nos últimos 20 anos a Amazônia perdeu uma área de floresta superior ao estado de Mato Grosso do Sul

A exploração predatória, a destruição da vegetação e a ocupação desordenada provocaram efeitos a longo prazo que estão se fazendo sentir fortemente agora, com o assoreamento (excesso de sedimentos nos leitos de rios e lagos) e a diminuição da quantidade e qualidade dos mananciais, o empobrecimento do solo e as alterações no microclima.

Medidas de contenção

Em torno de 17% da vegetação nativa da Amazônia brasileira já foi destruída. Só nos últimos 20 anos, foram derrubados 360 mil km² de floresta, uma área superior à de Mato Grosso do Sul. Nesse período, muito dinheiro foi gasto em grandes obras, como hidrelétricas e estradas, que incentivaram a ocupação desordenada e acabaram funcionando como um gatilho para a devastação. Além disso, as ameaças continuam em áreas específicas devido à atividade madeireira ilegal, a conversão de floresta em pastagens e o avanço da fronteira agrícola, em especial com a expansão da soja.

Para barrar o desmatamento, grandes operações de fiscalização fizeram com que houvesse a queda festejada pelo governo ocorrida entre 2005 e 2012. Outras medidas foram aplicadas de forma mais intensa nesse período, como a criação de unidades de conservação integrais (que não permitem nenhum tipo de atividade econômica), ou de uso sustentável (que comportam exploração econômica, desde que de forma planejada e preservando os recursos naturais).

OS IMPACTOS DA USINA DE BELO MONTE

A usina hidrelétrica de Belo Monte começou a operar comercialmente em abril de 2016. Sua construção no curso do Rio Xingu, no sudoeste do Pará, teve início em 2011 e foi marcada por muita polêmica no que diz respeito aos impactos socioambientais e às necessidades energéticas.

Para minimizar os efeitos negativos, Belo Monte não tem reservatório, operando a fio d'água, ou seja, vai gerar energia conforme a quantidade de água existente no rio. A extensão da área alagada é de 503 km², bem menos do que Itaipu (1.350 km²). Mesmo assim, sua construção trouxe prejuízos ambientais e sociais que não foram devidamente solucionados com as medidas compensatórias exigidas pela legislação.

Um dos principais efeitos foi a profunda alteração nas comunidades tradicionais da região, que tiveram que deixar suas casas. Os conflitos gerados pela chegada de trabalhadores atraídos pela obra e a consequente ocupação irregular da região também estimularam o desmatamento de terras públicas e a extração ilegal de madeira. Além disso, ainda precisam ser estudadas as consequências da obra sobre a hidrologia, a carga sedimentar dos rios e a perda de espécies da flora e da fauna aquática.

Terras indígenas, parques e áreas protegidas, embora muitas vezes sofram invasões de latifundiários, são um dos mais eficientes inibidores de destruição da floresta (*veja mais sobre a questão indígena na pág. 102*).

Além disso, organizações ambientalistas, grupos de consumidores e instituições financeiras iniciaram uma pressão conjunta para implementar critérios socioambientais mais rigorosos na produção agrícola da Amazônia, em contraposição à monocultura extensiva de itens como a soja. Modelos alternativos de aproveitamento da biodiversidade da floresta, explorados pelas comunidades, passaram a ser mais incentivados.

Outras ameaças

Em maior ou menor grau, a degradação também alcança outros biomas brasileiros – Caatinga, Campos Sulinos, Pantanal, Biomas Costeiros, Cerrado e **Mata Atlântica**. Este último, que antes cobria cerca de 1,3 milhão de km² do território nacional, foi o primeiro bioma que sofreu o impacto da ocupação. Hoje, restam cerca de 90 mil km² em fragmentos esparsos, que correspondem a apenas 7% da cobertura original em áreas descontínuas.

Já o **Cerrado**, segundo maior bioma do país, é o mais ameaçado. A sua cobertura original, com mais de 2 milhões de km² (22% do território nacional), foi reduzida para cerca de 1 milhão de

ENERGIA NA SELVA
Área de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que começou a operar em abril de 2016

km². O Cerrado tem papel fundamental para o sistema hidrográfico brasileiro, pois lá se encontram as nascentes das bacias do Araguaia-Tocantins e do São Francisco, além dos principais afluentes das bacias Amazônica e do Prata.

Dados do Ministério do Meio Ambiente revelam que 54,5% do bioma ainda mantém sua vegetação natural e 30% foi substituída por pastagens e cultivo de grãos. O ranking do desmatamento é liderado por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecida por Matopiba, e considerada a "última fronteira agrícola" do Brasil. A devastação acumulada nesses estados chegou a 66% do total do desmatamento no bioma (7.248 km²) em 2011.

Para o controle do desmatamento do Cerrado, o Ministério do Meio Ambiente pretende fazer o monitoramento intensivo por satélite da vegetação nativa, assim como já faz na Amazônia. A mesma estratégia se estenderá à Mata Atlântica e aos demais biomas nos próximos anos.

Outra medida importante é a aplicação do controvertido **Código Florestal**, em vigor desde 2012, que estabelece a proteção de mata nativa nas terras privadas e prevê a recomposição do que foi desmatado ilegalmente. Objeto de muito embate entre produtores rurais e ambientalistas, o código exige o cadastramento das propriedades rurais em um banco de dados para a regularização ambiental e a delimitação de áreas de preservação permanente (APPs), como as margens dos rios, e de reserva legal (RL), que podem ser exploradas por meio de manejo que preserve flora e fauna – o manejo consiste em usar de forma inteligente os recursos florestais através de técnicas de extração sustentáveis. No entanto, ambientalistas contestam o fato de a legislação obrigar que os proprietários de terras no Cerrado preservem apenas entre 20 e 35% da cobertura vegetal, enquanto os fazendeiros da Amazônia devem conservar 80%. ☒

PARA IR ALÉM O filme *Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios* (de Beto Brant, 2011), baseado no livro homônimo de Marçal Aquino, trata de um triângulo amoroso e tem como pano de fundo a questão do desmatamento ilegal na Amazônia.

SAIU NA IMPRENSA

O QUE ACONTECE COM ÁREAS DESMATADAS NA AMAZÔNIA? A MAIOR PARTE VIRA PASTO

O Ministério do Meio Ambiente divulgou uma série de informações importantes de política ambiental nesta quinta-feira (5) (...). Um dos dados divulgados é a atualização do TerraClass, um projeto do Inpe e Embrapa que avalia o destino das áreas desmatadas na Amazônia (...).

Os novos dados do TerraClass confirmam uma informação já conhecida: a pecuária é a grande responsável pelo desmatamento da Amazônia. Segundo o estudo, 60% das áreas desmatadas viraram pasto. A área desmatada destinada para a agricultura (por exemplo, plantação de soja) é muito menor, apenas 5,6%. (...)

Um ponto que chama a atenção é que aumentou a quantidade de hectares de áreas desmatadas que se transformaram em projetos de mineração e em área urbana. (...)

A boa notícia é que uma boa parcela do que foi desmatado está em crescente regeneração: 22,9%. (...)

Blog do Planeta – Época, 6/5/2016

RESUMO

Desmatamento

BIODIVERSIDADE Os biomas brasileiros sofrem com a perda da vegetação desde os tempos coloniais. A Mata Atlântica, o Cerrado e a Amazônia foram alterados pela ocupação desordenada com fins econômicos, sem a preocupação com os danos ao ambiente. Isso trouxe prejuízos à biodiversidade e vem causando efeitos como o assoreamento e diminuição da quantidade e qualidade dos mananciais, erosão, empobrecimento do solo e alterações no microclima.

AMAZÔNIA Estima-se que em torno de 17% da cobertura vegetal nativa da Amazônia brasileira tenha sido destruída. Só nos últimos 20 anos, foram derrubados mais de 360 mil km² de floresta. O desmatamento diminuiu entre 2005 e 2012, voltou a subir em 2013, caiu um pouco em 2014 e, em 2015, aumentou 16%, alcançando o patamar de 5.831 km² de floresta derrubada.

EFEITO ESTUFA A floresta tem um papel vital para a manutenção das espécies e o controle do aquecimento global. Ela retira dióxido de carbono da atmosfera, um dos vilões do efeito estufa, e, quando derrubada, contribui para as mudanças climáticas. Por isso, o Brasil se comprometeu, na conferência do clima das Nações Unidas, a acabar com o desmatamento ilegal e restaurar parte da floresta e recuperar pastagens degradadas.

SOLUÇÕES O governo federal tenta inibir a ação de madeireiras ilegais, principalmente nas unidades de conservação, e criar um modelo econômico viável para explorar a floresta e recuperar as áreas degradadas. Está estendendo o programa de monitoramento do desmatamento da Amazônia para outros biomas, principalmente o Cerrado, impactado pela expansão agropecuária. Também conta com a aplicação do novo Código Florestal.

BELO MONTE A usina no Rio Xingu (PA) que entrou em funcionamento comercial em abril de 2016 é objeto de controvérsias por ter produzido impactos socioambientais na Amazônia, mesmo operando a fio d'água, ou seja, sem grande reservatório.

LUIZ CARLOS MURAUSKAS/FOLHAPRESS

MANUSEIE COM CUIDADO Técnicos misturam defensivos agrícolas em fazenda de soja em Nova Mutum (MT): Brasil é campeão no uso de agrotóxicos

POLÊMICA NA MESA DO BRASILEIRO

Maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o Brasil também é o segundo país em área plantada de produtos transgênicos

Em 2050, a população mundial será de 9,6 bilhões de habitantes, de acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora o crescimento demográfico ocorra em ritmo menor em relação ao registrado nas décadas passadas, o planeta vai contar com mais 2,4 milhões de habitantes até lá. Como não restam muitas fronteiras agrícolas, ou seja, novas terras que podem ser usadas para o plantio, como lidar com a necessidade de aumentar a produção de alimentos?

Diante dessa questão, a biotecnologia – ramo da ciência que aplica os conceitos da engenharia genética na geração de novos produtos – apresenta duas alternativas para aumentar a produtividade agrícola: o uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Mas a utilização desses recursos causa polêmica em virtude de oferecer eventuais riscos para o meio ambiente e para a saúde humana.

Transgênicos

Mais de vinte anos depois do surgimento do primeiro alimento geneticamente modificado, as culturas transgênicas, principalmente de soja, milho e algodão, aumentam em todo o mundo. Já são transgênicos 80% da soja e 30% do milho plantados no planeta.

Segundo maior fornecedor mundial de produtos agrícolas, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA), o Brasil também fica na segunda posição (atrás novamente dos EUA) no ranking de maior plantador de sementes transgênicas. No total, 28 países cultivam transgênicos. A maioria são nações em desenvolvimento – Brasil, Argentina e Índia respondem por mais de 40% do total da área plantada.

Argumentos pró e contra

Transgênicos são Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou seja, que sofreram uma alteração em seu DNA por meio da engenharia genética (com a inserção de genes de uma espécie em outra) para adquirir uma característica que não possuíam antes. O principal objetivo seria o desenvolvimento de sementes e cultivos mais resistentes a pragas, a insetos e a herbicidas, com a consequente diminuição do uso de agrotóxicos e aumento da produção agrícola.

Os críticos argumentam que a transferência de genes de uma espécie a outra pode provocar a contaminação dos ecossistemas e comprometer a biodiversidade. Um dos maiores receios é que, numa plantação, sementes modificadas sejam levadas pelo vento ou pela chuva para áreas de espécies silvestres, afetando as plantas nativas ou a saúde de animais e, daí, desequilibrando todo o ecossistema.

Além disso, não se conhecem todos os efeitos colaterais dos transgênicos sobre os organismos animais e humanos. Uma recente pesquisa sobre o tema, que examinou mais de mil estudos, divulgada em maio de 2016 pela Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos EUA, afirmou que as sementes geneticamente modificadas não trazem riscos à saúde humana e nem ao meio ambiente. No entanto, ainda não há consenso na comunidade científica sobre a questão.

No Brasil, desde 2003, uma lei federal obriga que os produtos que levam matéria-prima transgênica, como óleo de soja, fubá e derivados, tragam no rótulo um "T" preto sobre um triângulo amarelo. No entanto, em abril de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que dispensa a obrigatoriedade do símbolo nos rótulos dos alimentos. Até junho de 2016, o projeto ainda não tinha sido votado no Senado.

Agrotóxicos

Não é só na plantação de transgênicos que o Brasil tem destaque. O país também se tornou, desde 2008, o maior consumidor mundial de agrotóxicos – os produtos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) utilizados na agricultura para controlar insetos, doenças (provocadas por fungos, por exemplo) ou matos (ervas daninhas) que causam prejuízos às culturas.

Muitos especialistas apontam, no entanto, que o crescimento das culturas transgênicas, ao contrário do que havia sido propagado, não trouxe uma diminuição no uso de agrotóxicos, mas sim um aumento. Como determinados transgênicos são resistentes a certo tipo de herbicida, o agricultor usa cada vez mais o produto para proteger sua plantação, até preventivamente. Com o tempo, esse uso excessivo leva ao surgimento de pragas também mais resistentes, exigindo aplicações cada vez maiores. Além disso, com a introdução dos transgênicos, há menor diversidade genética. E quando uma doença ataca, ela acomete uma área maior, provocando o aumento de outros tipos de agrotóxicos, como os fungicidas. Organizações críticas dos transgênicos, como a ONG internacional Greenpeace, também relacionam o fato de as empresas que produzem as sementes transgênicas serem as mesmas que controlam o mercado de agroquímicos.

Os agricultores afirmam que o uso dos agrotóxicos é indispensável para a produção de alimentos em larga escala. Mas, segundo análise por amostragem de alimentos da cesta básica, realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na cidade de São Paulo, em 2014, quase um terço deles tinha agrotóxicos proibidos ou em quantidade acima da permitida por lei. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), os danos à saúde incluem câncer, infertilidade, malformações fetais e efeitos sobre o sistema imunológico, entre outros. ☒

RESUMO

Biotecnologia

BIOTECNOLOGIA Graças ao avanço da engenharia genética, o cultivo de culturas transgênicas cresce em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. A adoção desse tipo de tecnologia está relacionada à necessidade de aumentar a produção de alimentos no planeta.

TRANSGÊNICOS São Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou seja, que sofreram uma modificação genética pela introdução de alguma característica que originalmente não continham. O propósito é obter plantas mais resistentes a pragas e a pesticidas. O Brasil é o segundo maior plantador de sementes transgênicas do mundo (atrás apenas dos Estados Unidos).

AGROTÓXICOS O Brasil também é o maior consumidor mundial de agrotóxicos – os produtos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) utilizados na agricultura para controlar insetos, doenças ou plantas daninhas que causam prejuízos às plantações.

POLÊMICA Ambientalistas temem o contágio do meio ambiente por espécies modificadas e a perda da biodiversidade. Não existe consenso sobre a segurança dos transgênicos para o organismo humano. Em relação aos agrotóxicos, estudos apontam riscos para a saúde, como câncer, infertilidade e malformações fetais.

SAIU NA IMPRENSA

MONSANTO, A EMPRESA MAIS CONTROVERSA DO MUNDO

A Monsanto, para a qual a Bayer acaba de fazer uma oferta de compra avaliada em 62 bilhões de dólares (221,35 bilhões de reais), é uma das empresas mais controversas no universo corporativo global. (...) É o maior produtor de sementes transgênicas do planeta, à frente da DuPont, e vende o popular herbicida Roundup.(...)

A reação à operação anunciada pela Bayer foi categórica entre os ativistas, até o ponto de a qualificarem como "um casamento forjado no inferno". (...) O temor dos mais críticos com a fusão é que a combinação de Bayer e Monsanto permita à nova empresa impor com suas sementes transgênicas uma monocultura que acabe com a diversidade. Essas sementes, por sua vez, produzem plantas que são imunes aos herbicidas e pesticidas que elas comercializam, o que pode levar os agricultores a usar produtos ainda mais tóxicos para proteger suas colheitas. Segundo afirmam no Greenpeace, a fusão ameaça o futuro de uma agricultura sustentável.

El País Brasil, 24/6/2016

TREMORES DE DIFERENTES IMPACTOS

Os terremotos que atingiram o Equador e o Japão mostraram como os países ricos são menos afetados por desastres naturais

EM RUÍNAS
Homem caminha sobre os escombros em Portoviejo, no Equador: foi o mais forte terremoto desde 1979

Por **Paula Lepinski**

Em abril de 2016, o Equador e o Japão sofreram fortes abalos sísmicos. O litoral do país sul-americano foi atingido por um terremoto de 7,8 pontos na Escala Richter, o maior desde 1979 – a província de Manabi foi a mais atingida. O governo equatoriano apontou um total de 659 mortos, 12.492 feridos, 260 mil desabrigados e um rastro de destruição na costa do país. O prejuízo estimado é de 3 bilhões de dólares, cerca de 3% do PIB equatoriano.

Na mesma semana, a Ilha Kyushu, no arquipélago japonês, sofreu um terremoto de 7,3 pontos na escala Richter. Em contraste com o Equador, houve apenas 47 óbitos, cerca de 1.500 feridos e 120 mil desabrigados. Já o prejuízo causado pelos tremores foi cerca de 35 bilhões de dólares, quase 12 vezes maior do que no Equador. Contudo, o valor representa apenas 0,7% do PIB do país.

O fator financeiro

Ainda que haja diferenças entre os dois tipos de tremores, a discrepância entre os números contabilizados por Japão e Equador não é casual. Diversos estudos mostram que países desenvolvidos como o Japão conseguem minimizar os efeitos de terremotos e recuperar-se mais rapidamente dos estragos.

Segundo a ONG GeoHazards International, os países ricos reduziram a mortalidade causada pelos terremotos dez vezes mais rápido que os países pobres. E essa disparidade tem piorado: em 1950, duas de cada três pessoas que viviam em áreas de risco de terremotos moravam em países pobres. Em 2010, a proporção subiu para 9 em cada 10.

Nesse sentido, o fator financeiro exerce papel crucial para minimizar as perdas com os terremotos. O Japão, terceira maior economia do mundo, tem investido bilhões de dólares desenvolvendo tecnologias contra abalos e tsunamis, o que o tornou o país mais bem preparado. Em contrapartida, países em desenvolvimento muitas vezes não dispõem da quantia necessária, como é o caso do Equador, 64ª economia no ranking mundial. Há, porém, um lado negativo para as nações ricas: o prejuízo material é muito maior para elas, já que as construções são mais caras e há mais coisas para se quebrar.

Entenda as diferenças

Entre os fatores que mais influenciam no impacto provocado pelos abalos sísmicos destacam-se os seguintes:

TIPO DE CONSTRUÇÕES É o principal motivo de o número de vítimas ser maior em países em desenvolvimento. Regiões vulneráveis a abalos sísmicos como a Califórnia (Estados Unidos), o Japão e o Chile modernizaram seus códigos de construção civil de forma a reduzir os riscos de tragédias. O Japão, alvo de 20% dos terremotos no mundo, tem uma infraestrutura desenvolvida especialmente para suportar os tremores: as construções têm estrutura reforçada e flexível, vigas de concreto armado e materiais isolantes e dissipadores de energia, que fazem com que o movimento da terra não seja transmitido para o edifício e, caso isso ocorra, a energia seja absorvida.

Isso é muito diferente em países como o Equador, Nepal e Haiti, cujas construções não são adequadas para áreas vulneráveis a tremores. As edificações simples desabam facilmente com terremotos, o que pode ferir, soterrar e matar pessoas.

JUAN CEVALLOS/AFP

TSUNAMI: AS ONDAS DEVASTADORAS

Quando o epicentro de um terremoto se localiza no oceano, próximo ao litoral, aumenta o risco de uma região ser afetada pelos temíveis tsunamis – ondas gigantes provocadas por perturbações nas profundezas do mar. Foi o que aconteceu quando o subsolo marinho tremeu no Oceano Índico, em 26 de dezembro de 2004. O maremoto atingiu 15 países na Ásia e na África, matando 230 mil pessoas. A Indonésia foi o país mais atingido – só na ilha de Sumatra morreram mais de 170 mil pessoas.

No Japão, o maior terremoto de sua história ocorreu em 11 de março de 2011, quando um tremor de 9 pontos na Escala Richter teve seu epicentro no Oceano Pacífico, a 67 quilômetros de sua costa nordeste. O forte abalo sísmico provocou um tsunami devastador que deixou 9 mil mortos e comprometeu a usina nuclear de Fukushima, com vazamento de material radioativo, que quase provocou uma catástrofe nuclear.

URBANIZAÇÃO E DEMOGRAFIA Nas últimas décadas, os países mais pobres, historicamente agrários, têm recebido em suas cidades um contingente de pessoas muito superior ao que se muda para cidades de países ricos. São metrópoles cada vez mais populosas, que crescem desordenadamente e se encaminham para virar megacidades com mais de 10 milhões de habitantes já nos próximos anos. Quanto mais densamente povoada é uma área, maior a chance de que haja vítimas fatais em caso de tremores.

POLÍTICAS PÚBLICAS Nos países mais pobres, os governos muitas vezes têm preocupações mais imediatas e preferem priorizar demandas mais visíveis, como a pobreza ou obras viárias. Infelizmente, em muitos casos, é preciso que uma tragédia aconteça para que uma nação comece a colocar terremotos ou outros desastres naturais como prioridade.

Já os países desenvolvidos acostumados a abalos sísmicos investem em políticas públicas voltadas para o preparo da população e das autoridades em situações de emergência. Instruções simples sobre onde procurar refúgio e quais lugares evitar ajudam a diminuir o pânico na população e aumentam as chances de sobrevivência. No Japão, desde muito pequenas, as crianças recebem treinamentos na escola sobre como agir em caso de terremotos, e cada cidadão possui um kit de emergência em casa e no trabalho, para o caso de ficarem presos nos locais.

Mais uma vantagem de países ricos é a possibilidade de criar estações sismológicas para estudar áreas de risco e alertar sobre a possibilidade de tsunamis. Alguns países também possuem meios de comunicação capazes de informar a população em caso de acidentes e desastres naturais, como a TV estatal NHK no Japão.

Placas tectônicas

Países como Equador e Japão estão sujeitos a grandes desastres sísmicos devido à posição de seus territórios em relação às placas tectônicas.

As placas tectônicas são os imensos blocos de rocha do subterrâneo do planeta, que flutuam sobre o magma (rocha derretida, como a lava). O magma é fluido e está em constante movimento, deslocando as placas lentamente. Foi esse movimento das placas o responsável por separar o único grande continente do planeta há 300 milhões de anos, a Pangeia, nos "pedaços" ou continentes que reconhecemos hoje como África, América, Antártica, Europa e Ásia.

As placas não se movem na mesma direção e sentido: há as que deslizam em paralelo, as que mergulham uma sob a outra, as que se chocam de frente e as que se afastam. Os países localizados mais próximos das bordas das placas são os mais suscetíveis a sofrer abalos sísmicos.

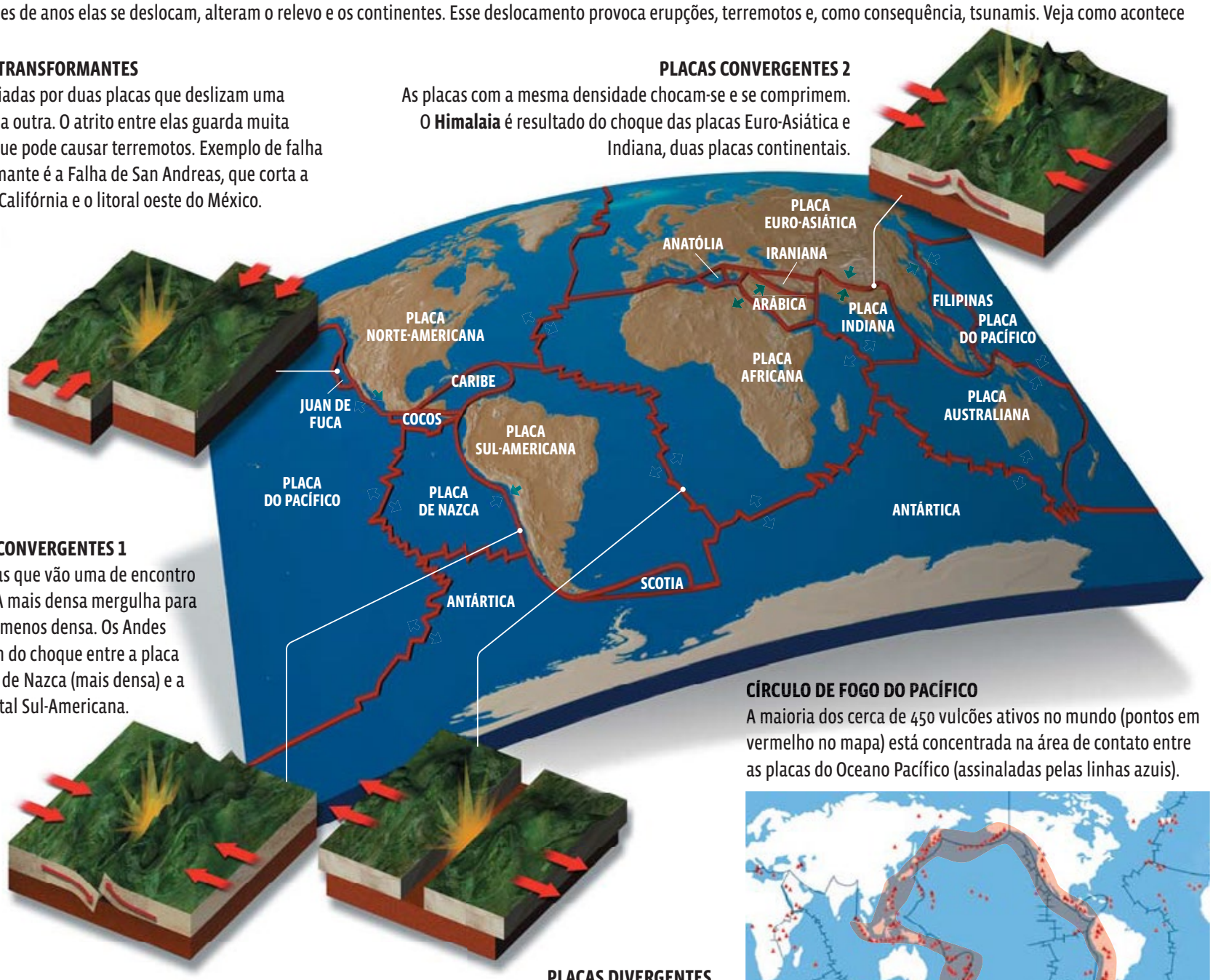
Ambas as nações encontram-se dentro do Círculo de Fogo do Pacífico, uma das zonas sísmicas mais ativas do mundo. Trata-se de uma região formada pelas bordas de algumas placas tectônicas. O Círculo de Fogo fica em torno da bacia do Oceano Pacífico, que passa pela costa oeste das Américas, e pelo leste da Ásia e da Oceania. Ele concentra a imensa maioria dos vulcões ativos do planeta e dos tremores de grande magnitude (acima de 7 pontos na escala Richter).

AS PRINCIPAIS PLACAS TECTÔNICAS E SEUS MOVIMENTOS

Há milhões de anos elas se deslocam, alteram o relevo e os continentes. Esse deslocamento provoca erupções, terremotos e, como consequência, tsunamis. Veja como acontece

FALHAS TRANSFORMANTES
São as criadas por duas placas que deslizam uma ao lado da outra. O atrito entre elas guarda muita tensão, que pode causar terremotos. Exemplo de falha transformante é a Falha de San Andreas, que corta a costa da Califórnia e o litoral oeste do México.

PLACAS CONVERGENTES 2
As placas com a mesma densidade chocam-se e se comprimem. O **Himalaia** é resultado do choque das placas Euro-Asiática e Indiana, duas placas continentais.



PLACAS CONVERGENTES 1
São placas que vão uma de encontro à outra. A mais densa mergulha para baixo da menos densa. Os Andes nasceram do choque entre a placa oceânica de Nazca (mais densa) e a continental Sul-Americana.

PLACAS DIVERGENTES
São aquelas que se afastam. Pela falha aberta na crosta pode escapar magma, dando origem a ilhas vulcânicas, como as do Havaí. O Oceano Atlântico é cortado de norte a sul por uma falha desse tipo, que está afastando a América do Sul da África. Esse tipo de estrutura ou borda de placa provoca menos terremotos.

CÍRCULO DE FOGO DO PACÍFICO
A maioria dos cerca de 450 vulcões ativos no mundo (pontos em vermelho no mapa) está concentrada na área de contato entre as placas do Oceano Pacífico (assinaladas pelas linhas azuis).

O Equador está localizado na margem da placa Sul-Americana, sobre a qual também está o Brasil – por localizar-se no centro da placa, nosso país é menos suscetível aos tremores. O terremoto equatoriano foi causado pela subducção da placa de Nazca, que deslizou para baixo da placa Sul-Americana.

A situação do Japão é mais complicada. O país está sobre três placas diferentes: a placa das Filipinas, a placa do Pacífico e a placa Euro-Asiática – foi uma falha nesta última que deu origem ao terremoto de abril. Essa localização explica o alto índice de abalos sísmicos de grande magnitude na região, como o que ocorreu em 2011, no maior terremoto da história do país (*veja boxe na pág. anterior*).

Por ficarem próximos à borda de placas tectônicas, Japão e Equador são mais suscetíveis a tremores

Como ocorrem os tremores

As bordas das placas tectônicas são, naturalmente, irregulares e podem se prender uma a outra, criando um ponto de tensão – o hipocentro. Como os blocos tendem a continuar se movendo no mesmo sentido, a energia acumulada aumenta ao longo do tempo. Quando se soltam, essa energia é liberada e se propaga em ondas pelo subsolo até a superfície, causando o tremor.

O tipo de solo por onde se propagam as ondas sísmicas também influencia os danos causados por um tremor. Solos arenosos e saturados de água são os menos resistentes, pois sofrem o fenômeno chamado liquefação – a água do subterrâneo sobe, solapando a areia, e o chão cede.

Quando o hipocentro se encontra no subsolo marinho, as ondas se propagam na água e ganham amplitude quando chegam à zona rasa, nas praias. São os maremotos ou tsunamis. Quanto mais próximo da superfície estiver o hipocentro, maior a intensidade do abalo.

SAIU NA IMPRENSA

CIENTISTAS DESCARTAM CONEXÃO ENTRE TERREMOTOS NO EQUADOR E NO JAPÃO

Apenas 32 horas separaram um terremoto de magnitude 7 no Japão na sexta-feira passada e outro de magnitude 7,8 no Equador, no outro lado do Oceano Pacífico, no sábado. Outro tremor, mais fraco, havia abalado o território japonês na última quinta-feira. Apesar do curto período que separou os eventos nos dois países, não há uma conexão entre eles, afirmou a revista *New Scientist* nesta segunda-feira (18/04).

"É difícil ver qualquer relação porque Japão e Equador estão muito distantes um do outro", disse à publicação Phil Cummins, especialista em sismologia da Universidade Nacional da Austrália. (...)

Günther Asch, sismologista do Centro de Pesquisa Alemão de Geociências de Potsdam, afirma que não era possível prever o tremor no Equador após os do Japão. "O que aconteceu no Japão não provocou o terremoto no Equador. A simultaneidade é acaso", disse à DW. (...)

Terra Notícias, 18/4/2016

MASANOBU NAKATSUKASA/THE YOMIURI SHIMBUN/AFP

AVALANCHE Deslizamento de terra provocado por terremoto em Kumamoto, no Japão

No caso do terremoto no Equador em abril, o hipocentro estava a 19 quilômetros de profundidade. O epicentro, ponto da superfície exatamente acima do hipocentro, ficava a 214 quilômetros de Quito, capital do país. Já o Japão enfrentou um terremoto cujo hipocentro estava a apenas 10 quilômetros de profundidade, e o epicentro a 11 quilômetros da cidade de Kumamoto.

Escalas sísmicas

Existem diferentes maneiras de avaliar um terremoto, por sua magnitude ou intensidade. A Escala Richter mede a magnitude, ou seja, a amplitude das ondas sísmicas que atravessam o subsolo. É uma escala logarítima, na qual cada ponto representa um valor dez vezes maior que o anterior. Assim, um terremoto de magnitude 7 gera ondas de amplitude cem vezes maior que outro de magnitude 5. Em termos de energia liberada pelas ondas, cada ponto representa um aumento de 32 vezes em relação ao anterior. No mundo, acontecem anualmente de dez a 20 terremotos de magnitude acima de 7.

Já a intensidade dos terremotos é medida pela Escala de Mercalli, que se baseia na observação empírica dos efeitos causados, como o desmoronamento de casas. No Equador, o tremor de abril de 2016 foi classificado como ponto VIII (severo). Já no Japão, os danos variaram de VI (forte) a VII (muito forte). ☒

RESUMO

Terremoto

EQUADOR E JAPÃO Uma série de terremotos atingiu o Equador e o Japão no primeiro semestre de 2016. Ambos os países enfrentaram tremores com magnitude acima de 7 pontos na Escala Richter. Os abalos deixaram um número de vítimas maior no Equador, com cerca de 650 mortos e 260 mil desabrigados. Já o Japão ficou com o prejuízo material maior, estimado em 35 bilhões de dólares.

DIFERENTES IMPACTOS Países desenvolvidos situados em áreas vulneráveis a tremores costumam adequar o código de construção civil de forma a reduzir os riscos de colapso dos edifícios. Eles também investem em pesquisas e estações sismológicas, criam meios de comunicação adequados e preparam a população e as autoridades para agir em situações de emergência. Já os países mais pobres não possuem capacidade de investir nessas questões e priorizam demandas mais visíveis, como o combate à pobreza. A urbanização desordenada e o aumento da densidade demográfica também influenciam.

PLACAS TECTÔNICAS São imensos blocos de rocha do subterrâneo do planeta, que flutuam sobre o magma, em constante movimento. As placas se deslocam de diferentes formas: deslizam em paralelo, se afastam, chocam-se de frente ou entram uma sob a outra. Quando duas placas se enroscam, o movimento é detido, acumulando no ponto uma grande quantidade de energia; quando se soltam, a energia liberada se propaga em ondas até a superfície. Países localizados próximos às bordas de duas ou mais placas são os mais suscetíveis a sofrer grandes abalos sísmicos.

ESCALAS A escala Richter mede a amplitude das ondas sísmicas e é uma escala logarítmica: a cada ponto, a amplitude cresce dez vezes e a energia liberada, cerca de 32 vezes em relação ao anterior. A intensidade de um abalo (efeito na superfície) é medida pela Escala de Mercalli, baseada na destruição das edificações. Esses danos dependem da magnitude do tremor, do tipo de solo por onde as ondas se propagam e da quantidade de edificações.

SIMULADO

QUESTÕES SELECIONADAS ENTRE OS MAIORES VESTIBULARES DO PAÍS COM RESPOSTAS COMENTADAS

1. BLOCOS ECONÔMICOS (Espcex 2015)

Sobre o comércio exterior brasileiro, podemos afirmar que

I. no comércio mundial, o Brasil possui hoje a condição de Global Trader, estando, portanto, comprometido com os princípios do multilateralismo e do liberalismo no comércio mundial.

II. a partir da metade da década de 1990, com o aumento da participação de produtos básicos e semimanufaturados na pauta de exportações brasileira, a participação do Brasil nos fluxos comerciais globais deu um salto para mais de 3% do total mundial.

III. enquanto na pauta de exportações brasileiras para a União Europeia e Ásia predominam produtos primários e semimanufaturados, os países do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e da América do Sul absorvem, principalmente, produtos manufaturados do Brasil.

IV. a redução das metas de crescimento da economia chinesa é fato positivo para a economia brasileira, pois tende a abrir um espaço ainda maior para nossas exportações de produtos básicos.

V. o Mercosul responde por cerca de 40% das exportações brasileiras, o que revela a forte dependência comercial do País em relação ao bloco e justifica o aumento dos investimentos privados brasileiros nos países do Mercosul.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas.

a) I e III.
b) III e V.
c) II e V.
d) I, III e IV.
e) I, II e IV.

2. BOKO HARAM (Fuvest 2015)

O grupo Boko Haram, autor do sequestro, em abril de 2014, de mais de duzentas estudantes, que, posteriormente, segundo os líderes do grupo, seriam vendidas, nasceu de uma seita que atraiu seguidores com um discurso crítico em relação ao regime local. Pregando um islã radical e rigoroso, Mohammed Yusuf, um dos fundadores, acusava os valores ocidentais, instaurados pelos colonizadores britânicos, de serem a fonte de todos os males sofridos pelo país. Boko Haram significa "a educação ocidental é pecaminosa" em haussa, uma das línguas faladas no país.

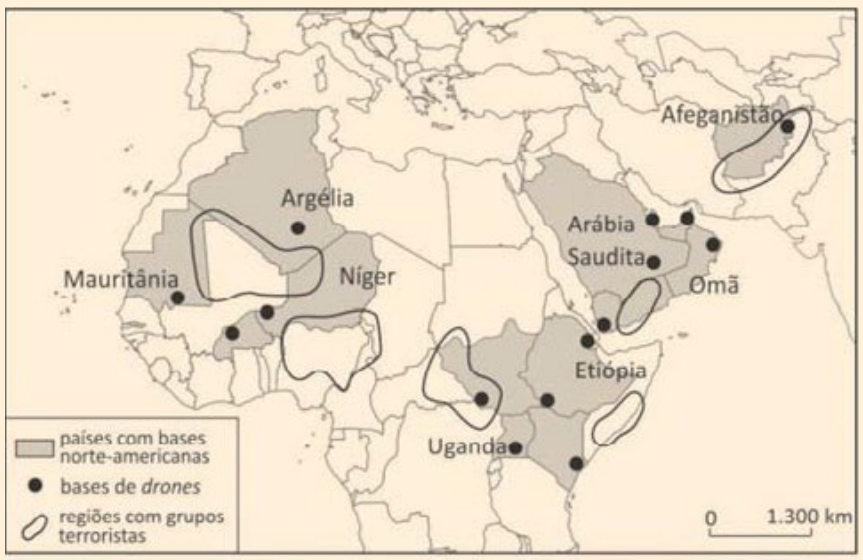
www.cartacapital.com.br. Acessado em 13/05/2014. Adaptado.

O texto se refere

a) a uma dissidência da Al Qaeda no Iraque, que passou a atuar no país após a morte de Saddam Hussein.
b) a um grupo terrorista atuante nos Emirados Árabes, país economicamente mais dinâmico da região.
c) a uma seita religiosa sunita que atua no sul da Líbia, em franca oposição aos xiitas.
d) a um grupo muçulmano extremista, atuante no norte da Nigéria, região em que a maior parte da população vive na pobreza.
e) ao principal grupo religioso da Etiópia, ligado ao regime político dos tuaregues, que atua em toda a região do Saara.

3. ESTADOS UNIDOS (Fuvest 2014)

Observe o mapa da distribuição dos *drones* (veículos aéreos não tripulados) norte-americanos na África e no Oriente Médio.



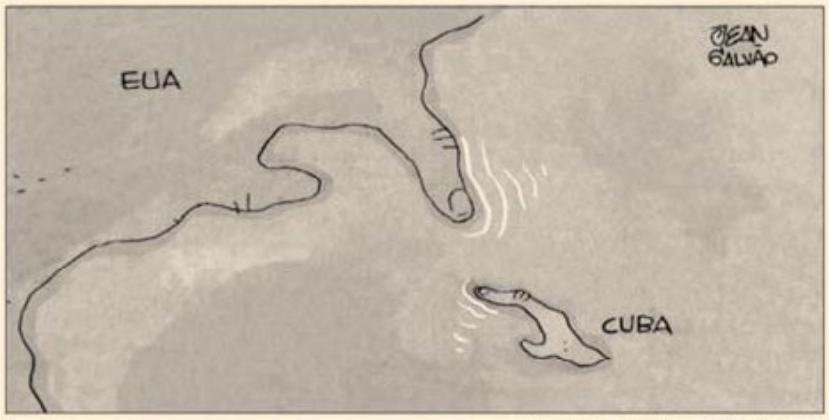
O Estado de S. Paulo, 24/05/2013. Adaptado.

Em suas declarações, o governo norte-americano justifica o uso dos *drones*, principalmente, como

a) proteção militar a países com importantes laços econômicos com os EUA, principalmente na área de minerais raros.
b) necessidade de proteção às embaixadas e outras legações diplomáticas norte-americanas em países com trajetória comunista.
c) meio de transporte para o envio de equipamentos militares ao Irã, com a finalidade de desmonte das atividades nucleares.
d) um dos pilares da sua estratégia de combate ao terrorismo, principalmente em regiões com importante atuação tribal/terrorista.
e) reforço para a megaoperação de espionagem, executada em 2013, que culminou com o asilo de Snowden na Rússia.

4. CUBA (Fuvest 2016)

Tendo em vista o que a charge pretende expressar e a data de sua publicação, dentre as legendas propostas abaixo, a mais adequada para essa charge é:



Folha de S. Paulo, 19/12/2014.

a) Suspensão do embargo econômico a Cuba por parte dos EUA.
b) Devolução aos cubanos da área ocupada pelos EUA em Guantánamo.
c) Fim do embargo das exportações petrolíferas cubanas.
d) Retomada das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba.
e) Transferência de todos os presos políticos de Guantánamo, para prisões norte-americanas.

5. CUBA (Uerj 2017)

Se há apenas cinco ou dez anos dissessem a alguém em Cuba que um presidente norte-americano visitaria a Ilha, a resposta seria um sorriso irônico; mas se fosse mencionada a possibilidade de ver os Rolling Stones tocando em Havana, a reação teria sido uma gargalhada – ou um grito, se a pessoa assim informada tivesse seus 60 ou 70 anos de vida. Porque aqueles que fomos jovens em Cuba na década de 1960 dificilmente esqueceremos as críticas políticas quando confessávamos ouvir os Beatles ou os Stones. Quem poderia ter previsto? Definitivamente, os tempos estão mudando.

LEONARDO PADURA. Adaptado de *Folha de S.Paulo*, 12/03/2016.

As considerações do escritor sobre a sociedade cubana indicam que, na década de 1960 e no momento atual, as diferenças entre as condições de vida são contextualizadas, respectivamente, pelos seguintes aspectos das relações internacionais:

a) expansão mundial de regimes totalitários – supremacia das concepções neoliberais
b) crescimento da influência global soviética – afirmação da hegemonia norte-americana
c) bipolaridade entre capitalismo e socialismo – multipolaridade da ordem econômica
d) política externa independente na América Latina – integração das nações subdesenvolvidas

6. QUESTÃO AGRÁRIA (UFPR 2015)

Leia o excerto abaixo, retirado da "Carta do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] aos Candidatos e Candidatas [à presidência da República]", publicada em 02 de setembro de 2014:

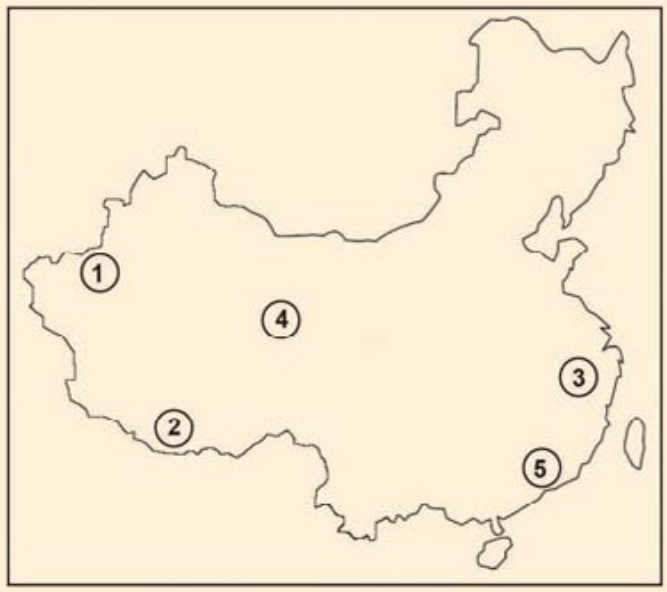
"Lutamos por mudanças na relação com os bens da natureza, na produção de alimentos e nas relações sociais no campo. (...) A terra precisa ser democratizada e cumprir com sua função social. (...) Lutamos e exigimos uma política efetiva, estruturante e massiva de Reforma Agrária Popular, indispensável para a permanência das famílias no campo, com produção e distribuição de riquezas."

http://www.mst.org.br/node/16467.

Considerando seus conhecimentos sobre a questão da reforma agrária em diferentes períodos da História, responda:
Por que há grupos, como o MST, que reivindicam uma reforma agrária no Brasil atual? Por que os irmãos Tibério e Caio Graco tentaram estabelecer a reforma agrária entre 133 e 121 a.C., durante o período republicano romano?

7. CHINA (PUC-RS 2016)

INSTRUÇÃO: Para responder à questão, analise o mapa da China, no qual as áreas numeradas correspondem a regiões desse país.



A alternativa que apresenta uma relação INCORRETA entre a área numerada, a região correspondente e as respectivas características socioeconômicas é:

	Área	Região chinesa	Características socioeconômicas
a)	1	Ocidental-Xinjiang	Baixa industrialização e população de origem muçulmana
b)	2	Tibete	Conflitos étnicos e políticos, incentivos do governo de Pequim à natalidade e à migração de chineses de outras regiões
c)	3	Leste-Litoral	Maior densidade demográfica, área de intensa industrialização
d)	4	Planícies do Centro-Oeste	Amplas planícies com sedimentos férteis, maior celeiro agrícola do país
e)	5	Sudeste	Regiões administrativas especiais, cidades com maior grau de liberdade política e econômica

8. CHINA (UERJ 2016)

CAMPOS DE "REEDUCAÇÃO PELO TRABALHO" NA CHINA: A MUDANÇA DE UM SISTEMA DE OPRESSÃO POR OUTRO

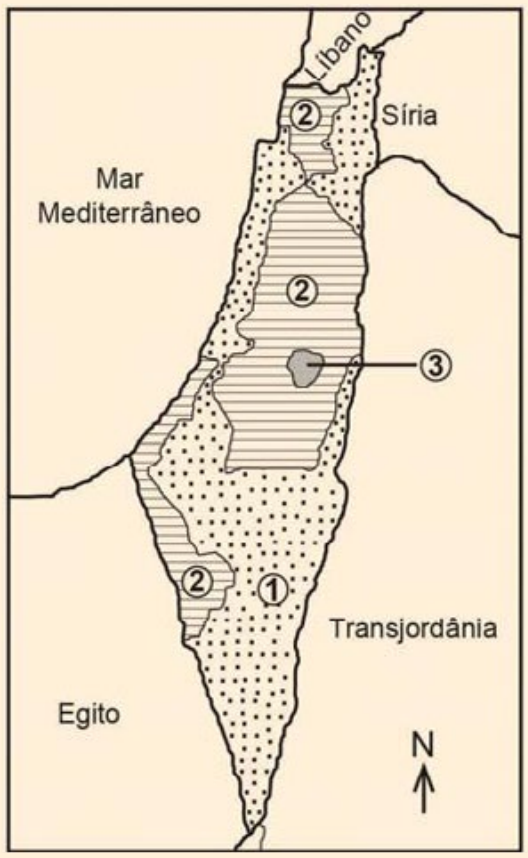
A extinção do sistema chinês de campos de "reeducação pelo trabalho" (RTL) arrisca não ser mais do que uma mudança cosmética. "Abolir o sistema de RTL é um passo na direção certa. Mas há agora indicadores de que isto é apenas para desviar as atenções públicas dos abusos cometidos naqueles campos, onde a tortura é uma prática sistemática. É claro que as políticas subjacentes de castigar pessoas pelas suas atividades políticas ou pelas suas crenças religiosas não mudaram. Os abusos e a tortura continuam na China, apenas assumiram uma expressão diferente", sustenta a perita Corinna Barbara Francis, da Anistia Internacional.

Adaptado de amnistia-internacional.pt, 17/12/2013.

Nas últimas quatro décadas, o sistema político chinês vem evoluindo de forma muito lenta, se comparado às grandes mudanças econômicas observadas no país.
A prática mencionada no texto foi intensamente utilizada no momento da história chinesa denominado:
a) Longa Marcha
b) Guerra do Ópio
c) Revolução Cultural
d) Levante dos Boxers

9. ISRAEL (PUC-RS 2015)

INSTRUÇÃO: Para responder à questão, leia o texto e observe o mapa abaixo.



O Oriente Médio é uma região de grande instabilidade política, onde encontramos um emaranhado de culturas diferenciadas, antagonismos religiosos, múltiplas formas de organização política e econômica. Nesse contexto, merecem uma análise mais cuidadosa, por sua gravidade e persistência, os conflitos entre árabes e judeus, mesmo após a resolução da ONU (Organização das Nações Unidas) que, em 1947, dividiu o território em dois Estados – Israel e Palestina. Contemporaneamente, os conflitos armados têm se intensificado, sem levar em conta os limites territoriais estabelecidos na criação dos dois Estados.

Considerando a proposta original de organização territorial promulgada pela ONU em 1947, a legenda correta para o mapa é:
a) (1) Estado judeu – (2) Estado palestino – (3) Zona Internacional
b) (1) Estado judeu – (2) Estado palestino – (3) Telavive
c) (1) Estado palestino – (2) Estado judeu – (3) Jerusalém
d) (1) Zona Internacional – (2) Estado palestino – (3) Estado judeu
e) (1) Jerusalém – (2) Telavive – (3) Zona Internacional

10. URSS (Albert Einstein – Medicina 2016)

Mikhail Gorbachev realizou, na União Soviética da década de 1980, um conjunto de reformas, que se tornaram conhecidas como "perestroika" e "glasnost". Elas visavam, entre outros fatores,
a) o controle político-militar do Leste Europeu e a reforma do sistema educacional.
b) a reestruturação econômica do país e o processo de democratização do Estado.
c) o controle político pelo Partido Comunista e a transição pacífica para o socialismo.
d) o investimento maciço no programa nuclear e a adoção de uma economia de mercado.

11. CRISE ECONÔMICA (FGV-SP 2016)

I. Milhares de pessoas fazem fila para vaga de emprego no Vale do Anhangabaú (São Paulo), em novembro de 2015.

II. A velocidade de destruição de empregos formais registrada em 2015 (menos 1,64 milhão de vagas) se destaca das crises anteriores. Em 2016, o forte movimento de demissão nos empregos formais deve prosseguir. Para janeiro, projeta-se a destruição de 170 mil vagas. Embora seja esperada leve retomada sazonal de contratações após o Carnaval, em fevereiro e março, a projeção é de perda líquida de 2,2 milhões de vagas no ano. Enquanto em 2015 as demissões ocorreram na construção civil e na indústria de transformação, em 2016 serão os setores de comércio e serviços os mais atingidos (...). Somados, são setores que empregam mais de 70% da força de trabalho.

Adap BARREIRA, Tiago Cabral, Boletim Macro IBRE, FGV, fev. 2016.

A partir desse cenário de crise, analise as afirmações a seguir sobre as mudanças na dinâmica do mercado de trabalho.
I. A perda da capacidade de consumo das famílias brasileiras e o aumento da inadimplência são fatores que, somados, deverão ampliar o desemprego nos setores de comércio e serviços.
II. A forte e rápida queda dos empregos formais tende a ser acompanhada pela expansão do trabalho informal e por conta própria, como medidas emergenciais para enfrentar a crise do mercado de trabalho.
III. A diminuição dos rendimentos médios da economia e a proteção do salário pela legislação trabalhista concorrem para a demissão de trabalhadores de maior remuneração, repostos por novos de menor salário.

Está correto o que se afirma em
a) I, apenas. **b)** II, apenas. **c)** III, apenas. **d)** I e II, apenas. **e)** I, II e III.

12. ÍNDIOS (Unicamp 2016)

Considerando as atuais características demográficas da população indígena brasileira, assinale a alternativa correta.
a) Ainda existem etnias indígenas isoladas no interior da Amazônia, vivendo em grandes aldeias, com predominância de idosos, e desenvolvendo roças para o autoconsumo.

b) A atual população indígena brasileira supera, em contingente e em etnias, os habitantes nativos encontrados no início da colonização no século XVI.
c) Enquanto a população indígena do centro-sul obteve crescimento demográfico, a população habitante da Amazônia apresentou forte redução de contingente.
d) Verifica-se a tendência de reversão da curva demográfica, tendo em vista o crescimento atual da população indígena no país, sendo que a maior parcela desse contingente vive em áreas rurais.

13. ÍNDIOS (UFRGS 2016)

Sobre os conflitos de terra que envolvem os povos indígenas brasileiros, é correto afirmar que

a) a expansão das grandes empresas rurais esbarra no processo de demarcação de terras indígenas, o que tem motivado violentos confrontos armados no Centro-Oeste do país.
b) as áreas destinadas aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, estado que possui a segunda maior população indígena do país, representam mais da metade do território do estado.
c) os conflitos do Centro-Oeste são recentes, fruto da expansão da agroindústria nos anos 2000.
d) os conflitos na Região Norte praticamente não existem mais, uma vez que as empresas rurais estão concentradas nos estados do Centro-Oeste.
e) menos da metade dos índios brasileiros vive em terras indígenas reconhecidas pelo governo.

14. HABITAÇÃO (Unicamp 2015)

Fonte: http://www.viomundo.com.br/politica/caio-castor-imagens-bombardeio-centro-de-sao-paulo.html. Acessado em 25/09/2014.

As ocupações de imóveis fechados tornaram-se frequentes nas grandes cidades brasileiras. A imagem acima retrata a ação da Polícia Militar na reintegração de posse de um edifício na Avenida São João, na cidade de São Paulo, ocupado havia seis meses por aproximadamente 200 famílias de sem teto.

a) Por que alguns movimentos sociais decidem pelas ocupações urbanas? O que explica, nas grandes cidades, a existência de inúmeros imóveis fechados em áreas centrais dotadas de infraestrutura?
b) Além dos movimentos sociais, indique um agente econômico e um agente político diretamente envolvidos nos conflitos ensejados pelas ocupações urbanas.

15. HABITAÇÃO (UERJ 2015)

BÍBLIA DO JORNALISMO DOS E.U.A. VÊ ITAQUERÃO COMO "MONUMENTO À GENTRIFICAÇÃO"

A nova edição da revista New Yorker*, considerada a bíblia do jornalismo norte-americano, apresenta um texto de quatorze páginas sobre o futebol brasileiro, a preparação do país para a Copa do Mundo e o Corinthians. Escrita para o público dos Estados Unidos, a reportagem cita o Itaquerão, palco da abertura da Copa do Mundo, em São Paulo, como um "monumento à gentrificação". Gentrificação é o nome dado ao fenômeno socioespacial que afeta a população de baixa renda de determinado lugar por meio da valorização imobiliária provocada por um novo empreendimento, como um shopping center ou um estádio de futebol, por exemplo.*

Adaptado de copadomundo.uol.com.br, 06/01/2014.

Cite duas consequências socioespaciais negativas do processo apresentado no texto para a população de baixa renda local, explicando cada uma delas.

16. OPERAÇÃO LAVA JATO (ESPM 2016)

Leia a chamada na matéria do jornal *El País*:

"Pau que dá em Chico dá em Francisco", diz Janot sobre Lava Jato.
Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/27/politica/1440633644_793612.html.

A personagem em questão está em evidência na cena nacional. Trata-se do:

a) juiz que decretou a prisão de importantes políticos e altos funcionários da Petrobras.
b) procurador-geral da República.
c) atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).
d) Presidente do Congresso Nacional.
e) Ministro da Justiça.

17. OPERAÇÃO LAVA JATO (FGV-SP 2016)

A Operação Lava Jato é a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Ela partiu do inquérito sobre uma rede de doleiros que lavava dinheiro em vários estados e identificou um vasto esquema de corrupção envolvendo empreiteiras, funcionários estatais e políticos de vários partidos.

Sobre o funcionamento desse esquema de corrupção, assinale V para a afirmação verdadeira e F para a falsa.

( ) Grandes empreiteiras, organizadas em cartel para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente, pagavam propina para altos executivos da Petrobras e outros agentes públicos, para facilitar seus negócios com a estatal.
( ) Diretores e funcionários da Petrobras se omitiam em relação ao cartel e o favoreciam, aprovando contratos superfaturados que permitiam desviar recursos dos cofres da estatal.

( ) Partidos políticos responsáveis pela indicação dos diretores da Petrobras se beneficiavam com o esquema na estatal, o qual envolveu diversos políticos que cometeram ou se associaram a atos de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

As afirmações são, respectivamente,
a) V, V e V. **b)** F, V e V. **c)** V, F e V. **d)** F, V e F. **e)** V, F e F.

18. GOVERNO JK (Mackenzie 2016)

"Nem tudo eram flores no período de Juscelino. Os problemas maiores se concentraram nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças do governo".

Boris Fausto. História do Brasil. 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009, p.432

Dentre os problemas enfrentados pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)
a) estavam as oposições de setores da elite conservadora, avessa às Reformas de Base propostas pelo presidente, impedindo um amplo projeto de modernizações para o país.
b) estavam os altos gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília, resultando em crescentes déficits do orçamento federal.
c) estava a oposição das Forças Armadas, capitaneadas pelo marechal Henrique Lott, contribuindo para a instabilidade política que ameaçou a continuidade democrática.
d) estava a aquisição de empréstimos externos, resultando na dependência em relação ao FMI e a adoção de medidas impostas por esse órgão, como o congelamento salarial.
e) estava a austeridade fiscal e o descontrole inflacionário, resultando em uma política de juros altos e liberalização do câmbio, manobras nacionalistas que surtiram efeito imediato.

19. GOVERNO JK (UFRGS 2016)

Em 1955, foram eleitos Juscelino Kubitschek (JK), para a presidência da República, e João Goulart, para a vice-presidência.

Com relação ao contexto dessas eleições e ao governo JK, considere as seguintes afirmações.
I. Descontentes com o resultado das eleições, Carlos Lacerda e políticos ligados à União Democrática Nacional (UDN) tentaram impugnar as eleições, gerando uma crise política que ativou setores golpistas da sociedade civil e das forças armadas.
II. O Plano de Metas previa investimentos do Estado em infraestrutura, visando à modernização social e ao desenvolvimento do setor industrial.
III. O governo de JK caracterizou-se por instabilidade política, devido à inexistência de maioria parlamentar no Congresso, o que acabou atrasando a construção de Brasília.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas III.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

20. INDÚSTRIA (UFPR 2015)

Com a globalização, ampliaram-se os horizontes geográficos e os incentivos das multinacionais para segmentar suas cadeias produtivas e redistribuir a localização de suas fábricas em diversos países. As etapas de produção que agregam menos valor a um produto podem ser transferidas para países onde os salários são mais baixos, enquanto as etapas que agregam mais valor permanecem em países com níveis salariais mais altos. O Brasil, porém, não tem se beneficiado dessa tendência. Enfrentamos, ao contrário, uma ameaça concreta de desindustrialização.

Adaptado de GUEDES, P. Olho nos banqueiros e nos políticos! *Revista Época*, 09 abr. 2012.

Caracterize o que é globalização, indique dois países que, nas últimas décadas, vêm se destacando como destino de investimentos industriais e, por fim, explique por que a ascensão desses países põe o Brasil sob o risco de uma desindustrialização.

21. INDÚSTRIA (UEM 2015) (adaptada)

Sobre indústrias e industrialização no Brasil, marque V para verdadeiro e F para falso.
I. ( ) As indústrias de base, também conhecidas como indústrias de bens de produção, são aquelas que destinam suas mercadorias para a produção ou para o transporte de outras mercadorias. A siderurgia e a petroquímica básica são exemplos desse tipo de indústria.
II. ( ) As indústrias de bens de consumo são aquelas que destinam suas mercadorias para o consumidor final. É o caso das indústrias têxteis e alimentícias.
III. ( ) No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, a concentração geográfica industrial se intensificou com a implantação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis na Região Sudeste.
IV. ( ) O período da Segunda Guerra Mundial realçou no Brasil a dependência nacional dos bens de produção importados e estimulou a substituição dessas importações por produções nacionais. Foi o período marcado pela substituição de importações.
V. ( ) Meios de produção são as matérias-primas agrícolas e minerais utilizadas para a produção de mercadorias para o consumo e de ferramentas como instrumentos de trabalho (exemplo: aço na fabricação de enxadas e de outras ferramentas).

22. TRABALHO (PUC-RS 2016)

Com o desenvolvimento da economia informacional e da globalização, estruturou-se, mais uma vez, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Sobre essa nova DIT, é correto afirmar que
I. circunscreve-se aos limites territoriais dos países envolvidos.
II. se estabelece entre os agentes econômicos localizados em uma estrutura global de redes e fluxos.
III compreende agentes que podem aparecer em posições diferentes em um mesmo país.
IV. envolve os produtores de matérias-primas provenientes de recursos naturais que estão nos países centrais, eliminando as desigualdades internacionais.

Estão corretas as afirmativas
a) I e II, apenas.
b) II e III, apenas.
c) I, II e III, apenas.
d) II, III e IV, apenas.
e) I, II, III e IV.

23. DESIGUALDADE SOCIAL (Espcex 2015)

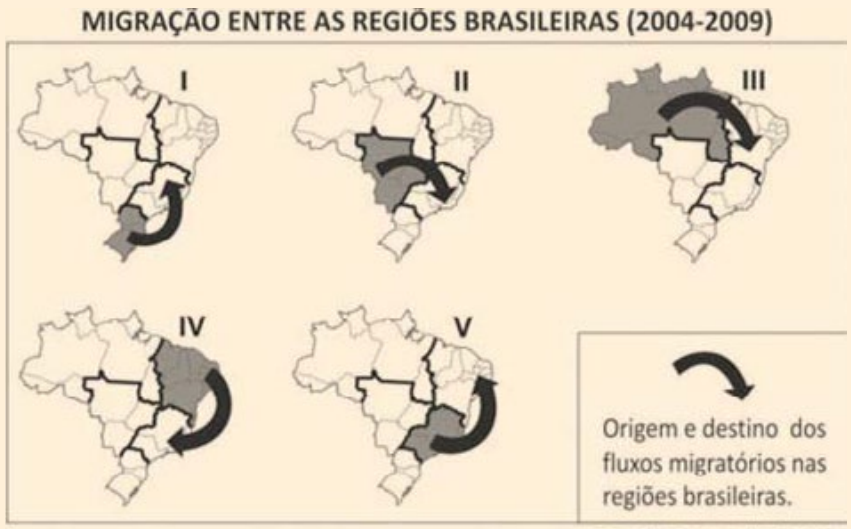
"Em 1989, o coeficiente de Gini atingiu no Brasil um pico de 0,636. Depois disso, apresentou reduções quase constantes, registrando 0,543 em 2009."

O coeficiente de Gini é um importante indicador socioeconômico que revela em um país o grau de

a) escolaridade de sua população.
b) desigualdade de renda.
c) desenvolvimento humano da população.
d) qualificação de sua mão de obra.
e) pobreza de sua população.

24. MIGRAÇÕES (Fuvest 2016)

Observe os mapas.



IBGE/OESP. 16/07/2011.

Dentre as seguintes alternativas, a única que apresenta a principal causa para o correspondente fluxo migratório é:

a) I: procura por postos de trabalho formais no setor primário.
b) II: necessidade de mão de obra rural, devido ao avanço do cultivo do arroz.
c) III: necessidade de mão de obra no cultivo da soja no Ceará e em Pernambuco.
d) IV: procura por postos de trabalho no setor aeroespacial.
e) V: migração de retorno.

25. MIGRAÇÕES (UFRGS 2016)

Observe o mapa abaixo.

Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR): <http://www.unhcr.org/54aa91d89.html>. Acesso em: 05 out. 2015.

Considere as afirmações abaixo, sobre a questão dos refugiados.

I. Os refugiados procuram principalmente países considerados ricos e desenvolvidos.
II. Estados Unidos, Alemanha e França são os países que mais recebem refugiados.
III. O maior número de refugiados localiza-se em países da África e da Ásia.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

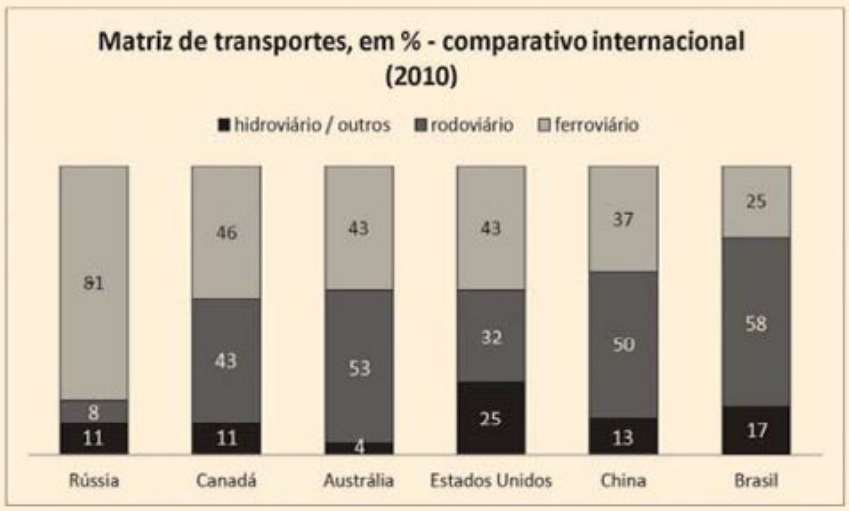
26. MIGRAÇÕES (Unesp 2016)

O entendimento dos processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que sob a rubrica migração internacional estão envolvidos fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas. A migração internacional, no contexto da globalização, é inevitável e deve ser entendida como parte das estratégias de sobrevivência, de impulso para alcançar novos horizontes, e a globalização, nesse contexto, age como fator de estímulo.

Neide L. Patarra. "Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais". *Estudos Avançados*, 2006. Adaptado.

Explique por que a globalização é um estímulo à migração internacional. Cite dois aspectos ou "fenômenos distintos" motivadores das migrações.

27. MATRIZ DE TRANSPORTES (PUC-Rio 2016)



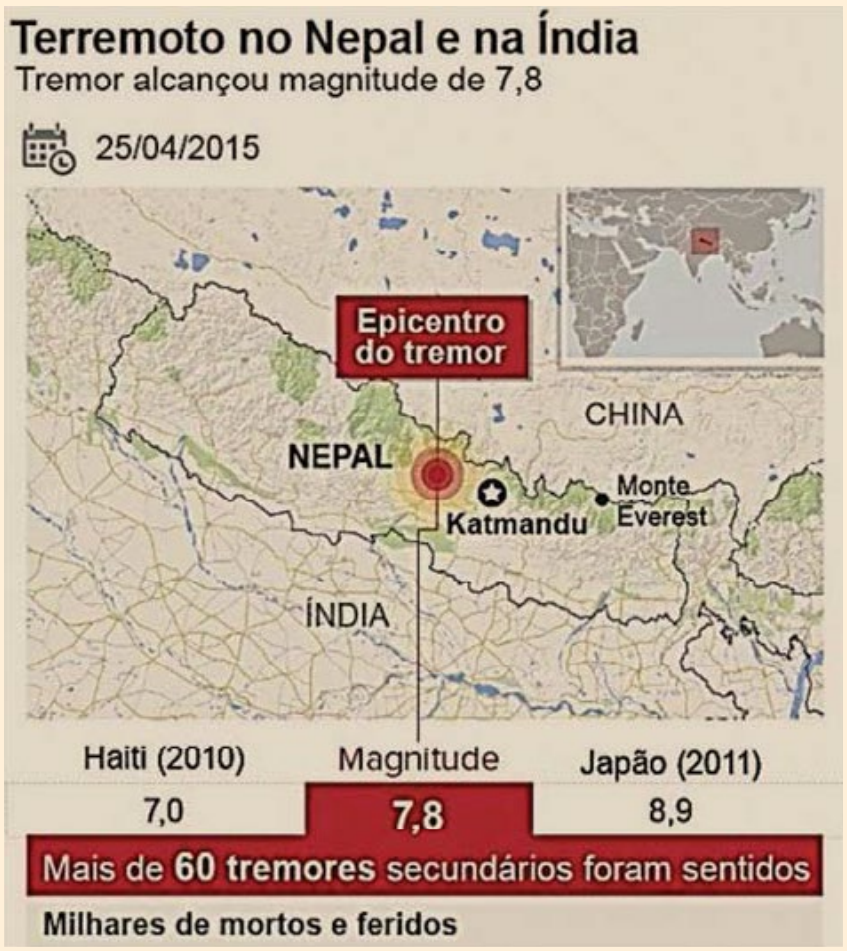
Observando-se SOMENTE a matriz de transporte dos países apresentados que compõem os BRICS, identifica-se que:

a) a China vem ampliando o modal rodoviário frente ao barateamento das exportações de petróleo dos últimos anos.
b) a Rússia, que é o maior país do mundo, deveria ampliar o seu transporte de carga, já que possui uma extensa rede hidrográfica.
c) a Austrália não tem uma rede hidroviária mais ampla pelo rigor climático imposto pelos desertos que ocupam a maior parte do seu território.
d) o Brasil, apesar da diversificação recente dos modais, continua a ser o país, dentre os de grande extensão, com o maior volume de transporte de mercadorias realizado por rodovias.
e) os Estados Unidos que, com o seu extenso território, deveriam ter-se conectado pelo modal ferroviário, apoiaram-se no seu expressivo setor automobilístico para a construção de rodovias por todo o país.

28. TERREMOTOS (UFSC 2016) (adaptada)

Observe as figuras abaixo.

Figura 1 – LOCALIZAÇÃO DO TERREMOTO NO NEPAL E NA ÍNDIA
O terremoto ocorrido no Nepal neste sábado, 25 de abril de 2015, vem se mostrando particularmente mortal, com mais de mil vítimas registradas até o momento, mas o país está acostumado a este tipo de evento. Na região do Himalaia, já foram registrados outros terremotos significativos como este mais recente, de magnitude 7,8. (...) Isso ocorre porque o Nepal situa-se numa das regiões de maior atividade sísmica do mundo. Basta olhar para os Himalaias para entender o que isso significa.



Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/por-que-o-nepal-e-tao-vulneravel-a-terremotos.html>. (Adaptado). Acesso em: 25 abr. 2015.

Figura 2 – Placas tectônicas

Disponível em: <http://ufrr.br/lapa/index.php?option=com_content&view=article&id=%2094>. [Adaptado]. Acesso em: 9 ago. 2015.

Sobre a formação geológica do planeta Terra, assinale V para verdadeiro e F para falso:

I. As placas tectônicas são bastante rígidas, por isso exercem pressão umas sobre as outras, originando, assim, vulcanismos e tsunamis.
II. As placas tectônicas estão em constante movimento e vários terremotos são ocasionados pela energia liberada do choque entre elas.
III. O Brasil está situado entre a Placa Antártica e a Africana, o que afasta o risco de qualquer tipo de tremor, mesmo de grau baixo.
IV. Devido a fatores geológicos específicos, não é possível associar terremotos a vulcanismos.
V. A litosfera é a camada rochosa que cobre a Terra.
VI. A teoria da "deriva continental" teve grande impacto quando foi criada em meados do século XX, contudo estudos mais recentes demonstram que ela não é verdadeira devido às causas e consequências do aquecimento global.
VII. A Terra continua em transformação porque as forças que vêm do interior do planeta mantêm os continentes em movimento.

29. DESIGUALDADE RACIAL (Unicamp 2016)

A questão da inserção do negro na sociedade nacional e sua mobilidade social é recorrente no debate da sociologia brasileira. Embora as desigualdades raciais ainda permaneçam, nas últimas três décadas importantes políticas foram adotadas pelo Estado brasileiro, reconhecendo o valor histórico dos negros para a formação da sociedade nacional. Nesse contexto, vêm se construindo políticas compensatórias, a partir de ações afirmativas, voltadas para essa população.

a) Indique ao menos uma mudança importante introduzida na Constituição Federal de 1988 que se tornou garantia de reconhecimento dos direitos dos negros pelo Estado Brasileiro. Explique o que são políticas públicas compensatórias.
b) Em julho de 2010, foi aprovada a Lei Federal 12.288, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial destinado à população negra do país. Essa lei tornou-se um importante instrumento de promoção de ações afirmativas e de combate ao racismo. Aponte duas ações para a promoção dos direitos fundamentais da população afrodescendente, uma referente à educação e outra referente à cultura, decorrentes do referido Estatuto.

30. BIOTECNOLOGIA (Famerp 2016)

Analise a charge.

(www.abrasco.org.br)

A charge ironiza

a) a tentativa de produzir alternativas ao uso de herbicidas na produção agrícola.
b) a baixa exigência de equipamentos de proteção individual para manipular a produção agrícola.

c) o manejo retrógrado estipulado pelos órgãos de controle do setor agrícola.
d) o uso exacerbado de defensivos agrícolas no modelo de agricultura contemporâneo.
e) o comprometimento da produção agrícola pela resistência ao uso de insumos agrícolas.

31. INTERNET (Unifor 2015)

"Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
(...)
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet"

Gil, Gilberto. Pela internet. Disponível em http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/gilberto-gil/pelainternet/474124

A internet conecta bilhões de usuários no mundo inteiro. Dentro dela, ocorrem práticas positivas e, ao mesmo tempo, violações de direitos. Nesse contexto, recentemente foi aprovado o "Marco Civil da Internet" para estabelecer:
a) direitos e deveres para o uso gratuito ou comercial da internet no Brasil.
b) liberdade ampla e irrestrita para o uso gratuito ou comercial da internet no Brasil.
c) liberdade ampla e irrestrita para o uso gratuito da internet no Brasil.
d) direitos e deveres para o uso comercial da internet no Brasil.
e) direitos para o uso gratuito; e deveres para o uso comercial da internet no Brasil.

32. DIREITOS HUMANOS (Enem 2014)

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:
a) Civis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
b) Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
c) Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
d) Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.
e) Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

33. ÁGUA (UERJ 2016)

QUEDE ÁGUA?

A seca avança em Minas,
Rio, São Paulo.
O Nordeste é aqui, agora.
No tráfego parado onde me enjaulo,
vejo o tempo que evapora.
Meu automóvel novo mal se move,
enquanto no duro barro,
no chão rachado da represa
onde não chove,
surgem carcaças de carro.
Os rios voadores da Hileia
mal desaguam por aqui,
e seca pouco a pouco
em cada veia o Aquífero Guarani.
Assim, do São Francisco a San Francisco,
um quadro aterra a terra:
por água, por um córrego, um chuvisco,
nações entrarão em guerra
Quede água? Quede água?
(...)

Quando em razão
de toda a ação "humana"
e de tanta desrazão,
a selva não for salva
e se tornar savana;
e o mangue, um lixão;
quando minguar o Pantanal,
e entrar em pane
a Mata Atlântica, tão rara;
e o mar tomar toda cidade litorânea,
e o sertão virar Saara;
e todo grande rio virar areia,
sem verão virar outono;
e a água for commodity alheia,
com seu ônus e seu dono;
e a tragédia da seca, da escassez,
cair sobre todos nós,
mas sobretudo sobre os pobres,
outra vez sem terra, teto, nem voz;
Quede água? Quede água?
Quede água?

Lenine e Carlos Rennó
Carbono. Universal Music, 2015.

As discussões sobre o problema da seca vêm se ampliando nos dias atuais. Várias regiões do planeta que antes não eram atingidas por esse fenômeno já sentem seus efeitos, como destaca a letra da canção.

Aponte uma consequência da seca para as atividades humanas e uma para a dinâmica natural da Terra.

34. DROGAS (Uerj 2016)

O tráfico de drogas na Rocinha está impondo um desafio não apenas à Unidade de Polícia Pacificadora, mas também à segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento. Bandidos vêm intensificando ameaças e ataques a policiais militares e técnicos que fazem o mapeamento para as obras de alargamento e abertura de vias. Segundo especialistas, o alargamento de vias em grandes favelas é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, sob vários aspectos.

Adaptado de *O Globo*, 22/11/ 2014.

Explique por que a intervenção urbana mencionada pode afetar o controle do território do tráfico de drogas na Rocinha. Em seguida, indique uma consequência dessas obras que contribua para melhorar outros aspectos da qualidade de vida dos moradores, mas que não seja a segurança.

35. DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO (FGV-SP 2016)

No Brasil, a criação de uma estrutura institucional para lidar com o tráfico internacional ilegal de drogas e com a lavagem de dinheiro é recente. A partir do final da década de 1990, o governo federal começou a estruturar os sistemas de controle sobre essas atividades, com base na ideia de que

as operações ilícitas são problemas comuns dos estados nacionais e que só podem ser resolvidos de forma sistêmica.

Adaptado de MACHADO, Lia Osório. "Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica brasileira". In Cadernos IPPUR, Vol. XXI, nº 1, 2007.

Sobre o controle de operações ilícitas no mundo e no Brasil, analise as afirmações a seguir.

I. As operações ilícitas não constituem um problema estritamente de segurança interna (sociedade civil, instituições, governo), mas também de segurança global.
II. O tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro são operações que se organizam sob a forma de redes transnacionais, ou seja, não respeitam limites interestatais.
III. A repressão às operações ilícitas só é possível mediante a colaboração internacional entre países, o que fortalece a concepção clássica de soberania do Estado.

Está correto o que se afirma em
a) II, apenas.
b) I e II, apenas.
c) III, apenas .
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

36. DESMATAMENTO (UFGD 2016)

Leia o texto a seguir.

Os rios voadores são "cursos de água atmosféricos", formados por massas de ar carregadas de vapor de água, muitas vezes acompanhados por nuvens, e são propelidos pelos ventos. Essas correntes de ar invisíveis passam em cima das nossas cabeças carregando umidade da Bacia Amazônica para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Essa umidade, nas condições meteorológicas propícias como uma frente fria vinda do sul, por exemplo, se transforma em chuva. É essa ação de transporte de enormes quantidades de vapor de água pelas correntes aéreas que recebe o nome de rios voadores – um termo que descreve perfeitamente, mas em termos poéticos, um fenômeno real que tem um impacto significante em nossas vidas. A Floresta Amazônica funciona como uma bomba d'água. Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo Oceano Atlântico e carregada pelos ventos alíseos.

Disponível em: ‹http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores›. Acesso em: 24 out. 2015.

Demonstrada a importância da Floresta Amazônica para a regulação climática do Brasil, considere as afirmações a seguir.

I. O solo pobre em nutrientes sob a Floresta Amazônica impossibilita que esta atue como uma importante fonte de estoque de carbono.
II. O avanço da pecuária e a diminuição das áreas florestais influenciam negativamente sobre o sequestro de carbono, uma vez que há a diminuição de seres fotossintetizantes.
III. Os serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais garantem uma melhor qualidade de vida no planeta.
IV. Além dos produtos extraídos diretamente das florestas, estas apresentam valores de uso indireto tais como controle contra as cheias, manutenção dos ciclos da água e armazenamento de carbono.
V. A conversão das florestas implica redução dos serviços de polinização, mas isso não influencia no sucesso das colheitas de monoculturas.

Está correto apenas o que se afirma em
a) I, II e III
b) II, III e V
c) I, II, III, IV e V
d) II, III e IV
e) II, III, IV e V

37. DESMATAMENTO (Unesp 2015)

Analise a charge do cartunista Angeli.

– É o seguinte: você entra e vai flexibilizando...
vai flexibilizando... vai flexibilizando... até chegar aonde Judas perdeu as botas!

www.folha.uol.com.br

Indique dois aspectos econômicos que caracterizam o desenvolvimento do agronegócio no território nacional e aponte duas possíveis consequências ambientais associadas à eventual "flexibilização" da legislação ambiental brasileira.

38. DESMATAMENTO (PUC-PR 2016)

Um dos maiores empreendimentos e projetos estratégicos e de abastecimento brasileiro deste século está sendo construído no Rio Xingu, nas vizinhanças da cidade de Altamira, estado do Pará. Trata-se da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, cuja produção média ao longo do ano representará aproximadamente 10% do consumo nacional (segundo dados de 2009) e, em termos de potência instalada, tornar-se-á a terceira maior hidrelétrica do mundo. Além de, após sua conclusão, ser a maior hidrelétrica brasileira.

Tomando seus conhecimentos prévios sobre o assunto e, especificamente, sobre o debate que tomou como objeto a construção da usina mencionada acima, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O motivo principal das discussões e polêmica que se formaram em torno da implementação do projeto de construção da usina de Belo Monte está relacionado com a perda de importância que ela acarretará à usina de Itaipu e, consequentemente, a redução da produção dessa usina.
b) De um modo geral, o projeto e sua implementação levantaram um amplo debate, envolvendo principalmente a questão dos impactos que a construção de Belo Monte geraria, tais como a alteração do regime de escoamento do rio, que afetaria a fauna e flora locais.
c) Dentre os extensos impactos ocasionados pela construção da usina de Belo Monte, poderíamos mencionar o aumento da população e da ocupação desordenada do solo, além do aumento da pressão sobre as terras e áreas indígenas próximas.
d) A prospecção da área, tendo em vista a exploração da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, data dos anos 1970, mas o projeto só foi efetivamente posto em execução nos anos 2000, devido a uma série de aspectos próprios do contexto. Dentre vários outros, vale mencionar a crise de abastecimento energético, ilustrada pela Crise do Apagão de 2001-2002, e a necessidade histórica de ocupar e desenvolver a Região Norte.
e) Desde o anúncio do leilão que determinaria quais empresas seriam responsáveis pela construção da usina, inúmeros protestos envolvendo ONGs, comunidades locais indígenas e de ribeirinhos, além de personalidades internacionais, se envolveram contra o projeto e a construção da usina.

RESPOSTAS

1.

I. Correta. O Brasil possui hoje a condição de Global Trader por manter relações comerciais com diferentes economias do mundo e possuir uma diversificada pauta de exportação e importação. Isso implica dizer que o país aceita os princípios adotados pelo mercado e pela Organização Mundial do Comércio.

II. Incorreta. O comércio brasileiro correspondia, em 2015, a pouco mais de 1% do comércio total mundial.

III. Correta. As exportações brasileiras para a União Europeia e Ásia envolvem predominantemente commodities, como minério de ferro e soja. Mas as relações comerciais com o bloco Nafta, que abrange México, Estados Unidos (EUA) e Canadá, e com os países vizinhos da América do Sul compreendem bens manufaturados. O Brasil exporta aeronaves para os EUA e automóveis para a Argentina.

IV. Incorreta. O crescimento da economia chinesa é positivo para nosso país, devido ao grande volume de commodities que o Brasil exporta para a China. A perspectiva de uma desaceleração da economia chinesa, por sua vez, afeta negativamente a exportação dos produtos básicos brasileiros – o que já vem ocorrendo nos últimos anos.

V. Incorreta. O percentual apresentado sobre as exportações brasileiras para o Mercosul não corresponde à realidade. Em 2015, as vendas externas do Brasil para os países do bloco representaram cerda de 10% do total exportado.

Resposta: A

2.

O Boko Haram é um grupo fundamentalista islâmico surgido no norte da Nigéria, em 2002. Seu nome pode ser traduzido por "a educação ocidental é pecaminosa". É responsável por promover violentos ataques a civis e tentar implementar uma versão radical da lei islâmica, a sharia, sobretudo no norte do país. Ganhou maior destaque na mídia internacional em abril de 2014, quando promoveu o sequestro de 276 mulheres, na faixa de 16 a 18 anos. O grupo associou-se, em 2015, ao grupo extremista Estado Islâmico.

Resposta: D

3.

Os drones são aeronaves não tripuladas amplamente utilizadas em ações geoestratégicas pelos Estados Unidos, por facilitar o monitoramento de grandes áreas e até mesmo promover bombardeios aéreos. Seu uso no norte africano se insere no contexto de combate ao terrorismo, visando à desarticulação de redes terroristas atuantes na região de cobertura das bases destacadas no mapa. Campanhas militares importantes realizadas em países como Afeganistão e Iêmen contaram com essa tecnologia. O problema é que, apesar de terem terroristas como alvo, os bombardeios fazem muitas vítimas civis.

Resposta: D

4.

Em dezembro de 2014, Cuba e Estados Unidos anunciaram o restabelecimento das relações diplomáticas. Os dois países estavam rompidos desde 1961, no auge da Guerra Fria. Desde então, as relações melhoraram com a reabertura das embaixadas e com a visita histórica do presidente dos Estados Unidos (EUA), Barack Obama, a Cuba, em março de 2016. O embargo econômico que os EUA impõem a Cuba, contudo, ainda não foi suspenso. A decisão depende de aprovação no congresso norte-americano, majoritariamente republicano e, portanto, opositor do governo Obama.

Resposta: D

5.

No texto de apoio, o escritor cubano Leonardo Padura aborda o atual processo de abertura de Cuba dentro do contexto de reaproximação com os Estados Unidos. Os dois países romperam relações diplomáticas em 1961, dentro do contexto da Guerra Fria. O período foi caracterizado pela bipolaridade entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, encabeçado pela União Soviética. Cuba, que desde sua independência esteve subordinada aos EUA, passou por um processo revolucionário que acabou por alinhar o país ao bloco socialista, alimentando uma grande rivalidade com os EUA. Com o colapso da União Soviética em 1991 e o consequente fim da Guerra Fria, o mundo viu surgir uma ordem econômica mais multipolar, ainda que tendo os EUA como principal potência global. Enfraquecida com a derrocada do bloco socialista, Cuba vai aos poucos promovendo reformas de abertura de mercado. O país retomou as relações diplomáticas com os EUA em 2014. Para consolidar a reaproximação, em março de 2016, o presidente norte-americano Barack Obama visitou a capital cubana, que ainda recebeu um show do Rolling Stones.

Resposta: C

6.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge em 1984, em um contexto de redemocratização, no final da ditadura militar (1964-1985). O grupo exerce uma grande mobilização reivindicando o direito à terra e ao trabalho em contraposição às elites agrárias que concentram grande parte das terras. A luta do MST visa à desconcentração da posse fundiária e à garantia da função social da terra, com o objetivo de produzir alimentos básicos, gerar emprego e renda e reduzir o êxodo rural. Sua principal forma de ação é a ocupação de fazendas que o movimento considera improdutivas, e a formação de acampamentos. Com isso, buscam criar fatos políticos e forçar o governo a assentar famílias nas terras passíveis de desapropriação.

Durante a república romana (509-27 a.C.), Tibério e Caio Graco tentaram empreender uma reforma agrária como forma de combater a crise. Ao distribuir terras aos desempregados, eles buscavam garantir meios de vida a quem não tinha trabalho. A proposição de medidas de redistribuição de terras como a Lex Agraria e a Lei Frumentária não agradaram as camadas romanas mais abastadas. Barradas no Senado Romano, as propostas perderam força com a morte dos irmãos Graco.

7.

A única relação incorreta é a apresentada pela alternativa D. A área 4, indicada no mapa como "planícies do Centro-Oeste" é destacada por possuir sedimentos férteis e chamada de "grande celeiro agrícola". Porém, o centro-oeste chinês é formado por planaltos, com altitude média de 2 mil metros, sofrendo influência do clima desértico do norte do país. As principais zonas de plantio da China, planícies de terras mais férteis, localizam-se majoritariamente na porção leste do território, contando com produtos como o arroz, soja e algodão.

Resposta: D

8.

Os campos de reeducação pelo trabalho foram implementados no contexto da Revolução Cultural proposta governo Mao Tsé-tung (1949-1976). Esse sistema visava a estabelecer um modelo de doutrinação político-ideológica como estratégia de controle social – aqueles acusados de cometer "desvios" eram enviados a esses campos para, a partir da reeducação baseada no trabalho produtivo, consolidar os valores morais do regime. Sucessora do fracassado "Grande Salto para Frente", projeto desenvolvimentista que combinava incentivo à economia agrária e industrialização, a Revolução Cultural buscava reafirmar a autoridade do governo maoísta. Apesar do fim da Revolução Cultural em 1976, o regime

chinês ainda mantém instituições que simbolizam a repressão do Estado no trato de dissidências e grupos oposicionistas.
Resposta: C

9. A proposta feita pela ONU em 1947 compreendia a criação de um Estado judeu (identificado pelo número 1 no mapa), um Estado árabe (número 2), além do estabelecimento de uma zona internacional em Jerusalém (número 3), administrada de forma que fossem evitados conflitos. A maior parte do território ficaria sob comando de Israel, e a população árabe, mais numerosa, julgou-se desfavorecida por causa da configuração da divisão. A partilha não foi respeitada e, até hoje, é motivo para a grande instabilidade política da região.
Resposta: A

10. Em 1985, o governo socialista recém-assumido por Gorbachev atravessava momentos de crise econômica. Na tentativa de restabelecer as bases do governo, o líder propôs medidas de reestruturação econômica (perestroika) e transparência política (glasnost). Na política, abrandou a censura e abriu espaço à liberdade de expressão. Na economia, restabeleceu, com limites, a propriedade privada e a instalação de empresas estrangeiras. No entanto, essas medidas não foram suficientes para impedir o colapso do sistema socialista, e a União Soviética se desintegrou, dando origem a 15 repúblicas independentes.
Resposta: B

11. A foto e o texto de apoio mostram a situação do desemprego crescente no Brasil, com o fechamento de postos de trabalho e a formação de enormes filas por pessoas que procuram uma ocupação. Sobre as afirmações, pode-se concluir:

I. Correta. A retração no consumo e o aumento da inadimplência afetam diretamente setores como comércio e serviços que passam a apresentar queda no ritmo das vendas e redução nos lucros – o que leva os empresários do ramo a demitir.

II. Correta. Ao perderem o emprego, muitas pessoas passam a trabalhar por conta própria e partem para o setor informal da economia – aquele que é feito sem registros oficiais, como notas fiscais e carteira de trabalho assinada. A venda de produtos por camelôs e a prestação de serviços de construção, por exemplo, estão entre as atividades informais.

III. Correta. Para minimizar as perdas com a crise, o empresariado tende a demitir os funcionários com maiores salários e contratam em seu lugar trabalhadores mais jovens e com remuneração menor.

Resposta: E

12. A população indígena historicamente sofreu com extermínios em massa, conflitos por disputas de terra e ainda convive com a possibilidade de ser extinta de algumas áreas. A partir da década de 80, no entanto, pode-se observar de maneira mais acentuada um processo de inversão da curva demográfica, descrito na questão. Dados de 2010 do IBGE revelam que a população passa por um crescimento acentuado, aumentando em 205% desde 1991. No Brasil, a porcentagem de indígenas que vivem em áreas rurais representa 63,8% do total.
Resposta: D

13. As tensões entre indígenas e proprietários rurais no Centro-Oeste são recorrentes e se estendem por décadas. As comunidades indígenas reivindicam o direito histórico sobre as terras que hoje são ocupadas por fazendeiros. No início do século XX, áreas em que os índios viviam no Mato Grosso do Sul foram distribuídas ou vendidas pelo governo a fazendeiros. O trabalho de demarcação de terras e criação de reservas mostra-se delicado em regiões de atividade fundiária mais intensa, como o Centro-Oeste. Os grandes proprietários de terra veem na homologação de terras indígenas uma barreira à expansão do agronegócio.
Resposta: A

14.

a) As ocupações urbanas são formas de reivindicação pelo direito à moradia, uma vez que não há habitações suficientes para as camadas mais pobres da população, que são levadas a morar em áreas periféricas, onde os serviços públicos são precários. A falta de habitações para essa parcela da população contrasta com a existência de imóveis fechados ou desocupados. Estes podem não estar sendo utilizados por questões judiciais ou devido à especulação imobiliária, que permite aos donos esperar a valorização do prédio para lucros futuros na venda.

b) No campo econômico, podem-se citar as incorporadoras de imóveis e os proprietários dos edifícios, que mantêm os prédios vazios esperando uma futura valorização. A especulação imobiliária é cada vez mais comum em novas áreas e está diretamente associada às alterações demográficas das regiões centrais, onde normalmente localizam-se os imóveis ocupados.
Entre os agentes políticos pode-se apontar o Estado, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal. O poder público é responsável por estabelecer políticas de acesso à moradia, como a construção de programas habitacionais, ou a aprovação de leis de zoneamento que determinam áreas residenciais e comerciais, por exemplo.

15. A gentrificação associa-se diretamente à valorização imobiliária. Como dois aspectos negativos desse processo, pode-se citar, primeiro, a expulsão de moradores de menor renda desses lugares. Não conseguindo arcar com o aumento dos aluguéis e do custo de vida da região, eles tendem a migrar para áreas mais periféricas, que costumam ser menos providas de serviços ligados à qualidade de vida. Em segundo lugar, o setor de comércio e serviços mais populares também é prejudicado, por perder mercado consumidor em decorrência desse processo massivo de migração e por não conseguir arcar com o encarecimento dos custos empresariais.

16. O jurista Rodrigo Janot é o atual procurador-geral da República, cargo que corresponde à chefia do Ministério Público Federal. Em sua função ele pode entrar com ações e conduzir inquéritos para investigar crimes que envolvam o desvio de recursos públicos, por exemplo. Janot ganhou destaque por atuar na Operação Lava Jato, que investiga crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo várias instâncias do governo e políticos de diversos partidos.
Resposta: B

17. A primeira afirmação está correta. Executivos de grandes empreiteiras foram presos, acusados de participar de um esquema de formação de cartel, de fraudar licitações da estatal e de corromper funcionários públicos e até políticos. Num cartel, duas ou mais empresas se aliam ilegalmente para eliminar os concorrentes, aumentar os preços de serviços e de obras e repartir as encomendas e os lucros entre si.
A segunda afirmação também é verdadeira. Os executivos da Petrobras envolvidos no esquema celebravam contratos com as empresas cartelizadas, nos quais

pagava acima do valor correto por obras e serviços prestados. Uma porcentagem desse valor superfaturado era desviada para os bolsos dos executivos.
A terceira afirmação também é correta. Parte do dinheiro da propina teria ido a partidos políticos que tinham influência na indicação dos executivos da Petrobras. Esses recursos também teriam ajudado a alimentar o caixa 2 dos partidos – dinheiro não contabilizado legalmente utilizado em campanhas eleitorais.
Resposta: A

18. O projeto desenvolvimentista de JK concentrou investimentos em infraestrutura e no setor industrial, o que foi responsável pelo aumento da dívida pública e externa. A criação de Brasília, nova capital federal e símbolo do desenvolvimento, foi finalizada ao custo de cerca de 1 bilhão de dólares. A realização de empréstimos e a emissão de papel-moeda promoveram déficits no orçamento federal e contribuíram para a escalada da inflação.
Resposta: B

19.

I. Correta. Derrotada, a UDN acusava os novos governantes de serem apoiados por comunistas e buscava mobilizar a população veiculando materiais antigovernistas em meios de comunicação. A tentativa de golpe foi impedida e, após o Exército desmobilizar as forças golpistas, Juscelino Kubitschek pôde ser empossado.
II. Correta. Sob o lema "Cinquenta anos de progresso em cinco de governo", JK apostou em uma política desenvolvimentista, sistematizada no Plano de Metas, um dos eixos do governo. A partir de volumosos recursos federais, o projeto expandiu a rede rodoviária, criou hidrelétricas e impulsionou o parque industrial brasileiro em diversos setores.
III. Incorreta. Pode-se dizer que JK obteve relativa estabilidade política, apesar da persistente oposição feita pela UDN no Congresso. Juscelino manobrou as diversas facções políticas e se aproximou da classe média e dos militares. Fez concessões salariais aos operários e facilitou o crédito para os industriais. A construção de Brasília durou apenas três anos e custou cerca de 1 bilhão de reais.
Resposta: C

20. A globalização é um processo econômico e social que promove a integração dos países e a interdependência entre os mercados, estabelecendo uma rede de conexões que vai além das transações comerciais e se estende também a aspectos culturais. Uma das consequências desse processo é o aumento do poder das empresas multinacionais, que espalham sua cadeia produtiva por vários países, barganhando com os governos algumas vantagens competitivas: componentes mais baratos, salários e impostos menores, menos obrigações trabalhistas e ambientais.
Países como China e México vêm atraindo grandes investimentos estrangeiros nos últimos anos para impulsionar suas economias. Valendo-se de custos de produção menores, as indústrias instaladas nesses países conseguem exportar mais a preços competitivos. Países como o Brasil sentem o peso da concorrência dos produtos manufaturados importados, o que desestimula a produção interna e contribui para a intensificação do processo de desindustrialização.

21.

I. Verdadeiro. As siderúrgicas e petroquímicas são exemplos de indústrias que produzem bens intermediários, visando fornecer matérias-primas para o atendimento de outros setores industriais.
II. Verdadeiro. Os setores têxtil e alimentício são classificados como indústrias de bens de consumo não duráveis, por serem responsáveis por produtos perecíveis, de primeira necessidade.
III. Verdadeiro. Com o declínio da produção de café, o setor industrial passou a receber investimentos dos antigos latifundiários. A Região Sudeste foi privilegiada para a instalação das indústrias por ter sua malha de transportes mais desenvolvida, além de localização estratégica para escoamento da produção.
IV. Verdadeiro. A Europa, principal fornecedora de bens industriais, focava suas produções industriais no setor bélico e de defesa. A falta de oferta por produtos manufaturados obrigou o Brasil a focar seus esforços na produção industrial, visando a atender essa demanda nacional e substituir as importações.
V. Falso. Meios de produção podem ser definidos como unidades de trabalho que possibilitam a transformação de matérias-primas em bens comercializáveis.
Resposta: VVVVF

22.

I. Incorreta. Independe de limites territoriais, integrando, eventualmente, países distantes também geograficamente.
II. Correta. Com as facilidades proporcionadas pela globalização, não era mais necessário concentrar em um mesmo país todas as etapas de produção, da captação de recursos à distribuição. Essa divisão do trabalho surge de modo a integrar comercial e economicamente os Estados, que, apesar de serem atores econômicos de naturezas diferentes, unem-se pela abertura de seus mercados.
III. Correta. É possível que países estejam envolvidos em diferentes tipos de transações comerciais. A China, por exemplo, ao passo que aumenta suas exportações, ainda recebe muito investimento estrangeiro, devido a leis de trabalho mais flexíveis e presença de mão de obra menos especializada.
IV. Incorreta. Os países mais pobres ficam condicionados à comercialização de matérias-primas e bens primários, enquanto que os mais desenvolvidos recebem os recursos e transformam-nos em bens de maior valor agregado, o que contribui para a manutenção da desigualdade existente.
Resposta: B

23. O Gini é um índice utilizado para medir o grau de concentração de renda de um país ou região. É responsável por indicar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O coeficiente varia de zero a 1. Quanto mais próximo de zero, melhor distribuída é a renda.
Resposta: B

24. A justificativa para o fluxo migratório observado da Região Sudeste para o Nordeste é a única corretamente identificada. A migração de retorno é um fenômeno possibilitado pela saturação da infraestrutura urbana e de postos de trabalho que dependem de mão de obra pouco especializada. Essa demanda insuficiente faz com que pessoas que haviam saído do Nordeste em busca de trabalho no Sudeste regressem a seus locais de nascimento.
Resposta: E

25.

I. Incorreto. Ao analisar os locais onde se distribuem os círculos de maior tamanho no mapa, pode-se afirmar que os países mais próximos geograficamente das regiões conflituosas do Oriente Médio e da África são os que recebem o maior fluxo de refugiados.

II. Incorreto. Os EUA, a Alemanha e a França não possuem, segundo o mapa, tantos refugiados quanto países como Paquistão, Irã, Jordânia, Turquia e Líbano.
III. Correto. Os países que mais recebem refugiados localizam-se nas regiões do centro e norte africano, Oriente Médio e sudeste asiático.
Resposta: C

26. A globalização é um estímulo à migração internacional à medida que aproxima os países nos aspectos econômico e cultural. A melhoria dos meios de transporte, comunicação e informação, decorrentes do fenômeno, também são facilitadores desse processo de deslocamento. Quanto às motivações, pode-se elencar as perseguições e os conflitos étnico-religiosos como fator determinante para que as pessoas deixem seu país de origem. Por outro lado, as oportunidades técnico-científicas, como a promoção da abertura de novos postos de trabalho e a necessidade de mão de obra especializada oriunda de outros países, também influenciam o processo migratório.

27. Primeiramente, a questão pede uma análise dos dados referentes aos representantes dos Brics – grupo de economias emergentes composto de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Logo, podemos descartar as alternativas C e E, que abordam Austrália e Estados Unidos, nações que não fazem parte do bloco. No gráfico, os únicos representantes dos Brics apresentados são Brasil, Rússia e China. Na alternativa A, não é possível afirmar que o modal rodoviário chinês está em crescimento porque o gráfico só mostra dados referentes a 2010. Já o gráfico da Rússia mostra uma rede hidroviária de apenas 11%, o que contradiz a alternativa B. Logo a resposta correta está na alternativa D: o Brasil apresenta perfil de transporte altamente dependente do eixo rodoviário, concentrando 58% do volume de mercadorias.
Resposta: D

28.
I. Falso. As placas tectônicas encontram-se sempre em movimento, sendo que os dobramentos ocorrem em rochas mais maleáveis.
II. Verdadeiro. Nas zonas de encontro entre placas tectônicas pode haver acúmulo de pressão e liberação de energia. O terremoto é a propagação dessa energia em forma de ondas sísmicas.
III. Falso. O Brasil situa-se na região central da Placa Sul-Americana, o que impede que ocorram tremor de grandes magnitudes, mas não afasta completamente a possibilidade de ocorrência de abalos sísmicos.
IV. Falso. Tanto os terremotos como o vulcanismo estão associados às forças internas (ou endógenas), que provocam deslocamentos das placas tectônicas.
V. Verdadeiro. A litosfera é a camada mais externa da Terra. Composta de solo e rochas, compreende a crosta terrestre e parte do manto superior.
VI. Falso. A teoria da deriva continental, proposta pelo meteorologista alemão Alfred Weneger, permanece aceita como a explicação para a movimentação dos continentes. Inicialmente unidos, formavam uma grande massa de terra há 200 milhões de anos e vêm se afastando em decorrência das atividades tectônicas.
VII. Verdadeiro. As forças de convecção, provenientes do manto terrestre, são grandes responsáveis pela dinâmica do relevo do planeta, sendo associadas a processos como terremotos, vulcanismos e tectonia das placas.
Resposta: FVFFVFV

29.
a) Uma mudança promovida pela Constituição de 1988 que visa a garantia de reconhecimentos dos direitos dos negros no Brasil está no art. 5, inc. XLII. Passa-se a classificar a prática do racismo como "crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão". Políticas compensatórias são medidas governamentais que visam a minimização de desigualdades sociais e diminuição de prejuízos históricos, dinamizados pelas estruturas sociais vigentes.
b) Quanto à educação, pode-se elencar o estabelecimento de cotas raciais em instituições públicas de ensino. No campo cultural, um exemplo é a garantia por parte do Estado de que comunidades quilombolas remanescentes mantenham preservados seus costumes, tradições e formas de manifestação religiosa.

30. Ao retratar uma árvore que, em vez de frutos, apresenta frascos de veneno, a charge chama atenção para a ampla utilização de agrotóxicos no plantio de diversas culturas. Buscando a maior produtividade, conseguida com o controle de pragas, o cultivo moderno eventualmente acaba abusando de pesticidas e defensivos agrícolas, que contaminam os frutos e podem ser prejudiciais à saúde humana.
Resposta: D

31. O Marco Civil da Internet consiste em uma espécie de constituição para reger o uso da internet no Brasil. Foi regulamentado pela presidente Dilma Rousseff em abril de 2014 e, por meio do estabelecimento de direitos e deveres para usuários e provedores de internet, tem como objetivos a uniformização dos serviços e a garantia dos direitos de privadidade na web.
Resposta: A

32. Direitos sociais são aqueles que visam atender as garantias fundamentais para que indivíduos tenham uma vida digna, por meio da proteção de um Estado Democrático de Direito. A promulgação dos direitos à cidadania listados na Constituição Brasileira em 1988 estabelece a todo cidadão o atendimento de direitos básicos, como saúde, habitação, moradia, educação, infância, proteção da maternidade, lazer, segurança. A Carta de 1988 insere-se no contexto de redemocratização pós-ditadura e também busca estabelecer um pacto social em conformidade com os Direitos Humanos, após os abusos cometidos pelo regime militar.
Resposta: B

33. A falta de água para a realização das atividades humanas pode afetar diretamente a produção de alimentos, pois se trata de um componente essencial para a agropecuária. A seca também tem implicações diretas na geração de energia elétrica, tendo em vista que a maior parte da eletricidade produzida no Brasil provém das usinas hidrelétricas. Quanto às consequências para a dinâmica natural do planeta, pode-se destacar o ressecamento do solo e da vegetação, com prejuízos à biodiversidade.

34. Ruas mais estreitas garantem um controle maior do tráfico, dificultando a circulação de forças de segurança e a realização de operações de combate ao tráfico desenvolvido na comunidade. Vielas também são potenciais rotas de fuga em casos de perseguição e permitem que os materiais provenientes do tráfico possam ser dispersados ou escondidos mais facilmente. Na melhora da qualidade de vida dos moradores, as obras de alargamento das vias podem beneficiar o trabalho de coleta pública de lixo e de serviços de saúde, viabilizados pela facilitação do acesso para veículos especializados.

35. O tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro são duas operações ilegais que extrapolam as fronteiras dos países. Drogas como a cocaína são produzidas em uma determinada nação e enviadas para todas as partes do mundo. Da mesma forma, os recursos provenientes da corrupção podem ser enviados a bancos em outras nações para tentar disfarçar a origem ilícita do dinheiro.
Dessa forma, a afirmação I está correta, pois o caráter transnacional desses crimes exige ações de segurança interna e de coordenação global para impedir essas operações ilícitas e punir os criminosos.
A afirmação II também está correta, pois essas organizações criminosas agem como redes transnacionais, com atuação em diversos países.
A afirmação III está incorreta, pois a colaboração internacional entre os países para reprimir esses crimes internacionais exige coordenação entre as leis de cada nação. Isso pode, em muitos casos, significar perda de autonomia e aceitação de ingerência externa nos assuntos de cada país, o que vai contra a concepção clássica de soberania.
Resposta: B

36.

I. Incorreta. O solo amazônico possui muita matéria orgânica proveniente da decomposição de folhas, galhos e animais, que ocorre em grandes quantidades devido à notável biodiversidade da região.

II. Correta. A pecuária, sobretudo na criação extensiva, é uma atividade que demanda o desmatamento de grandes áreas. O sequestro de carbono é, portanto, prejudicado, a partir da diminuição das espécies vegetais que realizam a fotossíntese.

III. Correta. As florestas tropicais costumam abrigar grande quantidade de espécies animais e vegetais, além de realizar importante papel na estabilização das temperaturas e conservação do solo e recursos hídricos.

IV. Correta. Além de possibilitar a exploração de produtos naturais, a importância ambiental das florestas tropicais também é notória, especialmente por contribuir diretamente para os ciclos da água e do carbono.

V. Incorreta. O cultivo em monoculturas também é facilitado pela existência de polinizadores naturais, que tendem a apresentar menor incidência fora de seu hábitat natural.

Resposta: D

37. Dentre os aspectos econômicos que explicam a atual situação e o funcionamento do agronegócio no Brasil, pode-se mencionar a produção voltada para a exportação e o plantio monocultor em grande propriedades.
A flexibilização da legislação ambiental brasileira foi consumada com as alterações no Código Florestal. A nova legislação regulamenta e permite o desmatamento de determinadas regiões, o que pode gerar uma série de consequências associadas à derrubada das florestas, como o comprometimento de recursos hídricos, a intensificação do desgaste do solo e o aumento nas emissões de gases do efeito estufa.

38. A única alternativa que contém uma afirmação incorreta é a A. A discussão em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte não se relaciona à concorrência com a usina de Itaipu. Localizada no Paraná, esta fornece energia para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e não será impactada com o funcionamento de Belo Monte. A nova hidrelétrica, construída no interior do Pará, tem como objetivo abastecer 17 estados e também diminuir o déficit de produção de eletricidade no país.
Resposta: A

EDITORA Abril
Fundada em 1950

VICTOR CIVITA (1907-1990) **ROBERTO CIVITA** (1936-2013)

Conselho Editorial: Victor Civita Neto (Presidente), Thomaz Souto Côrrea (Vice-Presidente), Alecsandra Zapparoli, Eurípedes Alcântara Giancarlo Civita e José Roberto Guzzo

Presidente do Grupo Abril: Walter Longo
Diretor de Operações: Fábio Petrossi Gallo
Diretor Geral de Publicidade: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Planejamento, Controle e Operações: Edilson Soares
Diretora de Serviços de Marketing: Andrea Abelleira
Diretor de Tecnologia: Carlos Sangiorgio
Diretor de Vendas para Audiência: Dimas Mietto

Diretora de Conteúdo: Alecsandra Zapparoli

Guia do Estudante

Diretor Editorial - Estilo de Vida: Sérgio Gwercman

Diretor de Redação: Fabio Volpe

Diretor de Arte: Fábio Bosquê **Editores:** Ana Prado, Fábio Akio Sasaki, Lisandra Matias, Paulo Montoia **Repórter:** Ana Lourenço **Analista de Informações Gerenciais:** Simone Chaves de Toledo **Analista de Informações Gerenciais Jr.:** Maria Fernanda Teperdgian **Designers:** Dânue Falcão, Vitor Inoue **Estagiários:** Guilherme Eler, Paula Lepinski, Sophia Kraenkel **Atendimento ao Leitor:** Sandra Hadich, Walkiria Giorgino **CTI** Andre Luiz Torres, Marcelo Augusto Tavares, Marisa Tomas

PRODUTO DIGITAL Gerente de Negócios Digitais: Marianne Nishihata **Gerentes de Produto:** Pedro Moreno e Renata Gomes de Aguiar **Analistas de Produto:** Elaine Cristina dos Santos e Leonam Bernardo **Designers:** Danilo Braga, Juliana Moreira, Simone Yamamoto **Animação:** Felipe Thiroux **Estagiário:** Daniel Ito **Desenvolvimento:** Anderson Renato Poli, Cah Felix, Denis V. Russo, Eduardo Borges Ferreira, Elton Prado. **Estagiário:** Vinicius Arruda

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Consultoria: Roberto Candelori **Reportagem:** Cláudio Soares, Décio Trujillo Moraes, Giovana Moraes Suzin, Marcelo Soares, Márcia Nogueira Tonello, Martha San Juan França, Sheyla Miranda, Thereza Venturoli, Valcir Bellé Junior, Yuri Vasconcelos. **Infografia e ilustração:** Alex Argozino, Mario Kanno/Multi-SP, Mauricio Planel **Revisão:** José Vicente Bernardo

www.guiadoestudante.com.br

VENDAS DE PUBLICIDADE Andrea Veiga (RJ), Alex Stevens (Internacional e Regional), Ana Paula Moreno (Moda, Decoração e Construção), Cristiano Persona (Financeiro), Daniela Serafim (Tecnologia, Telecom, Educação e Saúde), Selma Souto (Bens de Consumo), William Hagopian (Transporte, Mobilidade, Entretenimento e Turismo) **ABRIL BRANDED CONTENT** Edward Pimenta **VENDAS PARA AUDIÊNCIA** Adailton Granado (Processos), Cézar Almeida (Circulação Exame/Femininas), Daniela Vada (Atendimento ao Assinante), Ícaro Freitas (Circulação Veja/Lifestyle), Luci Silva (Marketing Direto, Relacionamento e Retenção), Marco Tulio Arabe (Estúdio de Criação), Mary Veras (Vendas Corporativas), Rodrigo Chinaglia (e-business), Wilson Paschoal (Vendas de Rede) **MARKETING** Maurício Panflio (Pesquisa de Mercado), Carolina Bertelli (Femininas), Cinthia Obrecht (Estilo de Vida), Diego Macedo (Abril Big Data), Keila Arciprete (Veja), Leander Moreira (Exame) **DIGITAL E MOBILE** Sandra Carvalho

DEDOC E ABRIL PRESS Valter Sabino **PLANEJAMENTO CONTROLE E OPERAÇÕES** Adriana Fávilla, Adriana Kazan, Emilene Pires e Renata Antunes **RECURSOS HUMANOS** Alessandra de Castro (Desenvolvimento Organizacional), Ana Kohl (Serviços de RH) e Márcio Nascimento (Remuneração e Benefícios)

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA – Av. das Nações Unidas, 7221, 18º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05425-902, tel. (11) 3037-2000.

PUBLICIDADE SÃO PAULO e informações sobre representantes de publicidade no Brasil e no Exterior: www.publiabril.com.br

GE ATUALIDADES 2º semestre 2016 ed.24 (EAN 789-3614-10449 2) é uma publicação da Editora Abril. Edições anteriores: Venda exclusiva em bancas, pelo preço da última edição em banca mais despesa de remessa. Solicite ao seu jornaleiro. Distribuída em todo o país pela Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo. A **PUBLICAÇÃO** não admite publicidade redacional.

SERVIÇO AO ASSINANTE: Grande São Paulo: (11) 5087-2112
Demais localidades: 08007752112 www.abrilsac.com
PARA ASSINAR: Grande São Paulo: (11) 3347-2145
Demais localidades: 08007752145 www.assineabril.com.br

Para adquirir os **direitos de reprodução** de textos e imagens do Guia do Estudante, acesse www.abrilconteudo.com.br

IMPRESSA NA GRÁFICA ABRIL Av. Otaviano Alves de Lima, 4400, CEP 02909-900 – Freguesia do Ó - São Paulo - SP

IVC FIPP ANER SIP

Abril MÍDIA S.A.
Presidente AbrilPar: Giancarlo Civita
Presidente do Grupo Abril: Walter Longo
Diretor Corporativo de Marketing: Tiago Afonso
Diretor de Auditoria: Thomaz Roberto Scott
Diretor Superintendente da Gráfica: Eduardo Costa
Diretora Corporativa de Recursos Humanos: Claudia Ribeiro
Diretora de Relações Corporativas: Meire Fidelis
Diretora Jurídica: Mariana Macia
Presidente Executivo da DGB: Claudio Prado

www.abril.com.br

MAURICIO PLANEL

Os múltiplos olhares de Umberto Eco

O intelectual italiano, que morreu em fevereiro de 2016, foi reconhecido tanto pelos romances como pelos estudos em comunicação

Filósofo, linguista, especialista em estética medieval, ensaísta, escritor, professor universitário e colunista. Um dos principais pensadores contemporâneos, Umberto Eco (1932-2016) assumiu diferentes papéis durante sua vida. Em grande parte deles, refletiu sobre a comunicação e até vivenciou experiências na TV e na mídia impressa. Trouxe importantes contribuições para a discussão sobre a cultura de massa, a mídia e as novas tecnologias de comunicação e informação.

Formado em Filosofia e mestre em Semiótica (a ciência dos signos linguísticos e da linguagem), nos anos 1960 fez parte da chamada **Escola Sociológica Europeia,** que tinha uma visão menos negativa sobre os meios de comunicação de massa. Era um contraponto à **Escola de Frankfurt** e do conceito de indústria cultural – a produção de bens culturais feita nos moldes da produção industrial.

O problema dos frankfurtianos, segundo Eco, é considerar que a cultura de massa é nociva justamente por seu caráter industrial. De acordo com ele, não se pode ignorar que a sociedade atual é industrial e que as questões culturais têm que ser pensadas a partir dessa constatação. Para ele, os meios de comunicação de massa são a única fonte de informação para uma parcela da população que sempre esteve distante das informações, ou seja, eles ajudam a difundir informações que anteriormente não eram acessíveis ao público.

Um de seus ensaios mais recentes, *Não Contem com o Fim do Livro* (2009), em coautoria com Jean-Claude Carrière, questiona o futuro das obras impressas diante do crescimento da internet e de outras plataformas digitais de leitura. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, à época do lançamento da publicação, Umberto Eco disparou: "(...) A internet é (...) incapaz de selecionar o que interessa, (...) depende da capacidade de quem a consulta. Sou capaz de distinguir os sites confiáveis de filosofia, mas não os de física. Imagine então um estudante fazendo uma pesquisa sobre a 2ª Guerra Mundial: será ele capaz de escolher o site correto? É trágico, um problema para o futuro, pois não existe ainda uma ciência para resolver isso. Depende apenas da vivência pessoal. Esse será o problema crucial da educação nos próximos anos".

Umberto Eco destacou-se também na literatura. Escreveu sete obras de ficção, como os best-sellers *O Pêndulo de Foucault* (1988) e *O Nome da Rosa* (1980). Este último, cuja história se passa num monastério da Idade Média, teve tradução para 30 idiomas, vendeu mais de 10 milhões de exemplares e foi adaptado para o cinema, em 1986.

O universo da cultura e da comunicação é o tema de sua última ficção, *Número Zero* (2014). A história se passa em 1992, quando a Operação Mãos Limpas investigou os escândalos de corrupção na Itália. Eco, então, conta a história da redação de um jornal criado para chantagear e difamar os adversários. O nome do livro refere-se à edição "zero", uma espécie de teste, feito anteriormente ao lançamento do primeiro número de uma publicação. A obra faz uma crítica ao jornalismo atual e ao papel das mídias sociais no processo de disseminação da informação.

Sobre esse tema, deu uma declaração que gerou grande repercussão, em junho de 2015, ao receber o título de doutor *honoris causa* em Comunicação e Cultura na Universidade de Turim: "As redes sociais dão o direito de falar a uma legião de imbecis que antes só falavam em um bar, depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a humanidade. Então, eram rapidamente silenciados, mas, agora, têm o mesmo direito de falar que um Prêmio Nobel. É a invasão dos imbecis". ☒